

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

PETRÓLEO E SEGURANÇA INTERNACIONAL

**ASPECTOS GLOBAIS E REGIONAIS DAS DISPUTAS POR
PETRÓLEO NA ÁFRICA SUBSAARIANA**

LUCAS KERR DE OLIVEIRA

PORTO ALEGRE, 2007

LUCAS KERR DE OLIVEIRA

PETRÓLEO E SEGURANÇA INTERNACIONAL:

ASPECTOS GLOBAIS E REGIONAIS DAS DISPUTAS POR

PETRÓLEO NA ÁFRICA SUBSAARIANA

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito final para obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais.

ORIENTADOR: PROF. DR. MARCO AURÉLIO CHAVES CEPIK

PORTO ALEGRE

Abril de 2007

PETRÓLEO E SEGURANÇA INTERNACIONAL:

ASPECTOS GLOBAIS E REGIONAIS DAS DISPUTAS POR PETRÓLEO NA ÁFRICA SUBSAARIANA

LUCAS KERR DE OLIVEIRA

Dissertação de mestrado submetida à apresentação perante banca examinadora, como requisito final para obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Dissertação defendida e aprovada, em 09 de Abril de 2007, pela banca examinadora constituída pelos professores:

Prof. Dr. Marco Aurélio Chaves Cepik (*Orientador*)
Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

Prof. Dr. Álvaro Luiz Heidrich
Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

Prof. Dr. Luiz Augusto Estrella Faria
Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

Prof. Dr. José Flávio Sombra Saraiva
Universidade de Brasília – UnB

PORTO ALEGRE

2007

DEDICATÓRIA

Para minha companheira Angela

Para os meus pais Lael & Tânia

Em memória de Zuriel Almeida de Oliveira

AGRADECIMENTOS

A elaboração e conclusão desta dissertação de mestrado não seriam possíveis sem os diferentes tipos de apoio institucional, acadêmico e pessoal que recebi e aqui agradeço.

Ao programa Santiago Dantas, parceria da CAPES com o Ministério de Relações Exteriores, que apoiou diretamente a criação do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais na UFRGS. A CAPES, pelo financiamento da bolsa de estudos que recebi a partir do segundo semestre de 2006, permitindo-me dedicar exclusivamente ao desenvolvimento da dissertação nesta etapa final de sua elaboração.

Agradeço especialmente ao meu orientador Prof. Dr. Marco Aurélio Chaves Cepik, pela inspiração, exigência, paciência e conhecimento que iluminou o caminho para a delimitação, pesquisa e construção deste trabalho.

Ao conjunto dos prof.s. do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da UFRGS que tanto colaboraram para minha formação acadêmica e intelectual. Especial agradecimento aos Prof.s. Carlos Arturi, Heloísa Machado e Paulo F. Vizentini. Agradeço também ao prof. Luís Dario Ribeiro, do Departamento de História, atual coordenador do Nerint, que me auxiliou em momentos críticos da delimitação inicial do problema de pesquisa, indicando alguns dos possíveis caminhos a seguir. A todos os professores pesquisadores e colegas do Nerint.

Aos meus colegas do mestrado em Relações Internacionais da UFRGS, da turma 2005, Alessandro Segabinazzi, Alexandre Rodrigues, Daniel Gallas, Maira Baé Vieira, Mathias Seibel Luce, Mônica Vier Loss, Patrícia Xavier dos Santos, Rodrigo S. Corradi, e principalmente a colega e grande amiga Caroline Carvalho Pimentel. Aos colegas de outras turmas do mestrado em Relações Internacionais Arthur C. Dornelles Jr., Diego E. Pizetta, Paulo R. M. Kreter, Eduardo P. Bulhões, Marcos Carra e Fabrício S. Ávila; e aos colegas da pós-graduação em Ciência Política, Diego Pautasso e José Miguel Q. Martins.

Aos colegas historiadores do Jornal Folha da História, onde primeiro ensaiei algumas das conseqüências da aplicação do modelo de Hubbert e Campbell para analisar a crise petrolífera mundial. Aos colegas professores e aos alunos do PEAC, curso pré-vestibular comunitário da UFRGS. Aos amigos, Daniel e Ana Paula de Oliveira, pelo abrigo que ofereceram durante minha chegada e primeiros meses em Porto Alegre, e pelo apoio desde então.

Agradeço a minha família, especialmente aos meus pais, que me apoiaram durante todo o mestrado, mas também em minha trajetória anterior. Aos meus primos Daniel e Gustavo Shikanai Kerr, que apoiaram minha migração para Porto Alegre. A tia Dina pelo apoio e principalmente pela confiança. De forma especial também agradeço ao meu tio Zuriel de Oliveira e ao meu avô Warwick E. Kerr, não apenas pelo apoio financeiro e intelectual, mas também pelo conhecimento, modelo de vida e inspiração.

E principalmente a minha companheira Angela Maria Ferreira da Silva pela adesão nesta jornada, pela força nos momentos de dificuldade, pela compreensão, paciência, carinho e amizade.

EPÍGRAFES

“A gasolina será tão vital quanto o sangue nas próximas batalhas (...) um colapso no suprimento de gasolina resultaria na imediata paralisação de nossos exércitos”

Primeiro-Ministro Clemenceau em carta ao presidente Wilson, 15/12/1917

“Por todo o século XX petróleo significou hegemonia”

Daniel Yergin

“A Inglaterra consumiu metade dos recursos do planeta para atingir o seu nível de desenvolvimento atual. Quantos planetas seriam necessários para que a Índia fizesse o mesmo?”

Mahatma Gandhi

“Meu pai andava de camelo, eu ando de carro, meu filho anda num jato e meu neto andar de camelo”

Provérbio saudita contemporâneo

“Our ignorance is not so vast as our failure to use what we know.”

Marion King Hubbert

ÍNDICE

FOLHA DE ROSTO.....	I
FOLHA DE APROVAÇÃO.....	II
DEDICATÓRIA.....	III
AGRADECIMENTOS.....	IV
EPÍGRAFES.....	V
ÍNDICE.....	1
LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS.....	3
LISTA DE APÊNDICES.....	5
LISTA DE ANEXOS.....	6
LISTA DE ABREVIATURAS	7
RESUMO.....	9
ABSTRACT.....	10
INTRODUÇÃO.....	11
<i>CAPÍTULO 1</i>	<i>20</i>
1. PETRÓLEO, HEGEMONIA & SEGURANÇA INTERNACIONAL	21
1.1. OS CICLOS LONGOS DE HEGEMONIA E DOMINAÇÃO SEGUNDO O MODELO DE GIOVANNI ARRIGHI.....	25
1.2. ASPECTOS ESTRATÉGICOS DA CRISE HEGEMÔNICA E SEGURANÇA INTERNACIONAL.....	31
1.3. OS COMPLEXOS REGIONAIS DE SEGURANÇA (CRS) SEGUNDO BUZAN & WAEVER	36
<i>CAPÍTULO 2</i>	<i>42</i>
2. CICLOS ENERGÉTICOS, CRISE DO PETRÓLEO E O AUMENTO DOS CONFLITOS POR RECURSOS.....	43
2.1. OS CICLOS ENERGÉTICOS LONGOS, A ERA DO PETRÓLEO E O MODELO DA PRODUÇÃO PETROLÍFERA SEGUNDO M. KING HUBBERT.....	46
2.2. A ATUAL CRISE ENERGÉTICA PETROLÍFERA E O ENVOLVIMENTO DAS ZONAS PETROLÍFERAS	53

NA LÓGICA DAS GUERRAS POR RECURSOS.....	
2.3. GEOPOLÍTICA DAS GUERRAS E DISPUTAS POR PETRÓLEO: ORIENTE MÉDIO, ÁSIA CENTRAL E ÁFRICA.....	63
<i>CAPÍTULO 3</i>	
3. O PETRÓLEO NA ÁFRICA SUBSAARIANA.....	75
3.1. O PETRÓLEO AFRICANO NO CONTEXTO MUNDIAL: RESERVAS PROVADAS, PRODUÇÃO, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS.....	77
3.2. OS PRINCIPAIS PETRO-ESTADOS SUBSAARIANOS: ANGOLA, NIGÉRIA E SUDÃO.....	84
3.3. O PETRÓLEO NAS DISPUTAS INTERNAS E GUERRAS CIVIS SUBSAARIANAS.....	99
<i>CAPÍTULO 4</i>	
4. DISPUTAS POR PETRÓLEO E O ENVOLVIMENTO DAS GRANDES POTÊNCIAS NAS DINÂMICAS AFRICANAS DE SEGURANÇA REGIONAL.....	108
4.1. A SEGURANÇA ENERGÉTICA DOS EUA E O PAPEL DO PETRÓLEO AFRICANO	114
4.2. A ESTRATÉGIA DOS EUA PARA A ÁFRICA	119
4.3. A SEGURANÇA ENERGÉTICA CHINESA E O PAPEL DO PETRÓLEO AFRICANO.....	127
4.3. A ESTRATÉGIA CHINESA PARA A ÁFRICA	136
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	142
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	147
ARTIGOS E PAPERS.....	145
LIVROS, DISSERTAÇÕES, TESES E MONOGRAFIAS	150
DOCUMENTOS E RELATÓRIOS.....	153
NOTÍCIAS DE JORNAIS PERIÓDICOS E MEIOS DE COMUNICAÇÃO.....	158
MAPAS, CARTAS E ILUSTRAÇÕES	161
APÊNDICES.....	162
ANEXOS.....	172

LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

CAPÍTULO 2

GRÁFICO - 2.1. – PROJEÇÕES DO EIA-DOE PARA OS PREÇOS DO BARRIL DE PETRÓLEO ATÉ 2030	55
---	----

CAPÍTULO 3

TABELA - 3.1. – VOLUME DAS RESERVAS AFRICANAS PROVADAS DE PETRÓLEO CONVENCIONAL, COMPARAÇÃO DE DIFERENTES FONTES	76
TABELA - 3.2. – PRODUÇÃO PETROLÍFERA AFRICANA, EVOLUÇÃO RECENTE	78
TABELA - 3.3. – EVOLUÇÃO DAS RESERVAS E PRODUÇÃO (1985, 1995, 2005)	79
TABELA - 3.4. – COMPARAÇÃO ENTRE OS MAIORES PRODUTORES MUNDIAIS	80
TABELA - 3.5. – TOTAL DAS EXPORTAÇÕES AFRICANAS E MUNDIAIS (1980-2005)	81
TABELA - 3.6. – PAÍSES E REGIÕES DE DESTINO DAS EXPORTAÇÕES AFRICANAS	82
TABELA - 3.7. – ANGOLA, INDICADORES ECONÔMICOS SELECIONADOS (2000-2005)	85
TABELA - 3.8. – ANGOLA, INDICADORES ECONÔMICOS E EXPORTAÇÕES (2001-2005)	86
TABELA - 3.9. – O PETRÓLEO NAS EXPORTAÇÕES ANGOLANAS (2001-2005)	87
TABELA - 3.10. – O PETRÓLEO NAS RECEITAS DO GOVERNO ANGOLANO	87
TABELA - 3.11. – DESTINO DAS EXPORTAÇÕES ANGOLANAS (x MILHÕES DE DÓLARES)	88
TABELA - 3.12. – NIGÉRIA – INDICADORES SELECIONADOS 2000-2005	91
TABELA - 3.13. – O PETRÓLEO NA NIGÉRIA: INDICADORES 2000-2005	92
TABELA - 3.14. – DESTINO DAS EXPORTAÇÕES NIGERIANAS (MILHARES DE BARRIS DIÁRIOS)	93
TABELA 3.15. – PAÍSES E REGIÕES DE DESTINO DAS EXPORTAÇÕES NIGERIANAS	94
TABELA T. 3.16. – PRODUÇÃO NIGERIANA POR EMPRESA	95

LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS (CONTINUAÇÃO)

CAPÍTULO 4

TABELA - 4.1. – COMÉRCIO MUNDIAL DE PETRÓLEO DOS PAÍSES OU REGIÕES EXPORTADORAS PARA OS PAÍSES OU REGIÕES IMPORTADORAS	113
TABELA - 4.2. – PRODUÇÃO DE PETRÓLEO NOS EUA	114
TABELA - 4.3. – PRODUÇÃO DE PETRÓLEO NOS EUA, SEGUNDO A OPEP	115
GRÁFICO - 4.1. – EVOLUÇÃO DAS RESERVAS DE PETRÓLEO NOS EUA (1900-2004)	115
TABELA - 4.4. – PETRÓLEO IMPORTADO PELOS ESTADOS UNIDOS EM 2005 SEGUNDO A REGIÃO DE ORIGEM	116
TABELA - 4.5 – PETRÓLEO IMPORTADO PELOS EUA, SEGUNDO PAÍS OU REGIÃO DE ORIGEM (2005)	117
TABELA - 4.6 – PETRÓLEO AFRICANO IMPORTADO PELOS EUA (2005)	118
GRÁFICO - 4.2. – CHINA: CONSUMO, PRODUÇÃO E IMPORTAÇÃO DE PETRÓLEO	128
TABELA - 4.7 – PRINCIPAIS REGIÕES FORNECEDORAS DE PETRÓLEO PARA A CHINA EM 2005	130

LISTA DE APÊNDICES

APÊNDICES	162
GLOSSÁRIO DE TERMOS TÉCNICOS E EQUIVALÊNCIA DE MEDIDAS	163
<i>MAPAS</i>	
APÊNDICE - MAPA 1.1. – COMPLEXOS REGIONAIS DE SEGURANÇA (CRS) EM ÁFRICA SUBSAARIANA, SEGUNDO BUZAN & WAEVER	164
APÊNDICE - MAPA 2.1. – GEOPOLÍTICA DO PETRÓLEO: PAÍSES E ZONAS PRODUTORAS EM ÁFRICA, ORIENTE MÉDIO E ÁSIA CENTRAL	165
APÊNDICE - MAPA 2.2. – REGIÕES PETROLÍFERA E CONFLITOS NA ÁFRICA SUBSAARIANA	166
APÊNDICE - MAPA 2.3. - MAPA AZIMUTAL CENTRADO EM ÁFRICA	167
<i>GRÁFICOS</i>	
APÊNDICE - GRÁFICO 4.1. HISTÓRICO DAS RESERVAS DE PETRÓLEO NOS EUA (1900-2005)	168
<i>TABELAS E QUADROS</i>	
APÊNDICE - TABELA 3.1. LISTA DE EMPRESAS PETROLÍFERAS NACIONAIS AFRICANAS	169
APÊNDICE - QUADRO 4.1.A PRINCIPAIS COMPANHIAS PETROLÍFERAS ESTADUNIDENSES COM ATIVIDADES NA ÁFRICA	170
APÊNDICE - QUADRO 4.1.B PRINCIPAIS COMPANHIAS PETROLÍFERAS CHINESAS COM ATIVIDADES NA ÁFRICA	171
APÊNDICE - QUADRO 4.1.C PRINCIPAIS COMPANHIAS PETROLÍFERAS ASIÁTICAS COM ATIVIDADES NA ÁFRICA	171
APÊNDICE - QUADRO 4.1.D PRINCIPAIS COMPANHIAS PETROLÍFERAS AFRICANAS COM ATIVIDADES EM OUTROS PAÍSES DO CONTINENTE	172

LISTA DE ANEXOS

ANEXOS	173
<i>GRÁFICOS</i>	
ANEXO GRÁFICO 2.1. – CURVA DE PRODUÇÃO DE UM POÇO PETROLÍFERO	174
ANEXO GRÁFICO 2.2. – MODELO DA CURVA DE PRODUÇÃO: CONJUNTO DE POÇOS DE UMA MESMA PROVÍNCIA PETROLÍFERA	174
ANEXO GRÁFICO 2.3. – MODELO DA CURVA DE PRODUÇÃO DE HUBBERT E O PICO PETROLÍFERO	175
ANEXO GRÁFICO 2.4. – DESCOBERTAS DE PETRÓLEO NO PASSADO E PROJEÇÕES, POR COLIN CAMPBELL	175
ANEXO GRÁFICO 2.5. – HIDROCARBONETOS, PRODUÇÃO MUNDIAL E PROJEÇÃO, POR COLIN CAMPBELL	176
ANEXO GRÁFICO 2.6.- PRODUÇÃO DE PETRÓLEO SEGUNDO A AGÊNCIA INTERNACIONAL DE ENERGIA	177
ANEXO GRÁFICO 4.2 – CONJUNTO DE GRÁFICOS SOBRE A PRODUÇÃO DE PETRÓLEO NOS EUA	178
<i>MAPAS</i>	
ANEXO MAPA 1.1. – CERA: PROJEÇÕES DE PRODUÇÃO PETROLÍFERA POR REGIÃO	179
ANEXO MAPA 2.1. – PRINCIPAIS ROTAS MARÍTIMAS DE TRANSPORTE DE PETRÓLEO	180
ANEXO MAPA 2.2. – AS ROTAS DE ESTRANGULAMENTO: TRANSPORTE PETROLÍFERO PELOS ESTREITOS DE ORMUZ, ET EL-ARAB E SUEZ SEGUNDO A AIE	181
ANEXO MAPA 2.3. – GEOPOLÍTICA DA ÁFRICA E PRINCIPAIS DINÂMICAS DE SEGURANÇA REGIONAL	182
ANEXO MAPA 3.1. – NIGÉRIA, PETRÓLEO E PRINCIPAIS GRUPOS ÉTNICOS	183
ANEXO MAPA 3.2. – CONCESSÕES PETROLÍFERAS NO SUDÃO	184
ANEXO MAPA 4.1. - ESTADOS UNIDOS E FRANÇA: PRESENÇA NA ÁFRICA	185

LISTA DE ABREVIATURAS

EUA – Estados Unidos da América
CRS – Complexo Regional de Segurança
OIG – Organização Internacional Governamental
ONG – Organização Não-Governamental
UE – União Européia
URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

INSTITUIÇÕES E ORGANIZAÇÕES GOVERNAMENTAIS - INTERGOVERNAMENTAIS

AIE – Agência Internacional de Energia
APPA – African Petroleum Production Association
AU – Africa Union
BNA – Banco Nacional de Angola
CGG - Comissão do Golfo da Guiné
COMESA – Common Market of Eastern and Southern Africa
CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
ECOWAS – Economic Community Of West African States
EIA–DOE – Energy Information Administration – Department Of Energy
FAA – Forças Armadas Angolanas
FMI – Fundo Monetário Internacional
G-8 – Grupo dos Oito
GGC - Gulf of Guinea Commission
IEA – International Energy Agency
IMF – International Monetary Fund
Minifin – Ministério das Finanças de Angola
OECD - Organisation for Economic Cooperation and Development
ONU – Organização das Nações Unidas
OPEC – Organization of Petroleum Export Countries
OPEP – Organização dos Países Exportadores de Petróleo
UA – União Africana
UN – United Nations
USA – United States of America
USGS – United States Geological Survey

PRINCIPAIS EMPRESAS, GRUPOS, MOVIMENTOS, PARTIDOS E ONGs

Não Africanos

BP – British Petroleum

CERA – Cambridge Energy Research Associates

O&GJ – Oil & Gas Journal

Angola

FLEC – Frente pela Libertação do Enclave de Cabinda

MPLA – Movimento Popular pela Libertação de Angola

UNITA – União pela Libertação Total de Angola

Nigéria

APC - Arewa Peoples Congress

MASSB - Movement for the Actualization of the Sovereign State of Biafra,

MLDN – Movimento pela Libertação do Delta do Níger

NDVF - Niger Delta Volunteer Force

OPC - Odua Peoples Congress.

Sudão

DLF – Darfur Liberation Front / FLD – Frente pela Libertação de Darfur

FE - Front East / FL – Frente Leste

LRA – Lord Resistance Army / ERS - Exército de Resistência do Senhor

SLA – Sudan Liberation Army / ELS – Exército pela Libertação do Sudão

SLM – Sudan Liberation Movement / MLS – Movimento pela Libertação do Sudão

SPLA - Sudan People Liberation Army / ELPS – Exército pela Libertação do Povo do Sudão

SPLM – Sudan People Liberation Movement / MPLS - Movimento pela Libertação do Povo do Sudão

SPLA - Sudan People Liberation Army / ELPS – Exército pela Libertação do Povo do Sudão

RESUMO

A importância do petróleo tem sido revisada nos últimos anos, principalmente pelo reconhecimento de sua função estratégico-militar, tanto no século XX, onde o controle sobre este recurso permitiu a ascensão de grandes potências, como em alguns dos conflitos atuais. Estes passaram a incluir a África nas disputas globais por petróleo. O contexto mundial se torna complexo com o aprofundamento da crise petrolífera mundial, em meio a crise de acumulação de capitais e hegemonia, ambas iniciadas nos anos 1970. O aumento dos conflitos regionais e a intensa competição entre as grandes potências por recursos energéticos cada vez mais escassos, passam a ser variáveis essenciais para a análise dos problemas de Segurança Internacional.

Neste contexto o continente africano, responsável por 12% da produção petrolífera mundial, ganha ainda maior relevância global por ter dobrado o volume de suas reservas, que na porção subsaariana aumentou quase três vezes desde os anos 1980. As disputas por petróleo se misturam em meio a conflitos históricos ampliando-os e gerando novos ciclos de violência. Nos maiores produtores subsaarianos como Angola, Nigéria e Sudão, ampliam e criam novas disputas entre governo e províncias produtoras. No nível global, corporações estadunidenses e chinesas passam a disputar diretamente o acesso ao petróleo africano, apoiados pelos respectivos governos que intensificam sua presença regional na forma de investimentos, acordos comerciais, diplomáticos e militares, de treinamento e defesa, transferência de armas e instalação de bases militares. Assim, o petróleo se torna central, tanto para entender a atual dinâmica destes conflitos subsaarianos, no nível regional, como nas disputas por influência no subcontinente envolvendo China e Estados Unidos.

PALAVRAS-CHAVE: Petróleo, Segurança Internacional, Pico Petrolífero, Crise Energética, Estados Unidos, China, África Subsaariana, Angola, Nigéria, Sudão,

ABSTRACT

The importance of oil has been revised in the latest years, mainly due to its strategic-military function, not only in the twentieth century, when control over this resource allowed the rise of great powers, but also in current conflicts. The latest included Africa in the global disputes over oil. Global context becomes complex as the world-wide oil crisis gets deeper, during the crisis of capital accumulation and hegemony, both having started in the 1970s. The intensification of regional conflicts and intense competition among great powers over increasingly scarce energetic resources are essential variables to the analysis of International Security problems.

In this context, the African continent, responsible for 12% of world oil production, becomes globally more relevant for having doubled its reserves volume. In the sub-saharan portion it has almost tripled since the 1980s. Disputes over oil make historical conflicts greater and create new cycles of violence. In the greatest sub-saharan oil producers, such as Angola, Nigeria and Sudan these conflicts create new disputes between government and producing provinces. In a global level, North-American and Chinese corporations compete directly for access to African oil, supported by the respective governments that intensify their regional presence in the form of investments, commercial, diplomatic and military agreements, training and defense agreements, transference of weapons and installation of military bases. Thus, oil becomes central to understand the current dynamics of these sub-saharian conflicts in the regional level as well as the disputes for influence on the subcontinent involving China and United States of America.

KEY WORDS: Oil, international Security, Oil Peak, Energy Crisis, United States, China, Sub-Saharan Africa, Angola, Nigeria, Sudan.

INTRODUÇÃO

Entender o papel do petróleo em meio aos conflitos armados contemporâneos, especialmente guerras civis, é de relevância fundamental para a área de Segurança Internacional. Para isso, ir além da relevância do petróleo para o comércio mundial, enquanto *commoditie*, torna-se ímpar analisar as dimensões dessa relação petróleo-conflitos. Tanto no nível regional, onde se faz necessário averiguar o papel deste recurso no surgimento, desenvolvimento e manutenção de conflitos armados, como no nível global, especialmente sua função como um recurso militarmente estratégico para as grandes potências.

Assim, o presente trabalho de pesquisa teve por objetivo construir uma análise descritiva sobre o papel do petróleo como um dos recursos necessários, senão fundamentais, para o poder das grandes potências durante o século XX, a partir do qual se procura entender sua função no nascente século XXI e no reordenamento da balança de poder mundial. Para isso a regionalização desta análise é fundamental, especialmente para permitir que seja explorada de forma mais rigorosa a relação entre o petróleo e os conflitos armados (guerras civis, guerrilhas, separatismos ou insurgências), sejam estes novos ou já existentes. Neste contexto a África Subsaariana aparece como região privilegiada para esta análise, na medida em que é uma área onde nenhuma das grandes potências é hegemônica¹, e o petróleo adquire essas duas dimensões de disputas regionais: de propiciar a formação de novas disputas e ampliar conflitos já existentes.

Sob uma perspectiva regional, delimita-se na África Subsaariana² dois complexos com dinâmicas de segurança³ ligadas ao petróleo, sendo o primeiro na zona do Atlântico Sul, mais precisamente do Golfo da Guiné e arredores. É a principal área de produção petrolífera, conflitos

¹ O termo Hegemonia, conforme utilizado neste trabalho merecerá uma discussão mais aprofundada no primeiro capítulo, onde é comparado à definição de unipolaridade, e retomado em outro contexto no segundo capítulo. De forma breve, pode ser entendida como a liderança e/ou superioridade relativa de um Estado ou classe social nos aspectos militar, econômico, político e cultural, ou ideológico.

² A delimitação da abrangência geográfica da África Subsaariana ou África ao sul do Saara varia conforme os diferentes critérios correntemente utilizados. Este trabalho utiliza a abordagem de Buzan & Waever que inclui Egito, Líbia, Argélia, Tunísia, Marrocos e Saara Ocidental como Norte da África, ou região Saariana (Anexo 1.1.) e todo o restante do continente está incluído na África Subsaariana.

³ O conceito de dinâmica de segurança ou dinâmica securitária será abordado com maiores propriedades no primeiro capítulo. Resumidamente pode ser entendido como o conjunto de processos, em formação, construção ou modificação envolvendo problemas de segurança, ou seja, estão relacionados a conflitos armados existentes ou potenciais.

e militarização, onde as disputas por petróleo e pela renda de sua comercialização se misturam às disputas entre províncias e governos centrais permeadas por rivalidades históricas. Envolve desde o separatismo de Cabinda em Angola, até o conflito entre o governo federal da Nigéria e as províncias petrolíferas do sul, especialmente do Delta do Níger. Uma segunda grande região, a do Chifre da África, também envolve dinâmicas de segurança com guerras civis históricas, especialmente o conflito entre o Governo de Cartum e as províncias do sul do Sudão. Mas também está direcionada por uma dinâmica de Segurança global, ligada a importante rota de transporte de petróleo do Mar Vermelho. Nesta região antigos conflitos também adquirem novas facetas com as recentes descobertas de petróleo nesta última década.

Resumidamente, existem dois grandes conjuntos de problemas de segurança relacionados ao petróleo na África Subsaariana. O principal está relacionado às áreas petrolíferas produtoras ou com reservas potencialmente produtoras⁴, principalmente a região do Golfo da Guiné, onde existem reservas provadas de 70 bilhões de barris de petróleo, ou áreas secundárias em termos de produção e reservas, localizadas mais a leste/nordeste do subcontinente, como o Chade e Sudão. O outro tipo de problema está ligado a regiões que são importantes rotas de transporte de petróleo, neste caso, principalmente rotas marítimas com pontos de “estrangulamento”, como o Estreito de Bab el-Mandeb, entre o mar Vermelho e o Golfo de Áden e o Mar da Arábia, por onde passam cerca de 3,3 milhões de barris por dia⁵. Este tipo de estreito, localizado entre o Yemen, na península Arábica e a Eritréia, Djibuti e Somália, do lado africano, é alvo da militarização por parte de potências não-africanas, sendo constantemente marcada pela presença de Marinhas de Guerra dos Estados Unidos e de alguns países europeus (França e Reino Unido), inclusive com a presença de tropas terrestres em bases permanentes (EUA e França)⁶.

Não se pretendeu esgotar as discussões sobre cada região, nem as especificidades de cada conflito, mas estas foram consideradas conforme se mostraram necessárias ao entendimento de cada tipo de contenda e as relações do problema regional com o nível global. Isso permite analisar o papel e a importância que o petróleo assume em cada conflito específico, considerando-se o peso que este adquire nos níveis regional ou mesmo continental (para grandes porções da África Subsaariana). Ao mesmo tempo se observa a relevância do petróleo subsaariano no contexto global, afetando os interesses dos principais países importadores e suas respectivas indústrias petroquímicas com subsidiárias envolvidas na disputa mercadológica pelo petróleo na região.

⁴ Ver Mapa 1.1 e 2.2. em Apêndice.

⁵ Dados da AIE de 2005, disponíveis no Mapa 2.2. em Anexo.

⁶ Foi neste estreito que ocorreu o ataque terrorista atribuído à Al Qaeda que destruiu parcialmente o *US.S Cole*, em 12/10/2000.

Desta forma, pode-se delimitar como a questão principal que este trabalho pretende responder e que é tomada como norteadora para o seu desenvolvimento:

“Por que o petróleo subsaariano se tornou vital para as grandes potências, especialmente EUA e China, e qual o papel das disputas por petróleo nos conflitos regionais africanos?”

Antes de iniciar as discussões necessárias para responder esta questão, se faz necessário contextualizar o problema de pesquisa em sua área temática de estudos internacionais e de segurança internacional. Isto permitirá delimitar o campo teórico e empírico, onde será construída a argumentação e as associações existentes entre as principais variáveis.

Após uma década e meia do fim da bipolaridade predominante na Guerra Fria, muitas mudanças se desenvolveram no sistema mundial, com implicações que podem ainda não estar totalmente definidas. O estabelecimento da chamada “Nova Ordem Mundial”, multipolar nos aspectos econômicos, mas marcada por uma unipolaridade desigual nos aspectos político-militares-estratégicos, aumenta certos tipos de tensão, como as disputas entre as maiores potências (a superpotência e as grandes potências), ou os conflitos entre estas potências e os Estados das zonas periféricas ou semi-periféricas do Sistema Internacional⁷.

Sendo um sistema caracterizado pela existência de vários pólos de poder econômico e ao mesmo tempo, militarmente polarizado por uma única superpotência, no caso os Estados Unidos, as ações e decisões estratégicas deste afetam toda a dinâmica securitária do Sistema. O resultado das estratégias desta superpotência para manter ou estender por mais tempo esta forma de polaridade, dependem não apenas do seu próprio esforço pela manutenção das estruturas de poder que conquistou ao longo do século XX, mas também da posição que mantém em relação às demais grandes potências. Estas potências, com atuação global secundária, como China, Rússia, Japão e UE (Inglaterra-França-Alemanha) procuram não apenas assegurar seu espaço e autonomia relativa, mas ascender na hierarquia geral entre os Estados no Sistema Internacional, mesmo que tenham um papel e poderio predominantemente regional⁸. De todas estas potências, a China é a que tem passado por um crescimento mais acelerado, e dadas suas condições materiais, políticas e mesmo humanas, parece indicar ter maiores condições de desafiar ou liderar um bloco de países desafiantes à hegemonia estadunidense.

Ao mesmo tempo em que se desenha um cenário de novas disputas globais, o contexto internacional se modifica rapidamente. As catástrofes humanitárias, guerras inter-estatais e

⁷ Considerando a noção de Arrighi (1998, pg. 161) que será exposta no capítulo 1 e que divide os países em centrais ou do núcleo, periféricos e semi-periféricos, conforme características estruturais econômicas, tecnológicas e de renda per capita.

⁸ A definição e denominação dos países pertencentes a cada categoria, como superpotência, grande potência ou potência regional serão discutidas no Capítulo 1. Resumidamente, pode-se afirmar que a principal diferença entre as potências está no nível principal de atuação e interesses de cada uma: as superpotências principalmente no nível global, as grandes potências principalmente no nível inter-regional, enquanto as potências regionais, principalmente no nível regional/subregional.

guerras civis, instabilidades política e econômica, que marcaram a desconstrução da ordem bipolar durante a década de 1990⁹, foram parcialmente eclipsadas, pela nova “guerra contra o terror” lançada pelos Estados Unidos, em tom cruzadista, após os atentados de 11 de Setembro de 2001, contra o Pentágono e o World Trade Center. Esta nova “guerra infinita”, como batizada pelo governo estadunidense, começou com a invasão ao Afeganistão (2001) e foi seguida pela guerra de invasão e ocupação do Iraque (2003).

Mas a guerra da superpotência contra estes “*rogue states*”¹⁰, acusados de dar apoio ou cobertura a redes terroristas internacionais, veio acompanhada de uma série de medidas de securitização de novos temas, reforçando um processo iniciado antes mesmo do fim da Guerra Fria. O crescimento da securitização e subsequente militarização de novos temas ou agendas acabam sendo características que se destacam no novo quadro de segurança internacional que vem sendo moldado e ainda não está definido e nem de longe pode ser considerado estável.

Uma das novas dinâmicas securitárias que foi modificada e se tornou prioridade na agenda de uma grande quantidade de países está relacionada à Segurança Energética. Os insumos energéticos, mais especificamente os hidrocarbonetos¹¹ como petróleo e gás natural, são essenciais para a economia capitalista contemporânea, caracterizada, dentre outras coisas, pelo uso intensivo de energia. Isso torna os recursos energéticos altamente estratégicos em termos globais, podendo ser usados para manter ou ampliar o poderio econômico de um país, mas também politicamente importantes no plano doméstico ou nacional, pois permitem manter a economia e o padrão de vida de sua população. Além disso, como será discutido mais à frente, o controle de recursos como o petróleo pode ser considerado um dos fatores determinantes para ascensão dos Estados Unidos ao posto de superpotência mundial ou até mesmo para a manutenção da estabilidade da atual ordem, em que este Estado é hegemônico. Para isso vale lembrar que desde antes do fim da Segunda Guerra Mundial, a segurança das rotas de fornecimento de petróleo era considerada vital para a vitória militar, e que mesmo durante a Guerra Fria, grande parte da estratégia estadunidense era direcionada para garantir a segurança

⁹ Tanto a desconstrução inercial das estruturas da Guerra Fria, inerente à redução de suas tensões típicas e impulsionada pela própria desintegração da URSS, como a desconstrução direcionada e intencional destas mesmas estruturas, acelerada pelos EUA e seus aliados, especialmente a OTAN.

¹⁰ As traduções mais comuns para *rogue states* são: Estado delinqüente, fora-da-lei, criminoso, bandido ou ainda, Estado párea. Este termo foi utilizado pela primeira vez pelo governo dos Estados Unidos para definir um grupo de governos inimigos na gestão Clinton que assim classificava os regimes norte-coreano, iraquiano, iraniano e sírio.

¹¹ Hidrocarbonetos são estruturas químicas compostas basicamente por Carbono (C) e Hidrogênio (H), podendo ser encontradas em associação com outras substâncias, geralmente com diferentes quantidades de Nitrogênio (N), Oxigênio (O) e Enxofre (S), tendo como característica principal a, relativamente fácil, capacidade de oxidação, na qual libera calor. Quando de origem fóssil, encontrados em estado natural, geralmente é dividido petróleo ou gás natural. Em estado líquido, com viscosidade máxima de 10.000 *centipoises* é considerado Petróleo. O petróleo também é subdividido em tipos conforme a densidade, abaixo de 10^º API é petróleo ultra-pesado, ou betume, entre 10^º e 20^º API é petróleo pesado, entre 30^º e 40^º API é petróleo leve, na faixa de 40 a 45^º API geralmente existe uma grande quantidade de gás dissolvido no petróleo. Hidrocarbonetos encontrados no estado gasoso na natureza, geralmente na forma de uma mistura de gases, como metano, etano, propano e butano (todos com menos de 5 carbonos por cadeia molecular) são chamados de Gás Natural. O gás natural também pode ser encontrado dissolvido em meio ao petróleo, sendo neste caso chamado de gás líquido.

das zonas produtoras de petróleo, especialmente no Oriente Médio. Este quadro foi agravado com as crises petrolíferas dos anos 1970 e as novas guerras por petróleo que se desenvolveram desde então.

A securitização¹² do acesso ao petróleo se torna mais intensa em uma conjuntura de rápido aumento do consumo mundial de energia. Sobre o atual ciclo de aumento nos preços do barril de petróleo, relativamente contínuo desde o início do século XXI, se projeta a sombra da perspectiva de que a demanda futura possa superar a produção, provocando altas ainda maiores nos preços do barril e aumentando inclusive a probabilidade de cortes ou colapsos de produção e fornecimento. A intensificação da competição entre as grandes corporações petrolíferas por novas áreas produtoras vem acompanhada da disputa entre as grandes potências, especialmente as que são grandes consumidoras de petróleo, como Estados Unidos e China, que procuram manter seu fornecimento e assegurar sua Segurança Energética.

A necessidade de garantir o acesso a este recurso, ou manter a estabilidade dos fluxos de transporte de petróleo, visando à manutenção da segurança energética e econômica dos países importadores, é apenas um dos elementos que alimenta esse processo específico de securitização e sua consequência principal, a militarização. Outra face do problema pode ser observada pela relevância que o petróleo adquire para os países exportadores, especialmente para os mais pobres, que precisam da renda obtida pelas exportações para sustentar seus gastos governamentais, ou para manter a estabilidade política, muitas vezes financiando a luta contra guerrilhas, movimentos insurgentes, revolucionários, ou separatistas. A África Subsaariana, por exemplo, é uma região onde velhas e novas dinâmicas de segurança acabam sendo mescladas ou sobrepostas pela nova agenda securitária relacionada ao petróleo, com uma grande quantidade de atores envolvidos, de caráter estatal ou não-estatal e com diferentes níveis de atuação: local, regional ou global.

As novas descobertas de reservas de hidrocarbonetos na África Subsaariana, principalmente na última década¹³, atraíram a atenção das grandes potências importadoras de petróleo, não apenas dos Estados Unidos, que, ao remodelar sua estratégia global para o petróleo, passaram a reconsiderar a importância desta região específica onde suas transnacionais têm grandes investimentos já alocados e ainda maiores projetados para os próximos anos. Ao mesmo tempo, outros países importadores como a China, também passaram a ver o petróleo subsaariano

¹² O conceito de securitização será discutido no primeiro capítulo. Resumidamente são processos que tornam determinados temas como parte das agendas de Segurança Nacional, ou seja, para fora da arena de discussão política normal.

¹³ Esses dados serão detalhados no capítulo 3, mas pode-se adiantar que o crescimento do volume total das reservas do continente africano foi de 100% entre 1985 e 2005. Se considerarmos apenas as reservas subsaarianas, o crescimento foi de 175% no mesmo período. Entre 1985 e 1995 a produção africana saltou de 5,4 milhões de barris por dia para 9,8 milhões de b/d, sendo que a produção apenas da África Subsaariana mais que dobrou, saindo de 2,2 milhões para 5,3 milhões de barris diários. Para mais dados ver o relatório: **BP Statistical Review 2006**, disponível em: <<http://www.bp.com/statisticalreview>>.

como estratégico para manter sua segurança energética. Assim, o envolvimento de países não africanos, principalmente grandes potências, em países ou regiões com reservas significativas de petróleo e ao mesmo tempo marcadas por conflitos armados, acaba provocando novas e diferentes formas de reações securitárias dos demais atores envolvidos, incluindo a crescente militarização¹⁴ das zonas petrolíferas.

É importante ressaltar ainda que as funções comerciais e mercadológicas do petróleo só foram consideradas quando permitiram melhorar a análise do papel deste recurso em suscitar ou ampliar disputas entre grandes potências, conflitos militares regionais ou nacionais, ou seja, problemas de Segurança Internacional.

Considera-se aqui que apenas devido a esta função mista, enquanto elemento importante em trem os estratégico-militares e econômicos, é que o petróleo se tornou o centro de uma série de contendas globais. Estas disputas cresceram não apenas diante da percepção de que o controle deste recurso era determinante para manter ou ampliar o poder das grandes potências. Durante a Guerra Fria, as disputas por petróleo foram relegadas a um segundo plano, visto que este tipo de recurso não era alvo direto de confronto entre as superpotências, ambas detentoras de grandes produções petrolíferas¹⁵. Além disso, a preocupação estratégica dominante era militar, especialmente com a corrida armamentista e a disputa por áreas de influência.

O fim do confronto bipolar torna mais clara a função estratégica do controle sobre o petróleo, principalmente num contexto de transição no Sistema Internacional, caracterizada por diversas transformações que incluem mudanças nas relações entre os grandes centros de poder econômico e político mundial ou entre os centros de poder e as áreas periféricas. Esta transição inclui mudanças estruturais como o declínio do atual ciclo de acumulação de capitais, baseado no modelo de acumulação americano e nas estruturas de poder que os Estados Unidos moldaram durante o século XX (ARRIGHI, 1996). Para defender esta teoria, Arrighi & Silver (2001, pg.40-43) destacam que dos principais sinais que indicaram o início da decadência de um ciclo hegemônico e de acumulação de capital em séculos anteriores, foi um amplo processo de financeirização da economia, ou expansão financeira sistêmica. Estas expansões financeiras resultariam em dois processos complementares, a hiperacumulação de capital e a intensa competição entre os Estados pelo capital circulante. Para Arrighi & Silver (2001, pg. 283) a

¹⁴ Aqui entendida como o conjunto de ações militares que objetivam resolver um problema de segurança, seja com a aquisição de novos armamentos ou com a disposição de tropas militares.

¹⁵ Durante a maior parte do século XX, pelo menos até a década de 1980, os Estados Unidos e a União Soviética ocuparam o posto de maiores produtores mundiais de petróleo, alternando-se no posto de primeiro e segundo maior produtor mundial, mesmo que outros países tivessem reservas maiores. Mesmo após o fim da URSS e uma crise no setor petrolífero durante a década de 1990 a Rússia se manteve entre os três grandes produtores mundiais, voltando a superar a produção dos EUA e concorrendo vigorosamente com a Arábia Saudita pelo posto de maior produtor mundial. Os EUA só passaram para a posição de terceiro produtor mundial a partir na década de 1990.

crise sistêmica da expansão financeira dos anos 1970 seria o indicador mais importante do “outono” da hegemonia americana¹⁶.

Como em outros processos de transição hegemônica semelhantes, que alteraram o Sistema Mundial no passado, as bases do poder mundial acabam sendo, muitas vezes, contestadas, e os países que detiveram o poder tentam mantê-lo ou reforçá-lo como podem, muitas vezes com o uso do poderio bélico que construíram durante o auge de sua hegemonia. Isso tornaria o período de transição inter-hegemônica ainda mais turbulento e sujeito a conflitos entre as grandes potências (ARRIGHI & SILVER, 2001, pg.30-33, 40-45). É complicado projetar um prazo exato para o fim deste processo de transição hegemônica, ou mesmo avaliar por quanto tempo os Estados Unidos ocupará o posto de superpotência mundial. O estrategista Zbigniew Brzezinski defende em artigo de 2001, que os EUA devem continuar sendo a única superpotência por no mínimo mais uma geração (BRZEZINSKI, 2001).

É neste ponto que a ênfase de Arrighi no setor financeiro, apesar de elucidativa, parece não ser suficiente para explicar todo o processo de transição hegemônica em andamento. A capacidade produtiva dos Estados Unidos não foi, até o presente, superada ou implodida pela ascensão do Leste Asiático como novo centro produtivo e de acumulação de capitais. Elementos importantes como a liderança tecnológica, poderio militar e a capacidade de controlar recursos naturais por diversos meios (políticos, econômicos, ideológicos, mas também militares) ajudam a manter a atual hegemonia estadunidense (FIORI, 2004). A própria capacidade dos Estados Unidos de continuar consumindo $\frac{1}{4}$ do petróleo mundial, ao mesmo tempo em que mantém uma produção doméstica de mais 6,5 milhões de barris diários, superior a todo o consumo japonês ou quase o dobro da produção nacional chinesa, parece indicar que as bases materiais de sua hegemonia, apesar de decadentes, ainda são muito importantes¹⁷.

É neste contexto que a crise energética em andamento se torna fundamental: especialmente diante da aproximação de um horizonte onde se visualiza o fim da “Era do Petróleo” e do predomínio dos hidrocarbonetos fósseis na matriz energética mundial. A possibilidade de que estas duas grandes crises estruturais, a de acumulação financeira e a crise energético-petrolífera¹⁸ se tornem cada vez mais intensas e tenham seus desdobramentos mais importantes nas próximas décadas, ou seja, quase simultaneamente, pode ter impacto decisivo nesta crise hegemônica.

¹⁶ Como será aprofundado no capítulo 1, mais adiante, este é, para Arrighi, o principal indicador do fim deste ciclo hegemônico.

¹⁷ Ou seja, apesar do declínio da produção total de petróleo, que atualmente é de pouco mais de metade do volume máximo de 11 milhões de barris diários produzidos em 1970. Mesmo assim, os EUA se mantêm como o terceiro maior produtor mundial de petróleo, com produção superior ao consumo do terceiro maior consumidor mundial, o Japão.

¹⁸ No caso a crise do modelo energético baseado no petróleo.

A crise do modelo energético baseado no petróleo, enquanto recurso finito, apresenta o desafio da sua necessária substituição por um outro modelo, provavelmente mais eficiente, ou seja, que ainda não existe¹⁹.

Este desafio se amplia se forem considerados diversos estudos que demonstram que as reservas mundiais atualmente provadas de petróleo convencional, não são suficientes para manter mais de três décadas do atual consumo global. Mesmo considerando as reservas por descobrir, e a futura capacidade de produção destas, muitos estudos projetam que essas novas descobertas seriam insuficientes para manter o crescimento do consumo energético por mais de duas décadas, correndo-se o risco de que se esgotariam antes mesmo da metade do século XXI²⁰.

Num cenário de disputas crescente entre os países importadores pelo acesso a um recurso cada vez mais escasso, esta transição inter-hegemônica pode se tornar ainda mais turbulenta. A possibilidade de que sejam necessárias várias décadas até o estabelecimento de uma nova matriz energética totalmente reestruturada, parece pender a favor dos prognósticos mais pessimistas.

Esse é um dos fatores que vem ampliando a securitização do acesso ao petróleo, num processo antes mais restrito geograficamente ao petróleo do Golfo Pérsico. Esta expansão pode ser notada em várias regiões, principalmente Ásia Central e África Subsaariana, que segundo alguns estudos que serão discutidos ao longo deste trabalho²¹, no curto e médio prazo, são as mais promissoras em termos de capacidade para aumentar a produção de hidrocarbonetos, principalmente gás natural na primeira região e petróleo na segunda.

Assim, cresce a relevância de estudos que analisem a atuais disputas pelo controle do petróleo em áreas como a África Subsaariana, reconhecendo a importância estratégica que este recurso adquire, não só no contexto global, mas também no plano regional, onde envolve principalmente a costa atlântica da África. Ou seja, em última instância, envolve a grande região circundante ao Golfo da Guiné, o continente africano e o Atlântico Sul (NUNES, 2004).

O fato do Atlântico Sul²² já ter ultrapassado a produção de regiões que já foram consideradas das mais importantes na produção petrolífera mundial, como o Mar do Norte, e que

¹⁹ Até o presente momento, nenhum dos candidatos a substituto do petróleo se mostrou comercial, técnica e financeiramente viável para substituí-lo em escala global, estruturando outro modelo de matriz energética. E mesmo que a tecnologia que venha a substituí-lo já exista, só saberemos qual é no momento que a nova matriz energética mundial estiver estruturada.

²⁰ Como serão discutidos no segundo capítulo, diversos grupos de pesquisadores ou organizações especializadas no estudo do setor petrolífero consideram que o "pico" da produção mundial é algo eminente, devendo ocorrer entre esta e a próxima década e que este recurso poderá acabar em quatro ou cinco décadas após esse pico. Algumas destas organizações são a ASPO - Association for the Study of Peak Oil [em <http://www.peakoil.net/>] e o ODAC - Oil Depletion Analysis Center [em: <http://www.odac-info.org>]. Outros estudos importantes, como o de Collin J. Campbell (2005) reforçam esta tese, projetando cenários possíveis ainda mais pessimistas. A maioria dos estudos desse problema utilizam para a análise das curvas de produção petrolífera a metodologia de curva logística desenvolvida pelo geofísico M. King Hubbert que também será discutida no Capítulo 2. As principais diferenças entre essas projeções devem-se aos cálculos do tamanho das reservas recuperáveis e da velocidade de aumento do consumo por ano.

²¹ Como o estudo do C.E.R.A. de 2003, disponível no Mapa 1.1 em Anexo.

²² O lado atlântico da África Subsaariana produz atualmente quase 4 milhões de barris por dia, que somados aos cerca de 2,5 milhões de b/d produzidos na costa atlântica da América do Sul (sem considerar a Venezuela), a produção desta grande zona africana e sul-americana do Atlântico Sul ultrapassa os 6,5 milhões de b/d. Ou seja, não apenas é superior à produção do Mar do Norte como é praticamente equivalente à dos EUA, terceiro maior produtor mundial.

a África, se tomada em conjunto, têm a segunda maior produção diária de petróleo do mundo, atrás apenas da Arábia Saudita, parece reforçar a centralidade do petróleo nestas tendências de disputa. O envolvimento nestas disputas dos Estados Unidos, ainda como potência hegemônica, e China como potência em ascensão, ou desafiante, reforça a relevância deste problema.

Daí a necessidade de se complementar a explicação econômica e sistêmica de Arrighi com outros teóricos da área de Segurança Internacional como Buzan & Waeber, cujo modelo analítico permite regionalizar os estudos sobre segurança e separar os problemas securitários segundo o nível principal: nacional, regional ou global. Ao mesmo tempo a ponte entre a área de Segurança Internacional e os estudos sobre Recursos Naturais é feita por pesquisadores como Michael T. Klare, cuja análise sobre a estratégia americana para o controle do petróleo e o papel deste recurso nos conflitos modernos se mostrou fundamental.

Entender as disputas pelo acesso ao petróleo subsaariano contribui para o desenvolvimento do conhecimento na área de Segurança Internacional e das Relações Internacionais, que só recentemente passaram a discutir de forma mais sistemática a centralidade que o controle sobre os recursos naturais²³ possui entre os diversos tipos de problemas de segurança e relações entre as nações. Como as disputas por petróleo possuem grande potencial para geração de novos conflitos e crises internacionais, com potencial para o envolvimento das principais potências mundiais (KLARE, 2003 e 2004), este tipo de pesquisa se torna ainda mais essencial.

Além disso, este estudo propicia uma importante reflexão sobre uma temática relativamente negligenciada na última década, no meio acadêmico brasileiro, que é a de estudos sobre a África (SARAIVA & COELHO, 2004). Este tema também tem implicações para os interesses estratégicos do Brasil, tanto pela proximidade geográfica e histórica²⁴ com a África, como pelo risco resultante do crescimento dos conflitos já existentes, com possível envolvimento das potências globais no contexto regional do Atlântico Sul. Ressalta-se que esta área é considerada por estrategistas brasileiros como a mais importante para o país depois da América do Sul, ou seja, é vital para que o país possa planejar sua estratégia de inserção internacional.

Ao identificar e descrever a atuação dos demais Estados ou empresas envolvidas na disputa pelo petróleo subsaariano, este trabalho pode até mesmo contribuir para aprimorar de forma crítica a reflexão sobre a estratégia brasileira para esta região.

²³ Um estudo recente sobre o papel de diferentes tipos de recursos naturais em conflitos armados africanos foi desenvolvido por Galvão (2005), que aprofunda sua análise nas guerras civis em Serra Leoa, Angola e Rep. Democrática do Congo (ex-Zaire).

²⁴ Este trabalho privilegia, nos dois capítulos finais, a análise do problema do petróleo em conflitos armados em Angola, Nigéria e Sudão. Estes países que possuem laços históricos importantes com o Brasil, influenciando até mesmo na composição demográfica e social do país, já que milhares de africanos oriundos das regiões onde hoje estão estes Estados, migraram para o Brasil entre os séculos XVI e XIX. A maioria absoluta destes grupos veio na condição de escravos para o Brasil e atualmente compõem uma parcela significativa dos afro-descendentes no país. Ver mais detalhes em Castro (1981, pg. 189-197) e Mourão & Oliveira (2000, pg. 309-310).

CAPÍTULO 1

PETRÓLEO, HEGEMONIA & SEGURANÇA

As riquezas, sejam elas naturais ou produzidas e acumuladas socialmente, são objetos de disputas a milhares de anos, tanto entre os seres humanos de uma mesma sociedade como entre sociedades diferentes. Conforme mudam as estruturas sociais, as relações de poder e os modos de produção, modificam-se também os tipos de relação que cada sociedade tem com a natureza, a forma como exploram os recursos naturais de que dispõem e como vêm os recursos disponíveis em outros territórios.

As guerras pela terra, enquanto território ou diretamente como recurso agrário, parecem ter predominado na história humana, pelo menos até meados da Idade Média, quando foram gradualmente sendo substituídas por conflitos até então predominantemente secundários, envolvendo terras com algum recurso específico importante para uma ou mais sociedades, como a água, os metais preciosos ou a madeira. Estes conflitos ganharam uma nova dimensão a partir do período das Grandes Navegações ou durante a colonização da América pela Europa, devido ao processo de acumulação primitiva de capitais que começava a se desenvolver a partir dos séculos XIII, XIV e XV.

Durante a era pré-industrial a madeira era o principal recurso natural de uso massivo para praticamente todas as civilizações e sociedades, pois, apesar do baixo valor comercial se comparado aos metais preciosos, tinha usos tão variados que a tornavam absolutamente vital. A madeira era essencial como matéria-prima para a engenharia e arquitetura, na construção de casas, pontes, castelos ou fortalezas. Nos meios de transportes era usada para fabricar desde rodas, carroças e carruagens até as caravelas e os galeões que cruzavam os mares. Era usada no artesanato dos móveis ou de instrumentos essenciais para a agricultura, como as peças de arado, ferramentas e moinhos; ou ainda na produção de tecidos, onde os teares eram feitos de madeira e alguns tipos de árvores, como o Pau-Brasil eram muito usadas para o tingimento. Grande parte

das armas, como arcos, flechas, dardos e setas, parte dos escudos, lanças, balistas e até mesmo catapultas, eram feitos de madeira. Além de todos esses usos, a madeira era um recurso energético, tão essencial, que pode ser considerada a mais importante fonte de energia e calor controlada pelo Homem durante milhares de anos, justamente porque os vegetais têm uma capacidade única de absorver e armazenar a energia solar.

Após a Revolução Industrial no Séc. XVIII e início do XIX, e a subsequente Revolução nos Meios de Transportes, principalmente na segunda metade do Século XIX, os recursos energéticos passaram a ser ainda mais centrais para a nova economia mundial. Uma das características centrais da sociedade industrial é justamente o uso intensivo de energia; e este uso decorre tanto da produção de bens no modelo industrial, em grande quantidade e alta velocidade, como nos meios de transporte, responsáveis pela distribuição de: matéria-prima até a indústria, bens produzidos até os mercados consumidores, e circulação de pessoas.

Os novos meios de produção, comercialização e acumulação típicos do capitalismo elevaram os recursos energéticos a um papel ainda mais relevante, transformando-os em alvo de disputas cada vez mais acirradas. Estas disputas por recursos naturais, tanto na forma de matéria-prima para a indústria, como de fonte de energia para produção e transporte, originaram novas guerras durante a Era Industrial. Estas por sua vez podem ser simplificadas ou agrupadas em dois grandes conjuntos: as guerras que ocorreram diretamente entre os Estados dos países industrializados ou em processo de industrialização, e as que ocorreram entre estes Estados e as nações não industrializadas, porém ricas em recursos naturais energéticos.

Foram as guerras da Era Industrial que moldaram, direta ou indiretamente, o Sistema Mundial contemporâneo, definindo, por exemplo, as relações de poder entre os Estados, sendo eles dominantes ou dominados. Ou seja, tais guerras ajudaram a moldar a hierarquia e as relações interestatais que definem o mundo contemporâneo, seja entre os Estados centrais ou entre os periféricos, mas principalmente entre o Centro e a Periferia do Sistema Mundial.

Dentre os diversos recursos naturais energéticos, o de uso mais intenso e generalizado durante o último século tem sido o petróleo, o que o torna um recurso de especial importância para entender o atual Sistema Mundial com suas peculiaridades e contradições.

Enquanto alvo de disputas entre empresas ou motivo para guerras entre Estados, o petróleo se destaca entre os recursos energéticos por estar relacionado a uma grande quantidade de conflitos, levando alguns autores a considerá-lo como a maior fonte de problemas de Segurança Internacional, inclusive na atualidade (KLARE, 2001).

Tal argumentação pode ser observada atualmente pela atuação da única superpotência mundial, que procura controlar as principais reservas ou regiões produtoras de petróleo, ou

simplesmente tenta garantir a segurança dos fluxos regulares de petróleo para si e seus aliados. Isto reforça a tese de que este recurso é fundamental não apenas para manter seu nível de desenvolvimento e o bem-estar econômico de sua sociedade, mas também continua determinante para a manutenção da estabilidade do atual Sistema Internacional (CECEÑA, 2002).

Assim, este recurso se destaca não apenas pela sua importância comercial, enquanto produto ou matéria-prima para milhares de subprodutos²⁵, mas pelo seu papel estratégico na sustentação da hegemonia da principal potência capitalista, os Estados Unidos (TORRES FILHO, 2004, pg. 342-344). Para Torres Filho o controle sobre petróleo foi o fator determinante que permitiu aos Estados Unidos estender sua superioridade, inicialmente industrial, aos demais setores, econômico, militar e mesmo político (idem, pg. 312 e pg. 340-344). Outros autores concordam com esta tese, como Ana E. Ceceña (1995, 2003) que defende que o controle dos recursos naturais estratégicos foi e continua sendo um dos pilares para a construção da superioridade dos Estados Unidos no sistema capitalista mundial. Dentre os diversos recursos naturais estratégicos como minérios, água, biodiversidade e recursos energéticos, Ceceña defende que o controle sobre o petróleo se destaca, pois este é um dos pilares fundamentais do atual sistema mundial, no sentido que serve de base para a atual estrutura capitalista global que é liderada pelos Estados Unidos e onde este país é hegemônico. Ceceña usa este conceito de hegemonia como uma forma de liderança estruturada e sustentada pela superioridade nos planos militar, político, econômico e cultural (CECEÑA, 1995, 2002a, 2003).

O conceito de Hegemonia utilizado por Giovanni Arrighi em sua obra *O Longo Século XX* (1996, pg. 27-28) e em *Caos e Governabilidade no moderno Sistema Internacional* (ARRIGHI & SILVER, 2001, pg. 35-36), consiste na capacidade de um Estado exercer funções de liderança sobre um sistema de nações soberanas, na forma de exercício do poder, associado à dominação e ampliado pelo exercício da liderança intelectual e moral, ou seja, ideológica. Portanto a hegemonia deve ser pensada como a liderança ou superioridade não apenas militar, mas também necessariamente nos planos político, econômico e cultural-ideológico.

É válido notar que o uso do conceito de hegemonia por estes autores de orientação globalista (especialmente para explicar a hegemonia dos EUA), ao ser decomposto nas diferentes dimensões do poder (militar, econômico, político, cultural-ideológico), torna-se muito semelhante ao conceito utilizado por um autor realista como Zbigniew Brzezinski, que afirma que a supremacia dos Estados Unidos é “*uma nueva clase de hegemonia*” (BRZEZINSKI, 1997, pg. 197), e que:

²⁵ Segundo WESTON, JOHNSON & SIU (1999), o petróleo, enquanto produto, representa cerca de 10% do comércio mundial.

“Ningún Estado-nación puede medirse con los Estados Unidos en las cuatro dimensiones clave de poder (militar, económico, tecnológico y cultural) que cumulativamente dan lugar a una influencia global decisiva.” BRZEZINSKI, Zbigniew (1997, pg. 198)

De forma semelhante, a obra organizada por Fiori (2004) permite concluir que os pilares da hegemonia estadunidense podem ser sintetizados pelo controle sobre: (I) o sistema financeiro mundial, (II) os grandes meios de comunicação de massa, especialmente através do controle da informação e das agências de notícias, (III) as tecnologias de ponta, especialmente de uso dual (civil-militar), que juntamente com gastos gigantescos ajudam a garantir a superioridade militar, (IV) os recursos naturais, como o petróleo.

Este tipo de perspectiva permite entender porque a busca para manter, reforçar ou ampliar o controle sobre os recursos naturais estratégicos é o principal motivo para os Estados Unidos militarizarem, a seu favor, as regiões do mundo com significativas reservas de água, biodiversidade, minerais raros e combustíveis fósseis (CECENÑA, 2002). Principalmente considerando-se que as disputas por recursos naturais representam o principal fator de instabilidade ou gerador de problemas de segurança no mundo contemporâneo, como sustenta Michael T. Klare (2001 e 2004). Este autor considera ainda que, dos recursos naturais, o petróleo seria o principal causador de conflitos na atualidade, com potencial para causar outros grandes conflitos nas próximas décadas. A dependência crescente que os Estados Unidos têm de petróleo importado aumenta ainda mais este potencial gerador de conflitos (KLARE, 2004, pg. 21-25).

Além dos riscos e problemas gerados pelo aumento da dependência do petróleo importado por parte da superpotência, este tipo de dependência é possivelmente problemática para outras grandes potências ou mesmo para algumas potências regionais. Isso aumenta a probabilidade de cenários onde alguns desses países se envolvam diretamente em conflitos existentes nas áreas petrolíferas para garantir a sua própria segurança energética, até mesmo em oposição ou confronto com os interesses de outras grandes potências ou da superpotência.

É diante destas perspectivas que os recursos naturais estratégicos passaram ao primeiro plano das preocupações manifestas na Estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos, país que é o maior consumidor e importador de petróleo do mundo²⁶. É este o contexto em que a estratégia de Segurança Nacional estadunidense voltou a considerar como uma de suas prioridades o sucesso econômico (CHRISTOPHER, 1996), visto como fundamental para atingir os demais objetivos de segurança da nação (SHIMABUKURO, 2005, pg. 55, 60-61), não apenas

²⁶ Os Estados Unidos se tornaram um importador líquido de petróleo desde 1947, mas estas importações se tornaram realmente problemáticas somente a partir de 1970 quando a produção doméstica entrou em declínio. Desde então vem crescendo, quase constantemente, a porcentagem de petróleo importado no total do consumo estadunidense.

garantindo a estabilidade política e o bem estar da população, mas também como forma de manter a superioridade militar.

Dentre os principais objetivos de Segurança Nacional dos EUA no pós-Guerra Fria, Shimabukuro (2005, pg. 62-63) destaca as metas de manter ou ampliar sua superioridade militar, garantir a continuidade de sua hegemonia mundial, evitando a ascensão de potências rivais que possam vir a desafiá-los ao mesmo tempo em que, como já mencionado, tenta garantir o bem estar de sua população. Em outras palavras pode-se afirmar que a manutenção da superioridade norte-americana no pós-Guerra Fria, é seu principal objetivo de Segurança Nacional (BRZEZINSKI, 1997 e 2001). Conseqüentemente, este objetivo não apenas influencia como acaba sendo determinante nas grandes estratégias globais ou mesmo regionais adotadas pelo país.

Uma das grandes controvérsias sobre a crise da hegemonia dos Estados Unidos é justamente se esta estaria se renovando ou declinando definitivamente. No Brasil este debate se aprofunda a partir do artigo *A retomada da hegemonia norte-americana* de Tavares (1985, pg. 5-15), já inserido num debate mundial maior sobre a crise hegemônica vigente (ARRIGHI, 1996, pg. 27). Um dos trabalhos mais interessantes a defender a tese declinista é a teoria dos Ciclos Longos de hegemonia e dominação, elaborada por Giovanni Arrighi, que será descrita a seguir.

1.1. OS CICLOS LONGOS DE HEGEMONIA E DOMINAÇÃO SEGUNDO O MODELO DE GIOVANNI ARRIGHI

Arrighi (1998, pg. 19-31) considera o desenvolvimento do capitalismo como estruturado em ciclos sistêmicos longos, caracterizados pelo predomínio de um modelo principal de acumulação de capital, desenvolvido especialmente por uma região ou Estado, que exerce uma forma de hegemonia sobre todo o sistema. Arrighi demonstra que os ciclos hegemônicos estão relacionados aos ciclos de crescimento e depressão econômica de Kondratieef e ao mesmo tempo aos ciclos de inovação tecnológica, (ARRIGHI 1996, pg. 7-9, 219 e 241-242; idem 1998, pg. 25-49) porém os ciclos hegemônicos não são restritos apenas por estes últimos²⁷.

Os longos ciclos sistêmicos de acumulação de capital são progressivos, um ciclo supera o anterior em termos de produtividade, eficiência na forma de acumulação de capital e dominação. A região ou a unidade político-territorial, Estado ou proto-Estado²⁸ onde se desenvolveu uma forma específica e mais eficiente de acumulação de capital e dominação se torna o centro

²⁷ Nos trechos citados Arrighi demonstra como os ciclos de Kondratieef (mais curtos) podem ou não estar relacionados aos ciclos tecnológicos (de duração mediana), e como ambos podem ser encaixados nos ciclos hegemônicos (de duração indefinida).

²⁸ No caso de Gênova e Veneza nos séculos XV-XVI ou mesmo da Holanda dos séculos XVI-XVII.

territorial ou geopolítico de uma estrutura hegemônica. Arrighi cita como exemplo os dois primeiros ciclos hegemônicos e de acumulação de capital: o Genovês (1996, pg. 111-130) e o Holandês (idem, pg. 130-148). Estes são seguidos de um novo ciclo que se inicia com a Revolução Industrial na Inglaterra (idem, pg. 163-199) que Arrighi chama de ciclo Britânico, que gestou e foi superado pelo atual ciclo, o Americano (idem, pg. 277-309).

Em cada ciclo hegemônico de dominação e acumulação de capitais que ocorreu no passado, a financeirização permitia a fácil transferência de capitais para outros centros, principalmente em direção aos mais produtivos e que inovavam de forma a propiciar novas e melhores formas de acumulação de capital associadas a formas de dominação político-militar mais eficientes. Portanto, uma das características mais importantes do início de uma crise em um modelo ou ciclo hegemônico e de dominação, é a expansão financeira ou financeirização da economia (ARRIGHI, 1996, pg. 119-220; ARRIGHI & SILVER, 2001, pg. 282), onde há a transferência de capitais, em larga escala, dos setores produtivos para o setor financeiro.

Com o fim do ciclo genovês (ARRIGHI, 1996, pg. 129-130), os capitais acumulados no sistema financeiro acabaram migrando no séc. XVI, para a região conhecida como os Países Baixos, onde a produtividade manufatureira era maior, se desenvolvia um modelo de acumulação mais eficiente e onde uma federação de Estados protegia melhor a acumulação de capitais do que a forma de organização pré-Estatal do tipo cidade-Estado como era em Gênova ou Veneza (ARRIGHI, 1996, pg. 155-160).

O mesmo tipo de ciclo de ascensão e crise hegemônica teria ocorrido de forma ainda mais clara e intensa no fim do ciclo holandês e com a ascensão de novos pólos de poder rivais entre si como França e Inglaterra no séc. XVIII. Como novo e mais eficiente centro de acumulação de capitais, a Inglaterra venceu a França após décadas de confronto econômico e militar que culminou nas guerras napoleônicas; tornando-se, a partir de então, o maior pólo de poder econômico e militar da Europa (ARRIGHI 1996, pg. 164). A consolidação do poderio britânico se deu num processo iniciado na segunda metade do século XVIII com a industrialização dos meios produtivos e com um novo e mais intenso ciclo de acumulação de capitais.

De forma diferente, mas estruturalmente semelhante, a crise da Hegemonia britânica foi acompanhada da ascensão de outros pólos de poder, como Alemanha e Estados Unidos, com modelos de acumulação de capitais e dominação distintos, porém superiores ao britânico em aspectos chave. Esses dois modelos se enfrentaram militarmente já na Primeira Guerra Mundial, de onde na prática, os Estados Unidos saíram como o grande país vitorioso. Nas décadas seguintes, a superacumulação de capitais que originou a crise de 1929, seria uma amostra de que os Estados Unidos já eram o novo centro econômico mundial.

Uma das grandes diferenças do ciclo americano para os anteriores é que quando a ascensão e plena expansão do modelo de acumulação de capitais estadunidense se tornava hegemônico, os Estados Unidos já eram uma potência econômica com dimensões territoriais continentais²⁹. Além disso, este país possuía um complexo industrial-militar próprio que lhe permitia não apenas ameaçar os rivais, mas até mesmo, em alguns casos (como na I e II Guerras Mundiais), subjugar-los (ARRIGHI, 1996, pg. 223).

Entre o processo de decadência de um ciclo hegemônico e a ascensão de outra forma de hegemonia e dominação, ocorre o aumento turbulência ou da instabilidade geral no sistema mundial, que marcam as transições inter-hegemônicas (ARRIGHI, 1996, pg. 238-242). Esse tipo de período de turbulência sistêmica, entre a crise de uma hegemonia e ascensão de outra, seria geralmente marcado pelo aumento do número de conflitos sociais, mas também pelas disputas entre as grandes potências, podendo inclusive provocar mais guerras interestatais. Também seria um período marcado pelo aumento do número de guerras intra-estatais, como as guerras civis ou revoluções, devido à contestação da ordem vigente em decadência, sem a consolidação de uma nova ordem. Pode-se dizer que a escalada de luta competitiva e de poder seria típica do fim de um regime hegemônico (ARRIGHI, 1996, pg. 244).

O caos sistêmico originado de uma crise hegemônica (ARRIGHI & SILVER, 2001, pg. 38-40) só seria superado após a ruptura hegemônica, a nova centralização das capacidades sistêmicas e o reordenamento do sistema mundial sob uma nova hegemonia. Esta reorganização traria uma nova forma de estabilidade, permitiria o avanço de um novo ciclo de acumulação de capitais e o estabelecimento de acordos duradouros, ou seja, estruturalmente imitaria o antigo Estado hegemônico.

Neste contexto, o aumento do número de conflitos também pode ser resultado das contradições geradas pela existência de um novo pólo econômico-financeiro, mais dinâmico no Sistema Mundial, convivendo com a existência de um velho pólo ou centro hegemônico decadente que ainda detém o poder militar. Um exemplo dessa situação conflitiva pode ser notado nas vésperas da Primeira Guerra Mundial, onde o Reino Unido ainda detinha o poder militar, principalmente naval, mas haviam novos pólos industriais mais dinâmicos, como a Alemanha e principalmente os Estados Unidos. De forma semelhante, pode ser o caso da situação mundial na atualidade, onde os Estados Unidos ainda são a única superpotência militar, porém o Leste Asiático já seria o novo pólo financeiro-econômico.

A crise de expansão financeira iniciada nos anos 1970 (ARRIGHI, 1996 e 2001)

²⁹ Enquanto nos ciclos hegemônicos anteriores a potência hegemônica se lançava à expansão territorial ou colonial apenas após se consolidar como o principal centro financeiro e de acumulação de capital, quando os Estados Unidos se tornam economicamente dominantes já possuem um grande território, com uma grande população e vastos recursos naturais.

evidencia que o auge da hegemonia dos Estados Unidos já foi ultrapassado, tendo-se iniciado sua lenta decadência, tanto como forma de acumulação de capital como ao exercício da sua hegemonia no sistema mundial enquanto potência territorialista. É impossível prever as consequências desta crise hegemônica, mas Arrighi considera difícil ocorrer uma renovação da hegemonia estadunidense, pois esta mudança no sistema financeiro é estrutural e cumulativa.

Os resultados mais prováveis seriam: a ascensão de uma nova hegemonia mundial capitalista provavelmente centrada em outra potência ou estrutura política territorialista, ou uma crise mais profunda, que poderia levar a um colapso sistêmico, inclusive com a possibilidade da ascensão de um sistema pós-capitalista (ARRIGHI, 1998, pg. 45). Analisando historicamente:

“(...) o pleno florescimento das expansões financeiras sempre esteve associado com uma intensificação da competição interestatal pelo capital que vinha sendo retirado do comércio e da produção. Como a competição do mercado de mercadorias aumentava, os governos tendiam a entrar na luta e competir uns com os outros pelo capital necessário para sobrepujar os rivais” (ARRIGHI, 1998, pg. 360)

Apesar de a atual expansão financeira mundial divergir significativamente das anteriores (ARRIGHI, 1998, pg. 362), estas têm muito em comum, principalmente com a do último ciclo hegemônico, o britânico. Tanto neste último ciclo como no atual, o centro geopolítico de acumulação de capital, ou seja, a potência hegemônica passou a ter significativos e crescentes *déficits* comerciais com as regiões mais competitivas. Em ambos os casos esses *déficits* passaram a ser compensados, ao menos parcialmente, com a manutenção de superávits com outras regiões onde exerciam seu domínio de forma mais direta e intensa (as colônias britânicas, como a Índia no século XIX e nas últimas décadas a América Latina para os Estados Unidos).

Além disso, as potências hegemônicas foram gradativamente deixando de ser grandes credores do mundo para serem crescentes devedores (ARRIGHI, 1998, pg. 363). Com a Inglaterra isso ocorre entre o fim do século XIX e as guerras mundiais, nas quais se tornou extremamente endividada a ponto de tornar insustentável a própria manutenção do seu império. Nos Estados Unidos um processo semelhante ocorre a partir dos anos 1970 e 1980, com os crescentes *déficits* públicos e o aumento da dívida externa, devido ao aumento dos juros para atrair capitais mundiais nos anos 1970/1980, mas principalmente devido à retomada da corrida armamentista no período conhecido como Segunda Guerra Fria. Este mecanismo de endividamento crescente continua até a atualidade.

Neste modelo explicativo, a crise sistêmica de hegemonia seria caracterizada pelo caos sistêmico que tornaria o sistema mundial “ingovernável” devido ao aumento das tensões típicas, mas também da contestação à hegemonia da potência dominante por potências menores ou

pela(s) potência(s) em ascensão. Outro sinal desta decadência identificado por Arrighi seria o início da ascensão de um novo pólo econômico mais dinâmico que o anterior, no caso o Leste Asiático, com um modelo predominante de acumulação de capital mais eficiente.

Em dois artigos recentes Arrighi sugere que o novo centro da economia mundial já estaria se deslocando definitivamente para o Leste Asiático (ARRIGHI, 2005a e 2005b). Como em outros momentos do passado, o centro hegemônico decadente ainda detém a superioridade militar, o que gera e deverá continuar gerando instabilidade e conflitos por um período (cuja duração é praticamente imprevisível). Outros autores discordam de Arrighi quanto ao novo centro dinâmico da economia mundial, mas concordam que está chegando ao fim a hegemonia americana. Emanuel Todd (2003) considera que, com a decadência americana, a Europa retomaria a centralidade que já teve como pólo de poder mundial. A maioria dos autores, no entanto, defendem que é mais provável a formação de um sistema multipolar.

Ainda sobre o problema do caos sistêmico e da transição hegemônica, é interessante destacar que a constatação empírica de um aumento da instabilidade política, com um número maior de conflitos militares, especialmente guerras civis, principalmente após o fim da Guerra Fria, levou inúmeros autores a formularem modelos ou teorias para interpretar, explicar ou justificar esta realidade aparentemente caótica. Muitas dessas teorizações parecem ignorar a explicação estrutural sistêmica de Arrighi, talvez propositalmente, para evitar a necessidade de reconhecer ou até de discutir a decadência estrutural sistêmica do modelo hegemônico vigente.

Dentre os diversos exemplos de hipóteses ou modelos explicativos para este período de “turbulência”, pode-se citar a criação da teoria dos “conflitos de baixa intensidade”³⁰, do historiador militar Martin van Creveld (1991), para explicar a crise e contestação da ordem vigente e o aumento da violência em escalas reduzidas. Esta escala de conflitos seria caracterizada, resumidamente, pela crescente dificuldade em separar os problemas da ordem de segurança pública (violência urbana típica), da segurança nacional, incluindo guerrilhas e terrorismo como forma de enfrentamento de minorias (étnicas ou sociais) contra os Estados contemporâneos.

Outra explicação formulada com objetivo semelhante é a de Samuel Huntington (1993), que centra sua análise nos aspectos culturais e ideológicos das grandes potências. Este autor atribui o aumento das guerras a conflitos entre grupos étnicos, religiosos ou culturais distintos, que classifica como “choque entre civilizações”. Este “choque” seria propiciado pela globalização e pelo encontro entre parcelas modernas e arcaicas de uma mesma civilização, que

³⁰ Para ver mais sobre a teorização dos conflitos de baixa intensidade ou ‘*low-intensity conflicts*’, ver: CLEVELD, Martin van (1991).

levariam ao confronto de sociedades e grupos de países com identidades e valores culturais distintos e rivais.

Sem necessariamente entrar na discussão do mérito destas explicações, o que se procura destacar aqui é a constatação de que esta crise no Sistema Internacional existe e é reconhecida por diferentes teorias explicativas. Além disso, esta crise tem características definidoras importantes, aceitas por teorias que partem de explicações epistêmicas distintas, como a constatação empírica do aumento do número de conflitos armados, ou seja, da insegurança³¹.

Esta constatação pode ser visualizada com clareza no trabalho de Denise Galvão (2005, pg. 17-18), inclusive representando em forma gráfica o aumento dos conflitos nas últimas décadas, a partir dos dados de Gleditsch *et al* (2002) e do *Uppsala Data Set* para classificação de conflitos militares. Segundo a autora, no período 1946-2001 ocorreram 229 conflitos armados³² em 148 países, sendo 225 de intensidades variadas, dos quais apenas 7 foram conflitos apenas inter-estatais. Do total de 229 conflitos armados no mesmo período, cerca de 116 conflitos em 78 países ocorreram apenas no período 1989-2003, demonstrando que o problema se ampliou recentemente (ERIKSSON & WALLENSTEEN, 2004, *apud*. GALVÃO, 2005, pg. 17). Da maioria das 218 guerras (com mais de 1000 mortes/ano), 90% aconteceram na África, Ásia, América Latina e Oriente Médio, ou seja, nas zonas mais pobres ou periféricas do mundo.

É justamente esta dificuldade que parece ser maior na obra de Arrighi: ultrapassar a barreira dos indicadores econômicos e financeiros para analisar a crise da hegemonia dos Estados Unidos. Isso significa uma dificuldade em incluir elementos mais básicos, como o uso de recursos naturais na base produtiva e a matriz energética, ou questões estratégicas, como o controle sobre os recursos pela via militar. O elemento estratégico-militar pode ser tão fundamental como a economia, com a qual mantém uma relação complexa, não apenas determinando a economia ou sendo determinado por esta, mas interagindo constantemente. Esta interação quase dialética entre a estratégia militar e a economia é determinante, e seu resultado pode ser o equilíbrio que mantém a hegemonia ou pode desestruturá-la definitivamente.

Assim, a tese de Arrighi pode ter seu poder explicativo ampliado se for acrescida de conhecimento teórico e empírico da área de Segurança Internacional, o que será desenvolvido no próximo tópico, a seguir, visando complementá-la com elementos e conceitos securitários, assim como da relevância militar dos recursos naturais, conjunto de pilares para a hegemonia.

De qualquer forma os Estados Unidos seguem lutando para impedir que outras potências mundiais ou regionais consigam o domínio dos meios estratégicos que garantem sua

³¹ Os conceitos de segurança, insegurança, segurança nacional e securitização serão discutidos no próximo tópico deste capítulo.

³² Com um mínimo de 25 mortes em batalha por ano.

superioridade, enquanto tentam evitar a ascensão de potências ao status de hegêmonia regional, que possam vir a desafiá-lo no nível global.

Pelo que é apresentado, em linhas gerais por Giovanni Arrighi, os Estados Unidos estão perdendo sua hegemonia devido a um processo de dissolução estrutural do controle que tinham do sistema financeiro mundial. Por isso é de se esperar que para manter sua hegemonia, os EUA procurem aumentar o controle que têm sobre os demais meios que lhe garantem a superioridade em relação às grandes potências, dentre eles os meios tecnológicos, militares e o controle sobre os recursos naturais. Portanto, para prosseguir neste estudo, se faz necessário discutir as principais questões relacionadas à segurança, em termos teóricos que permitirão a análise desta realidade internacional.

1.2. ASPECTOS ESTRATÉGICOS DA CRISE HEGEMÔNICA E SEGURANÇA INTERNACIONAL

Para analisar as implicações securitárias da Crise Sistêmica de Hegemonia, é imperioso discutir os conceitos e categorias analíticas do campo teórico da área de Segurança Internacional que orientam a análise do presente trabalho.

No campo de estudos de segurança, podem-se encontrar diferentes visões e definições do que vem a ser um estado de segurança ou sua ausência, a insegurança. Além disso pode-se pensar na segurança em diferentes níveis: individual, coletivo, público, nacional e internacional. A insegurança no nível individual exige medidas diferentes daquelas pensadas para o coletivo ou público, que passam a ser medidas políticas e institucionais, geralmente adotadas pelo Estado. A Segurança Nacional e Internacional geralmente se coloca num nível acima do debate político tradicional, exigindo medidas de urgência e de exceção. Sobre o(s) limite(s) entre a segurança e a insegurança, Sain afirma que:

“(a segurança) supõe a existência de uma situação percebida como livre de ameaças ou riscos, ou, ante a percepção de ameaças ou riscos identificáveis e/ou previsíveis, a possibilidade de articular, exitosamente, iniciativas e mecanismos político-institucionais tendentes a prevenir, controlar ou conjurar com eficácia referidas ameaças ou riscos em prol de alcançar ou preservar certo ordenamento político, econômico ou social idealmente projetado.”
SAIN (2002, pg. 55)

Buzan, Waeber & Wilde (1998) afirmam que “segurança” é um *locus* de decisão situado acima, ou fora das regras normais do jogo da política. Por ameaçar, realmente ou potencialmente, o Estado ou uma sociedade e seus valores fundamentais, o problema de segurança pode ser tratado com urgência extrema, passando por procedimentos que estão acima

dos trâmites políticos regulares, resultando, por exemplo, na limitação de liberdades civis, ou no tratamento de um tema como segredo de Estado.

Marco Cepik afirma ainda que a noção de segurança não pode ser reduzida a definições simplistas de segurança nacional, nem tampouco ampliada indevidamente e confundida ou substituída pela noção de segurança humana (2001, pg.16-17). A primeira geralmente é utilizada como sinônimo de segurança estatal, enquanto a segunda envolve temas da segurança pública, coletiva e até individual. Sobre este tema, o autor afirma que:

“a melhor forma para evitar o terreno minado da definição a priori e arbitrária do que seriam as ‘reais’ ameaças contra a segurança dos indivíduos e estados seria analisar os próprios processos políticos de securitização de certos temas e problemas.” (CEPIK, Marco, 2001, pg. 17)

O mesmo autor também defende que, se levadas em conta as diferenças entre os Estados (como tamanho do território, população, instituições e ideologias justificadoras), a definição de segurança nacional torna-se, pelo menos potencialmente, tão diversa quanto o número de estados existentes, assim como de suas respectivas relações com outros estados e entre os estados e suas próprias populações.

Sobre as contradições e problemas advindos desta diversidade de noções sobre segurança Cepik (2001) afirma que:

“reconhecer que por segurança nacional quase sempre se está falando na verdade é de segurança estatal e, ainda assim, tentei mostrar porque essa segurança nacional ou estatal não pode ser reduzida ao bem-estar dos indivíduos que compõe qualquer uma dessas coletividades a que chamamos de países. Saber quando uma ameaça vital efetivamente se torna uma questão de segurança nacional depende não apenas do tipo de ameaça (militar, econômica etc.), mas também da percepção que os atores políticos têm dela e da intensidade e extensão das conseqüências estimadas.” (CEPIK, 2001, pg. 18)

Segundo Williams (2003, pg. 511-531), o conceito de securitização, é um dos mais produtivos e ao mesmo tempo inovadores já desenvolvidos no campo de estudos de segurança internacional. Para Buzan, Waever & Wilde (1998), securitização é basicamente um processo construído socialmente, onde atores buscam trazer temas da agenda política, ou politizados, para a agenda de segurança, ou seja para o *locus* de decisão securitária. Esta dimensão social da construção de ameaças parte de uma lógica próxima a do construtivismo, agregando esta abordagem à análise predominantemente realista da segurança internacional.

A securitização deve ser entendida como um processo com a participação direta ou indireta de diferentes tipos de atores securitizadores e objetos da securitização. Um *objeto de referência* é aquele cuja existência ou integridade é considerada ameaçada, demandando de

forma relativamente legítima, a implementação de medidas de proteção. O objeto de referência pode ser a integridade física-territorial de um país, a sobrevivência de uma etnia, a manutenção da biodiversidade ou o acesso a recursos estratégicos considerados vitais para o bem-estar da sociedade ou da economia. Neste estudo, o objeto de referência principal é o “acesso ao petróleo do Golfo da Guiné”.

O ator securitizador é aquele que desenvolve ou constrói um discurso que, objetivamente ou subjetivamente, legitima a proteção do objeto de referência, com a adoção de medidas securitárias. Estados ou setores destes, líderes carismáticos, organizações não governamentais, grupos políticos ou acadêmicos, empresas ou mesmo a mídia, podem ser considerados atores securitizadores ou pelo menos, potencialmente capazes de securitizar um determinado tema.

Por fim, é importante ressaltar que o processo de securitização só se completa quando a audiência do ator securitizador, ou seja, os atores funcionais enquanto alvo do discurso do ator securitizador, são convencidos da necessidade de transpor ou ignorar as regras do jogo político para proteger o objeto de referência. Estes atores funcionais ou audiência-alvo do discurso securitizador podem ser toda uma população ou classes sociais inteiras, mas geralmente consistem em setores ou grupos dentro da sociedade de um país. Podem ainda ser líderes políticos dos diferentes poderes (executivo, legislativo ou judiciário), grupos de técnicos-burocratas ou os setores estatais responsáveis diretamente pela implementação de medidas securitárias (como as forças armadas), dependendo do contexto social do país ou região onde o processo se desenvolve.

A percepção que os atores funcionais constroem sobre o discurso do ator securitizador é que irá definir a legitimidade do processo de securitização e a aceitação das medidas securitárias. Portanto este é um fenômeno subjetivo e sua análise deve necessariamente ser contextualizada social, geográfica e historicamente.

Sobre o esquema analítico desenvolvido por Buzan & Waeber, Cepik (2001, pg 16-17) afirma que este é vantajoso pois:

“permite diferenciar processos ad hoc de securitização e processos relativamente institucionalizados de securitização. Se um dado tipo de ameaça é persistente, recorrente ou emergencial, a escolha de respostas políticas adequadas e a definição de prioridades e graus de urgência podem ser institucionalizados através de procedimentos tipificados e agências governamentais especializadas.”
(CEPIK, 2001, pg. 17)

O processo inverso à securitização, a dessecuritização, também é ilustrativo para compreender a definição do processo. A dessecuritização é o processo em que um problema de segurança é politizado, passando a ser tratado dentro do *locus* de decisão política, segundo as

normas políticas regulares. Cepik (2001, pg.16) afirma que dessecuritização é: “*um deslocamento dos problemas relevantes para fora do ‘modo de emergência e exceção’ associado às medidas de segurança e para dentro do processo normal de argumentação e disputa política*”.

Outro aspecto central da teoria de Barry Buzan & Ole Waever é a noção de que os problemas de segurança devem ser estudados num nível de análise regional. Buzan & Waever (2003, pg. 17-19) afirmam que a importância do aspecto regional para os estudos de segurança aumentou devido ao declínio da rivalidade entre as superpotências, com o fim da Guerra Fria. No pós-Guerra Fria teria ocorrido uma redução da “penetração” do interesse da superpotência global em diferentes regiões, que foi acompanhada de comportamento semelhante da maior parte das grandes potências, que passaram a ter menor incentivo para envolver-se em competições estratégicas em regiões distantes.

Além disso, o processo de descolonização, que se desenvolveu desde os anos 40, já havia lançado as bases para a regionalização das dinâmicas de segurança, pois as relações entre os novos países independentes da África, Oriente Médio e Ásia se distinguiam das tendências sistêmicas do confronto bipolar. Este processo de regionalização continuou com a criação de novos países no leste europeu nos anos 1990. Outro aspecto proeminente que reforça esta tese é a proliferação de grupos ou organizações regionais de segurança e cooperação securitária intergovernamental, como destacado por Mônica Herz (2004), que cita como exemplo o caso da ECOMOG, no âmbito da ECOWAS, na África Ocidental³³.

A classificação da polaridade do sistema mundial também gera muitos debates e controvérsias. Os pólos de poder nunca são idênticos, no máximo semelhantes. Na realidade, geralmente os pólos de poder são nitidamente diferentes. Os elementos do poder, seja qual for sua natureza, política, econômica, militar, cultural ou ideológica, também são considerados como tendo pesos e influência distintos de uma teoria para outra. O debate sobre a origem, o papel e peso relativo do poder em cada sociedade, economia ou sistema de estados, ou ainda sobre a melhor forma de mensuração das diferentes variáveis que compõem uma mesma forma de poder, por exemplo, militar (real ou potencial), é algo que vem sendo debatido há séculos por estrategistas e cientistas políticos.

Entregando, alguns autores consideram muito mais produtivo para a análise da realidade internacional, ao invés da tentativa de criar mecanismos ou índices de poder, via mensuração

³³ A ECOWAS, ou CEDEAO (Comunidade Econômica Dos Estados da África Ocidental), foi criada em 1975 como um acordo de cooperação econômica, tendo evoluído em 1993 para uma aliança de cooperação em diversas áreas, inclusive para a manutenção da paz. A ECOMOG (ECOWAS Monitoring Group) foi criada no âmbito da ECOWAS, como força multinacional de manutenção da paz, para estabilizar a região. Tendo participado de operações conjuntas com a UA e a ONU na região, já interveio em diversos países da região, como Libéria, Serra Leoa, Costa do Marfim e Guiné-Bissau.

direta ou indireta de variáveis que o compõem, definir em termos analíticos o sistema interestatal, segundo sua estrutura hierárquica e dinâmica de relações (como o grau de conflito e cooperação).

Buzan & Waever (2003, pg. 31-39) propõem um esquema analítico-explicativo que considera a *polaridade*, ou o número de pólos de poder, que podem ser classificados de forma geral segundo sua atuação predominante (local, regional, inter-regional, global) e o grau de *polarização*, ou seja, a dinâmica de relações entre os atores envolvidos num sistema de Estados (regional ou mundial) segundo a intensidade das relações estabelecidas ou mantidas (baixa, média, alta), mas também segundo o grau de conflitos/rivalidade ou de cooperação/amizade.

Estes autores afirmam que é muito difícil uma unipolaridade absoluta num sistema de Estados mundial, sendo que a unipolaridade só poderia ser plenamente alcançada em nível regional, como é o caso da unipolaridade exercida pelos Estados Unidos na América do Norte. Buzan & Waever (2003, pg. 34-37) propõem que o status da polaridade seja definido segundo o número de pólos que podem ser considerados como superpotências e grandes potências e que o peso das potências regionais não deve ser ignorado. O resultado prático deste modelo é a classificação da atual polaridade mundial em um sistema 1+4 (EUA + Rússia, China, Japão e U.E.), considerando, portanto a União Européia como um ator internacional, neste caso que poderia até ter sua estrutura decomposta (Alemanha, Reino Unido, França). Esse sistema, que muitas vezes é chamado de unipolaridade desigual, fica mais claro quando especificados os números de pólos de poder em cada categoria, superpotência (1) e grandes potências (4).

Por exemplo, durante a Guerra Fria, a bipolaridade pode ser melhor compreendida pela classificação em um sistema 2+3, sendo as duas superpotências mais três grandes potências, sendo que China é considerada uma grande potência durante todo o período, enquanto Inglaterra e França, gradativamente em declínio, são rebaixadas no final da Guerra Fria e substituídas, nesta categoria de grandes potências, por Japão e U.E. (liderada pela Alemanha).

É interessante aqui, abrir um parênteses e fazer uma breve comparação entre as dificuldades para a aceitação de uma unipolaridade total e de uma hegemonia absoluta, pelas diferentes correntes teóricas, do realismo e do globalismo. Assim como realistas e neorealistas vêm discutindo a noção de unipolaridade, sempre diante do problema de que esta polaridade, centrada nos Estados Unidos, não é absoluta, esta discussão também vem acontecendo entre globalistas pela não aceitação de que a hegemonia americana seja absoluta. Por exemplo, o pesquisador Theotônio dos Santos chega a propor a categoria de Hegemonia Compartilhada para definir o status da atual correlação hegemônica dos Estados Unidos no sistema internacional.

Esta hegemonia seria compartilhada com as demais grandes potências, especialmente seus aliados como o Japão e a União Européia.

De forma semelhante Samir Amin, resume em artigo de 2004 sua proposta de interpretar a relação dos Estados Unidos com esses aliados como uma espécie de “tríade imperial”, onde esta superpotência manteria a pressão imperialista sobre o mundo controlando e cooperando com esses aliados (AMIN, 2004). O controle de setores chave seria a única forma dos Estados Unidos manterem esta relação de troca de benefícios desigual na partilha imperialista do mundo com a U.E. e o Japão. Estes setores-chave incluem as tecnologias de ponta, principalmente bélicas, as altas finanças e os recursos naturais estratégicos.

Essencialmente, o mais relevante para este trabalho é destacar que diferentes linhas teóricas concordam com a constatação empírica de que esta polaridade ou hegemonia não é absoluta e que existem meios específicos pelos quais os Estados Unidos mantêm sua superioridade, principalmente com o controle de recursos materiais como: dos setores econômicos mais importantes, de tecnologias sensíveis, do sistema financeiro e monetário mundiais, dos meios de comunicação de massa ou do acesso aos recursos naturais estratégicos.

Além disso, para entender este contexto é preciso lembrar que os EUA continua sendo a única potência com capacidade de projeção de forças militares em qualquer cenário de conflitos do globo. Mesmo assim, não se pode desconsiderar em nenhum momento a relação desta superpotência com as demais potências regionais ou grandes potências, que possuem estratégias próprias para manter e ascender na posição relativa que possuem no sistema internacional.

Assim, para entender os principais problemas de segurança no Sistema Internacional, se faz fundamental a análise da atuação estratégica, seja setorial ou regional destes atores. Para compreender a atuação destas potências em uma região específica como a África, em um setor específico como o petróleo, é importante delimitar as dimensões regionais e os processos que levam ao desenvolvimento ou reconhecimento de uma questão como problema de segurança no nível regional.

1.3. OS COMPLEXOS REGIONAIS DE SEGURANÇA (CRS) SEGUNDO BUZAN & WAEVER

Para analisar os processos securitários em uma região, Barry Buzan & Olé Waever desenvolveram o conceito de Complexo Regional de Segurança (2003, pg. 40-45), definido como uma constelação de Estados com problemas securitários semelhantes ou comuns e que possuem uma interação relativamente ampla no campo da segurança. Em um CRS (Complexo Regional de Segurança) as relações securitárias interestatais são intensas a ponto de os

problemas que afetam um dos membros do mesmo CRS acarretarem algum tipo de efeito sobre os demais. A resolução de um problema de segurança acaba passando necessariamente pela interação entre a maioria ou todos os Estados do mesmo CRS. A região é assim concebida a partir das dimensões securitária e territorial, já que os autores consideram que a maior parte das ameaças tem maior facilidade para se mover entre distâncias pequenas ou relativamente reduzidas.

Assim, os processos de securitização e interdependência securitária são mais intensos entre atores dentro de um mesmo CRS do que entre atores fora do mesmo ou entre um CRS e outro. Os padrões de interdependência podem ser de diferentes tipos, como amizade e inimizade, e envolve relações de poder, hierárquicas ou antagônicas. As fronteiras dos CRS são geralmente zonas de interação mais rarefeita ou indefinida, ou onde se mesclam dinâmicas securitárias de diferentes CRS, onde os países ou regiões são considerados “insuladores”, como Níger, Congo e a República Centro-Africana, no continente africano, o Afeganistão no centro do asiático e a Turquia, entre o Oriente Médio e a Europa.

A classificação de Buzan & Waever (2003, pg. 229-233) subdivide a África Subsaariana em 4 grandes regiões ou complexos regionais, sendo um complexo de segurança propriamente dito o da África Austral (Idem, pg. 233-238), dois proto-complexos regionais, na África Ocidental (pg. 238-240) e no Chifre da África (pg. 241-243) e ainda um CRS em estruturação na África Central (243-247). As demais áreas são consideradas insuladoras das dinâmicas inter-regionais, incluindo países priorizados neste estudo como Gabão, Guiné Equatorial, Congo e a República Democrática do Congo. Esta classificação pode ser visualizada no mapa em Apêndice, com os Complexos Regionais de Segurança segundo Buzan & Waever (APÊNDICE MAPA 1.1.).

No caso da África Subsaariana, Buzan & Waever (2003) argumentam que a dificuldade em identificar padrões regulares de interação securitária entre as regiões ou CRS faz com que haja uma grande quantidade de zonas insuladoras, além de proto-CRS, ou seja, regiões onde o nível de interação ainda é reduzido demais para caracterizar um CRS típico. Mas as tendências demonstram que estas regiões caminham para a consolidação de Complexos Regionais de Segurança.

Como os países exportadores de petróleo localizados no Golfo da Guiné se encontram divididos entre os diferentes CRS da África Ocidental, da África Austral e incluem alguns dos países insuladores entre estas regiões, considera-se que esta classificação, a princípio, não deve ser o único ou mesmo o principal critério de delimitação regional do espaço geográfico a ser estudado.

Considerando ainda que este estudo tenha como uma de suas metas analisar os problemas securitários envolvendo o petróleo em áreas geográficas específicas, onde suas reservas são abundantes a ponto de atraírem o interesse da superpotência ou das grandes potências, esta classificação regional se torna útil, porém não suficiente. Para a análise dos dados obtidos irá considerar a classificação dos CRS africanos segundo Buzan & Waever, mas não será limitada nem se restringirá exclusivamente a este modelo de categorização.

Outro aspecto importante desta teoria é sobre a interação ou ligação entre as dinâmicas regionais e globais. Buzan & Waever (2003, pg. 27-30, 45-47) consideram que a dinâmica regional mantém certo nível de autonomia, mesmo diante da penetração das potências globais. Os problemas regionais podem ser revestidos pelos interesses das grandes potências, principalmente das potências mais próximas geograficamente, mas também da superpotência americana. Neste sentido, a continuidade dos Estados Unidos como única superpotência com interesses e capacidade de projeção de forças militares em todo o globo, faz com que a análise de qualquer região exija algum nível de compreensão sobre seus interesses e sua influência regional. Além disso, os interesses das grandes potências como China, Rússia, Japão e UE (Reino Unido, França e Alemanha), ou de potências regionais como Índia, Brasil e até mesmo a África do Sul têm que ser considerados, principalmente quanto ao formato que estes assumem em relação aos interesses da superpotência (antagonismo, cooperação, indiferença).

Para analisar os tipos de interações securitárias mais importantes, assim como identificar as origens e intensidade das relações dentro dos CRS ou entre complexos diferentes, ou ainda, para distinguir quais aspectos são mais relacionados com cada problema de segurança, Buzan & Waever (2003, pg. 51), sugerem que a análise seja feita em diferentes níveis: o nível doméstico, ou nacional, o nível regional, o inter-regional e o nível global. Cada nível de análise permite separar os elementos mais importantes para aquele tipo de problema, assim como suas relações com as dinâmicas securitárias adjacentes.

No caso da África subsaariana estes autores destacam que o nível mais importante é o nacional ou subnacional, isto é, doméstico (idem, pg. 224), em decorrência da relativa “fragilidade interna dos Estados” e pela presença de grande número de atores não-estatais importantes, inclusive grupos armados ou insurgentes (pg. 227). Isto faz com que a dinâmica de segurança regional, de maneira geral, seja mais fortemente determinada pelo nível doméstico.

Mais precisamente, o que Buzan & Waever (2003, pg. 219-221) chamam de fragilidade estatal é caracterizada pelo grande número de estados que colapsaram até os anos 1990, formando uma massa significativa de “Estados falidos” (idem, pg. 225-226). Os mesmos autores chegam a classificar os regimes africanos como “estados não-estatais”, já que os consideram

geralmente fracos, estes não oferecem serviços públicos à sociedade, muitas vezes precisam de apoio externo ou do controle de recursos estratégicos (petróleo, ouro, diamantes) para se manterem, além de serem atacados pelo patrimonialismo de indivíduos, famílias, clãs ou tribos, que vivem do aparelho estatal. A economia predominantemente de subsistência também acaba aumentando a distância entre as populações e os centros de poder. O resultado é que muitos destes estados acabam tendo soberania meramente jurídica (idem, pg. 221).

Esse quadro de colapso pode ser percebido pela grande quantidade de insurgências ou rebeliões, além do grande personalismo/patrimonialismo que caracteriza a maior parte dos regimes africanos. Estes problemas foram ainda mais agravados nos anos 1990 pelo relativo desinteresse das grandes potências pela região e pela privatização dos reduzidos bens estatais e das economias locais, justificada pelo neoliberalismo e a doutrina do “Estado mínimo”. Outro aspecto que caracterizaria esta suposta fragilidade estatal na região é o poder de ação de ONGs, tanto internacionais como africanas, que praticamente não se relacionam com os Estados, e agem independentemente destes. O grande número de grupos criminosos armados, saqueadores, máfias e mercenários, além de guerrilhas que vivem do contrabando de recursos naturais, vêm completar o quadro de “pulverização e caos político”.

Outra razão para este ser o nível de análise mais importante, deve-se à existência de uma grande quantidade de rivais não-estatais dos Estados (BUZAN & WAEVER, 2003, pg.227-229). A presença de atores que controlam regiões ou parcelas significativas de território e fazem oposição armada ao Estado - como UNITA em Angola, muitas vezes financiados por multinacionais (neste caso do setor de mineração de diamantes) - ou ainda a grande quantidade de grupos armados, rebeldes ou insurgentes que tomaram o poder em seus respectivos estados. A grande quantidade de missões da ONU para estabelecer e manter a paz, também demonstra a relativa fragilidade dos estados desta região para manterem a ordem e a estabilidade interna³⁴.

Por outro lado, no nível global de análise predominam as influências das dinâmicas securitárias determinadas pela atuação das grandes potências/superpotências. O fim da Guerra Fria e da própria URSS provocou uma série de mudanças (*transformações externas*) nas relações entre a superpotência e as grandes potências com os países africanos. Por exemplo, ocorreu um relativo afastamento da Rússia dos regimes africanos tidos como aliados no período anterior, caso de Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, mas também um relaxamento, senão o término do apoio americano às guerrilhas ou grupos rebeldes nestes países, como é o caso do fim ao apoio

³⁴ A ONU mantém atualmente 7 missões de paz na África subsaariana: UNAMSIL (United Nations Mission in Sierra Leone), MONUC (United Nations Organization Mission in the Democratic Republic of the Congo), UNMEE (United Nations Mission in Ethiopia and Eritrea), UNMIL (United Nations Mission in Liberia), UNOCI (United Nations Operation in Côte d'Ivoire), ONUB (United Nations Operation in Burundi) e UNMIS (United Nations Mission in the Sudan). A ONU possui atualmente um total de 69.717 soldados, observadores militares e policiais em 18 missões diferentes. Deste total, 54.096 estão envolvidos nestas 7 missões em andamento na África Subsaariana. A ONU já conduziu um total de 60 operações de manutenção da paz - 13 no período de 1948 a 1988, as outras 47 de 1988 até 2006.

dado à UNITA em Angola. No geral, os anos 1990 foram caracterizados por um relativo desinteresse das superpotências pela África Subsaariana, o que é interpretado como uma das causas do aumento do número de conflitos regionais nesta década (BUZAN & WAEVER, 2003, pg. 249-252). Como será discutido mais adiante, neste trabalho considera-se que este interesse pela África não foi tão diluído assim nos países com recursos minerais metálicos estratégicos ou minerais fósseis como petróleo e gás em grande quantidade, principalmente porque mais recentemente estes países se tornaram alvo direto do interesse das grandes potências.

Após o fim da Guerra Fria também cresceu significativamente a ação de ONGs internacionais, atuando em áreas como direitos humanos, questões ambientais e combate à fome e pobreza, assim como prevenção a AIDS/DSTs. Também se intensificou a presença e a atuação de grandes corporações transnacionais, ligadas à exploração de recursos naturais como diamantes e petróleo (principalmente na região do Golfo da Guiné). Este é um exemplo interessante da importância de atores não-estatais de atuação predominantemente global que mantém relações diretas com o nível doméstico ou sub-regional. A década de 1990 foi igualmente marcada por transformações internas dos CRS subsaarianos, como a queda do regime de *Apartheid*, na África do Sul e a conseqüente alteração da dinâmica securitária em toda a África austral, que segundo esses autores evolui de uma Formação de Conflitos para um Regime de Segurança³⁵.

Vale reiterar que no nível global a atuação dos Estados Unidos tem implicações para qualquer CRS do mundo, já que a posição de superioridade militar e o status de única superpotência lhe permitem impor seus interesses aos estados mais fracos ou a outros atores não estatais, muitas vezes de forma arbitrária e unilateral. Essa proposição é válida tanto se pensada na forma de interesses estatais de Segurança nacional como interesses privados, no caso de suas empresas multinacionais. Se houver coincidência de interesses pode até haver cooperação, mas caso contrário, costumam ocorrer conflitos e a imposição da vontade do mais forte.

Especificamente sobre África, o africanista Aleksis Ylönen descreve que:

“que en el caso de África hay que analizar las guerras a través de una investigación que considere actores e intereses locales, regionales e internacionales para llegar a una explicación comprensiva de los conflictos civiles contemporáneos”. YLÖNEN, Alesksi (2005, pg. 31)

³⁵ A criação da SADC (Southern African Development Communiy) em 1992, é resultado da transformação da SADCC (Southern African Development Coordination Conference, de 1979), em uma comunidade de cooperação econômica e securitária, no contexto da independência da Namíbia, da crise do regime do *Apartheid* na África do Sul e a posterior inclusão deste país na organização. Atualmente os países membros são a África do Sul, Angola, Botswana, Ilhas Maurícius, Lesoto, Malawi, Moçambique, Namíbia, Rep. Democrática do Congo, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue. Em 1996 a SADC criou um órgão específico para a cooperação inter-estatal na área de segurança e defesa, que também atuaria na manutenção da paz, o ISDSC (Inter-Stat Defence and Security Committee). O ISDSC foi responsável pela organização e direção das tropas da SADC enviadas para pacificar a Rep. Democrática do Congo durante a guerra civil, em 1998.

Como o petróleo é um objeto alvo de disputas e securitização tanto no nível regional como global, a relação entre os dois níveis é consideravelmente diluída. Isto torna ainda mais importante a construção de um quadro descritivo-analítico completo sobre esses processos, que não se limite apenas a descrever esses níveis de forma totalmente separadas, mas que identifique as relações entre os níveis globais e regionais. Assim, nesta pesquisa, considera-se que a descrição das relações entre os níveis regional e global de análise, com seus respectivos atores, é mais importante do que a descrição de apenas um nível, separado dos outros.

Em linhas gerais pode-se concluir que a hegemonia sistêmica dos Estados Unidos está não apenas baseada em influências regionais, mas está diretamente relacionada ao seu poder de penetração nas dinâmicas de Segurança de Complexos Regionais de Segurança. Qualquer discussão mais aprofundada sobre uma possível crise e transição Hegemônica em andamento deve levar em consideração não apenas fatores econômicos e financeiros, mas político-militares, estratégicos e securitários, tanto no nível global como no regional. O controle sobre determinados meios de poder, como os recursos naturais, assim como os mecanismos utilizados para mantê-los assegurados é fundamental para uma análise mais aprofundada.

Por outro lado, analisar o papel de determinados recursos como o petróleo nas disputas e guerras regionais, também deve levar em consideração os níveis globais de interação securitária, assim como o poder de influência das grandes potências. Ou seja, ambas as abordagens são enriquecidas ao considerarem a interação entre os níveis global e regional dos problemas de segurança.

CAPÍTULO 2

CICLOS ENERGÉTICOS, CRISE DO PETRÓLEO E O AUMENTO DOS CONFLITOS POR RECURSOS

Somada à atual crise da expansão financeira, conforme descrita por Giovanni Arrighi, pode-se perceber outra crise estrutural mais profunda, cujo principal marco inicial também é a década de 1970. As características estruturais desta crise, ao que tudo indica, também são irreversíveis e vêm se tornando cada vez mais nítidas: é uma crise do modelo energético baseado no petróleo.

Esta é uma crise anunciada desde o início do uso do petróleo como combustível de forma sistemática pela indústria, já sob o capitalismo do século XIX. Anunciada tanto no sentido que se sabe que o petróleo é um recurso mineral finito, não-renovável e, portanto, seu esgotamento geraria problemas para a sociedade ou todo um modo de produção que dependesse excessivamente deste; como pelo fato de que desde fins do século XIX são feitas projeções de que as reservas provadas naquele momento não eram suficientes e se esgotariam rapidamente.

Porém também não é a primeira vez que uma sociedade enfrenta uma crise energética. Roma enfrentou uma grave crise de escassez de combustíveis ao mesmo tempo em que passava pela convulsão do sistema escravista, no período de decadência dos séculos III ao V. Semelhantemente, a crise geral do feudalismo na Europa nos séculos XIV e XV foi acelerada por uma crônica falta da então principal fonte de energia, a madeira, que se estenderia até o século XVIII (NOGUEIRA, 1985, pg. 952). Mas foi justamente durante uma das grandes crises de escassez de lenha que se deu o início do uso do carvão mineral. Seu uso como combustível alternativo à madeira, iniciou-se já no século XIII, em Newcastle, na Inglaterra, quando sua mineração foi autorizada pelo rei Henrique II (*idem*, pg. 953).

A madeira é considerada uma forma de energia naturalmente renovável, porém não necessariamente sustentável. A capacidade de reposição natural das florestas depende de condições climáticas e também da velocidade com que é extraída. Se esta for excessiva e a reposição vegetal não conseguir acompanhar o ritmo de extração, ela se torna finita rapidamente. Na tentativa de conter a derrubada indiscriminada de árvores, vários decretos reais proibiam ou restringiam seu corte na Inglaterra do século XVII, como tentativa de preservar as reservas energéticas existentes. Na Ilha de Páscoa, a civilização *Rapa Nui* devastou os bosques além dos limites da sustentabilidade, os nativos cortaram todas as grandes árvores e quando estas acabaram, cortaram as menores e mais novas, depois os arbustos, até que as árvores desapareceram. O fim da disponibilidade de madeira levou a uma grande crise entre os *Rapa Nui* e a estrutura social existente na ilha colapsou³⁶. Este é um dos melhores exemplos para ilustrar o fato de que apesar de alguns recursos naturais serem renováveis, como a madeira, o ritmo do consumo pode ser insustentável e torná-la um recurso finito muito rapidamente.

O modelo de consumo excessivo ou insustentável da madeira só continuou viável para a sociedade européia porque foram descobertas novas terras, ricas e relativamente inexploradas na América, cujas grandes florestas levariam mais alguns séculos para serem consumidas (NOGUEIRA, 1985, pg. 953). Além disso, o consumo de energia continuou se ampliando porque uma nova fonte de energia, o carvão mineral, começava a substituir lentamente a madeira na Europa já a partir dos séculos XV-XVI.

Alguns séculos depois, a Revolução Industrial transformou o carvão em um recurso energético fundamental. Este era usado para alimentar as novas indústrias, gerando o calor que fazia funcionar os teares e outras máquinas a vapor, além de caldeiras nas indústrias siderúrgicas. O vapor se tornaria rapidamente o símbolo desta nova modernidade, movimentando de teares mecânicos a navios e locomotivas. E o carvão se tornaria a fonte de energia predominante nos países industriais, ainda durante o longo século XIX, sob a hegemonia britânica.

Apesar de ser utilizado para vedação de barcos ou mesmo como combustível para iluminação por diferentes povos a mais de 5 mil anos atrás³⁷, o petróleo se torna um combustível somente sob o capitalismo. É sob o capitalismo do século XIX que nasce a moderna indústria do petróleo, inicialmente usado como iluminante e depois como combustível em diferentes tipos de motores. Da mesma forma como o carvão substituía a madeira no século XIX, o petróleo viria substituir o carvão de forma mais sistemática no século XX, principalmente com a difusão dos motores a explosão interna³⁸.

³⁶ Uma descrição mais detalhada deste processo pode ser encontrada em DIAMOND, Jared (2005, pg. 79-119).

³⁷ Alguns estudos demonstram que seu uso para vedar barcos na região da Mesopotâmia remonta há cerca 7000 anos atrás.

³⁸ A difusão desses motores foi grandemente impulsionada pelo modelo industrial fordista, nascido nos Estados Unidos, mas

Isto ocorreu numa época em que o principal combustível de alguns países como Estados Unidos e Rússia, então em processo de industrialização, ainda era a lenha³⁹. Antes mesmo do fim do século XIX estes dois países já eram responsáveis por quase toda a produção petrolífera mundial, como relata o historiador azerbaijão Natig Aliyev:

“In 1850, oil extraction in the world had reached about 300 tons. By 1881, it had grown to 4.4 million tons. By 1891, 22.5 million tons of which 9.5 million tons came from the US and 11.4 million tons from Russia of which 95% was extracted from Azerbaijan”. (ALIYEV, Natig, 1994, The History of Oil in Azerbaijan)

Entretanto, o petróleo só se tornaria a base da matriz energética dos Estados Unidos, ultrapassando o carvão mineral em porcentagem da energia produzida, nos anos 1930-40, praticamente substituindo-o até 1950 (YERGIN, 1993, pg. 418). Isto num contexto em que, em 1940 os EUA produziam 63% do petróleo no mundo, contra 5% do Golfo Pérsico (idem, pg. 402). Porém o crescimento explosivo da demanda com a entrada do país na Segunda Guerra Mundial (idem 366-377) e a queda no ritmo das novas descobertas já sinalizavam a dificuldade de manter este padrão de produção. A reestruturação da economia no pós-guerra provocou um novo *boom* do consumo de gasolina, quando o número de automóveis passou de 26 milhões em 1945 para 40 milhões em 1950⁴⁰.

A expansão e consolidação da hegemonia estadunidense, especialmente nos anos 1950-1960 (FILHO, 2004, pg. 313-321) ocorreram justamente no período de maior expansão da indústria petrolífera mundial, do pós-Segunda Guerra Mundial até os anos 1960 (CAMPBELL, 2005, pg. 83-90). Como Daniel Yergin relata:

“A despeito de crises geradas pelo nacionalismo e pelo comunismo, a influência americana era difundida, suplantando a dos antigos impérios colonialistas. O poderio militar americano era amplamente respeitado e seu sucesso econômico alvo de admiração e inveja. O dólar dominava supremo e os Estados Unidos estavam no centro de uma ordem econômica que encorajou entre outras coisas o escoamento do capital americano, da tecnologia e da excelência administrativa na indústria petrolífera, assim como em outras” (YERGIN, 1993, pg. 550)

Tal como o carvão abundante se tornou um símbolo da sociedade industrial sob hegemonia britânica, o petróleo passou a simbolizar e literalmente movimentar a riqueza e a expansão do capitalismo, agora sob a hegemonia americana. Assim, torna-se fundamental discutir de forma mais aprofundada as relações entre os ciclos longos de Hegemonia e os ciclos

também pela revolução que transformou os Meios de Transportes.

³⁹ Em 1850, os Estados Unidos ainda utilizavam a lenha para produzir 94% da sua energia.

⁴⁰ Este crescimento explosivo no consumo de gasolina é considerado o principal motivo da escassez de combustível disponível em 1947-1948, quando os Estados Unidos se tornaram um importador líquido de petróleo (YERGIN, 1993, pg. 418).

longos de produção baseados em determinada forma de matriz energética ou de ciclos energéticos longos. Se o fim da era do petróleo vier a causar, acelerar, ou simplesmente coincidir com o fim da hegemonia dos Estados Unidos, ou até mesmo desse longo ciclo de cinco séculos de hegemonia do Ocidente, é importante que a influência dos ciclos energéticos no contexto global esteja bem estudada, permitindo a análise de sua relevância também em termos teóricos.

2.1. OS CICLOS ENERGÉTICOS LONGOS E O MODELO DA PRODUÇÃO PETROLÍFERA SEGUNDO M. KING HUBBERT: DATANDO A ERA DO PETRÓLEO

A crise do modelo energético baseado na madeira se deu basicamente pelo esgotamento deste recurso. A crise do carvão não se deu pelo esgotamento do carvão, mas pela substituição deste por uma fonte de energia mais eficiente e versátil. Destarte, quando se compara a crise do modelo mono-energético baseado na madeira e a crise do modelo atual as semelhanças sobrepõem as diferenças. O modelo atual, baseado nos combustíveis fósseis pode ser considerado monoenergético no sentido que os hidrocarbonetos como o petróleo e o gás natural correspondem a pouco mais de 65-70% da matriz energética mundial, e somados ao carvão, chegam a pouco mais de 85% da energia mundial. Esta dimensão da dependência dos combustíveis fósseis é que permite analisar a dimensão dos problemas do monoenergetismo⁴¹ num longo ciclo energético.

Luiz A. Horta Nogueira (1985) defende que os ciclos econômicos estão relacionados a ciclos energéticos longos, também de séculos, e que o ciclo do petróleo estaria próximo do auge, sendo seguido de uma rápida decadência que levaria ao colapso desse ciclo energético, semelhantemente aos colapsos dos modelos energéticos baseados na madeira ou no carvão mineral. Esta noção de depleção rápida de recursos finitos, consumidos em grande quantidade, é baseada no modelo de curva de produção petrolífera de M. King Hubbert, que será detalhado a seguir.

A partir de trabalhos desenvolvidos desde os anos 1940, em 1956, o geofísico estadunidense Marion King Hubbert (1903-1989) desenvolveu um modelo de previsão do comportamento da produção petrolífera nos Estados Unidos, considerando os 48 Estados continentais. Este modelo, baseado no cálculo do volume das reservas disponíveis e na velocidade da extração deste recurso, permitiu a Hubbert criar um modelo matemático da produção de petróleo. Se os dados do volume das reservas estivessem corretos, seria possível

⁴¹ NOGUEIRA (1985) Usa o termo monoenergetismo para se referir a um modelo de matriz energética baseada em uma fonte principal que corresponde pela maior parte da energia produzida, como a madeira até o século XVIII, ou o petróleo na atualidade.

projetar a curva da produção de um único poço de petróleo, de campos ou províncias petrolíferas inteiras ou mesmo de um país inteiro. Teoricamente, a posse dos dados completos sobre as reservas globais permitiria projetar a curva de produção mundial.

A curva de produção de um poço é a mais simples e tem 3 etapas, o período de crescimento da produção, o ponto onde se atinge a capacidade máxima de produção, o auge ou pico, onde a produção máxima é mantida por um tempo e depois é seguida pela depleção ou declínio da produção, levando ao esgotamento do poço, como pode ser visualizado no modelo do Gráfico 2.1 (ANEXO Gráfico 2.1.). O modelo criado por Hubbert permite a construção de curvas logísticas que mostram o resultado da soma da produção de vários poços juntos, de uma província petrolífera inteira ou de um país (ANEXO Gráfico 2.2.). Quanto maior a região analisada, maior a tendência para a curva logística se aproximar do formato de um sino, como seria o caso da produção de um país com muitos poços (ANEXO Gráfico 2.3.).

A curva de Hubbert mostra a produção total ao longo do tempo e permite calcular a produção cumulativa, além da visualização de detalhes como fatores como a velocidade do aumento e da redução da produção (inclinação da curva), pontos médios e o pico produtivo. Também permite projetar o momento que este pico ocorre no tempo, assim como o período de duração de cada metade da produção (FERREIRA, 2005, pg. 29-30).

Através deste modelo de projeção, Hubbert previu em 1949 (revisto em 1956), que a capacidade máxima de extração de petróleo nos Estados Unidos, então maior produtor mundial, aconteceria por volta de 1965-1975, com o ponto médio entre 1969 e 1971. Chamado de ‘louco’ na época, quando muitos pensavam que o petróleo era virtualmente inesgotável, sua previsão foi confirmada em 1970.

Porém, datar quando acontecerá o pico petrolífero mundial com precisão não é tão simples. Hubbert calculou o pico da produção continental dos EUA, cujas reservas já eram bem conhecidas nos anos 1950. Não incluiu a produção de regiões como Alaska ou os campos *off-shore* do Golfo do México, que hoje correspondem a parte significativa da produção estadunidense. As descobertas dos maiores campos petrolíferos em volume das reservas totais, ocorreram até a década de 1960-1970 do século XX (CAMPBELL, 2005, pg. 83-89). Desde então as descobertas aumentaram em número de novos poços, mas com volumes cada vez menores, se comparadas aos grandes poços gigantes já em exploração (idem, pg. 90-94). O Gráfico 2.4. (em Anexo) permite visualizar este declínio no volume das novas descobertas⁴².

No momento em que não for mais possível aumentar a produção mundial e o consumo continuar crescendo, a crise petrolífera pode adquirir outras proporções, vide as altas nos preços

⁴² Um gráfico de 2004 mostrando as descobertas de novos poços petrolíferos, subdividido por região pode ser visualizado em IEA *World Energy Outlook 2004 Edition*, pg. 97.

mundiais do barril dos últimos anos serem estruturalmente causadas por um pequeno desequilíbrio entre a produção e o consumo.

Ao mesmo tempo, colocando o modelo de Hubbert numa perspectiva mais ampla, as implicações no nível global são mais complexas, porém também são mais interessantes. O cálculo do volume total das reservas mundiais permite projetar curvas da produção petrolífera mundial, onde a capacidade máxima de produção pode ser datada. Como após este auge, ou pico produtivo se inicia a depleção, sabendo o volume das reservas seria possível datar o início da depleção da produção mundial⁴³. Portanto, isto permitiria aos países se planejarem para enfrentar ou minimizar os efeitos de possíveis crises.

Quanto maior o volume total mais distante no tempo está o pico da produção. Cálculos otimistas das reservas resultam em curvas bem mais lentas e mais distantes no tempo, enquanto os mais pessimistas, utilizando cálculos baseados nas reservas provadas atuais afirmam que o pico da produção mundial é eminente.

Mantendo o atual nível de consumo, as reservas provadas atuais de cerca de 1,1 trilhão de barris seriam esgotadas em menos de 35 anos. Porém, como demonstrado pelas curvas logísticas da produção, este cálculo depende também da velocidade do consumo, que é sempre crescente. Dependendo do ritmo de crescimento do consumo anual, as atuais reservas provadas poderiam ser consumidas em apenas 30 anos. Diferentes estimativas sobre as reservas possíveis, afirmam que teremos petróleo por mais 40, 50, talvez até 60 ou 80 anos⁴⁴, dependendo do total de petróleo ainda por encontrar. Outros fatores também complicam esta análise, como a parcela das reservas provadas que hoje são economicamente inviáveis, mas que poderão ser exploradas no futuro, caso se tornem recuperáveis, ou devido ao aumento do preço do barril ou por novas tecnologias. Alguns geólogos chegam a dizer que o petróleo talvez nunca acabe. O que irá acabar é seu uso como combustível, devido aos custos crescentes de extrair em poços cada vez mais profundos, com reservas cada vez menores e possivelmente de baixa qualidade.

Diversos estudos situam as reservas mundiais totais em cerca de 2 a 2,5 trilhões de barris, dos quais já teríamos consumido quase metade nos últimos 150 anos, restando, portanto de 1 a 1,5 trilhão de barris de reservas recuperáveis comprovadas. Como será discutido no capítulo 3, as reservas mundiais provadas são estimadas entre 1 trilhão e 1,2 trilhões de barris. O cálculo da OPEP é de 1,153 trilhão de barris (*OPEC Annual Statistical Bulletin 2005*, pg. 20).

Usando este tipo de estimativa, Campbell & Laherrère (1998) projetaram o pico de produção petrolífera para a segunda metade da década de 2000, ou seja, entre 2005 e 2010. O

⁴³ Mais complexas porque também existem questões políticas, econômicas e sociais que não podem ser previstas, ou seja, mesmo que fosse possível conhecer todos ou a maioria dos fatores técnicos e geológicos, não é possível controlar todas as variáveis humanas, incluindo aí as possíveis interpretações subjetivas destes fenômenos.

⁴⁴ Considerando as estimativas mais otimistas.

grupo dos estudos considerados mais otimistas calcula que ainda restam de 1,6 a 2 trilhões de barris a serem extraídos, enquanto os autores considerados mais pessimistas situam as reservas de petróleo recuperável em cerca de 900 bilhões de barris (CAMPBELL, 2005 pg. 175), e afirmam que os dados divulgados pelas grandes multinacionais ou por alguns governos foram ‘inflados’ artificialmente nas últimas décadas (idem, pg. 113).

Mas a dificuldade em estimar o volume das reservas também é resultado do uso de métodos e técnicas de mensuração (FERREIRA, 2005, pg. 25-28), classificação e padronização distintos (idem, pg. 17-20). Somando-se a estas distinções mais técnicas, nota-se ainda diferenças na forma de projetar o volume das reservas tidas como recuperáveis ou irre recuperáveis, ou seja, aquelas que são economicamente viáveis ou inviáveis para a prospecção (ibidem, pg. 20-21). Estas últimas diferenças de classificação são as que geram resultados finais mais claramente discrepantes, que permitem até mesmo aquela divisão genérica destas classificações entre ‘otimistas’ e ‘pessimistas’.

O outro aspecto central para esta análise é a relação entre o volume das reservas, a produção ou oferta e a demanda ou consumo. Por exemplo, a atual produção mundial, de cerca de 85 milhões de barris por dia, pode já estar próxima do limite atual, que só deverá ser expandido significativamente com o início da prospecção de uma série de novos campos a partir de 2007-2009. Isso significa que a produção aumentará mais lentamente até lá, mesmo que a demanda cresça. A simples inexistência de uma margem de segurança produtiva, ou seja, de uma capacidade reserva de prospecção maior que o consumo, pressiona os preços constantemente, elevando-os por qualquer problema que resulte numa redução de produção, mesmo que pequena.

Este seria um dos fatores mais importantes para explicar o aumento dos preços no período 1998 a 2005. Com a demanda praticamente igual a oferta, qualquer tipo de risco à produção mundial total pode pressionar os preços, mesmo que a ameaça seja relativamente pequena e localizada, como uma simples greve de petroleiros na Noruega, uma ameaça de guerrilheiros na Nigéria, um atentado na Indonésia, ou problemas na produção do Sudão, ou do Iraque. Desastres naturais podem comprometer igualmente o fornecimento, como o exemplo do furacão Katrina, em 2005, que danificou parte da infra-estrutura de produção no golfo do México, pressionando imediatamente os preços do barril de petróleo, levando a uma intervenção da OCDE e da AIE para injetar as reservas estratégicas de petróleo no mercado, especialmente nos EUA, para impedir altas abruptas nos preços (KLARE, 2005a; IEA, 2005, *Contributions of IEA Member Countries to the Hurricane Katrina Oil Supply Disruption*).

Além disso, como acontece com qualquer outro produto, quando a procura supera a oferta, os preços tendem a subir até conter a demanda, reequilibrando a situação. O equilíbrio

pode ser obtido novamente reduzindo o consumo através de um processo recessivo-inflacionário como o que foi visto nos anos 1970-1980, ou com o aumento da oferta. O problema é que aumentar a produção será fisicamente impossível após o início definitivo do declínio da produção que levará ao esgotamento das reservas, seja isto daqui a 40 ou 80 anos.

Alguns autores criticam o uso do modelo de Hubbert por considerarem que as inovações tecnológicas aumentam a quantidade de petróleo que pode ser considerado recuperável em uma mesma bacia petrolífera, sem alterar seu volume (DEMING, 2003). Porém estes autores não negam que a produção um dia entrará em declínio, simplesmente defendem que o auge ou pico produtivo pode ser adiado temporalmente e quantitativamente, pela introdução destas novas tecnologias extrativas, sem necessariamente incluir novas descobertas. O mesmo ocorreria com a velocidade real do declínio, que pode se tornar bem mais lenta do que nas projeções.

Colin J. Campbell (2005) defende em seu livro, *Oil Crisis*, que o pico da produção mundial de petróleo convencional deverá ocorrer ainda na primeira década do século XXI, seguido do período de declínio ou depleção da produção mundial, marcando o simultâneo declínio e esgotamento das reservas globais. O “pessimismo” de Campbell pode ser influenciado pelo virtual esgotamento das reservas britânicas no Mar do Norte antes de 2020. Outro motivo é que Campbell subtrai do cálculo das reservas existentes, as revisões infladas por alguns países da OPEP durante os anos 1980, que este autor considera exageradas e oportunistas, feitas apenas para que estes países pudessem aumentar sua quota de produção de petróleo rapidamente⁴⁵.

Entretanto, este aumento pode não ser atribuído apenas a revisões exageradas, como Campbell defende (2005, pg. 133). As técnicas mais precisas de cálculo do volume de cada poço, além das mudanças na padronização e classificação internacional do volume das reservas, que ocorreram nos anos 1980 e 1990, também são em parte responsáveis por esse aumento (FERREIRA, 2005). Exemplo disso é que essas novas padronizações fizeram as reservas de alguns países ou empresas como a Pemex diminuírem (redução de mais de 10 bilhões de barris), enquanto as reservas de empresas como a Petrobrás, que já utilizava o padrão internacional, não sofreram grandes alterações, a não ser pelo crescimento real de novas descobertas no mar.

Apesar de ser um dos mais respeitados geólogos do setor petrolífero mundial, seus cálculos sobre o volume total das reservas mundiais provadas é de 764 bilhões de barris (CAMPBELL, 2006, pg. 141-144), mais cerca de 142 bilhões recuperáveis ainda por descobrir (idem, pg. 162-163), menos as reservas que considera exageradas pela OPEP e por algumas empresas petrolíferas, o que resulta em no máximo 906 bilhões de barris recuperáveis (pg. 175).

⁴⁵ As reservas totais da OPEP receberam adições de 250 bilhões de barris entre 1985 e 1988. Isto foi feito apenas pela revisão do volume dos poços já conhecidos nos países do Golfo Pérsico, que puderam assim aumentar sua produção sem descumprir as quotas da OPEP (CAMPBELL, 2006, pg. 141-144 e 317-318).

Como já foi citado, esta estimativa do volume das reservas mundiais é bem inferior as de várias organizações governamentais, inter-governamentais e empresas e consultorias (OPEP, AIE, *Oil & Gas Journal*, *World Oil*, BP, EIA-DOE), o que faz com que Campbell seja incluído entre os geólogos considerados mais pessimistas.

O maior problema de creditar às reservas mundiais um volume de 906 bilhões de barris recuperáveis, é que o ponto médio do período⁴⁶ conhecido como o pico ou platô da produção mundial seria em 2003. Como a produção continua crescendo desde então, é provável que estes cálculos tenham sido exageradamente pessimistas. Por outro lado, cálculos excessivamente otimistas como os da Agência Internacional de Energia, de que as reservas mundiais recuperáveis seriam de 2 trilhões de barris (1,2 tri. bbl provados mais 1 tri. por descobrir), com o pico da produção mundial ocorrendo somente depois de 2030, parece ser excessivamente otimista. Mesmo que consultorias respeitadas como a *Cambridge Energy Research Associates* confirmem projeções semelhantes, refutando a iminência do pico petrolífero (JACKSON, 2006).

Tanto em um cenário intermediário como em um pessimista, a manutenção de preços elevados tende a favorecer a substituição do petróleo e outros combustíveis fósseis por outras fontes de combustíveis mais baratas, inclusive energia alternativa. Isto poderia reduzir a pressão sobre o petróleo, adiando um pouco sua depleção e, portanto adiando seu esgotamento.

Duncan Clarke, em recente artigo na *Petroleum Africa* (Agosto de 2006), contesta as projeções sobre o pico petrolífero citando as falhas das antigas projeções regionais feitas para a África a partir do resultado das descobertas recentes no continente africano. Clarke (2006, pg. 20) demonstra como as projeções feitas em 1996, de que o pico da produção africana ocorreria em 2004, estavam totalmente erradas. Estas partiam da idéia de que o ponto médio do pico das descobertas foi no ano de 1961 e restavam apenas 11 bilhões de barris de novas descobertas a serem feitas no subcontinente. O resultado foi o grande equívoco de cálculo de que o ponto médio do pico produtivo seria em 2004. Esta produção, de 2004, já foi ultrapassada pela produção atual, que continua crescendo e nada demonstra que esta irá parar de crescer antes de 2025. Para reforçar o erro de tais cálculos, o autor acrescenta aos atuais 111 bilhões de barris provados outros 95-120 bilhões de barris ainda por descobrir (idem, pg. 22).

Apesar de Clarke (2006, pg. 20-23) usar esta argumentação para criticar todo o modelo de cálculo do ponto médio da capacidade máxima de produção, a única coisa que ele realmente consegue fazer é mostrar que estavam errados os cálculos sobre o volume total das reservas africanas, que dobraram nos últimos 20 anos e segundo ele, dobrarão novamente nas próximas duas décadas. Ao invés de invalidar a tese do pico petrolífero, Clarke acaba reforçando a

⁴⁶ Entendendo o pico petrolífero não como um ponto, mas como um período ou faixa de tempo onde ocorre o platô da produção. Este período sim possui um ponto médio que pode ser calculado com relativa precisão.

importância do cálculo mais preciso das reservas de cada região, para poder projetar com mais segurança, o pico petrolífero mundial, reiterando a idéia de que o cálculo do volume total mundial feito pelos geólogos mais pessimistas talvez tenha sido precipitado⁴⁷.

O que esta discussão demonstra é que existe uma grande dificuldade em prever quanto petróleo pode ser encontrado, ou seja, qual é o volume total das reservas mundiais (provadas + prováveis + por descobrir). Como existe uma grande margem de erro nestes cálculos também é difícil prever uma data para o pico petrolífero mundial. A maior parte dos geólogos aceita a possibilidade de que este pico deve se manifestar na forma de um platô, quando durante alguns anos se manteria a produção máxima, com uma redução muito lenta na primeira década, antes que se iniciasse uma depleção mais acelerada. E mesmo assim, existem muitas controvérsias sobre o ritmo desta depleção, já que as novas tecnologias demonstraram ser possível extrair uma porcentagem maior dos poços do que se imaginava no início, reduzindo o ritmo com que a produção se esgota, e portanto amenizando seus impactos. O caso dos EUA continua sendo paradigmático, os cálculos de Hubbert previram o pico produtivo com exatidão, mas não o ritmo de depleção, que continua maior do que o previsto, já que as melhorias tecnológicas aumentaram a prospecção dando sobrevida aos poços em esgotamento. Somando à descoberta de novos campos petrolíferos, no Alaska e *off-shore*, estes permitiram que o país continuasse produzindo grandes volumes de petróleo, além da capacidade prevista para os 48 estados continentais.

De qualquer forma é evidente que uma grande crise petrolífera mundial ocorrerá a partir do início da depleção da produção mundial, independente de quando esta ocorra. Como isso realmente afetará as disputas por petróleo no nível mundial é imprevisível, mas quanto mais preparado um país estiver para enfrentar esta crise, menos sofrerá suas conseqüências e melhor será sua posição no Sistema Internacional pós-Era do Petróleo. É fundamental que se discuta desde já a importância da transição para outro modelo energético, processo este que pode ser muito custoso se a necessidade exigir que seja feito muito rapidamente, mas que pode ser benéfico se for feito de forma gradual, antecipadamente estruturado e planejado.

Analisar detalhadamente o papel do petróleo neste período e os conflitos envolvendo petróleo se torna fundamental para testar qualitativamente a correlação entre a crise do ciclo hegemônico americano e a crise do ciclo energético do petróleo. Esta é a função do próximo tópico que deverá analisar as relações entre estes problemas desta fase atual da crise mundial com múltiplas facetas, hegemônica e energética.

47 É importante ressaltar que este trabalho não tem por objetivo desvendar ou solucionar o amplo debate a respeito do "Pico Petrolífero". Este breve resumo do problema se faz necessário para ampliar e enriquecer a análise do contexto internacional de aumento das disputas por recursos naturais, especialmente por petróleo. Para ver mais aspectos do estágio atual deste debate sobre o "pico petrolífero", ver: Adam Porter (2005a), IHS (2005), Daniel Yergin (2006), CERA (2006), Peter Jackson (2006), Ali Bakhtiari (2006), Kjell Aleklett (2006) e Matthews Simmons (2006a e 2006b).

2.2. A ATUAL CRISE ENERGÉTICA E O ENVOLVIMENTO DAS ZONAS PETROLÍFERAS NA LÓGICA DAS GUERRAS POR RECURSOS

Campbell (2005, pg. 51-52) subdivide a Era do Petróleo em quatro diferentes períodos. O primeiro seria a “Época dos Pioneiros”, marcada pela exploração pioneira do que hoje são os maiores campos petrolíferos mundiais e pelo nascimento e consolidação da moderna indústria petrolífera (idem, pg. 52-79). A fase seguinte, dos anos 1950 a 1970, chamada como “Período de Expansão”, é marcado pelo aumento acelerado da produção mundial e pelas maiores descobertas de novas reservas petróleo da História, especialmente na década de 1960 (idem, pg. 83-90) e pela proliferação do nacionalismo nos países subdesenvolvidos exportadores de petróleo, simbolizado pela criação da OPEP em 1960.

A fase seguinte, nomeada “Transição” teve início em 1970, marcando a ruptura com o modelo anterior dominado pelas grandes corporações petrolíferas ocidentais e pelo rápido aumento da produção (idem, pg. 91-104). Esta fase seria aquela em que os países que detêm grandes reservas percebem que estas são limitadas e sujeitas às leis da natureza, ou seja, sujeitas ao esgotamento. Começa com a depleção da produção nos EUA em 1970 e a subsequente crise de 1973, a nacionalização⁴⁸ das reservas e da produção petrolífera na maior parte dos países exportadores de petróleo. Esta fase também é marcada por inúmeras revoluções, golpes e até mesmo guerras civis em países exportadores de petróleo, principalmente no mundo subdesenvolvido, mas também envolvendo grandes potências contra petro-Estados, como no caso das guerras entre EUA e Iraque (1991 e 2003). Como será discutido mais a frente, em linhas gerais esta é a fase onde os limites da produção petrolífera e o aumento do poder dos países da OPEP leva à busca pela ampliação da produção fora dos países desta organização. Este esforço foi levado até o limite em que era possível nos anos 1980, continua em andamento nas novas zonas de produção na África e Ásia Central, e deverá continuar sendo feito até a produção mundial entrar em depleção, o que Campbell arrisca datar para o fim desta fase, em 2010.

Portanto, como o próprio nome indica, esta fase marca a transição entre o período de “Expansão” (1950-1970) e a fase de “Depleção” pós 2010, onde segundo Campbell, teria início, de forma provavelmente irreversível, a redução da própria produção mundial de petróleo. Uma grande crise econômica mundial seria o mais provável na análise de Campbell (2005, pg. 199-

⁴⁸ As primeiras nacionalizações de indústrias petrolíferas ocorreram na URSS em 1920, na Argentina em 1922 e no México em 1936, neste último quando o governo fez valer uma lei de 1917. Mas, foi somente na década de 1970 que a maior parte dos países da OPEP nacionalizou definitivamente suas reservas e infra-estrutura de produção petrolífera. Mesmo em países de fora da OPEP esta política se tornou comum, o que já ocorria desde os anos 1950 em países com pequenas reservas como o Brasil ou havia sido tentado em países como Irã. Nos anos 1970 até países como Inglaterra e Noruega que já possuíam mecanismos de controle estatais sobre este setor, estabeleceram normas de controle extremamente rígidas (para países com economias capitalistas de Mercado) sobre a posse e produção do petróleo. Tal foi o controle estatal sobre a produção destes dois países que foram acusados por outros países europeus de agirem como os países da OPEP.

202). Este autor talvez chegue ao limite do pessimismo ao citar como um cenário possível um mundo sem a capacidade de construir outra matriz energética, assolado pela fome (idem, pg. 294) e pelo colapso do sistema de transportes mundial, quase todo baseado em derivados de petróleo (idem, pg. 296-298). Neste cenário, o próprio Sistema Financeiro-Industrial estaria comprometido com uma recessão, podendo provocar o fim da Era Industrial. Neste “pior” cenário possível, o mundo todo sentiria os efeitos do fim dos hidrocarbonetos de forma semelhante ao que Cuba sentiu nos anos 1990⁴⁹, com o fim da Guerra Fria e o fim abrupto do fluxo de petróleo soviético (pg. 198, 323-324).

Na realidade o que parece claro é que nesta fase da “Depleção”, o abandono da matriz energética baseada no petróleo, por outra matriz energética deixaria de ser uma opção para ser uma necessidade. A possibilidade de que ocorram novas guerras pelas últimas grandes reservas petrolíferas também não pode ser descartada. Para entender a crise atual é necessário analisar mais detalhadamente esta fase de Transição na Era do Petróleo, como será discutido a seguir.

Desta forma, pode-se sintetizar que a grande vantagem do modelo de Hubbert continua sendo a possibilidade de projetar datas para o início da depleção petrolífera mundial e, portanto, da transição para outro modelo energético. Além de atualizar esta discussão para um cenário pessimista o destaque para o trabalho de Campbell (2005), acaba sendo sua periodização da Era do Petróleo. Nesta a fase de “Expansão” coincide com o auge da hegemonia americana, enquanto a fase de “Transição” coincide com o início da crise hegemônica dos EUA e a lenta ascensão de novos pólos de poder econômico mundial, especialmente o pólo “desafiante”, o Leste Asiático. Na fase de “Expansão” a preocupação com a segurança energética era secundária, ainda mais na lógica da Guerra Fria. Mas apesar de não ser central para as superpotências, já era um problema para importantes aliados dos Estados Unidos, inclusive as grandes potências como França e Reino Unido, ou potências regionais como Alemanha, Japão e Brasil. No bloco soviético esse problema não era tão relevante, já que a própria URSS continuava fornecendo petróleo a seus aliados.

Foi principalmente a conjuntura gerada pelo choque petrolífero de 1973, e à subsequente ameaça potencial de novas crises, que cresceu com o choque de 1979, que os EUA passaram a tentar garantir seu próprio acesso direto ao petróleo, securitizando definitivamente este tema, ou seja, trazendo o fornecimento de petróleo importado para a agenda de segurança nacional⁵⁰.

⁴⁹ Vale ressaltar que a comparação de Campbell com a situação em Cuba no início dos anos 1990 pode ser considerada exagerada em vários sentidos, especialmente porque Cuba viveu um período de isolamento forte, intensificado pelo bloqueio estadunidense que persiste. Por outro lado vale lembrar que a vida em Cuba não acabou devido à falta de petróleo, cuja escassez nem mesmo parece ter afetado seriamente a força do regime vigente no país. Portanto não se deve supor que o fim do petróleo possa significar algo semelhante ao fim da vida na Terra, como pregam alguns catastrofistas.

⁵⁰ Atualmente isto é mais explícito, como pode-se notar em documentos como o National Energy Policy - Report of the National Energy Policy Development Group (2001), produzido sob a direção de Dick Cheney.

Este tipo de procedimento pode ser exemplificado pelo discurso de governantes dos Estados Unidos, como a declaração do presidente Carter, em janeiro de 1980:

“Let our position be absolutely clear: An attempt by any outside force to gain control of the Persian Gulf region will be regarded as an assault on the vital interests of the United States of America, and such an assault will be repelled by any means necessary, including military force”. (Jimmy Carter, Annual Messages to Congress on the State of the Union, 23 de Janeiro de 1980)

A efetividade desta declaração, conhecida à época como “Doutrina Carter”, que explicitava o acesso ao Golfo Pérsico como problema de Segurança Nacional, pôde ser observada durante a década de 1980 quando petroleiros kuwaitianos passaram a circular pelo Golfo Pérsico com bandeira americana, escoltados por navios da marinha dos Estados Unidos (FILHO, 2004, pg. 333; YERGIN, 1993 pg. 805).

As implicações do modelo de Hubbert foram críticas em todo este contexto. Na prática as conseqüências foram grandes para os Estados Unidos, que a partir do pico produtivo, passou a ser vulnerável a crises externas e depender de petróleo importado para aumentar o consumo interno de energia. Até aquele momento, qualquer crise global na produção petrolífera, ou tentativas de usar o petróleo como arma política, como a tentativa frustrada da OPEP de reduzir a produção petrolífera em 1967, não tinham efeito prático. Isto porque os Estados Unidos tinham uma capacidade de produção de reserva ou margem de segurança, que lhes permitiam aumentar sua produção imediatamente em caso de emergência, em quantidade grande o suficiente para suprir não só sua própria demanda como a de seus aliados ocidentais. A partir de 1969 e especialmente em 1970, esta capacidade de reserva desapareceu, os EUA passaram a produzir na sua capacidade máxima e o fim dessa margem de segurança tornou-os vulneráveis aos preços e pressões externas. A força que a OPEP passou a ter após este período pode ser exemplificada pela possibilidade de usar o petróleo como arma política de forma realmente eficaz, como fez com o embargo parcial em 1973, durante e após a guerra do Yom Kippur.

Naquele caso, a redução da oferta de petróleo pela OPEP em 1973 ocorreu num período de grande crescimento do consumo (na época em torno de 7% ao ano), o que fez o preço saltar de cerca de US\$ 3,00/barril, para US\$12,00/barril. Na “Segunda Crise do Petróleo”, em 1979 o preço do barril ultrapassou os US\$ 35,00, atingindo US\$ 40,00 um ano depois, no final de 1980 e início de 1981, após o início da Guerra Irã-Iraque e a destruição de parte da infra-estrutura exportadora desses dois países⁵¹.

⁵¹ Em ambas as ocasiões, de 1973 e 1979-1980, foram múltiplos os interesses envolvidos e diversos os atores que ganharam com as crises petrolíferas, como demonstram as obras de Yergin (1993) e Campbell (2005). Alguns destes fatores serão discutidos de forma breve ainda neste capítulo.

Essas duas crises acabaram remodelando o padrão mundial de consumo de petróleo, cujo crescimento acelerado do consumo foi estancado, mantendo-se na casa dos 2% desde os anos 1980. Os motivos desta mudança foram vários, desde a crise recessiva mundial, que afetou principalmente os países subdesenvolvidos, que chegaram a reduzir o consumo total de petróleo, até a busca, em muitos países, por outras formas de gerar energia elétrica, principalmente hidrelétrica, nuclear e a partir do gás natural. Também foram desenvolvidos produtos que consomem menos energia elétrica e carros que andam mais quilômetros por litro. Em alguns países foram criados programas de incentivo às fontes alternativas de energia, como no Brasil com a construção de grandes hidrelétricas e a da criação do programa Pró-Álcool.

Entretanto, como Sérgio E. S. Rosa & Gabriel L. Gomes (2004, pg.22-23) descrevem, neste contexto, o poder da OPEP só foi reduzido gradativamente:

“Após a crise na década de 1980, foram realizados enormes esforços para extração de reservas em países fora da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep), o que diminuiu a sua participação na produção mundial de 52% em 1974 para um mínimo de 29% em 1985. O investimento maciço em novas fronteiras de produção, em tecnologias de extração (inclusive em águas profundas) e no aproveitamento das reservas, diminuiu a poder de barganha da Opep ao longo das décadas de 1980 e 1990. No entanto, a maior produção de petróleo fora do cartel levou diversos países a atingirem mais cedo o pico de produção, a qual voltou, assim, a se concentrar nos países do cartel.

Em 2003, a Opep foi responsável por 30 milhões de barris/dia, ou cerca de 40% da produção mundial. Além disso, as reservas atuais de petróleo são da ordem de 1,1 trilhão de barris, com 77% desse total localizados em países da Opep. Nesse contexto, as projeções indicam uma participação crescente da produção de países da Opep no mercado mundial e queda nas demais regiões produtoras, com algumas poucas exceções (...)” (ROSA & GOMES, 2004, pg. 22-23)

Esse esforço fez com que o aumento da produção mundial, num contexto de redução da demanda, gradativamente pressionasse para baixo os preços do barril de petróleo, que voltou a cair em meados dos anos 80, principalmente após 1985. E com a queda dos preços, os países da OPEP acabaram aumentando novamente a produção para manter os ganhos totais, o que levou a sucessivas quedas no valor do petróleo na segunda metade dos anos 1980. O mais interessante é que a produção dos países membros da OPEP foi expandida sem burlar diretamente as cotas estabelecidas pelo cartel. Mas a maior parte dos países membros da organização passou a revisar o volume de suas reservas, que resultou num significativo aumento das reservas estimadas de quase todos os seus países membros nos anos 1980, como pode ser notado pelos dados oficiais da organização (OPEC, 2005). Assim, todos aumentaram a produção de petróleo, mantendo-se dentro das cotas, que continuaram sendo as mesmas, calculadas a partir das reservas totais de cada país.

Posteriormente, a tentativa do Iraque de assumir a liderança na OPEP e fazer valer as

quotas, somado às antigas rivalidades com o Kuwait levou o país a tentar dobrar o pequeno vizinho. Esta nova queda de braço levou os Estados Unidos, em 1991, a atacar o Iraque para proteger seus interesses no Kuwait e em todo o Golfo Pérsico. Este foi um dos desdobramentos mais importantes da doutrina Carter, demonstrando a importância que o petróleo importado, especialmente do Golfo Pérsico, adquiriu para os Estados Unidos.

Outra estratégia adotada pelas grandes corporações internacionais e posteriormente seguida pelos países que eram grandes consumidores de petróleo, principalmente diante dos seguidos conflitos que desestabilizaram a produção petrolífera do Golfo Pérsico, foi a tentativa de diversificar ao máximo suas fontes de fornecimento. Ao diversificar a origem do petróleo importado, procura-se reduzir dependência de um grande fornecedor e diminuir a probabilidade de uma possível interrupção no abastecimento (MAIDMENT, 2003). Esta estratégia já era defendida por Churchill na década de 1920, para aumentar a segurança energética inglesa que dependia excessivamente do fornecimento persa (YERGIN, 1993).

Porém, apenas diversificar as fontes de fornecimento parece não ser suficiente para uma superpotência com preocupações de médio e longo prazo, como os Estados Unidos. Principalmente diante da perspectiva de que o consumo de petróleo aumentará nas próximas décadas, num ritmo maior que a oferta, o que pode gerar problemas novos e ainda maiores, (CAMPBELL, & LAHERRÈRE, 1998; JAFFE, & FELLOW, 2002; CARUSO, 2004; KLARE, 2004; ROSA, 2005) cujas principais conseqüências serão discutidos mais a frente.

Mas, perante este quadro, o controle das principais reservas de petróleo, primeiramente para si, mas também para seus principais aliados (Europa e Japão) é essencial na estratégia de sustentação da atual superioridade político-econômica-militar estadunidense, ou mesmo para manter seu poder de influência sobre esses próprios aliados (AMIN, 2004). Além disso, manter a estabilidade e bom funcionamento do mercado mundial de energia, com o fornecimento regular de petróleo, sem grandes choques, ajuda os Estados Unidos a evitar que potências na qualidade de rivais ou potencialmente rivais, importadoras de grandes quantias de petróleo, possam se sentir impelidas a participar de confrontos militares pelo controle ou acesso a este recurso.

Neste caso, alguns países como China e Índia, com populações de mais de 1 bilhão de habitantes cada, economias em rápida expansão e com industrialização acelerada, se preocupam de forma especial em garantir seu fornecimento de petróleo, inclusive para manter o rápido crescimento econômico nas últimas décadas. Mas se preocupam também com sua segurança energética, pois assim como as demais potências, objetivam não apenas manter sua posição relativa, mas também ascender na hierarquia global.

A partir dos dados do crescimento do consumo energético global nas últimas décadas e considerando o atual ritmo de crescimento demográfico e econômico é possível fazer algumas estimativas a respeito do consumo futuro. Segundo a Agência Internacional de Energia, entre 1973 e 2004 o consumo mundial de Energia primária⁵² aumentou de 6.035 Mtep para 11.059 Mtep (IEA, *Key World Energy Statistics 2006*, pg. 8). A maior parte deste aumento se deu nos países em desenvolvimento, ou fora da OCDE, que teve sua participação no consumo total reduzida de 62,3% para 49,8%. A área da ex-URSS também reduziu sua participação relativa no consumo mundial de 14,4% para 8,9%, enquanto Oriente Médio cresceu de 1,1% para 4,3%, a África de 3,5% para 5,3%, a América Latina de 3,7% para 4,4%, a Ásia (excluído a China) passou de 6,2% para 11,7% e a China de 7,2% para 14,7% (idem EIA, 2006).

Para atender este crescimento na demanda mundial por energia, no período 1973-2005, a produção mundial de petróleo passou de 2.867 Mt de óleo cru para 3.923 Mt (IEA, *Key World Energy Statistics 2006*, pg.10) A produção de gás cresceu de 1.226 bilhões de m³ (1973) para 2.872 bilhões de m³ em 2005 (Idem IEA, pg. 12).

Com um crescimento médio da demanda por energia de 1,7% ao ano⁵³, o consumo de petróleo no mundo deverá atingir 120 milhões de barris diários até 2030 (IEA *30 Key Energy Trends in the IEA & Worldwide*). Segundo o mesmo estudo da AIE-IEA (pg. 33), com um crescimento do PIB mundial da ordem de 1%, até 2030 serão necessários US\$ 16 trilhões em investimentos na construção e ampliação da infra-estrutura energética global, dos quais 60% no setor elétrico e 38% em petróleo e gás. Segundo esta estimativa, serão necessários cerca de US\$ 3 trilhões em investimentos apenas para o setor petrolífero, o que significa mais de US\$ 100 bilhões por ano⁵⁴. A AIE calcula que 72% deste valor será necessário apenas para a exploração e desenvolvimento de novos poços e áreas produtoras, o que significa mais de US\$ 2 trilhões (IEA, 2003, *World Energy Investment Outlook Insights*, pg. 103-103). Além disso, serão necessários quase 260 bilhões em navios petroleiros e novos dutos para o transporte de óleo e gás.

Diferentes projeções de demanda e oferta de petróleo podem produzir diferentes cenários, dos mais otimistas aos mais pessimistas. Dentre alguns dos cenários mais otimistas estão os projetados pela EIA-DOE que pode ser observada no Gráfico 2.1., a seguir.

⁵² Consumo de Energia Primária = Produção nacional + importações – exportações – petroleiros em transitio internacional + ou – mudanças nos estoques.

⁵³ No período 1973-2003 o crescimento médio foi de 2,2%

⁵⁴ Para o período 2001-2030 é considerando praticamente a mesma taxa de crescimento da demanda do período de 30 anos anterior.

GRAFICO 2.1. – PROJEÇÕES DO EIA-DOE PARA OS PREÇOS DO BARRIL DE PETRÓLEO ATÉ 2030

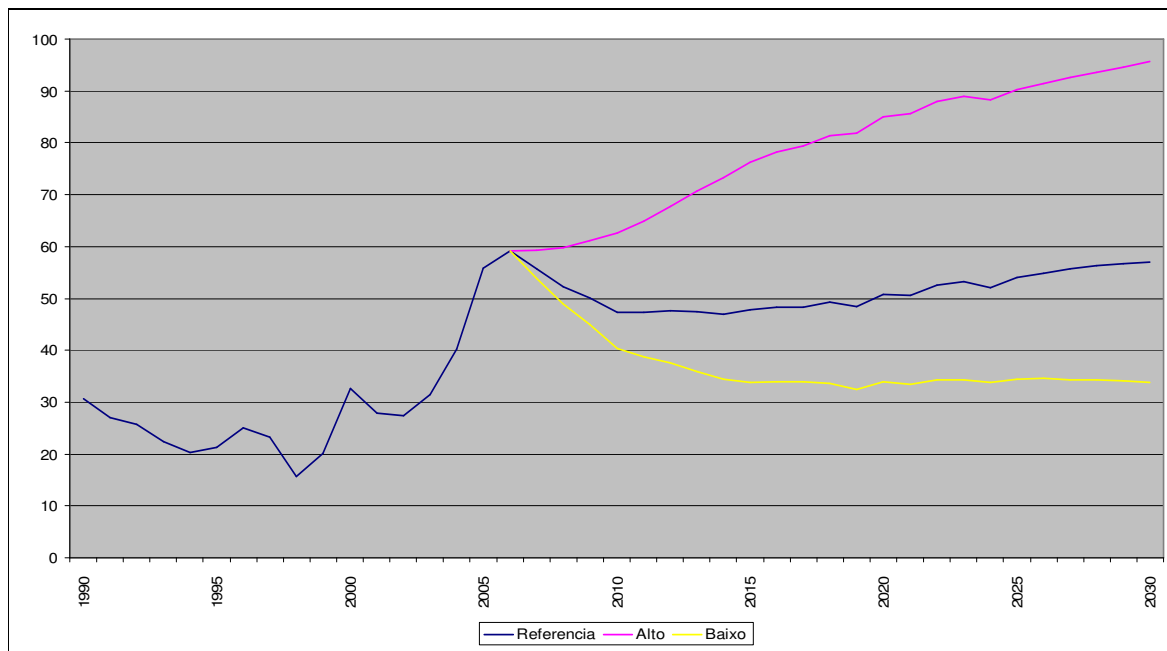


Gráfico produzido pelo autor a partir de dados da EIA-DOE.

Fonte: EIA-DOE (2006) *World Oil Prices in the Reference Case, 1990-2030*. Report #: DOE/EIA-0383(2006) dados disponíveis em arquivo de Excel no URL: <http://www.eia.doe.gov/oiaf/aeo/excel/figure85_data.xls>

Estas projeções para o período 2005-2030, indicam que num cenário de altos preços, o petróleo pode custar US\$ 90,00 por barril em 2025, mas não deve ultrapassar US\$ 100,00 nem em 2030. Já sua projeção mais otimista é de que o preço do barril pode cair novamente abaixo dos US\$ 40,00 por bbl depois de 2010 e se manter nesta faixa média de US\$ 35,00 até 2030 (linha amarela embaixo, no gráfico G.2.1. acima).

Como demonstra a projeção do EIA-DOE neste gráfico, os preços de 2005 foram considerados um patamar máximo que deveria forçar reduções nos preços ou pelo menos estabilizar seus custos na média de US\$ 60,00/bbl até o fim da década (no pior cenário), antes de um novo período de alta entre 2010 e 2030, num ritmo mais lento que a alta entre 2000 e 2005⁵⁵.

Porém, considerando-se a possibilidade de que a demanda continue a crescer e a oferta não cresça na mesma velocidade, outras projeções mais pessimistas anunciam preços ainda mais altos num futuro próximo. O banco de investimentos *Goldman Sachs Group* chegou a anunciar em 2005, que era possível o preço do barril ultrapassar a marca dos US\$ 100,00 por barril dentro de dois anos (até 2007), apesar de considerar difícil este se manter acima de US\$ 60,00 por um período prolongado, sem provocar redução no consumo⁵⁶. A consultoria *Cairn Energy* também

⁵⁵ O que não aconteceu, já que os preços não cederam e o teto de preço considerado máximo neste estudo da AIE-IEA foi sucessivamente ultrapassado entre 2005 e 2006.

⁵⁶ "Oil Prices surge to new records", 01/04/2005, *BBC News*. Disponível em: <<http://news.bbc.co.uk/2/hi/business/4399537.stm>>

projetou aumentos no preço do barril de até US\$ 100,00 desconsiderando totalmente a idéia de que os preços poderiam cair novamente a um patamar de US\$ 20,00 no futuro⁵⁷.

Por outro lado, o *Cambridge Energy Research Associates Inc* projeta tanto possíveis cenários de manutenção dos preços elevados, na faixa dos US\$ 60,00 por barril, como prováveis colapsos, onde o preço do barril poderia cair abaixo de US\$ 20,00 antes de 2010 (CERA, 2005, pg. 4-6). Este é um cenário baseado principalmente na noção de que uma redução no consumo já pode ser observada nos países mais pobres da América Latina e África, que estão enfrentando dificuldades para obter petróleo nos preços atuais⁵⁸. Além disso, outros analistas⁵⁹ consideram muito provável que a depreciação do dólar frente ao petróleo continue e já em 2007 os preços voltem ao patamar dos US\$ 70,00 por barril.

Este contexto de inúmeras e diferentes possibilidades de crises e projeções das mais variadas, tem ampliado as revisões da importância da Segurança Energética nos últimos anos. Os atentados ao *World Trade Center* e ao Pentágono, em 11 de Setembro de 2001, foram seguidos de críticas amplamente difundidas à dependência excessiva dos Estados Unidos pelo petróleo saudita⁶⁰. A escalada dos conflitos no Afeganistão e Iraque e o rumo que estas guerras vêm desenvolvendo, sem indicação de estabilização a curto ou médio prazo, tornaram o petróleo africano ainda mais atrativo para esses países que vêm buscando diversificar suas importações.

Dessa forma o petróleo africano, principalmente subsaariano, de regiões como o Golfo da Guiné, passa a ter um valor estratégico crescente, ampliado não apenas pela instabilidade em outras regiões produtoras, mas principalmente pelas novas descobertas e o aumento da produção nos anos 1980-1990, mesmo em países membros da OPEP como a Nigéria. E para os Estados Unidos, o petróleo do Golfo da Guiné poderá ser ainda mais importante num futuro próximo, pois calcula-se que entre o fim desta década e início da próxima pelo menos 25% das importações estadunidenses virão desta região, ou seja, praticamente a mesma porcentagem que hoje vem do Golfo Pérsico (CERA, *Cambridge Energy Research Associates*, 2003 no mapa em ANEXO 1.1.). Depois dos EUA, a China é o segundo maior importador de petróleo africano, sendo que este continente já representava cerca de 25% do total das importações chinesas de petróleo em 2005⁶¹.

⁵⁷ Sobre esta discussão, ver o artigo de Adam Porter (2005b), "How much oil do we really have?". O mesmo autor também faz uma breve discussão sobre o debate em torno da noção do pico petrolífero, depleção da produção e aumento dos preços no artigo "Peak oil' enters mainstream debate"(PORTER, Adam, 2005a).

⁵⁸ Ver estudo do Banco Mundial sobre a vulnerabilidade dos países africanos importadores de petróleo (WORLD BANK, 2005).

⁵⁹ Ver opinião do analista Jephraim P. Gundzik, presidente da consultoria de riscos e investimentos *Condor Advisers* (www.condoradvisers.com) em 28/11/2006 no jornal Asia Times (GUNDZIK, 2006).

⁶⁰ Na realidade alguns *Think Tanks* como National Strategic Studies (INSS) e o Africa Center for Strategic Studies (ACSS) já vinham criticando esta dependência excessiva desde meados da década de 1990, mas seus argumentos só foram amplamente divulgados e melhor aceitos por setores do governo americano após os atentados de 11 de Setembro de 2001, que acabaram expondo a vulnerabilidade desta relação privilegiada dos EUA com a Arábia Saudita.

⁶¹ Ver dados de Setembro de 2005 em: LAFARGUE, Francois (2005) "China's Presence In Africa", French Center for Research on Contemporary China.

Além de estar localizado mais próximo geograficamente dos Estados Unidos e Europa ocidental do que outras áreas produtoras, as rotas de petróleo que saem do Golfo da Guiné também são relativamente mais seguras (THOMPSON, 2002, pg. 29-32) visto que não passam por estreitos como os do Golfo Pérsico e do Golfo de Áden, atravessando apenas o Atlântico. O Golfo da Guiné oferece a possibilidade de expandir a produção principalmente em campos *off-shore*, o que acaba sendo um atrativo extra para as empresas que investem na região, pois apesar dos custos mais elevados de pesquisa e prospecção, esses campos são teoricamente mais seguros e menos vulneráveis às crises que se desenvolvem no continente.

A Guerra Civil em Angola não impediu o crescimento das reservas, cujas novas descobertas cresceram praticamente só nos campos *offshore*, à ordem de 600% entre 1995 e 1999, a maior taxa de novas descobertas deste tipo do mundo (GARY & KARL, 2003, pg. 9). Esta parece ser mesmo a região com o maior potencial de crescimento da produção, fora do Oriente Médio (CERA, Cambridge Energy Research Associates, 2002), sendo inclusive a que mais tem recebido investimentos nos últimos anos, e com projeções de investimentos futuros ainda maiores⁶², feitos pelas maiores empresas petrolíferas mundiais. Num contexto de provável crise energética futura, onde a produção mundial de petróleo entre em depleção, esta região se torna ainda mais importante.

Considerando-se que petróleo, gás e carvão mineral significam cerca de 85% da matriz energética mundial o que representa uma redução total de apenas 5% em relação ao percentual de 1970, isto significa que a transição para um modelo energético não dependente de combustíveis fósseis tem sido muito lenta. Ainda mais se for considerado que a crise deste modelo energético teve início na década de 1970, percebe-se o quão lenta ou difícil tem sido a redução da participação dos combustíveis fósseis na matriz energética mundial, que foi de 90 para 85% em 35 anos. Mantido o atual consumo mundial de energia e este ritmo de redução de dependência dos combustíveis fósseis, o mundo levaria quase dois séculos para reduzir esta dependência pela metade.

As previsões mais otimistas afirmam que o petróleo existente não duraria até o fim deste século, enquanto os mais pessimistas dizem que não duraria mais que 30, 40 ou 50 anos. De qualquer forma, essa depleção dos recursos fósseis exigirá uma grande mudança na matriz energética mundial ainda nas próximas décadas (GELLER, 2002). Provavelmente o ritmo desta transição energética dependerá da velocidade com que o petróleo irá se esgotar, mas principalmente dos preços médios que o barril de petróleo assumirá nos próximos anos.

⁶² Em 2003 estavam projetados investimentos de mais de \$50 bilhões em campos de petróleo africanos até ao final da década, o maior investimento na história de África (GARY & KARL, 2003)

Não é difícil perceber que esta transição já começou e não tem sido nada pacífica, mas já vem gerando inúmeras guerras por petróleo em diferentes regiões do mundo, principalmente nas áreas com as maiores reservas como o Oriente Médio. Conforme crescem os preços do petróleo e aumenta a preocupação, entre empresas e governos, de garantir a continuidade do seu fornecimento a qualquer custo, aumenta a probabilidade de novas guerras por petróleo. Conforme a superpotência hegemônica percebe a escassez iminente, o domínio direto sobre grandes reservas estratégicas como as do Iraque, deixam de ser apenas mais uma opção.

Mas considerando que o preço é definido principalmente pela relação entre a oferta e a demanda pelo petróleo e seus derivados, é possível fazer algumas projeções sobre os custos futuros. O aumento excessivo dos custos pode tornar o consumo proibitivo para alguns países, ou classes sociais inteiras e alguns países podem recorrer à força para obter esses recursos.

Uma superpotência como os Estados Unidos tem como preocupação central, manter seu status de única superpotência dentro do Sistema Internacional, mesmo diante de possíveis crises, se necessário recorrendo à força militar para isso, inclusive para garantir seu abastecimento de petróleo importado. Com uma crise energética estruturalmente crescente, também aumenta a probabilidade de envolvimento militar de grandes potências como China, União Européia e Rússia, ou mesmo de outras potências como Índia e Japão, em áreas com grandes reservas de petróleo, já que a preocupação principal destas é com sua posição relativa na hierarquia em relação às demais potências. Soma-se a isso o aumento da instabilidade política nas zonas produtoras localizadas na periferia ou semi-periferia do Sistema Mundial, e o fornecimento de petróleo se torna preocupação de segurança nacional para a maioria dos países do mundo.

Porém só a superpotência e as grandes potências parecem ter capacidade para se planejar diante de um quadro de futura redução brusca da oferta mundial de petróleo, a ponto de, se necessário, protegerem militarmente seus interesses. Para compreender as dimensões desta crise é necessário analisar mais detalhadamente suas características e dinâmica de funcionamento, o que implica numa delimitação geopolítica do petróleo, cujas reservas estão concentradas geograficamente em determinadas regiões que raramente coincidem com as principais áreas consumidoras.

2.3. GEOPOLÍTICA DAS GUERRAS E DISPUTAS GLOBAIS E REGIONAIS POR PETRÓLEO: ORIENTE MÉDIO, ÁSIA CENTRAL E ÁFRICA

Como já foi discutido, as disputas e conflitos por recursos naturais, especialmente recursos energéticos como o petróleo não são um fenômeno recente. No caso específico do petróleo, o processo de securitização do acesso a este recurso pode ser observado antes mesmo

das guerras mundiais no século XX. E não foi o valor econômico do petróleo que primeiro despertou o interesse dos estrategistas, mas sua importância estratégico-militar, como fonte para os combustíveis responsáveis pela movimentação das marinhas de guerra, no início do século XX (FILHO, 2004, pg. 310; MARINHO Jr.,1989 pg. 30; YERGIN, 1993, pg. 145-150).

Os antecedentes deste processo podem ser observados antes mesmo da Primeira Guerra Mundial, quando o então Primeiro Lorde do Almirantado britânico, Winston Churchill⁶³, passou a defender que os navios de guerra da marinha, movidos a carvão, fossem substituídos por navios movidos a óleo (YERGIN, 1993, pg. 148-150). Decisão semelhante era tomada na mesma época pelos Estados Unidos (YERGIN, 1993, pg. 207), numa corrida pela inovação iniciada pela Alemanha uma década antes (Idem, pg. 145). Esta inovação garantia economia de mão de obra e espaço dentro de cada nave, maior velocidade, eficiência e autonomia, além de tornar os navios mais silenciosos do que quando eram movidos a carvão.

Para garantir o fornecimento do óleo responsável pela movimentação dos navios, Churchill convenceu o parlamento britânico da necessidade do governo ter o controle acionário da então *Anglo-Persian Oil Co.* (MARINHO Jr.,1989, pg.31-33; YERGIN, 1993, pg.155-158), hoje *British Petroleum* (BP). Onze dias depois do projeto de lei defendido por Churchill ter sido aprovado pelo parlamento britânico, o arquiduque Francisco Ferdinando da Áustria era assassinado em Sarajevo. A compra da maioria acionária da única empresa que detinha exclusividade para exploração do petróleo na Pérsia asseguraria o abastecimento da marinha inglesa durante toda a I Guerra Mundial⁶⁴, mas também após seu fim.

A partir daquela época o acesso a este recurso passou a fazer parte das discussões da agenda de segurança nacional formuladas no interior das forças armadas de diversos países. Afinal, não eram apenas os navios movidos a óleo que eram melhores, mais rápidos e espaçosos, mas, outras inovações bélicas da I Guerra Mundial, que foram decisivas em muitas batalhas⁶⁵, como submarinos, tanques e aviões, movidos por motores a combustão interna, basicamente só poderiam utilizar derivados de petróleo como combustível.

Posteriormente, nos anos 1920, o petróleo foi um dos elementos importantes nas disputas que orientaram o traçado das novas fronteiras do Oriente Médio, organizada pelos vencedores da guerra, na divisão dos territórios do então império Turco-Otomano (YERGIN, 1993, pg. 179).

O petróleo também foi objeto central de disputas fronteiriças que levaram à Guerra do

⁶³ O cargo de Almirantado foi exercido por Churchill a partir de 1911. Os planos de modernização naval para a Armada Real inglesa, organizados por Churchill entre 1912 e 1914 resultaram na construção de toda uma frota movida a óleo (YERGIN, 1993, pg. 149).

⁶⁴ Como resultado de todo este esforço, no verão de 1914, as vésperas da Primeira Guerra Mundial o governo britânico havia assumido o papel de acionista majoritário da Anglo-Persian e toda a Armada Real inglesa estava adaptada para o óleo combustível, derivado de petróleo (YERGIN, 1993, pg. 157).

⁶⁵ Desde a famosa batalha onde o exército francês reuniu os 3 mil táxis de Paris para levar soldados ao front, entre 6 e 9 de Setembro de 1914 (YERGIN, 1993, pg. 163-164) e que interrompeu o avanço alemão; até as grandes batalhas que posteriormente utilizariam milhares de veículos movidos a combustão interna, incluindo blindados (idem, pg. 164-167).

Chaco (1932-1935), entre Paraguai e Bolívia e a guerra entre Peru e Equador (1941). Em ambos os conflitos foi grande a influência das rivalidades entre empresas petrolíferas como a *Royal Dutch Shell* e *Standard Oil Co.*

Na Segunda Guerra o valor estratégico do petróleo já estava bem mais nítido e norteou algumas das maiores batalhas. O próprio ataque japonês a Pearl Harbor ocorreu somente após o embargo de petróleo estadunidense ao Japão (KLARE 2003, pg. 52-52; YERGIN, 1993, pg.318-324). Além das questões territoriais, a expansão japonesa no Pacífico foi orientada em direção aos campos petrolíferos da Indonésia, enquanto a expansão alemã no norte da África e sobre o território soviético visava chegar às reservas de petróleo, respectivamente do Oriente Médio e do Cáucaso e do Mar Cáspio (FILHO, 2004, pg. 310; YERGIN, 1993, pg. 335-339).

Os combustíveis líquidos se mostraram vitais para a movimentação das tropas e passaram a ser uma das variáveis logísticas mais importantes. Antes da Guerra o exército estadunidense nem ao menos possuía registros dos seus estoques de combustíveis. Já na preparação para a invasão do norte da África, o fator petróleo se tornaria vital já no planejamento das operações (YERGIN, 1993, pg. 387-389).

O fracasso alemão em avançar até os campos de Baku, quando as tropas alemãs foram detidas em Stalingrado, é tido como a maior derrota estratégica da Alemanha, que se viu continuamente privada de combustível. A tentativa desesperada de produzir óleo pela liquefação de carvão, última alternativa para produzir combustíveis com recursos próprios, foi frustrada com os bombardeios aliados de 1944-1945 (YERGIN, 1993, pg.347-353), deixando o que restava da máquina de guerra alemã literalmente paralisada.

Daniel Yergin relata ainda que, dentre outros motivos, algumas das maiores derrotas navais japonesas em 1944-1945 também se deram por falta de combustíveis (idem, pg. 362-368). A falta de combustíveis também foi crucial para algumas das maiores derrotas alemãs na defesa dos territórios ocupados, quando em 1944 forças alemãs tiveram que se deslocar e transportar equipamentos com homens e cavalos, utilizando gasolina apenas no momento da batalha (YERGIN 1993, pg. 391).

A União Soviética, mas principalmente os Estados Unidos, foram vitoriosos, dentre outros fatores, devido à disponibilidade de petróleo em grandes reservas nos seus próprios territórios. Isto, mesmo com grande parte da infra-estrutura petrolífera soviética tendo sido atacada pelos alemães durante a guerra. Assim, a produção de combustíveis foi muito maior nos Estados Unidos que chegou a fornecer petróleo à URSS. Para se ter uma idéia, em 1944 os Estados Unidos chegaram a produzir 90% de todo o combustível de cem octanas necessário para a movimentação das forças aliadas, vital principalmente para o setor de aviação (YERGIN, pg.

389). Em artigo de Michael T. Klare (2001b), este descreve a relação entre petróleo e a vitória na guerra da seguinte forma:

“American strategists considered access to oil to be especially important because it was an essential factor in the Allied victory over the Axis powers. Although the nuclear strikes on Hiroshima and Nagasaki ended the war, it was oil that fueled the armies that brought Germany and Japan to their knees. Oil powered the vast numbers of ships, tanks and aircraft that endowed Allied forces with a decisive edge over their adversaries, which lacked access to reliable sources of petroleum. It was widely assumed, therefore, that access to large supplies of oil would be critical to US success in any future conflicts.” (KLARE, 2001b)

Não é mera coincidência o fato de Estados Unidos e União Soviética se tornarem as duas maiores potências mundiais em meados do século XX e, ao mesmo tempo, serem as potências proprietárias das maiores reservas e produções mundiais de petróleo⁶⁶, alternando-se no posto de maior produtor mundial durante a maior parte do século XX. Isso permite alçar reflexões sobre a função que este recurso energético adquiriu neste século.

O petróleo abundante e barato foi um dos responsáveis pela sustentação do ciclo de crescimento econômico mundial pós Segunda Guerra Mundial (MARTÍN, 1992), quando se tornou a principal fonte de energia e de combustíveis para os meios de transporte, além de ser origem de toda uma grande variedade de novos produtos que a indústria mundial passou a fabricar.

Entre 1949 e 1972 o consumo mundial de energia triplicou, enquanto a produção de petróleo cresceu mais de cinco vezes (YERGIN, 1993, pg. 561). Os conflitos por petróleo se tornariam então, principalmente problemas locais, geralmente restritos às disputas por fronteiras entre países produtores ou alvo de disputa em guerras civis. Além disso, o fato de que as duas superpotências eram grandes produtoras de petróleo criava um fator extra de estabilidade na Guerra Fria, já que este recurso não era o alvo principal das disputas entre EUA e URSS.

A crise energética dos anos 1970 mudaria totalmente esse quadro, pois provocou uma série de crises econômicas que acabaram elevando o fornecimento de petróleo para o *status* de disputa geopolítica estratégica. Até a década de 1960, os Estados Unidos tinham uma capacidade de produção excedente que lhes permitia serem fornecedores de petróleo aos demais países capitalistas desenvolvidos (Europa Ocidental e Japão), inclusive aumentando rapidamente a

⁶⁶ Segundo Natig Aliyev (1994) na virada do século a Rússia era a maior produtora mundial de petróleo e manteria uma produção muito próxima da estadunidense nas décadas seguintes. Os Estados Unidos só alcançou o posto de maior produtor novamente na década de 1920, após a Revolução Bolchevique. Porém, já nos anos 1930 a URSS voltou a ser o maior produtor mundial, num contexto de crise pós-1929 que afetou a economia dos EUA muito mais que a soviética. O EUA volta a ser o maior produtor nos anos 1940-1950. Apenas nos anos 1970 a Arábia Saudita atinge uma produção comparável a das duas superpotências. Nas virada da década de 1970 para 1980 a URSS voltou a ser o maior produtor mundial, superando a Arábia Saudita, que reduzira sua produção. Apesar de ter reduzido sua produção com a crise econômica nos anos 1990, a Rússia voltou a disputar o lugar de maior produtor mundial com a Arábia Saudita no período pós 2000. Se for considerado que a Arábia Saudita não é um país industrializado nem uma grande potência, pode-se dizer que a disputa pelo posto de maior produtor mundial de petróleo durante praticamente um século foi mesmo entre Rússia, ou URSS e Estados Unidos.

oferta em caso de crise ou corte de produção (como durante a fracassada tentativa de boicote da OPEP em 1967). Porém, em 1970-1971 o setor petrolífero dos Estados Unidos chegava à capacidade máxima de produção⁶⁷. A partir deste período os EUA passavam a depender da importação para aumentar sua produção e perdiam o posto de fornecedor de última instância, já que o único fornecedor com capacidade para ampliar de forma rápida e significativa a oferta de petróleo no mercado mundial era a Arábia Saudita. Assim, quando a OPEP reduziu a produção em 1973, os preços do barril rapidamente triplicaram, iniciando uma crise energética mundial.

Ao mesmo tempo foi durante esta crise energética dos anos 1970 que se vislumbrava pela primeira vez a materialidade do fim da era do petróleo, num horizonte de algumas poucas décadas, com o início do declínio da produção mundial projetado para o fim do século XX e início do XXI (YERGIN, 1993, pg. 591; CAMPBELL, & LAHERRÈRE, 1998; CAMPBELL, 2005)

Porém, mesmo assim, durante a Guerra Fria, as disputas por petróleo (envolvendo reservas e rotas de transporte) ainda tinham um caráter secundário na estratégia estadunidense, que considerava este um problema de abrangência regional, na maior parte das vezes restrito ao Oriente Médio⁶⁸. Era, portanto, secundário se comparado à prioridade estratégica do enfrentamento global com a URSS nos aspectos político-militares e armamentistas, e seus desdobramentos nas principais áreas de disputa como Europa e Leste Asiático.

Apesar disso, os conflitos envolvendo petróleo geraram, direta ou indiretamente, inúmeras guerras no Oriente Médio, inclusive com a invasão por potências estrangeiras, como Inglaterra e França na região do Canal de Suez, no Egito (1956), ou de ataques dos Estados Unidos à Líbia em 1986. A própria guerra de uma coalizão de países, liderada pelos Estados Unidos, contra o Iraque em 1991, que pode ser considerado um dos importantes marcos do fim da Guerra Fria, também é um caso dos mais importantes de guerras por petróleo.

O petróleo também esteve relacionado a diversas guerras inter-estatais regionais, como a longa guerra Irã-Iraque (1980-1988) ou a própria invasão do Kuwait pelo Iraque em 1990. A Guerra entre o Reino Unido e a Argentina, pelo controle das Malvinas, em 1982, também pode ser considerado como uma das mais emblemáticas guerras modernas por petróleo, sendo talvez a primeira guerra por petróleo envolvendo um país sul-americano e uma potência estrangeira. Atualmente, empresas britânicas, americanas, canadenses e australianas dividem a exploração de petróleo na bacia das Falklands-Malvinas⁶⁹.

⁶⁷ A partir de 1970 a produção de petróleo no continente começava a declinar, sendo a produção total dos EUA somente voltou a crescer nos anos 1970 e 1980 pela prospecção em águas profundas e no Alaska.

⁶⁸ Ou como um problema que envolvia seus aliados regionais na Europa e Oriente Médio mais do que aos EUA diretamente.

⁶⁹ Para maiores detalhes ver as indicações das concessões no *Department of Mineral Resources* do governo regional das Falklands <<http://www.falklands-oil.com/>>. Algumas empresas como a anglo-holandesa Shell e a canadense Amerada Hess abandonaram a exploração na região das Malvinas. O mapa mais recente das concessões pode ser visualizado no *British*

A disputa pelo controle dos recursos petrolíferos e a renda advinda do seu comércio também estiveram envolvidos na deposição de governos. As disputas políticas envolvidas na campanha o “Petróleo é Nosso”, durante o segundo governo Vargas (1951-54) entre grupos mais nacionalistas e os ‘entreguistas’, levaram à grandes tensões políticas que resultaram no suicídio do presidente Vargas.

No mesmo período, no Irã, as disputas internas estavam diretamente envolvidas por debate semelhante, entre grupos nacionalistas favoráveis à nacionalização do petróleo e os grupos contrários à nacionalização. Em 1951 o primeiro-ministro Razmara se posicionou publicamente contra a nacionalização e foi assassinado quatro dias depois (YERGIN, 1993, pg. 468). O parlamento elegeu Mossadegh como novo primeiro-ministro e este aprovou a lei da nacionalização. O governo britânico convenceu os Estados Unidos a apoiar a deposição de Mossadegh em 1953, o que acirrou ainda mais as disputas no Irã, já que este líder tinha grande apoio popular e convocou manifestações a seu favor. O próprio Xá teve que se retirar do país e Mossadegh tomou o poder, porém os partidários do Xá também tomaram as ruas e receberam apoio das forças armadas (idem pg. 483), levando a um contra-golpe. Com a prisão de Mossadegh, o Xá voltou a negociar com as companhias petrolíferas internacionais e um novo acordo, em 1954, fez com que o Irã voltasse a exportar petróleo. Contudo, as disputas continuaram, principalmente com o crescimento dos rendimentos petrolíferos nos anos 1960 e a ampliação da luta popular organizada pelos grupos mais nacionalistas foi reforçada pelo discurso religioso que voltava a tomar as ruas no fim dos anos 1970. A deposição do Xá Mohamed Reza Pahlavi e na revolução de 1979, resultaram na ascensão do Aiatolá Khomeini.

Outras crises, como os choques petrolíferos de 1973 e 1979, ou a revolução iraniana em 1979, também estiveram ligados às disputas pelo controle estratégico do petróleo.

Na África, guerras civis como a da Nigéria, Angola, Argélia e mais recentemente no Sudão, também estiveram relacionadas a disputas pelo petróleo ou foram ampliadas por estas disputas, especialmente na medida em que este recurso sustentava o esforço de guerra dos respectivos governos contra grupos insurgentes armados, separatistas ou revolucionários. Tanto que em inúmeras vezes os grupos insurgentes atacam ou tentam destruir a infra-estrutura petrolífera, para tentar privar o grupo inimigo de sua principal fonte de renda. Semelhantemente, em países sul-americanos como a Colômbia, mesmo sem ser relativamente tão importante na economia colombiana, a infra-estrutura de transporte de petróleo no país também é ocasionalmente atacada por grupos guerrilheiros que enfrentam o governo.

Geological Survey em: <http://www.bgs.ac.uk/falklands-oil/download/download_files/A3MapJuly2006.jpg>. Os detalhes de cada concessão estão em <http://www.bgs.ac.uk/falklands-oil/legislation/Prod_licences.htm>.

Para compreender a lógica comum a toda esta variedade de conflitos militares, das guerras imperialistas às guerras civis, englobando-as sob o mesmo rótulo de guerras por petróleo duas análises teóricas são essenciais. A primeira é a da Geopolítica do Petróleo, baseada nos elementos mais clássicos da geopolítica que pode ajudar no entendimento da realidade atual destas disputas, mas que em última instância se encaixa no grupo de teorias com explicações mais globais. A segunda contribuição teórica é a da Guerra por Recursos, que trata do envolvimento e uso dos recursos naturais para financiar conflitos. Tendo como foco o aspecto regional, esta abordagem centra seus esforços de interpretação nas guerras civis, principalmente onde a disputa pelos recursos naturais acaba substituindo a lógica original da guerra e mantendo seu funcionamento independentemente dos motivos que a iniciaram.

A geopolítica clássica baseava-se em duas grandes noções de estratégia, uma baseada no controle da terra, do solo, do território e outra que considerava mais importante o controle dos mares e das rotas marítimas mercantis. Esta primeira noção era mais territorialista, no sentido que se baseava em parâmetros de controle dos recursos naturais a partir de uma estrutura mais estática, ou seja, passando pelo controle direto do território onde estes recursos estão. Nesta abordagem o território em si é a fonte principal do poder e controlar grandes territórios seria o caminho para o poder mundial. A segunda vertente, influenciada por noções de circulação e movimento, principalmente pelo transporte e mobilidade, defendia que a fonte do poder mundial estaria ligada ao controle dos fluxos, seja de matérias-primas, produtos ou pessoas. Portanto controlar os fluxos, que no século XIX eram principalmente marítimos, seria a forma ideal de conseguir o poder mundial. Ambas as vertentes geopolíticas foram parcialmente refutadas pela realidade do século XX: as Guerras Mundiais, o advento das armas nucleares e o desenvolvimento e crise da Guerra Fria demonstraram as principais fraquezas destas abordagens quando consideradas dicotomicamente ou isoladamente. Porém parte destas noções de poder geopolítico continua guiando o pensamento estratégico das principais potências mundiais, incluindo os Estados Unidos (MELLO, 1994).

Halford J. Mackinder, em sua teoria sobre o *Heartland*, considerava a Eurásia como o grande centro geopolítico do mundo, principalmente devido a sua grande massa continental e territorial, mas também devido à disponibilidade de recursos no maior dos continentes (MELLO, 1994 e 1999, pg.40-52). Atualmente este fator continua sendo importante, mas esta área também é de relevância fundamental pelo seu peso demográfico, já que é habitada pela maior parte da população mundial. Também é a parte do globo onde estão quase todas as potências mundiais e regionais que têm ou podem vir a ter um papel relevante no Sistema Internacional no século XXI (BRZEZINSKI, 2001), com exceção da superpotência atual e uma ou outra potência regional

como o Brasil e África do Sul. Vale destacar que não apenas Brzezinski é tido como um pensador influenciado pelas idéias e noções territorialistas de Mackinder (MELLO 1999, pg. 133). Toda a grande estratégia estadunidense para a Guerra Fria e pós-Guerra Fria, ou pelo menos a parte idealizada por Brzezinski, estaria fortemente influenciada pelos principais conceitos teóricos geopolíticos de Mackinder, com a qual existe grande paralelismo (idem, pg. 135-76)

É interessante notar que a Eurásia é considerada por vários analistas como o cenário principal para as disputas geoestratégicas e conflitos potenciais das mais diversas naturezas, quando considerados desde os aspectos territoriais geopolíticos clássicos de Mackinder, até os pensadores contemporâneos, que partem da análise dos aspectos estratégico-militares e o poder das grandes potências como Brzezinski (1997 e 2001). A importância desta região é compartilhada por autores que consideram mais relevantes tanto os aspectos culturais, religiosos e civilizacionais (HUNTINGTON, 1996), como os que consideram o peso demográfico (TODD, 2003) e ainda pelos que consideram como mais significativo o papel dos recursos naturais, principalmente energéticos como o petróleo e o gás (KLARE, 2001 e 2003).

Porém também é interessante notar que todos estes autores relevam a África ao segundo plano, muitas vezes quase desconsiderando sua existência, talvez por entenderem que esta não é uma área de relevância político, predominantemente periférica no sistema internacional. Ao mesmo tempo, não avaliam as disputas entre as potências pela influência neste continente como importantes, por considerarem esta uma ‘terra de ninguém’ onde estigmaticamente ‘reina o caos’ e os ‘conflitos tribais’. Seria uma área que nenhuma potência realmente se preocuparia em estabilizar, ou que, caso tentasse, nunca teria sucesso e só se desgastaria inutilmente.

Destarte, é interessante notar que a maioria dos aspectos que fazem da Eurásia absolutamente central para os estrategistas, como a existência de grandes massas territoriais, recursos naturais minerais e energéticos, massa populacional e proximidade das potências mundiais, a única que falta à África é esta última. Em termos geoestratégicos o centro da África está quase à mesma distância de cada uma das potências mundiais e regionais que podem ser considerados atores importantes (ver Mapa 2.3. em Apêndice e Mapa 2.3. em Anexo).

No entanto, há mais um elemento geográfico importante: os países que estão mais próximos desta região são potências regionais como África do Sul, Brasil e Índia, que não tem uma grande capacidade de projeção de forças militares nem de outras formas de influência. Ao norte da África, as potências européias localizadas geograficamente próximas, continuam subordinadas demais aos interesses americanos, via OTAN, e polarizariam no máximo as zonas saarianas, mais integradas às dinâmicas securitárias européias que o restante. Com exceção da

França, a maior parte das potências européias não têm uma atuação mais intensa ou independente na África. E no próprio continente africano, a República da África do Sul talvez seja a única potência regional com capacidade de atuação e influência em uma área geograficamente maior do continente, especialmente na porção subsaariana e algumas áreas centrais da África. A Nigéria, apesar do seu peso regional tem problemas de projeção de influência e mal consegue resolver seus problemas de separatismo e insurgência internos, quanto mais de interferir e no restante da África Ocidental no sentido de estabilizá-la⁷⁰.

Entretanto, se for levado em conta a área relativa dos países ou regiões petrolíferas, o peso da África enquanto região, aumenta significativamente, como pode ser observado no Mapa 2.1. (em Apêndice). Como pode ser notado na representação deste Mapa, os países exportadores de petróleo (destacados em vermelho) formam uma grande mancha que vai da Ásia Central, incluindo Turcomenistão, Cazaquistão, passa pelo Oriente Médio, Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, Irã, Iraque, Kuwait, se estende pelo Norte da África, Líbia, Egito, Argélia, até a África Subsaariana, Chade, Sudão, Nigéria, Congo, Guiné Equatorial, Gabão e Angola, dentre outros. Esta mancha é ampliada se for incluída a região de países importantes na lógica da geopolítica do petróleo apesar de não serem produtores: países com reservas provadas mas não produtoras (em laranja) ou países e regiões que são importantes pelo grande fluxo de petróleo e gás que atravessa seus territórios e mares em oleodutos-gasodutos (em amarelo) que inclui Marrocos, Turquia, Ucrânia, Afeganistão, ou ainda, que são relevantes pelo fluxo intenso de navios petroleiros no seu litoral, como no Chifre da África.

Como as maiores regiões ou países produtores de petróleo não são necessariamente as maiores zonas consumidoras, os fluxos petrolíferos mundiais adquirem um peso significativo, ainda em termos geopolíticos. Sobre a abordagem naval da geopolítica, o almirante americano Alfred T. Mahan (1840-1914) idealizou a teoria do poder marítimo, a partir da qual defendia que os Estados Unidos construísse um poder naval insuperável, que lhe permitisse dominar os oceanos no nascente século XX como a Inglaterra o fizera no século XIX. Algumas das idéias de Mahan, mas principalmente, os conceitos geopolíticos de Mackinder continuam sendo válidos enquanto estratégia geopolítica (MELO, 1994 e 1999, pg. 214-217) com diferenças

⁷⁰ É importante ressaltar que esta afirmação não é categórica mas relativa. Não se está aqui, de forma alguma menosprezando ou ignorando o papel da Nigéria na ECOWAS, como líder regional ou como país central na dinâmica de segurança regional da África Ocidental (ANIG, 1997, pg. 79-89). Mas o poder de influência continental deste país é muito reduzido e mesmo com o fortalecimento de laços com países do Norte da África (membros da OPEP) e do Sul (Angola, África do Sul) estas tentativas de aproximação ainda não permitem dizer que o país seja uma potência capaz de estabilizar a região. Neste sentido a capacidade sul-africana de projeção de forças militares é maior que a nigeriana se considerada sua área geográfica de abrangência potencial ou real já testada no passado. O mais importante é verificar que ao contrário de outras regiões a África atualmente não possui potências regionais capazes de influir em todo o continente e as potências de outros continentes geograficamente mais próximos também não possuem capacidade de projeção de forças em todo o continente. Como as grandes potências mundiais estão distantes do centro do continente, isto se torna um obstáculo extra para manterem algum tipo de presença ou influência. É neste sentido que se procura explicar o "vácuo de poder" relativo, principalmente no centro do continente, pela ausência de poderes capazes de influir e estabilizar as relações regionais de segurança (ver Mapa 2.3. em Anexo). Dos poderes regionais africanos, a África do Sul parece continuar sendo o mais importante.

principalmente estruturais. O Atlântico não é mais o *Midland Ocean*, mas sim o Pacífico (idem, pg. 191-192). E não é mais a Inglaterra que serve de ilha estratégica, com cabeça de ponte na França, para uma possível invasão anfíbia da Europa ocupada por um grande poder terrestre (Alemanha na Segunda Guerra ou URSS durante a Guerra Fria). No oceano Pacífico do século XXI, esta posição passou a ser ocupada pelo arquipélago do Japão, um aeródromo insular, enquanto a cabeça de ponte ou plataforma de desembarque no continente é a Coreia do Sul (idem pg. 192). , o que permitiria um suposto ataque a uma Ásia ocupada por um grande poder terrestre desafiador, possivelmente chinês. Porém considerando que não se desenvolva outro poder naval rival aos Estados Unidos no Pacífico, este país poderia continuar mantendo sua posição hegemônica enquanto:

“(...) o perímetro de defesa americano se estender do Alaska até a Tailândia – passando pelo Japão, Coreia do Sul, Taiwan e Filipinas -, o oceano Pacífico continuará sendo, para efeitos de política Internacional, um Mare Nostrum de Washington”. MELO, Leonel Itaussu (1999, pg. 193)

Dois aspectos são centrais na geopolítica “marítima” do petróleo, a segurança das zonas produtoras *offshore* e dos fluxos petrolíferos mundiais. Atualmente cerca de 30% da produção petrolífera mundial é realizada nos mares, tendo como principais zonas produtoras o Golfo do México, a costa Atlântica da África, o Mar do Norte e o litoral do Brasil. Outras regiões com grande potencial para produção *offshore* incluem especialmente em águas ultra-profundas (mais de 1500 metros de lâmina de água), como o Mar Cáspio, o Golfo de Omã, o Mar da China e do sul-sudeste da Ásia (IEA, 2003, *World Energy Investment Outlook Insights*, pg. 108). Aos países que possuem exploração e produção nessas regiões é fundamental assegurar-las, o que torna necessário o desenvolvimento de Marinhas que permitam defendê-las de ataques estrangeiros.

Ao mesmo tempo os mares são estratégicos para a geopolítica do petróleo, pois é através deles que circulam 70% do petróleo⁷¹ transportado no mundo⁷². Assim, a segurança das rotas de transporte, ou seja, do fluxo marítimo de petróleo, continua sendo estratégico, principalmente para países que dependem de petróleo importado. Cerca de 80% do petróleo exportado pelo Oriente Médio passa por 3 importantes estreitos (*choke points*), a saber, o estreito de Ormuz⁷³, por onde passam 21,2 milhões de b/d, o estreito de Bab el-Mandab onde passam 4,3 Mb/d e o Canal de Suez, onde passam 4,7 Mb/d (IEA 2005, *Choke Points Slides, MENA*). É importante ressaltar que pelo estreito de Bab e-Mandab (entre a Península Arábica e o Chifre da África)

⁷¹ Os outros 30% são transportados por oleodutos.

⁷² Segundo a OPEP (*OPEC Annual Statistical Bulletin 2005*, pg. 101) em 2005 circularam pelo mundo 3.892 navios tanque-petroleiros com tonelage de 340.213,6 x 1000 dwt. Além destes, circularam pelo mundo 192 navios transportadores de gás líquido (GNL) e 993 de GLP (Gás Liquefeito de Petróleo) que transportaram ao todo 14.610,9 x 1000 m³ de GLP e 22.871,3 x 1000m³ de GNL (idem, pg. 102).

⁷³ Pelo estreito de Ormuz passa 100% do petróleo exportado do Golfo Pérsico por navios-tanque.

passam ainda pouco mais de 300 mil b/d produzidos no Sudão e que têm como destino a direção contrária da maior parte deste fluxo (Mar da Arábia-Mediterrâneo) e vão para o Leste e Sudeste Asiático, principalmente China. Outro estreito importante é justamente no sudoeste Asiático, o de Malaca, entre a Indonésia, Cingapura e Malásia, por onde passam cerca de 15,8 milhões de b/d, ou 13% do consumo mundial (*IEA 2005, Choke Points Slides, Malacca Straits*). Outros estreitos importantes incluem o de Bósforo, de Dardanelos, o de Gibraltar, o Canal do Panamá e a passagem de Moçambique (entre Moçambique e Madagascar) e de Taiwan (entre Taiwan e China).

Como conflitos regionais poderiam facilmente interromper esses fluxos de petróleo, a segurança dos principais estreitos por onde este é transportado é de grande importância. Mas ainda mais estratégico para uma potência é a garantia de que o seu fornecimento de petróleo não poderia ser facilmente bloqueado em um estreito como do Golfo Pérsico ou do Golfo de Áden.

Esse é um dos motivos que faz com que o fluxo de petróleo oriundo do Golfo da Guiné seja considerado mais seguro do que, por exemplo, o do Golfo Pérsico, pois envolve apenas o mar aberto do Atlântico Sul, sem a passagem direta por grandes estreitos. O petróleo do Golfo da Guiné só poderia ser bloqueado em outros estreitos, como o de Malaca (rumo ao Leste Asiático), e seria muito mais difícil, talvez impraticável, bloqueá-lo em pleno Atlântico com forças navais que interrompessem o transporte rumo aos Estados Unidos, Europa ou América do Sul.

Como o controle sobre o petróleo é um dos recursos ou meios estratégicos que permitiram a ascensão dos Estados Unidos ao status de superpotência mundial e continua sendo um dos pilares de sua hegemonia, se torna central verificar como este país vem lidando com o problema da crise petrolífera estrutural. Assim, se torna absolutamente fundamental analisar as atuais disputas pelo controle dos recursos petrolíferos que envolvem a superpotência e outras potências. Neste contexto, as disputas entre Estados Unidos e China pelo petróleo de cada região são consideradas as mais importantes para este trabalho. Tanto por ser uma forma de avaliar o desempenho do primeiro em manter seu status de potência hegemônica como do segundo em desafiar esta ordem vigente e galgar posições relativas em regiões específicas.

Antes de prosseguir, dois exemplos recentes de disputas envolvendo áreas produtoras de hidrocarbonetos merecem ser citados, no caso, entre a China e os Estados Unidos. O primeiro envolveu uma tentativa de aquisição de empresas americanas por empresas chinesas. Mais precisamente, foi a tentativa da estatal petrolífera chinesa, a CNOOC (Chinese National Offshore Oil Corporation), de adquirir a americana Unocal em 2005⁷⁴. Cerca de 70% das reservas de

⁷⁴ Ver as notícias no site da própria empresa chinesa: *CNOOC Briefing Office*, "CNOOC Limited Proposes Merger With Unocal Offering Us\$67 per Unocal Share In Cash" 23/06/2005 disponível em: <<http://www.cnooc.com.cn/defaulten.asp>>. Outros detalhes, ver também: <http://www.truthout.org/docs_2005/062405J.shtml>

hidrocarbonetos da Unocal estão localizadas na Ásia Central e região do Cáspio, sendo esta empresa a maior acionista do gasoduto trans-afegão. Assim, seus investimentos podem ser considerados estratégicos para os Estados Unidos, que tanto investiu na mudança do regime afegão e ocupação militar do país a partir de 2001 (KLARE, 2005). Esta tentativa de compra da Unocal foi bloqueada pelo governo estadunidense, que alegou motivos de “segurança nacional”⁷⁵. A CNOOC havia oferecido US\$18,5 bilhões pela Unocal, mas essa intervenção do governo estadunidense fez com que fosse adquirida para a Chevron-Texaco, por US\$ 1,5 bilhão a menos.

O segundo exemplo está relacionado ao debate a respeito das medidas para tentar resolver o conflito no Sudão. Os Estados Unidos tentaram impor um embargo ao Sudão que inviabilizaria suas exportações petrolíferas, utilizando o Conselho de Segurança da ONU. Porém empresas chinesas praticamente controlam a prospecção de petróleo no país⁷⁶ e as iniciativas deste tipo vêm sendo rejeitadas pela China, que tem no Sudão um dos seus maiores fornecedores.

Assim a análise da importância do petróleo Subsaariano, está organizada em dois capítulos distintos. O terceiro capítulo é destinado a identificar o papel que o petróleo desempenha para os países africanos que o produzem e exportam, descrevendo características como volume das reservas, produção, volume e destino das exportações, assim como a relevância deste petróleo na economia e rendimentos dos governos de cada país. O quarto capítulo busca identificar a importância ou peso relativo do petróleo africano para cada uma das grandes potências consumidoras no mundo, seja por serem grandes importadores deste produto, seja por se preocuparem em defender suas empresas petrolíferas que produzem e investem no continente. Também se dedica a tentar identificar os mecanismos que as grandes potências, especialmente EUA e China, vêm utilizando para tentar assegurar o acesso ao petróleo da região.

⁷⁵ Ver a versão destes fatos no site da empresa chinesa: *CNOOC Briefing Office*, “CNOOC launches bid for Unocal take-over”, 24/06/2005, disponível em: <<http://www.cnooc.com.cn/defaulten.asp>> Outras versões sobre os mesmos acontecimentos podem ser encontradas na Fox News, em: <<http://www.foxnews.com/story/0,2933,162338,00.html>> e também a declaração do ex-diretor da CIA em: <<http://www.theledger.com/apps/pbcs.dll/article?AID=/20050714/ZNYT01/507140447/1001/BUSINESS>>

⁷⁶ Ao lado de outras empresas asiáticas, originárias da Malásia, Índia, Kuwait, Emirados Árabes Unidos, ou europeias, da França, Suécia, Suíça, dentre outras que serão detalhadas no capítulo 3.

CAPÍTULO 3

PETRÓLEO NA ÁFRICA SUBSAARIANA

O petróleo africano assume múltiplas funções que apesar de inter-relacionadas podem ser observadas separadamente. Este capítulo se dedica a analisar a importância deste recurso tanto para os países subsaarianos que possuem reservas e exportações de petróleo, como para o mercado mundial e grandes importadores, em termos relativos e absolutos. A realização deste trabalho descritivo tende a minimizar a probabilidade de erros de avaliação sobre o papel que o petróleo desta região possui. Assim, procura evitar os erros mais comuns, de superestimar ou subestimar o lugar que este ocupa no subcontinente e no mercado global.

Os aspectos considerados centrais na análise que se segue são: o volume das reservas provadas ou estimadas, o volume da produção, passada, atual e projetada para as próximas décadas, o comércio e a renda do petróleo prospectado, assim como a relevância destes em termos totais ou percentuais na economia nacional, nas exportações e na receita estatal de cada país estudado. Após uma breve descrição do setor petrolífero africano como um todo, segue-se a descrição por país, onde são focalizados os três países que possuem as maiores reservas e estão entre os maiores produtores de petróleo na África Subsaariana.

A dificuldade em encontrar este conjunto de dados em um único documento, que seja disponível gratuitamente ao público, amplia a necessidade deste esforço descritivo. Além disso, este terceiro capítulo se mostra fundamental para permitir uma avaliação mais completa da relevância que o petróleo desta região possui para as grandes potências, objeto de discussão do quarto capítulo.

O crescimento da produção petrolífera africana no período pós-Guerra Fria foi bastante intenso. A produção total na África subsaariana aumentou 36% entre 1992 e 2002, enquanto nos demais continentes cresceu apenas 16% (SERVANTI, 2003). Angola produzia 722.000 barris por dia (b/d) em 2001 (SOMERVILLE, 2002), passou para 930.000 b/d, atingiu 1,5 milhões de

b/d em 2005 e as projeções para 2010 e 2020 são, respectivamente, de 2 milhões e 3.3 milhões de barris diários (CERA, 2003). A Nigéria – principal exportador africano de petróleo bruto – que há três anos produzia 2.2 milhões de b/d e hoje produz 2.5 milhões, deverá atingir os 3 milhões de b/d até 2007-2008, ultrapassando a produção de 4.4 milhões de b/d em 2020. Isso significa que, se hoje esta região já é importante, pois Angola e Nigéria juntos produzem mais de 3,5 milhões de barris diários, num futuro relativamente próximo estes dois países poderão produzir mais do que o dobro disso. Apenas a título de comparação, isso significa que se realmente for alcançada esta projeção para 2020, esses dois países juntos poderão produzir mais do que toda a produção atual dos Estados Unidos, ou duas vezes a produção chinesa, ou ainda a atual produção somada da América do Sul.

Outros produtores menores também impressionam. O Sudão começou a produzir em 1993 e exportar petróleo em quantidades significativas só mais recentemente, a partir de 2000. Produzia 180 mil b/d em 2003 e produz atualmente cerca de 400.000 b/d (*Sudan now Africa's third largest oil producer*, 11/11/2006, AFROL NEWS), podendo alcançar 500.000 b/d em 2007, e talvez até cerca de 600.000 b/d em 2008. A possibilidade de atingir 1 milhão de barris até o fim da década “qualificou” o país a ser convidado a participar da OPEP como membro efetivo (UBAKA, *Nigeria Invites Sudan to Join OPEC Group to maintain production quota*, 06/01/2006, This Day On-Line).

Em termos regionais, algumas projeções (CERA, 2003 no Anexo) apontam que já em 2010 o Golfo da Guiné poderá estar produzindo mais de 8 milhões de b/d. Somada a uma produção de mais de 5 milhões de b/d do Norte da África, os mais de 13 milhões de barris diários farão com que o continente africano seja a 2ª maior região produtora de petróleo do mundo, perdendo apenas para a insuperável produção do Oriente Médio. Isto significa que estará à frente de regiões como a ex-União Soviética, América do Norte e América Latina. Os detalhes destas projeções podem ser observados no Mapa produzido pelo *Cambridge Energy Research Associates* (CERA, 2003) disponível no mapa do ANEXO 1.1.

O custo relativo do investimento necessário para explorar e desenvolver a infra-estrutura necessária à prospecção também tornam a África atraente aos investidores. Os menores custos relativos de investimento necessário para exploração e desenvolvimento de poços petrolíferos em relação à produção por barril são os do Oriente Médio, situando-se entre US\$ 4.000,00 e US\$ 4.500,00 investidos por barril produzido ao dia. Na África está o segundo menor custo mundial, dentre US\$ 7.500,00 e US\$ 8.000,00 por barril/dia. Uma comparação com outras regiões permite notar que o investimento necessário para se obter cada barril de produção é muito maior em outras regiões, como na Ásia e nos países da OCDE, onde o investimento necessário para obter

um barril/dia é de cerca de US\$ 12.000,00 e pouco mais de US\$ 13.000,00 respectivamente (IEA, 2003, *World Energy Investment Outlook*, pg. 106-108).

Outra propriedade que torna a África atraente aos olhos das principais potências consumidoras de petróleo é o fato de que este continente produz 12,2% do petróleo do mundo, mas consome apenas 3,3%. Isto faz com que a região tenha o maior excedente de petróleo exportável do mundo, em termos relativos⁷⁷ e em volume total só perde para o Oriente Médio (*EIA Key World Energy Statistics 2006*, pg. 10). O Mapa 2.2. em Apêndice mostra com detalhes a localização das principais zonas petrolíferas na África Subsaariana e indica os países com ocorrência de conflitos armados, que serão discutidos no fim deste capítulo e no próximo.

Entretanto, antes de prosseguir nesta análise, é pertinente ressaltar que a maior parte dos países africanos não são exportadores de petróleo. Mais precisamente 13 países são exportadores líquidos e os demais 42 são importadores líquidos de petróleo. Enquanto os altos preços do barril de petróleo aumentam a renda dos exportadores, prejudica a grande maioria dos países importadores, a maioria situada entre os mais pobres do continente. Para muitos destes países a alternativa tem sido reduzir o consumo de petróleo. Mas esse processo também vem sendo acompanhado de crescentes discussões a respeito da possibilidade de ampliar o uso de energia alternativa, incluindo a produção de combustíveis vegetais, cuja principal referência para os africanos continua sendo a experiência brasileira (NJI, R., *What are Africa's alternatives to oil?* 21/11/2006, Mail & Guardian)

3.1. O PETRÓLEO AFRICANO NO CONTEXTO MUNDIAL: RESERVAS PROVADAS, PRODUÇÃO, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Como já foi mencionado no segundo capítulo, a avaliação do volume total das reservas existentes e recuperáveis é problemático, alvo de controvérsias e polêmica, principalmente por envolver diferentes métodos e modelos, mas também por interesses dos que fazem estas estimativas, sejam estas empresas ou governos. Além disso, é um tipo de dado que pode ser alterado em função do aumento do preço do barril, que amplia a quantidade de poços que são economicamente viáveis e a porcentagem do petróleo que é economicamente recuperável.

A Agência Internacional de Energia (IEA Key World Energy Statistics, 2006), calcula que o volume das reservas provadas africanas é de 111 bilhões de barris. Como pode ser observado na Tabela 3.1. a seguir, em 2005 as mesmas reservas foram estimadas em 117,7 bilhões de barris pela OPEP, em 114,2 bilhões (*OPEC Annual Statistical Bulletin 2005*) pela

⁷⁷ Produção excedente de petróleo considerada como o total produzido além do total consumido, ou seja, da percentagem exportável. Ver também o *BP Statistical Review of World Energy 2006* e o *OPEC Annual Statistical Bulletin 2005*.

British Petroleum (BP Statistical Review of World Energy 2006) e em 109,7 bilhões de barris pelo *World Oil (World Oil 2005, Gulf Publishing Company)*. A menor estimativa é de 102,6 bilhões de barris pelo *Oil & Gas Journal, (Oil & Gas Journal 2005, PennWell Corporation)* que não incluiu as descobertas mais recentes no Sudão, confirmadas pelo governo do país e pelas empresas responsáveis pela exploração dessas novas bacias, além de considerar as reservas nigerianas, entre 3 e 4 bilhões de barris menores que as demais estimativas⁷⁸.

TABELA 3.1. - VOLUME DAS RESERVAS AFRICANAS PROVADAS DE PETRÓLEO CONVENCIONAL, COMPARAÇÃO DE DIFERENTES FONTES

País	RESERVAS PROVADAS			
	OPEP	BP	O&GJ	WorldOil
Angola	9.035	8.801	5.412	9.050
Benin	-	-	8	-
Camarões	-	-	400	-
Chade	-	900	1.500	-
Congo (Brazzaville)	-	1.784	1.506	1.905
R.D.Congo (Kinshasa)	-	187	-	-
Costa do Marfim	-	-	100	-
Gabão	2.499	2.285	2.499	-
Gana	-	-	17	-
Guiné-Equatorial	-	1.280	12	1.805
Nigéria	36.220	39.126	35.876	37.715
Rep. D.Congo (ex-Zaire)	-	-	187	-
Sudão	6.405	6.313	563	6.402
Outros	6.180	-	-	-
Total Subsaariana	60.339	59.777	47.253	59.958
Argélia	12.270	11.800	11.350	11.350
Egito	3.700	3.720	3.700	3.710
Líbia	41.464	39.126	39.126	34.050
Tunísia	-	681	308	691
Total África Norte	57.434	54.491	55.327	49.801
Total África	117.774	114.268	102.580	109.759
Mundo	1.153.962	1.201.332	1.292.936	1.119.615
% do total mundial	10,21%	9,51%	7,93%	9,80%

Notas: Reservas expressas em milhões de barris (Ex: África possui reservas de 117,77 bilhões de bbl segundo a OPEP)
- Não reportado separadamente

BP (2006) *BP Statistical Review of World Energy*, British Petroleum, June 2006

OPEP (2006) *OPEC Annual Statistical Bulletin 2005*, pg. 22.

O&GJ (2005) *Oil & Gas Journal*, PennWell Corporation. Vol. 103, No. 47, 19 de Dezembro de 2005.

WorldOil (2006), *World Oil 2005*, Gulf Publishing Company, Vol. 227, No.9, Setembro de 2006

Dados do O&GJ (2005) e do World Oil (2005) foram coletados da Tabela "World Proved Reserves of Oil and Natural Gas, Most Recent Estimates", no URL: <<http://www.eia.doe.gov/emeu/international/reserves.xls>> [Postada em 05/10/2006]

Obs. 1. O volume das reservas globais do *Oil & Gas Journal* inclui 174,1 bilhões de barris de óleo disponíveis na forma de areias oleosas ou betuminosas, além dos 4,7 bilhões de petróleo convencional geralmente considerados

Obs. 2. No caso das estimativas de fontes onde não aparecem as reservas da Tunísia separadas das demais o volume das reservas dos 'outros' foi somado no total final da África Subsaariana.

⁷⁸ Além destas reservas pode-se incluir novas reservas em São Tomé & Príncipe, cujas análises sísmicas já confirmaram reservas de mais de 2 bilhões de barris, podendo ultrapassar a faixa dos 5 bilhões, mas que só serão computadas quando forem completamente estimadas e provadas.

A Tabela 3.1. acima também permite perceber que não existem diferenças tão significativas no cálculo das reservas provadas, feito pelas diferentes agências ou organizações citadas, já que nenhuma delas apresenta diferenças gritantes no volume de reservas provadas.

De forma semelhante, as diferenças quanto ao cálculo do volume de petróleo produzido varia muito pouco de uma organização ou agência para outra, como pode ser visualizado na Tabela 3.2. a seguir, que compara a Agência Internacional de Energia (IEA), a OPEP e a BP.

TABELA 3.2. - PRODUÇÃO PETROLÍFERA AFRICANA, EVOLUÇÃO RECENTE

País	PRODUÇÃO			
	2004		2005	
	OPEP	BP	OPEP	BP
Angola	988,8	986	1.227,6	1.242
Camarões	70,0	62	82,3	58
Chade	-	168	-	173
Congo (Brazzaville)	240	240	240	253
Costa do Marfim	-	-	-	-
Gabão	252,5	235	253,5	234
Guiné-Equatorial	-	329	-	355
Nigéria	2.356,8	2502	2.365,9	2580
Sudão	-	325	-	379
Outros África Subsaariana	940,2	75	997,8	72
África Subsaariana	4.829,5			
Argélia	1.311,4	1946	1.352,0	2015
Líbia	1.580,7	1607	1.693,2	1702
Egito	594,6	721	578,9	696
Tunísia	69,3	72	65,5	74
África Norte	3.556,0			
Total África	8.385,5			9.835
Total Mundial	70.578,2		71.762,9	
% do mundo				

Notas: Produção expressa em milhares de barris (x 1000 barris)

— Não reportado separadamente

BP Statistical Review of World Energy 2005, British Petroleum, June 2006

BP Statistical Review of World Energy 2004, British Petroleum, June 2005

OPEC Annual Statistical Bulletin 2005 e OPEC Annual Statistical Bulletin 2004

O crescimento da produção (Tabela 3.2.) está diretamente relacionado ao aumento das reservas (Tabela 3.1). Esta relação pode ser observada em detalhes a partir dos dados da Tabela 3.3. a seguir. Se considerados os dados da BP, na tabela a seguir, entre 1985 e 2005 o volume das reservas africanas foi ampliado em 100% e a produção cresceu 90%. Se tomada separadamente, na porção Subsaariana este crescimento foi ainda maior. As reservas cresceram 175% enquanto a produção cresceu 135%. Um dos resultados deste crescimento das reservas e da produção africana é que esta região ampliou sua participação relativa no total mundial, basicamente com novas descobertas e com o início da produção de novos campos petrolíferos⁷⁹.

⁷⁹ No período de 1993-2002 a África representou 25% do número total das novos poços de petróleo que entraram em

TABELA 3.3. – EVOLUÇÃO DAS RESERVAS E PRODUÇÃO (1985, 1995, 2005)

País/Região	Reservas (bilhões de bbl)			Produção (milhares de b/d)		
	1985	1995	2005	1985	1995	2005
Angola	2,0	3,1	9,0	232	633	1.242
Camarões	<i>n/d</i>	<i>n/d</i>	<i>n/d</i>	181	106	58
Congo (Brazzaville)	0,8	1,4	1,8	115	180	253
Gabão	0,7	1,5	2,2	173	356	234
Guiné-Equatorial	0,0	0,6	1,8	0,0	7	355
Nigéria ¹	16,6	20,8	35,9	1.499	1.998	2580
Chade	0,0	0,0	0,9	0	0	168
Sudão	0,3	0,3	6,4	0	2	379
Outros	1,0	0,7	0,6	60	51	72
Total África Subsaariana	21,3	28,3	58,6	2.261	3.332	5.348
Argélia	8,8	10,0	12,2	1151	1327	2015
Egito	3,8	3,8	3,7	882	924	696
Líbia	21,3	29,5	39,1	1025	1439	1702
Tunísia	1,8	0,4	0,7	114	90	74
Total África Norte	35,7	43,7	55,7	3.172	3.780	4.487
Total África	57,0	72,	114,3	5.433	7.112	9.835
Total Mundial	770,4	1027,0	1200,7	57.469	68.102	81.088
% do total mundial	7,4%	7%	9,52%	9,45%	10,44%	12,13%

Notas: O volume das reservas está expresso em bilhões de barris e a produção em milhões de barris por dia
n/d - não disponível

Fonte: BP Statistical Review of World Energy 2005. British Petroleum. Junho de 2006, em:
<<http://www.bp.com/statisticalreview>>

Assim, em 2005 o continente Africano passou a ter 9,52% das reservas mundiais. A produção africana cresceu de 5,4 milhões de b/d para 9,83 milhões de b/d, ou seja, passou de 9,45% para 12,13% da produção mundial. Se for tomada apenas a parte da produção mundial que é exportada, a África representa uma fatia ainda maior, de 14,9% (*BP Statistical Review Full Report Workbook 2006*).

Este crescimento pode ser considerado explosivo, principalmente num contexto como o destas últimas duas décadas, onde a produção de outros países, como os EUA, diminuiu constantemente, enquanto outros como a Rússia reduziram sua produção consideravelmente na maior parte destas últimas duas décadas, só retomando o crescimento da produção de forma constante nos últimos anos. Se considerada em conjunto, a produção do continente africano superou em mais de 3 milhões de b/d a produção dos Estados Unidos (6,83 mi. b/d), ficou pouco acima da produção russa (9,55 mi b/d) e só perdeu para a Arábia Saudita (11 mi. b/d), maior produtor mundial em 2005 (*BP Statistical Review Full Report Workbook 2006*). Apenas para ilustrar esta comparação é interessante visualizar a produção dos três maiores produtores mundiais: Rússia, EUA e Arábia Saudita; representados na Tabela 3.4. a seguir:

TABELA 3.4. – COMPARAÇÃO ENTRE OS MAIORES PRODUTORES MUNDIAIS

Maiores produtores mundiais	PRODUÇÃO PETROLÍFERA		
	País/Região	1985	1995
Arábia Saudita ¹	3.601	9.127	11.035
África	5.433	7.112	9.835
Rússia	10.904	6.288	9.551
EUA	10.580	8.322	6.830

Notas: O volume da produção está expresso em milhões de bbl por dia (valor expresso x 1000)

¹ A Arábia Saudita reduziu a produção de 10 milhões de b/d de 1980-1981 para menos de 4 milhões em 1985 como parte da tentativa de segurar a queda nos preços mundiais de petróleo. Assim, 1985 foi o ano de menor produção Saudita desde a década de 1970.

Fonte: BP (2006) *BP Statistical Review of World Energy 2005*, <<http://www.bp.com/statisticalreview>>

A Organização Mundial do Comércio (*WTO, International Trade Statistics 2005*, pg.6) calcula que em 2004 as exportações africanas de petróleo e produtos petrolíferos atingiram a marca de US\$ 120 bilhões, confirmando que o continente superou a ex-URSS em valor de exportações petrolíferas. A OMC destaca ainda que isto significou 12% do comércio mundial de combustíveis, que atingiu US\$ 1 trilhão em 2004.

Quanto às diferenças regionais, também é importante ressaltar, que o volume total de petróleo produzido na África Subsaariana passou a superar a África do Norte já em 1994. Como se pode observar pela tabela T.3.3, os maiores responsáveis por este aumento da produção subsaariana, entre 1985 e 2005 foram mesmo a Nigéria, com aumento da ordem de 1,080 milhões de b/d e Angola com 1,010 milhões de b/d. Além disso, outros três países partiram de uma produção zero nos anos 1990 para produzir mais de uma centena de milhares de barris diários no início do século XXI. A Guiné Equatorial que em 1995 produzia 7.000 b/d, atingiu 355.000 b/d em 2005, o Sudão também aumentou significativamente sua produção (iniciada em 1993) de 2.000 b/d em 1995 para 379.000 b/d em 2005. E o Chade que começou a exportar em quantidade significativa somente em 2003, atingiu uma produção de 168.000 b/d em 2005.

Vale lembrar que a Nigéria como membro da OPEP reduziu sua produção, que, em 1973 era de 2,056 milhões de b/d e em 1985 era de 1,5 milhões de b/d, tendo passado ainda por outras oscilações na produção total, que foram relativamente freqüentes ao longo destas duas décadas, que serão descritas no subtópico destinado especificamente aos principais países petrolíferos africanos, mais a frente. Por outro lado, a Nigéria só atingiu sua capacidade máxima histórica, de 2,5 milhões de barris, num período recente (2004-2005), consolidando sua liderança como maior produtor do continente. Nos dados da BP (2006) apresentados a seguir na Tabela 3.5., pode-se observar de forma mais detalhada a evolução do total da produção africana nos últimos 25 anos.

TABELA 3.5. - TOTAL DAS EXPORTAÇÕES AFRICANAS E MUNDIAIS (1980-2005)

	1980	1985	1990	1995	2000	2005
África Subsaariana	2.475	1.765	2.248	2.723	3.293	4.358,38
África Norte	2.820	2.415	2.604	2.696	2.732	3.070,38
Total África	5.395	4.180	4.852	5.419	6.025	7.428,76
Total Mundo	32.324	24.488	31.441	36.410	42.402	49.905,9

Notas: O volume da produção está expresso em milhares de barris por dia (x 1000)

Fonte: BRITISH PETROLEUM (2006) *BP Statistical Review of World Energy 2005*, disponível em: <http://www.bp.com/statisticalreview>

É necessário destacar que a redução na produção total africana no período 1980-1985 foi resultado das reduções organizadas pela OPEP, que na época incluía Argélia, Líbia, Nigéria e Gabão (na época membro da OPEP). No período posterior (1985-2005) ocorreram significativos aumentos na produção, não apenas nos países africanos membros da OPEP, mas também nos não-OPEP, principalmente Angola, Guiné Equatorial, Chade e Sudão, todos subsaarianos.

Entretanto, apesar desta expansão do peso relativo da África no mercado petrolífero mundial, isso não ocorreu em todos os países produtores. Algumas das mudanças na produção regional nestas últimas décadas foram contrárias a esta tendência geral de crescimento e incluíram estagnação ou redução da produção em alguns dos pequenos produtores, como Gabão e Camarões. O Gabão, que já foi o terceiro maior produtor de petróleo na África Subsaariana, atingiu o seu pico produtivo em 1995-1996, quando produziu entre 365 e 364 mil b/d. Depois desta data sua produção entrou em depleção, num ritmo anual relativamente lento, resultando numa produção de 224 mil b/d em 2005. A produção em Camarões atingiu seu pico produtivo ainda mais cedo, em 1985 com 181 mil b/d. Ao longo das décadas de 1980 e 1990 sua produção declinou quase que continuamente, atingindo 58 mil b/d em 2005. Como nestes dois países não ocorreram novas grandes descobertas de petróleo e mesmo os novos poços que entraram em operação não produzem o suficiente para compensar a depleção dos poços mais antigos⁸⁰, a produção de ambos parece estar condenada à exaustão.

Outro aspecto importante para continuar esta análise é o destino das exportações africanas. Como está indicado na Tabela 3.6., a seguir, os Estados Unidos e a Europa são os maiores mercados importadores do petróleo africano, seguidos da China e o restante da Ásia-Pacífico, depois América do Sul e Caribe, a própria África e por fim o Japão. Também é visível a diferença entre os mercados de destino das exportações subsaarianas e norte-africanas. A África do norte é extremamente dependente de um único mercado comprador, no caso a Europa, responsável pela importação de quase dois terços de todo o petróleo da região (1,95 em 3 milhões de b/d). A África Subsaariana já não depende tanto de um único comprador, exporta

⁸⁰ O que poderia impedir a queda no volume da produção total.

uma grande quantidade para os Estados Unidos, Europa, mas também para China, o restante da Ásia e Pacífico e mesmo para América do Sul e Caribe.

TABELA 3.6 – PAÍSES E REGIÕES DE DESTINO DAS EXPORTAÇÕES AFRICANAS

	EUA	Europa	China	América Sul-Caribe	Japão	África	Ásia Pacífico	Outros	Total
África Norte	547	1.959	64	115	2	83	113	12	3.070
África Subsaariana	1943	722	709	169	120	88	794	18	4.624
Total África	2.490	2.681	773	284	122	171	907	30	7.694

Valores expressos em milhares de barris diários (x 1000 b/d)

* Ásia Pacífico inclui os demais países asiáticos (Sul-Sudeste-Leste), Oceania e ilhas do Pacífico (Australásia)

Fonte: BRITISH PETROLEUM (2006) *BP Statistical Review Full Report Workbook 2006. Historical Data Series – Oil Inter-Area Movement 2005* pg. 20-21, disponível em: <<http://www.bp.com/statisticalreview>>

Se forem considerados apenas os países individualmente, os dados da BP permitem perceber que a China foi, em 2005, o segundo maior mercado importador do petróleo subsaariano, perdendo apenas para os Estados Unidos. Isto porque no bloco “Ásia-Pacífico” estão grandes regiões como Sul, Sudeste e Leste da Ásia, além de Oceania, o que inclui grandes importadores de petróleo como Coréia do Sul, Taiwan, Índia e os demais países da ASEAN. Semelhantemente, no bloco “Europa” estão todos os países europeus com exceção da ex-URSS, incluindo outros grandes importadores como França, Itália, Alemanha, Espanha. Desta forma, os dois países que são os maiores consumidores do petróleo subsaariano são mesmo EUA e China.

Antes de aprofundar no exame dos principais produtores de petróleo subsaarianos, é pertinente citar que, além de petróleo, o continente africano possui 8,2% das reservas mundiais de gás natural, totalizando 14,825 trilhões de metros cúbicos⁸¹. Entretanto a produção deste combustível é relativamente bem menor, já que o consumo de gás no continente é relativamente reduzido. Além disso, as exportações de gás se concentram na África do Norte, de onde este é transportado principalmente por gasodutos até a Europa. Na África subsaariana o único grande exportador de gás é a Nigéria, que exporta um volume relativamente reduzido para seus vizinhos da África Ocidental, via gasodutos, e outra parte é liquefeita para ser transportada em navios. É provável que num futuro próximo a África Subsaariana se torne mais importante em termos de exportações de gás natural quando alguns dos terminais de liquefação de gás (GNL) atualmente em construção estiverem prontos. Enquanto isto não ocorre, o subcontinente continua se destacando principalmente pelo petróleo.

Como foi discutido, o peso relativo dos países exportadores de petróleo com significativas reservas é grande. Angola, Nigéria e Sudão se destacam por serem os três maiores

⁸¹ De um total mundial avaliado pela OPEP em 180 trilhões de metros cúbicos (*OPEC Annual Statistical Bulletin 2005*, pg. 22).

produtores da África Subsaariana e estarem ao mesmo tempo entre os três maiores exportadores do subcontinente⁸². Se considerados regionalmente, os três fazem parte do que se pode chamar de cinco grandes produtores africanos, somando-se Argélia e Líbia a este grupo. Em todos estes países, o petróleo representa uma parte significativa do PIB, das exportações e da renda dos respectivos governos. Some-se a isto o fato de que nos três grandes produtores subsaarianos o petróleo e a riqueza produzida pela sua produção e exportações, foram até recentemente ou ainda são alvo de disputas entre as regiões produtoras e os governos centrais.

Estas disputas internas acabam sendo envolvidas em meio a disputas políticas, separatismo e insurgência armada contra os governos estabelecidos, em alguns casos se misturando às longas Guerras Civis cujas causas iniciais se diluíram no tempo. Nestes países outros elementos acabam sendo envolvidos em algumas destas disputas, mais precisamente atores não estatais, como as grandes corporações petrolíferas internacionais que exploram e produzem nestes países. As empresas não africanas, tanto de origem privada como estatal, são originárias ou estão sediadas nos maiores consumidores mundiais de petróleo, incluindo as grandes potências mundiais. Estão acompanhadas de um número relativamente grande de empresas médias e pequenas, geralmente chamadas independentes, igualmente ligadas ou sediadas nas grandes potências mundiais ou em potências regionais que são importantes produtores ou consumidores de petróleo e gás.

O próximo tópico trata justamente destes três países, Angola, Nigéria e Sudão, buscando descrever e analisar a importância que o petróleo tem para cada país. Sem ser exaustivo, procura também identificar a importância destes países para as grandes potências internacionais, enquanto fornecedores de petróleo, especialmente para Estados Unidos e China, as potências que são os dois maiores consumidores de petróleo do mundo.

3.2. OS PRINCIPAIS PETRO-ESTADOS SUBSAARIANOS: ANGOLA, NIGÉRIA E SUDÃO

A pesquisa para prospecção de hidrocarbonetos em Angola começou em 1910, sendo que em 1915 foi descoberto o primeiro poço, mas sua atividade foi abandonada. Em 1952 a procura por petróleo recomeçou, sendo que em 1955 foi descoberto o primeiro poço comercialmente viável (SONANGOL - O Petróleo em Angola, 2005). Em 1962 ocorreu a primeira descoberta *offshore* em Cabinda, pela subsidiária da Gulf⁸³, a *Cabinda Gulf Oil Company* (CABGOC). Este

⁸² Apesar de a Guiné Equatorial disputar a posição de terceiro produtor de petróleo na África Subsaariana com o Sudão, suas reservas totais são menores, e a não ser que sejam feitas novas grandes descobertas, não há, atualmente, indicações de que este país ultrapasse o posto de quarto maior produtor da região tão cedo

⁸³ A Gulf, dona da CABGOC foi adquirida pela Chevron em 1984, que a partir da fusão com a Texaco em 1998 passou a ser a Chevron-Texaco.

bloco, chamado de “0” é o maior em Angola até hoje, produzindo cerca de 600.000 b/d em 2005. A CABGOC ainda é a operadora do “bloco 0”, do qual detém 39,2% em parceria com a Sonangol (41%), a Total-Fina-Elf (10%) e a Agip (9,8%). Sobre a expansão da exploração em outras áreas cada vez mais distantes de Cabinda, durante os anos 1990, a Estatal angolana, a Sonangol, relata que:

“A exploração em águas profundas começou em 1991 com a adjudicação do Bloco 16, a que seguiram os Blocos 14, 15, 17, 18 e 20. Desde 1990 foram perfurados em Angola mais de 200 poços exploratórios e de pesquisa. No começo de 2000 havia um total de 29 Blocos sob licença em terra e na faixa Atlântica. As licenças estavam atribuídas à 30 companhias 14 das quais eram operadoras.” (SONANGOL, O Petróleo em Angola 2005).

A Sonangol⁸⁴ é a Estatal angolana responsável pelas concessões dadas às empresas que exploram petróleo no país. A estatal mantém no mínimo 20% de cada bloco ou área de exploração, sendo proprietária de 100% de dois blocos (3 e 4-Kiabo) e 51% de duas áreas (A e B).

TABELA 3.7. – ANGOLA, INDICADORES ECONÔMICOS SELECIONADOS (2000-2005)

Indicador	2000	2001	2002	2003	2004	2005
PIB (bilhões de US\$)	-	9,88	11,20	13,82	19,72	32,81
PIB (bilhões de kwanzas)	91,7	197,1	477,1	1.031,4	1.661,5	-
Crescimento do PIB (%)	-	-	-	-	11,2%	20,6%
Inflação	268,35%	116,06%	105,60%	76,57%	31,02%	18,53%
PIB da Indústria Petrolífera	55,1	100,9	256,5	498,5	-	-
Ind. Petrolífera em % do PIB	60,1%	51,2%	53,8%	48,3%	-	-

BANCO NACIONAL DE ANGOLA, *Evolução Recente da Economia (2006)*. BNA OnLine, Evolução da Economia, disponível em: <<http://www.bna.ao/30anos/artigo.aspx?c=37&a=416>>
 BANCO NACIONAL DE ANGOLA, *Composição das Exportações 2001-2005*. BNA OnLine, Comércio Internacional de Mercadorias. Disponível em: <<http://www.bna.ao/30anos/artigo.aspx?c=106&a=324>>
 BANCO NACIONAL DE ANGOLA, *Indicadores Econômicos Evolução dos principais Indicadores 2001-2005*. BNA Online, Indicadores Macro-Económicos, Balança de Pagamentos, disponível em: <<http://www.bna.ao/30anos/artigo.aspx?c=17&a=322>>
 BANCO NACIONAL DE ANGOLA, *Índice de Preços ao Consumidor em Luanda*. BNA OnLine, Indicadores Macro-Económicos <<http://www.bna.ao/30anos/artigo.aspx?c=8&a=14>>
 BANCO NACIONAL DE ANGOLA, *Apresentação Anual Resumida 2000-2001*. BNA OnLine, Indicadores Macro-Económicos, Balança de Pagamentos, Balança Global. Disponível em: <<http://www.bna.ao/30anos/artigo.aspx?c=105&a=163>>
 BANCO NACIONAL DE ANGOLA, *Estimativa do PIB a preços correntes (1999-2003)*. BNA Online, Indicadores Macro-Económicos, Produto Interno Bruto, disponível em: <<http://www.bna.ao/30anos/artigo.aspx?c=18&a=408>>

A indústria petrolífera formava 60% do PIB angolano em 2000, passando para a faixa entre 54 e 48% de 2001 a 2003, como está representado na Tabela 3.7. a seguir, com alguns indicadores econômicos selecionados. Variações pequenas no preço do petróleo alteram significativamente as exportações e têm grande impacto na economia do país.

⁸⁴ Disponível no site oficial da Sonangol , no endereço: <www.sonangol.co.ao/>

O peso do petróleo é ainda maior nas exportações angolanas e foi responsável por praticamente todo o crescimento das exportações entre 2001 e 2005. Neste período as exportações petrolíferas saltaram de US\$ 5,8 bilhões para US\$ 22,8 bilhões (ver Tabela 3.8. a seguir).

TABELA 3.8. – ANGOLA, INDICADORES ECONÔMICOS E EXPORTAÇÕES (2001-2005)

Indicador	2001	2002	2003	2004	2005
Exportações I (bens e serviços não factoriais em US\$ milhões)	6.736,4	8.534,7	9.709,3	13.797,8	24.286,2
Exportações II (US\$ milhões f.o.b.)	6.534,3	8.327,8	9.508,1	13.475,0	24.109,4
Varição anual das Exportações II	-17,5%	27,4%	14,2%	41,7%	78,9%
Exportações I em % do PIB (bens e serviços não factoriais)	68,2%	76,2%	70,2%	69,9%	74%
Exportações II em % do PIB	66,1%	74,3%	68,8%	68,2%	73,5%
Investimento Estrangeiro Direto (FDI)					
IED (FDI) líquido em % do PIB	21,7%	14,7%	25,2%	7,2%	-4,6%
Exportações de petróleo (óleo cru + refinados, em US\$ milhões)	5.802,9	7.644,1	8.684,6	12.619,9	22.854,4
Varição Exportações de Petróleo	-18,5%	31,7%	13,6%	45,3%	81,1%

Exportações em milhões de dólares (US\$)

Fontes:

BANCO NACIONAL DE ANGOLA, **Composição das Exportações 2001-2005** – Comércio Internacional de Mercadorias. BNA Online disponível em: <<http://www.bna.ao/30anos/artigo.aspx?c=106&a=324>>
 BANCO NACIONAL DE ANGOLA, **Apresentação Anual Resumida 2002-2005**. BNA OnLine, Indicadores Macroeconómicos, Balança de Pagamentos, Balança Global. Disponível em: <<http://www.bna.ao/30anos/artigo.aspx?c=105&a=165>>

Este aumento ocorreu pela conjunção de dois fatores, a saber, o aumento da produção, que dobrou neste período e do aumento dos preços do barril, que também tiveram um aumento superior a 100%, principalmente pelo início da produção em novos campos *offshore*. O detalhamento dos dados relativos à produção e exportação de petróleo e produtos petrolíferos, destacado na Tabela 3.9. abaixo, mostra essas alterações na produção e no preço do barril.

Como fica nítido, as exportações petrolíferas foram responsáveis pela maior parte do crescimento das exportações angolanas no período 2001-2005. Outro grande responsável por este aumento foi a exportação de diamantes, que atingiu US\$ 1 bilhão em 2005.

Contudo, também é pertinente destacar que a redução temporária das exportações, ocorrida em 2001, se deu numa conjuntura de crise econômica mundial que só se dissipou em meados de 2002-2003. Isto reflete a dependência que uma economia típica de enclave como esta acaba tendo quando ocorrem exportações significativas de um único produto, portanto, sujeita para o bem ou para o mal, às flutuações que este sofre no mercado mundial.

TABELA 3.9. - O PETRÓLEO NAS EXPORTAÇÕES ANGOLANAS (2001-2005)

Descrição das Exportações	2001	2002	2003	2004	2005
Petróleo Bruto (milhões de barris/ano)	250,7	311,1	302,6	344,5	452,0
Preço médio do Barril (US\$/barril)	22,7	24,2	28,2	36,1	50,0
Total das Exportações (milhões US\$)	6.534,3	8.327,8	9.508,1	13.475,0	24.109,4
Outras Exportações	731,5	683,6	823,5	855,1	1.255,0
Total petróleo e produtos (milhões US\$)	5.802,9	7.644,1	8.684,6	12.619,9	22.854,4
Petróleo Bruto	5.690,0	7.538,7	8.530,4	12.441,9	22.583,2
Refinados e produtos petrolíferos	92,7	95,5	138,5	147,6	241,8
Exportações de Gás	20,1	10,0	15,7	30,4	29,5
Petróleo em % das Exportações	88,8%	91,8%	91,3%	93,6%	94,8%

Fonte: BNA Composição das Exportações 2001-2005. **Banco Nacional de Angola Online**, Comércio Internacional de Mercadorias. BNA Online disponível em: <<http://www.bna.ao/30anos/artigo.aspx?c=106&a=324>>

Os efeitos destas variações também são visíveis nos rendimentos do governo angolano, que dependem grandemente do petróleo. Números do governo angolano apresentados na Tabela 3.10. a seguir, permitem verificar o peso do petróleo no total da arrecadação governamental e sua proporção em relação ao do PIB.

TABELA 3.10. – O PETRÓLEO NAS RECEITAS DO GOVERNO ANGOLANO

Indicador	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Total das Receitas Governamentais	7.601	45.054,7	87.802,1	190.711,5	386.909,4	602.187,1
Total Receitas Gov. em % do PIB	-	49,2%	44,3%	40%	37,5%	36,2%
Receitas Tributárias	7.555,7	44.849,3	87.172,1	188.733,2	382.001,9	596.607,4
Receitas petrolíferas	6.631	40.161	70.776	146.385	290.393	469.273
Receitas petróleo em % das receitas	-	89,55%	81,19%	77,46%	76,02%	78,66%
Receitas petróleo em % do PIB	-	60,1%	51,2%	53,8%	48,3%	

Valores Expressos em Milhões de Kwanzas

Fontes:

BANCO NACIONAL DE ANGOLA, **Contas do Orçamento Geral do Estado**. BNA On-Line, Indicadores Macroeconómicos. Disponível em: <<http://www.bna.ao/30anos/artigo.aspx?c=8&a=415>> [Atualizado 15/09/2006 às 11:43:18]
 MINISTÉRIO DAS FINANÇAS DE ANGOLA, **Balanço orçamental Estatístico 2000-2004**, MiniFin, dados provisórios, disponível em formato PDF: <<http://www.minfin.gv.ao/dni/petroleo/bal2000-2004.pdf>>

Segundo o relatório anual do Ministério das Finanças (MinFin, 2005, Resumo da Receita por Natureza Económica) de Angola, no ano de 2004, 44,52% da arrecadação fiscal do governo foi obtida diretamente a partir dos impostos sobre o petróleo (produção ou rendimento petrolífero). Somando-se os rendimentos das concessões dos blocos para exploração e produção, o peso do petróleo na arrecadação do governo é ainda maior, tendo se mantido na faixa de 89,5-81% em 2000-2001, e 76-79% entre 2002 e 2004.

Dado o nível de dependência das exportações petrolíferas, se torna fundamental identificar quem são os principais compradores do petróleo angolano, ou seja, quais são os

grandes importadores que mantêm relações comerciais intensas com o país, demonstrado nos dados da Tabela 3.11 a seguir.

TABELA 3.11. - DESTINO DAS EXPORTAÇÕES ANGOLANAS EM MILHÕES DE US\$

PAÍS - REGIÃO	2001	2002	2003	2004	2005
EUA	2.784,0	2.741,0	3.278,7	3.906,9	6.143,9
Canadá	-	-	117,2	88,3	1.364,3
Porto Rico	-	70,0	-	-	29,6
China	528,0	1.321,0	1.837,0	3.711,4	5.590,9
Taiwan	283,5	511,6	690,4	694,3	909,0
Hong Kong	25,0	-	-	-	33,0
Índia	74,6	274,2	606,6	526,4	-
Japão	17,5	401,5	154,0	52,4	63,2
Coréia do Sul	122,5	240,9	159,0	56,8	-
Tailândia	34,4	162,0	244,0	-	87,7
Indonésia	-	-	-	167,6	-
Singapura	-	71,0	74,0	-	105,5
Argentina	-	-	55,0	-	-
Brasil	124,3	-	43,0	-	115,5
Chile	-	27,9	67,1	406,6	1.103,0
África do Sul	60,2	74,8	37,0	165,0	340,1
Guiné Equatorial	-	21,5	-	-	50,3
Senegal	-	8,7	-	-	-
França	525,1	546,0	472,4	641,8	1.777,1
Espanha	67,6	269,6	57,0	181,4	546,4
Holanda	127,8	49,1	79,1	17,8	97,0
Inglaterra	92,6	18,0	110,0	-	50,2
Itália	90,8	374,7	266,0	23,3	34,1
Portugal	89,7	32,9	127,0	-	28,2
Alemanha	17,8	-	28,0	-	-
Gibraltar	17,1	-	-	-	-
OUTROS	521,3	552,5	216,3	1.689,5	3.491,0
Total das Exportações	5.690,0	7.538,7	8.530,4	12.441,9	22.583,2
NOTAS: Dados preliminares para 2005		Valores x US\$ 1.000.000,00			
FONTE: Banco Nacional de Angola – BNA OnLine – Indicadores Macro-Econômicos <i>Destino das Exportações de Petróleo Bruto</i> disponível em: < http://www.bna.ao/30anos/artigo.aspx?c=106&a=325 >					

Os dados dispostos na Tabela 3.11, acima, permitem notar que apenas dois países representaram mais da metade das exportações angolanas, a saber, Estados Unidos, que adquiriu 27,2% e China, que adquiriu 24,75% do petróleo angolano exportado em 2005. Como terceiro maior comprador do petróleo angolano, a França adquiriu 7,86% destas exportações, representando a maior parte das aquisições européias (12,7% do total).

Estes foram seguidos pelo Canadá (6%) e Taiwan (4%). A Índia, que chegou a importar US\$ 606 milhões de dólares em 2003 e US\$ 526 milhões em 2004, não importou petróleo de Angola em 2005. Vale destacar que no mesmo ano a empresa estatal indiana, ONGC, perdeu uma importante licitação de exploração de blocos *offshore* para empresas chinesas. Quanto à

África do Sul, apesar de ter expandido suas importações de petróleo angolano em quase 6 vezes entre 2001 e 2005, só representou 1,5% das aquisições deste produto. Já o Brasil não tem demonstrado muita estabilidade no comércio com Angola e adquiriu apenas 0,5% do petróleo deste país em 2005. Isto representa quase 10 vezes menos que o Chile, que mantém o posto de maior importador sul americano de petróleo angolano.

Assim, pode-se notar com facilidade que Estados Unidos e China estão competindo diretamente pelo petróleo angolano. Comparativamente, se o valor da aquisição de petróleo angolano pelos Estados Unidos, entre 2001 e 2005, cresceu em 120%, o valor das aquisições chinesas no mesmo período cresceu em mais de 1000%. Também é visível que o primeiro vem perdendo, em termos relativos, a posição de maior comprador de Angola, que havia adquirido ao longo dos anos 1990. Comprador de 50% do petróleo exportado por Angola em 2000, sua participação relativa caiu praticamente no mesmo ritmo que cresceram as aquisições chinesas.

Por outro lado, não se pode esquecer que esta redução é relativa e ocorre num contexto de crescimento muito acelerado da produção angolana, ou seja, as vendas para os EUA não diminuíram, ao contrário, continuam crescendo. Dados recentes do EIA-DOE (*Crude Oil and Total Petroleum Imports Top 15 Countries*, 2006) mostram que no mês de Julho de 2006, Angola exportou 666.000 barris/dia de óleo cru aos EUA, ultrapassando o Iraque (592.000 b/d) como 6º maior fornecedor de óleo cru. Isto representa um crescimento de mais de 50% em relação à média de Janeiro-Julho de 2005 (399.000 b/d).

Concomitantemente, do início de 2006 até o mês de Setembro do mesmo ano, Angola foi o maior fornecedor de petróleo para a China⁸⁵, o que fez deste o maior parceiro econômico da China no continente africano, superando inclusive a África do Sul.

Não é possível afirmar que estas sejam transformações definitivas e duradouras, já que são relativamente recentes e podem tanto representar flutuações conjunturais quanto tendências. De qualquer forma, os dados indicam o aumento da importância de Angola como fornecedor aos Estados Unidos, em conformidade com um crescimento que vem desde os anos 1990, paralelamente ao aumento muito rápido da importância deste país para a China.

A produção de petróleo em Angola é feita principalmente por empresas multinacionais estrangeiras, que recebem concessões da Estatal Sonangol, para explorar e produzir em áreas ou blocos que são adquiridos. Como já foi dito, a empresa controla no mínimo 20% de cada bloco, normalmente em parceria com as empresas estrangeiras.

⁸⁵ Angola forneceu 18,2% do petróleo importado pela China no primeiro semestre de 2006, o equivalente a 94 milhões de barris de óleo cru. Ver, NOTÍCIAS LUSÓFONAS, "Angola vai a Pequim na condição de maior parceiro comercial", 03/11/2006. disponível em: <<http://www.noticiaslusofonas.com/view.php?load=arcview&article=16100&catogory=Angola>>.

Atualmente, todas as grandes empresas petrolíferas multinacionais mundiais têm investimentos em Angola, como as gigantes estadunidenses ChevronTexaco, ExxonMobil, ConocoPhillips e Marathon Oil, o conglomerado francês Total-Fina-Elf, a italiana ENI-Agip, as inglesas British Petroleum e British Gas, a anglo-holandesa Shell. Além destas, grandes empresas estatais como as gigantes chinesas Sinopec e CNPC, a malaia Petronas, a norueguesa Statoil e a brasileira Petrobrás.

Outras empresas petrolíferas privadas com atividades em Angola incluem: Occidental-Oxy, Devon-Ocean Energy, (EUA), a Canadian Natural Resources (Canadá), Norsk Hydro-Saga (Noruega), Petrogal (Portugal), além de outras empresas asiáticas como a Mitsubishi, Teikoku e Ajoco (Japão), Daewoo (Coreia do Sul). Empresas menores, muitas também classificadas como independentes, incluem a Engen, Falcon Oil (empresa angolana registrada no exterior), Fortum, Ina-Naftaplin, Lacula Oil, Maersk, Naftgas, Naphta-Israel, Ocean Energy, Pedco, Petro-inett, Prodev, Deminex, Nexen, Sun Oil e Teneco. Apesar de pequena participação em Angola⁸⁶, a australiana BHP, se destaca por ser um dos poucos conglomerados do setor petrolífero que também faz mineração de diamantes. A Petrobrás, apesar de ter atividades no país desde os anos 1970, reduziu muito sua participação relativa no país nas últimas décadas, principalmente com a entrada maciça das grandes corporações estadunidenses na década de 1990. Recentemente voltou a investir mais pesado no país, com a aquisição de novos blocos em 2005 e ao longo de 2006.

Outro país subsaariano que é historicamente importante como um dos grandes fornecedores estadunidense e que vem ampliando suas exportações petrolíferas para a China é a Nigéria. A Nigéria é o maior produtor de petróleo do continente africano, posto que adquiriu após décadas de crescimento da produção, que atualmente ultrapassa a marca dos 2,6 milhões de barris diários, do qual mais de 65% é óleo leve (35° API a 45° API) e com baixos teores de enxofre, além de quantidades menores de petróleo médio e pesado (35 a 20° API).

A história do petróleo na Nigéria também é antiga, sendo que as primeiras atividades de exploração remontam ao período colonial. A produção nigeriana começou em 1958, inicialmente com 5.100 barris por dia. Em 1964, o país já ultrapassava a marca dos 120.200 b/d. O crescimento da produção foi acelerado e atingiu 1.083.100 b/d em 1970. Apesar de chegar a 2.054.300 b/d em 1973, a produção nigeriana oscilou bastante no período 1970-1980, chegando a cair novamente para 1,2 milhões de b/d. Ainda em 1977 foi criada a NNOC, Nigéria National Oil Corporation, empresa estatal que passou a controlar a produção nacional e que se tornaria a atual NNPC, Nigéria National Petroleum Corporation.

⁸⁶ A BHP Petroleum participa em apenas 2 blocos, o 21 com 15% e o bloco 22, onde é operadora com 30%.

Durante a década de 1980 a produção nigeriana variou entre 1,4 e 1,7 milhão de b/d até 1990, quando passaria a manter uma produção entre 1,8 a 1,9 milhões de barris até 1999, ultrapassando novamente os 2 milhões de barris diários em 2000. Esta variação relativamente menor ao longo dos anos 1990, acompanhada de uma relativa estabilidade nos preços do petróleo, resultaram no que se pode classificar como relativa estabilidade no valor das exportações, que variaram entre US\$ 11,3 bilhões e US\$ 13,22 bilhões em 8 dos 10 anos desta década, só superando esta marca em 1996-1997, quando atingiram um pico de pouco mais de US\$ 16,5 bilhões.

Como se pode notar pelos dados da Tabela 3.12., o crescimento do valor destas exportações nos últimos 5 anos teve grandes efeitos no PIB nigeriano. Neste período, apesar de uma variação na produção relativamente pequena, a tendência geral foi de crescimento das exportações nigerianas, que passaram de US\$ 25,45 bilhões em 2000 para US\$ 47,93 bilhões em 2005, mesmo com as oscilações de 2001-2002. Neste período as exportações caíram para US\$ 17,69 bilhões em 2001 e US\$ 18,57 bilhões em 2002.

TABELA 3.12. - NIGÉRIA – INDICADORES SELECIONADOS 2000-2005

Ano	2000	2001	2002	2003	2004	2005
População (x 1000 hab.)	114.746	117.823	120.911	124.009	129.175	131.759
PIB	45,73	47,68	46,09	57,56	71,32	99,15
Renda per capita (em US\$)	398	404	381	464	552	752
Exportações	26,34	17,69	18,57	24,05	35,05	47,93
Exportações Petrolíferas (EP)	20,04	17,19	17,08	22,18	33,31	46,77
Balança Comercial	+7,74	+3,42	+0,12	+3,64	+3,70	+10,73
% das EP no total exportado	76,08%	97,17%	91,98%	92,22%	95,03%	97,58%
% das EP no PIB	43,92%	36,05%	37,06%	38,53%	46,7%	47,17%

NOTA: Indicadores econômicos: PIB, Exportações e Balança Comercial expressos em US\$ bilhões

FONTE: OPEP (2006) *OPEC Annual Statistical Bulletin 2005*.

De forma semelhante ao caso angolano, na Nigéria a proporção do crescimento das exportações totais, que quase dobraram entre 2000 e 2005. Se considerado o período de 2001-2002⁸⁷ até 2005, as exportações do país quase triplicaram. Este crescimento nas exportações totais se deu principalmente pelo aumento de mais de 130% nas exportações petrolíferas e está proporcionalmente relacionado ao crescimento do PIB, que também mais que dobrou no mesmo período (crescimento de 115%). Esta relação é tão visível que o PIB nigeriano encolheu em

⁸⁷ Quando ocorreu uma breve redução do consumo mundial e uma redução nas exportações nigerianas.

2002, principalmente devido aos efeitos desta crise e na queda das exportações em relação a 2000.

Se for considerado que a produção não cresceu tanto em termos relativos, o aumento dos preços do barril (ver Tabela 3.13. a seguir) foi o principal responsável pelo crescimento do PIB e das exportações nigerianas. Como pode ser notado a partir dos dados expressos na tabela a seguir, em 2002-2003 mesmo com uma redução na produção nacional⁸⁸, as exportações petrolíferas cresceram para US\$ 24,04 bilhões. E considerando todo o período 2000-2005, o valor das exportações saltou de US\$ 20 bilhões para US\$ 47,93 bilhões, ou seja, um aumento de 130%, enquanto a produção de petróleo cresceu apenas 15%.

TABELA 3.13. – O PETRÓLEO NA NIGÉRIA: INDICADORES 2000-2005

Ano	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Reservas provadas (bilhões de bbl)	29,0	31,5	34,3	35,2	35,9	36,2
Produção de Óleo Cru	2.053,6	2.017,6	1.801,7	2.166,3	2.327,5	2.365,9
Produção de Prod. Refinados	88,6	227,8	307,0	307,4	341,0	388,0
Exportação de Óleo Cru	1.986,4	2.009,4	1.798,2	2.163,5	2.356,0	2.326,0
Exportação de Prod. Refinados	47,3	65,7	78,2	67,7	66,9	49,3
Exportação de Petróleo (EP)	2.033,7	2.075,2	1.876,4	2.231,2	2.422,9	2.375,2
Export. Petrolíferas (EP) US\$ bi	20,04	17,19	17,08	22,18	33,31	46,77

Reservas de petróleo x 1.000.000 de barris (36,2 bilhões de barris)
 Produção e Exportações de Petróleo x 1.000 barris diários (mil b/d)
 EP = Exportações Petrolíferas, onde Petróleo* = Óleo cru + produtos refinados

FONTE: OPEP (2006) *OPEC Annual Statistical Bulletin 2005*, disponível em:
<http://www.opec.org/library/Annual%20Statistical%20Bulletin/pdf/ASB2005.pdf>

Apesar do PIB nigeriano ter mais que dobrado em apenas 3 anos⁸⁹, o país continua tendo a menor renda per capita dentre os países membros da OPEP, de apenas US\$ 752. Isto significa quase 4 vezes menos que a média da OPEP, de US\$ 2.649,00 per capita (*OPEC Annual Statistical Bulletin 2005*, pg. 12-13). Isto num contexto em que outros países africanos da OPEP⁹⁰ têm uma renda per capita bem superior, como Argélia que é pouco mais que 4 vezes maior (US\$ 3.113), ou a Líbia cuja *renda per capita* é quase 9 vezes maior que a nigeriana (US\$ 6.618). Já países do Golfo Pérsico membros da OPEP como Kuwait, Emirados Árabes Unidos e Qatar possuem rendas bem superiores, respectivamente US\$ 27.028, US\$ 29.367 e US\$ 45.937. Por outro lado, a Nigéria é o país mais populoso do continente, com 131,7 milhões de habitantes,

⁸⁸ Causada principalmente pela instabilidade política, insurgência armada de grupos rebeldes da região do Delta do Níger e de greves dos funcionários das petrolíferas.

⁸⁹ Em 2002 o PIB da Nigéria era de US\$ 46 bilhões (*OPEC Annual Statistical Bulletin 2005*, pg. 13, disponível em: <http://www.opec.org/library/Annual%20Statistical%20Bulletin/pdf/ASB2005.pdf>)

⁹⁰ A Nigéria é o único país da África Subsaariana que faz parte da OPEP. O Gabão foi membro da organização até 1994. Angola e Sudão vêm participando da organização como países convidados (ouvintes) e já manifestaram interesse em ser membros efetivos. Em 14 de Dezembro de 2006 os países da OPEP discutiram a proposta nigeriana de aceitar estes dois países subsaarianos na organização e Angola se tornou o mais novo país-membro da organização.

e os rendimentos vindos do petróleo não são distribuídos para toda a população, nem para todas as regiões igualmente. Como este é um ramo econômico onde a renda geralmente é concentrada nas mãos de poucas grandes empresas, essencialmente exportadoras, os benefícios de sua exploração dificilmente são percebidos pela população⁹¹, mesmo que a quantidade de petróleo exportado seja muito grande⁹². A maior parte das exportações nigerianas tem como destino a América do Norte, especialmente os EUA, para onde a Nigéria exportou cerca de 877.000 b/d em 2004, como está indicado na Tabela 3.14. a seguir.

TABELA 3.14. - DESTINO DAS EXPORTAÇÕES NIGERIANAS (MILHARES DE BARRIS DIÁRIOS)

PAÍS - REGIÃO	2000	2001	2002	2003	2004	2005
América do Norte	931,2	858,7	644,3	931,3	951,4	985,8
EUA	904,3	845,8	580,8	848,9	977,1	936,5
Ásia e Pacífico	379,2	275,7	462,0	429,0	451,3	381,8
Japão	15,1	11,8	79,0	73,6	80,2	10,8
Europa Ocidental	437,9	514,2	412,3	444,3	484,5	498,3
França	91,5	103,3	88,8	104,1	106,2	18,1
Alemanha	37,8	60,9	56,7	57,9	55,0	13,4
Itália	23,7	35,4	31,5	34,5	29,0	10,3
Holanda	7,4	28,0	6,9	25,9	37,8	10,8
Suécia	5,2	5,1	2,6	-	-	0,8
Reino Unido	-	2,3	-	2,6	3,3	1,9
Europa Oriental	2,6	0,0	2,6	23,9	21,7	26,6
América Latina	105,7	121,9	136,4	164,5	236,2	224,3
África	129,8	139,0	140,6	170,5	211,0	209,2
Total Exportado	1.986,4	2.009,4	1.798,2	2.163,5	2.356,0	2.326,0

NOTA: Expresso em milhares de barris diários (x 1000 b/d)

FONTE: OPEP (2006) *OPEC Annual Statistical Bulletin 2005*, pg. 87. Disponível em: <<http://www.opec.org/library/Annual%20Statistical%20Bulletin/pdf/ASB2005.pdf>>

Como demonstra a Tabela 3.14. acima, depois dos EUA o maior mercado comprador de petróleo nigeriano é a Europa, com 505.000 b/d, seguida da Ásia, com 450.000 b/d, da América Latina, com 236.200 b/d e outros países da África, com 211.000 b/d. Como esta tabela, com dados oficiais da OPEP, não possui detalhes dos demais países, outra foi construída (Tabela 3.15) a seguir com os dados da estatal nigeriana NNPC (ASB, 2006, pg. 23), que permite visualizar maiores detalhes com relação ao ano de 2005.

⁹¹ Países que conseguem distribuir a renda do petróleo na forma de benefícios sociais ou serviços a toda sua população são casos raros entre os países exportadores de petróleo. Muitas vezes a Noruega é citada como exemplo, mas provavelmente é o único país que consegue beneficiar uma parte significativa da sua população com os rendimentos da produção petrolífera.

⁹² Este é um dos motivos pelos quais as disputas pela renda petrolífera entre as regiões produtoras, principalmente o sul e a zona do Delta do Níger e o governo central (Abuja) são tão intensas na Nigéria. Como será discutido mais a frente, estas disputas foram um ingrediente explosivo em guerras civis anteriores e continuam sendo motivo para inflar a insurgência armada e guerrilhas.

TABELA 3.15. – PAÍSES E REGIÕES DE DESTINO DAS EXPORTAÇÕES NIGERIANAS

PAÍS - REGIÃO	Quantidade (barris/ano)	%
América do Norte	427.662.710	50,7%
EUA	382.253.718	-
Canadá	45.408.992	-
Ásia e Pacífico	147.967.459	17,54%
Índia	94.085.400	-
Indonésia	16.241.613	-
Japão	15.409.880	-
Coréia do Sul	9.382.011	-
China	9.268.952	-
Israel	1.997.363	-
Nova Zelândia	1.582.240	-
Europa	148.046.980	17,55%
Espanha	44.655.725	-
França	31.870.252	-
Itália	23.411.686	-
Holanda	20.831.907	-
Portugal	15.839.110	-
Alemanha	6.682.895	-
Reino Unido	3.825.406	-
Suécia	929.999	-
América do Sul	50.575.726	6%
Brasil	42.387.774	-
Peru	2.906.969	-
Chile	2.841.393	-
Uruguai	2.439.590	-
África	69.280.456	8,21%
Costa do Marfim	26.576.395	-
África do Sul	13.744.649	-
Gana	13.032.524	-
Camarões	9.111.873	-
Senegal	6.815.873	-
Total Exportado	843.533.331	100%
TOTAL EXPORTADO ENTRE JANEIRO E DEZEMBRO DE 2005		
NNPC ASB (2006) <i>NNPC 2005 Annual Statistical Bulletin</i> , pg. 23-24, disponível para download em formato PDF em < http://www.nnpcgroup.com/performance/index.php > publicado em 14/06/2006		

Como a Tabela acima demonstra, metade do petróleo exportado pela Nigéria em 2005 teve como destino a América do Norte, principalmente os Estados Unidos, outros 17,55% para Europa e 17,54% para Ásia e Pacífico. Comparando a tabela anterior (3.14) com esta última (3.15), é possível verificar que apesar do aumento das exportações para a Europa, estas mudaram, já que foram reduzidas para o grupo de principais compradores europeus tradicionais, que em 2000 eram França (1º), Alemanha (2º) e Holanda (3º). Isto ocorreu em partes pela substituição dos principais compradores europeus, que passaram a ser Espanha (1º), França (2º), Itália (3º), Holanda (4º) e Portugal (5º), que reduziram as compras de petróleo nigeriano, dentre outros motivos, pelas constantes interrupções na produção na região do Delta do Níger ao longo

de 2005. Estas interrupções, por sua vez, resultaram dos ataques de grupos rebeldes às instalações e ao seqüestro de funcionários de algumas das grandes empresas petrolíferas no país⁹³, como a Shell e a Total. Neste ano aconteceram cerca de dois mil casos de ataques aos oleodutos somente em 2004, classificados como “vandalismo” pela NNPC em seu ASB de 2005 (*2005 Annual Statistical Bulletin, ASB*, pg. 82-83) sendo 1017 casos somente no duto de Port Hartcourt e outros 769 casos em Warri. Em 2006 essas interrupções temporárias continuaram freqüentes, reduzindo a capacidade máxima de produção Nigeriana em mais de 400.000 b/d.

Praticamente todas as grandes companhias petrolíferas do mundo possuem áreas de produção ou exploração na Nigéria, como a Chevron-Texaco, a Exxon-Mobil, Shell, Total-Fina-Elf, Eni-Agip, BP, British Gas, Statoil, Sinopec, CNPC e Petrobrás. Também há uma grande quantidade de pequenas e médias empresas, geralmente classificadas como independentes, atuando no país, como a SunOil, Tenneco, ConocoPhillips, Deminex, Nexen. Porém, mesmo com essa grande quantia de empresas com concessões, a estatal NNPC é responsável pela maior parte da produção petrolífera do país (60%). Como está indicado na Tabela 3.16, a seguir a produção da NNPC é seguida pela Shell, Chevron-Texaco, Exxon-Mobil e Total.

TABELA 3.16. PRODUÇÃO NIGERIANA POR EMPRESA (EM MILHARES DE B/D)

Empresa	2000	2001	2002	2003	2004	2005
NNPC	1.233	1.211	1.081	1.300	1.397	1420
SHELL	284	279	250	300	322	328
CHEVRON-TEXACO	185	182	163	196	212	214
MOBIL	121	119	106	128	137	140
TOTAL	54	53	47	57	61	62
Outras	176	173	155	186	200	203

Produção x 1000 b/d

FONTE:

OPEC Annual Statistical Bulletin 2005, pg. 72 <<http://www.opec.org/library/Annual%20Statistical%20Bulletin/pdf/ASB2005.pdf>>
OPEC Annual Statistical Bulletin 2004, pg. 73 <<http://www.opec.org/library/Annual%20Statistical%20Bulletin/pdf/ASB2004.pdf>>

A empresa estatal nigeriana, a Nigerian National Petroleum Corporation (NNPC), é responsável pelas concessões de blocos de exploração e produção petrolífera em parceria com as grandes multinacionais, ou na forma de *Joint Operating Agreements* (JOAs) ou de *Production Sharing Contracts* (PSCs), enquanto com as empresas classificadas como independentes, a NNPC costuma fechar contratos de risco⁹⁴.

A Nigéria é o único país subsaariano que tem uma grande quantidade de pequenas e médias empresas petrolíferas nacionais de caráter privado, também classificadas como

⁹³ Esses problemas serão analisados na última seção deste capítulo.

⁹⁴ Para ver quais empresas possuem que tipo de contrato e quanto produzem em cada modalidade, ver: NNPC ASB (2006) *NNPC 2005 Annual Statistical Bulletin*, pg. 18-19.

companhias independentes. Dentre estas se destacam a EER, Equity Energy Resources, Conoil, Zenon Petroleum, Petroman, Afren PLC, Addax Petroleum, Amni International, Equator Petroleum Ltd. Na maior parte das vezes estas empresas nigerianas exploram e produzem petróleo em parceria com multinacionais. Algumas destas empresas também possuem investimentos e operações de exploração e produção de petróleo em outros países africanos, principalmente do Golfo da Guiné. A Afren e a Equator Petroleum possuem áreas de exploração na JDZ, entre Nigéria e São Tomé & Príncipe, sendo que a primeira também possui blocos no Congo e no Gabão.

Outra empresa importante na Nigéria é a semi-estatal NLNG, ou *Nigéria Liquefed Natural Gas Company*, responsável pela liquefação de gás que é exportado atualmente. A Estatal NNPC possui 49% desta empresa. Apesar de não ser o foco deste trabalho as reservas de gás nigerianas merecem destaque. A Nigéria possui uma reserva com volume total de 5,1 trilhões de metros cúbicos de gás natural, pouco mais de um terço das reservas africanas⁹⁵. Apesar disso, só recentemente o país começou a exportar este recurso, começando com um total de 740 milhões de m³ em 1999 e atingindo 12 bilhões de m³ em 2005 (*OPEC Annual Statistical Bulletin 2005*, pg. 41). Este volume é significativamente menor que o exportado pela Argélia no mesmo ano, um total de 64,26 bilhões de m³, mas foi quase o dobro das exportações líbias, de 5,4 bilhões de m³.

Num contexto regional, as exportações africanas de gás natural atingiram 89,69 bilhões de m³ de gás natural em 2005, quase 40 bilhões a mais que as exportações do Oriente Médio, que foram de 50,43 bilhões de m³. O peso relativo na produção mundial (%) é significativo se a produção africana for considerada em bloco, mas é quase insignificante se considerada só a África Subsaariana (*OPEC Annual Statistical Bulletin 2005*, pg. 42), já que a maior sub-região produtora é o Norte da África⁹⁶.

Do total de gás exportado pela Nigéria, 2,436 bilhões de metros cúbicos são exportados na forma de Gás Natural Liquefeito (GNL), nos 18 navios tanque específicos para este tipo de transporte que a Nigéria possui (*OPEC Annual Statistical Bulletin, 2005*, pg. 102). Nesta modalidade de transporte de gás (GNL), a exportação nigeriana sozinha representa quase um terço das exportações da OPEP (7,51 bilhões de m³) e pouco mais de 10% do total mundial, que foi de 22,87 bilhões de m³ de GNL em 2005.

Uma última observação a respeito da Nigéria se faz necessária antes de prosseguir nesta análise e passar ao caso do Sudão. Apesar do crescimento das reservas nigerianas, de 29 para 36

⁹⁵ O continente africano possui reservas de cerca de 14,8 trilhões de metros cúbicos de gás segundo a OPEP (2006) *OPEC Annual Statistical Bulletin 2005*, pg.22.

⁹⁶ Enquanto a Nigéria exporta 12 bilhões de metros cúbicos, o norte da África exporta os outros 77.696 bilhões, sendo 64,266 bilhões exportados pela Argélia, 8,030 bilhões pelo Egito e 5,400 bilhões de metros cúbicos pela Líbia.

bilhões de barris, segundo a OPEP (*OPEC Annual Statistical Bulletin 2005*), em 2005 a produção total nigeriana já acumulava 24.473.059.000 de barris (24,4 bilhões) produzidos desde 1958. Isto sinaliza que se não for mantido este ritmo para as descobertas de novas reservas, em cerca de 15 anos, a Nigéria poderá ter consumido metade de suas reservas conhecidas atualmente, situação que, como já foi discutido no capítulo 2, normalmente é próxima ou coincide com o pico de produção petrolífera. Como é raro um país aumentar a produção depois disso, inclusive acaba enfrentando dificuldades para manter o nível de produção, geralmente este momento marca o início definitivo da depleção produtiva. Logicamente, se o ritmo de novas descobertas se mantiver como nos últimos 5 anos, a reposição das reservas em depleção será tranquilamente mantida pelas novas descobertas, permitindo inclusive atingir as projeções mais otimistas de mais de 4,5 milhões de barris diários em 2020.

Por outro lado, o Ministro do Petróleo nigeriano, Edmund Daukoru afirma que até 2008 a Nigéria estará produzindo 4 milhões de barris diários, alcançando 4,5 milhões de b/d em 2010. Para Daukoru esta produção seria sustentável por pelo menos uma década e permitiria à Nigéria aumentar significativamente suas exportações para mercados em rápida expansão como o chinês (*China Set for Nigeria Oil When Output Restored*, Gulf Oil & Gas News, 06/11/2006).

Quanto ao Sudão, este país possui o maior território do continente africano, com cerca de 2,5 milhões de Km², equivalente a quase a área da Argentina (cerca de 2,7 mi. Km²). Este imenso território é governado por um Estado proporcionalmente reduzido, que segundo cálculos do Banco Mundial, em 1995 tinha rendimentos equivalentes a apenas 7% do PIB nacional. Com o crescimento da produção petrolífera a porcentagem do PIB sudanês controlado pelo Estado dobrou em menos de 10 anos. Segundo o jornalista sudanês Alsir Sidahmed além da renda advinda do petróleo atualmente ser responsável por 80% dos rendimentos do governo do Sudão (Cartum), representa 99% da renda do governo do Sul do Sudão, controlado pelo SPLA (*Sudan joining OPEC: the real issues*, Sudan Tribune, 03/12/2006).

Como foi visto, o Sudão alcançou uma produção de 400.000 barris diários no presente ano de 2006, apesar de projeções que calculavam 500.000. Isto significa uma rápida expansão, considerando que o país só começou a produzir em 1993, e a exportar petróleo em 1998, ultrapassando pela primeira vez a barreira dos 100.000 b/d em 2000.

A exploração de petróleo era feita normalmente por empresas ocidentais, como a Total e a Chevron, até os anos 1980, quando estas identificaram os primeiros poços. A guerra civil chegou a atrapalhar os trabalhos destas empresas em diversos momentos nesta década, quando a Total chega a interromper as atividades de exploração. A Chevron inicia a produção em 1993, e a despeito disto é obrigada a se retirar do país em 1995, pela imposição de um embargo por parte

do governo dos Estados Unidos⁹⁷. As concessões da Chevron são vendidas a empresas asiáticas, que vem adquirindo as demais concessões de blocos feitas desde então. Hoje, a CNPC chinesa, a Petronas malaia, a ONGP indiana e a Total francesa, são as maiores empresas no país.

No Sudão a empresa Estatal, Sudapet, não é a responsável pela distribuição das concessões, que fica a cargo da SPC – Sudanese Petroleum Corporation, uma agência reguladora controlada pelo governo. Além das já citadas grandes empresas, estão presentes no Sudão a KFPC (Kuwait), a Thani (Emirados Árabes Unidos) e as independentes IPC e Hi Tech. Existe ainda uma empresa nacional privada, a Heglieg, que participa de apenas dois blocos. Apesar desta diversidade de empresas, a Organização Mundial do Comércio (WTO, International Trade Statistics 2005, pg.1) calcula que em 2004, cerca de 64% do total das exportações sudanesas tiveram como destino a China, situação que não se modificou muito até o presente momento.

Além dos grandes produtores vale destacar a importância relativa dos pequenos, alguns deles já tendo sido mais importantes na região. É o caso do Gabão, que já foi o terceiro maior. A empresa estatal é a SNPG - *Société Nationale Pétrolière Gabonaise*. Também existem importantes empresas estrangeiras como a Amerada Hess, Broken Hill Petroleum, Devon Energy, Energy Africa, Marathon, PanAfrican Energy, Perenco, Petrofields, Petronas, Pioneer Natural Resources, Shell, Sasol Petroleum International, Total, Vaalco, Vanco. Já a Guiné Equatorial tem como Estatal a GEPetrol, que funciona de forma semelhante a Sonangol angolana, distribuindo concessões. As empresas que possuem atividades neste país são Amerada Hess, Chevron, Devon Energy, Energy Africa, ExxonMobil, Marathon Oil, Noble Affiliates e Petronas. No Congo-Brazzaville, a Estatal chama-se *Société Nationale des Pétroles du Congo* (SNPC) e as multinacionais presentes no país incluem a Agip, Anadarko, Chevron, Energy Africa, ExxonMobil, Heritage Oil, Maurel and Prom, Murphy Oil, Perenco, Sasol, Shell, Tacoma e Total.

Apesar de não ser um importante produtor, a Costa do Marfim tem recebido pesados investimentos em exploração, principalmente depois da descoberta de campos *off-shore* no país. A Estatal Pétrolières de la Côte d'Ivoire (Petroci), é responsável pela distribuição de concessões. Atualmente várias empresas têm explorado petróleo em blocos *off-shore* no país, como a Addax, Canadian Natural Resources, Dana Petroleum, Energy Africa, ENI-Agip, ExxonMobil, Gentry, Gulf Canada, Mondoil, Devon Energy, PanCanadian Petroleum, Pluspetrol, Shell, Santa Fe Snyder, Stratic Energy, Texaco, Total, Tullow e Vanco Energy.

⁹⁷ Só após os acordos de paz de 2005, uma empresa estadunidense voltou a explorar no Sudão, a Marathon Oil, mesmo recebendo duras críticas de políticos e grupos religiosos estadunidenses. A descoberta de novas reservas, calculadas em 5 a 6 bilhões de barris, na região do Sudd (centro-sul do Sudão) pode ser o motivo para esta empresa ter se arriscado a romper com o embargo estadunidense, mesmo numa área dividida entre o Governo de Cartum e o SPLA.

3.3. O PETRÓLEO NAS DISPUTAS INTERNAS E GUERRAS CIVIS SUBSAARIANAS

Como já foi citado, o petróleo teve importante papel na guerra civil em Angola, consistindo na principal fonte de financiamento do governo no MPLA desde a independência e por isso mesmo alvo constante da guerrilha da UNITA ou dos separatistas FLEC⁹⁸. Os primeiros poços de petróleo em Angola foram descobertos em 1966, no enclave de Cabinda, pela Gulf, empresa americana que hoje é subsidiária da ChevronTexaco⁹⁹. Já durante as lutas pela independência, começaram as primeiras disputas entre os principais movimentos de luta armada, resultando em uma Guerra Civil, iniciada à época da declaração da independência de Angola.

O MPLA assumiu o governo e recebeu diferentes formas de apoio de Cuba, URSS e até do Brasil, enquanto a UNITA recebia apoio da África do Sul, EUA e China. Durante a Guerra Civil, os principais alvos militares da UNITA eram a infra-estrutura petrolífera, objetivando afetar o governo do MPLA, que obtinha cerca de 90% dos seus rendimentos do setor petrolífero¹⁰⁰. Nos anos 1970 e 1980, tropas cubanas defendiam a infra-estrutura de prospecção de petróleo dos ataques da UNITA (BISSIO & MOREIRA, 1979; GLEIJESES, 2002). Já neste período ficou claro como diamantes e petróleo “*alimentaram o suprimento de armas ao conflito*” entre a UNITA e o governo do MPLA (GALVÃO, 2005, pg. 150).

Em 1988 as tropas cubanas se retiraram de Angola, as sul-africanas da Namíbia¹⁰¹, e tem início a primeira missão da ONU (UNAVEM I) que atingiu nível relativo de sucesso que as missões seguintes não veriam tão facilmente (MAIA, 2006, pg. 91-92). Os acordos de Bicesse, de 31 de Maio de 1991 foram seguidos da segunda missão da ONU (UNAVEM II), que supervisionou as eleições de 1992. Porém a UNITA não reconheceu a vitória do MPLA nas eleições e a guerra civil é retomada (MAIA, 2006, pg. 98-99).

Foi neste período que Angola contratou as primeiras empresas militares privadas para ajudar no combate à UNITA. Sobre o uso deste tipo de forças militares, muitas vezes classificadas como grupos de mercenários, Leymarie (2004) descreve que:

“On est donc passé d’un mercenariat ‘romantique’, à dominante idéologique – celui des ‘affreux’ ou des ‘corsaires de la république’, comme aimait à les qualifier ‘Bob’ Denard – à un mercenariat d’entreprise, à motivation financière, qui offre un large éventail de ‘services’, depuis le conseil et la formation, jusqu’au gardiennage d’exploitations minières ou pétrolières, et aux actions de guerre. A l’échelle africaine, le modèle en a été la société Executive

⁹⁸ MPLA (Movimento Popular pela Libertação de Angola), UNITA (União pela Libertação Total de Angola) e FLEC (Frente para a Libertação do Enclave de Cabinda).

⁹⁹ A Gulf foi adquirida pela Chevron em 1984 e a fusão entre a Chevron e a Texaco ocorreu em 1998.

¹⁰⁰ Ver relatório da Oilwatch (2003) ‘África: las guerras por Recursos en África: una herencia del colonialismo’. Secretaría Oilwatch. em: Guerra y Petroleo – *Oilwatch*. Secretaría Internacional, Cartagena, septiembre 2003

¹⁰¹ Consequência do acordo de paz firmado em Dezembro de 1988, após a batalha de Cuito Canavale, próxima a fronteira com a Namíbia, que além das forças angolanas, envolveu cerca de 36 mil sul-africanos e 40 mil soldados cubanos. Ver Galvão (2005, pg. 117-118).

Outcomes, dont on ne trouve l'équivalent que dans les grandes sociétés militaires privées (SMP) anglo-américaines opérant actuellement en Irak.

Dissoute officiellement en Afrique du Sud, en 1998, mais reconstituée à l'étranger, Executive Outcomes avait enrôlé jusqu'à 3 000 hommes, anciens des Special Air Service (SAS) britanniques, des Selous scouts rhodésiens, du 32e bataillon Buffalo sud-africain (dont était issu son fondateur Eeben Barlow), ou d'ex-commandos Recce angolais – rescapés des guerres contre les mouvements de libération en Afrique australe”. Leymarie (2004) Le Monde Diplomatique, Nov. 2004

Vale destacar que, mesmo sendo organizadas e legalizadas como Empresas militares privadas, prestadoras de Serviços Militares ou de Segurança Privada, a função e atuação destas não deixam de ser equivalentes a de mercenários. Especificamente em Angola, a *Executive Outcomes* prestou serviços militares ao governo angolano em 1993 contra a UNITA:

“En 1993, la société avait aidé le gouvernement angolais à reprendre la zone pétrolière de Soyo à l'Union nationale pour l'indépendance totale de l'Angola (Unita)” (LEYMARIE, 2004, op. cit.)

Nesta ocasião, o governo angolano pagou mais de US\$ 30 milhões por um trabalho de poucos meses, durante os quais esta empresa retomou da UNITA o controle de algumas instalações petrolíferas pertencentes à Gulf-Chevron e a Sonangol. Posteriormente a Chevron chegou a contratar os serviços da *Airscan*, para proteger suas instalações petrolíferas em Cabinda. A empresa militar privada *Sandline International*, inglesa, e as americanas *DynCorp* e *MPRI (Military Professional Resources Inc)* também prestaram serviços de proteção e treinamento militar ao governo de Angola nos anos 1990.

Assim como os recursos naturais foram determinantes no prolongamento do conflito angolano, também foram importantes para definir seu resultado, já que os rendimentos do setor petrolífero era muito superior ao dos diamantes de aluvião, principal fonte da UNITA até o fim da guerra civil (GALVÃO, 2005, pg. 152-153). Além disso, o controle de recursos petrolíferos pelo MPLA influenciou fortemente as alianças internacionais do governo angolano¹⁰², que também foi um fator peremptório para o encerramento do conflito em 2002.

Muitas vezes os conflitos armados na Nigéria são abordados como sendo historicamente étnicos, ou causados principalmente por disputas étnicas. Esta visão é reforçada pelos meios de comunicação de massa que perpetuam uma visão mais ampla de que as causas dos conflitos na África são sempre étnicas, mesmo que outras variáveis, como o petróleo, estejam envolvidas (Conflito étnico ameaça petróleo da Nigéria e pode elevar preços, FOLHA-UOL, 24/03/2003). Porém a questão central nestas disputas acaba sendo mesmo o petróleo, mais especificamente, a divisão dos rendimentos advindos de sua exploração.

¹⁰² Como será discutido no próximo capítulo, o petróleo foi determinante na aproximação do governo angolano com os EUA nos anos 1990.

Na Nigéria, o governo de Abuja e as províncias do centro-norte, que produzem pouco petróleo, mas compõem os grupos politicamente dominantes, ficam com 87% da renda petrolífera, enquanto as províncias do sul, produtoras de petróleo ficam com 13%. As etnias que habitam as zonas produtoras do sul, os Ogoni, Ijaw e Ibos acabam utilizando o argumento étnico para mobilizar a luta pela renda petrolífera.

Sobre esta relação, o artigo de Servant (2006) é bem ilustrativo. Este autor afirma que o povo Ijaw acaba defendendo políticos regionais do grupo étnico, acusados pelo governo central de corrupção, dentre outros motivos porque estes estariam sendo perseguidos pelo governo de Abuja, por defenderem uma melhor distribuição da renda do petróleo:

“La ‘rue’ ijaw (quatrième ethnie du pays), considère plus simplement que le gouverneur est victime de ses prises de position en faveur du « ressource control » : il demande que 50 % des revenus tirés du pétrole soient réservés aux Etats producteurs du delta du Niger, contre les 13 % prévus par la Constitution nationale. C’est à ce titre que M. Alamiyeseigha fut accueilli en héros lors de son retour à Yenagoa, la capitale de l’Etat de Bayelsa, où plus de 70 % de la population vivent avec moins de 1 dollar par jour.”
(...) *“Lutte contre la corruption, « transparence », respect de l’environnement, tels sont les mots d’ordre des autorités civiles qui ont succédé à l’armée en 1999. Il s’agit de solder la lutte pour le ‘gâteau national’ qui aurait fait « s’évaporer » 50 milliards de pétrodollars sur les 350 milliards récoltés depuis l’indépendance. Cependant, dans le delta, les gouverneurs se comportent toujours comme des parrains”.* Servant (2006) Au Nigeria, le pétrole de la colère, Le Monde Diplomatique.

As disputas pela renda petrolífera seriam a principal causa da insurgência armada de grupos como o NDPVF ou o MEND¹⁰³. Estes grupos, geralmente formados predominantemente por etnias do Sul da Nigéria como os Ijaw (sudeste) e Ogoni (sudoeste), geralmente têm forte apoio popular local, e vêm conseguindo manter um longo enfrentamento com as forças governamentais, sempre ameaçando ampliar a escala do conflito (Rebeldes ameaçam guerra total contra governo, 28/09/2004, FOLHA-UOL). Ainda sobre esses grupos rebeldes, Servant (2006) ressalta a dificuldade de classificá-los como organizações políticas insurgentes ou gangues armadas. Servant lamenta que seus líderes, os novos “heróis” populares, teriam pouco em comum com líderes intelectuais como Ken Saro Wiwa¹⁰⁴ que simbolizava a resistência popular, mais pacífica, dos anos 1990. Isto porque muitos desses chefes de grupos insurgentes estariam transitando numa nebulosa fronteira entre o luta política armada e o banditismo:

“Or, contrairement à leurs aînés, les ‘héros’ actuels du delta sont des personnages troubles, aux confins de l’activisme politique et du banditisme économique. C’est le cas d’Alhaji Mujahid Dokubo Asari, chef du Niger Delta People’s Volunteer Force (NDPVF) – Forces des volontaires du peuple du delta du Niger –, arrêté en septembre 2005 pour atteinte à la sûreté de l’Etat. Ce

¹⁰³ NDPVF (Niger Delta People’s Volunteer Force) e MEND (Movement for Emancipation of Niger Delta).

¹⁰⁴ Intelectual nigeriano fazia oposição à ditadura militar nigeriana, foi preso e condenado à morte por enforcamento em 1995.

quadragénaire, fils de notable qui s'est fait connaître au début des années 1990 sur les violents campus du delta, est emblématique de la dérive d'une jeunesse désœuvrée et déclassée, qui voit lui échapper les bénéfices de l'économie pétrolière. Militant ijaw, il a dirigé une milice armée faisant le coup de poing pour l'appareil local du PDP, le parti au pouvoir.” (SERVANT, 2006)

Para reforçar esta tese, o autor cita as ações mais comuns destes grupos, que vão do ataque à infra-estrutura das petrolíferas, ao roubo e contrabando de petróleo, ao sequestro e assassinato de funcionários das multinacionais. Sobre estas ações Servant (2006) explica:

“Les affrontements entre milices font régulièrement des victimes. En outre, les bandes, comme le NDPVF, multiplient les attaques contre les compagnies – Shell, Chevron, Agip, Total, etc. – qui jouissent au Nigeria, comme toutes les entreprises étrangères, d'un des meilleurs retours sur investissement du globe. Ainsi, Etat dans l'Etat, produisant 43 % du brut nigérian, Shell Petroleum Development Company of Nigeria (SPDCN) perd quotidiennement 10 % de sa production à cause des sabotages. Le 18 février 2006, le Mouvement pour l'émancipation du delta du Niger (MEND) a enlevé neuf employés expatriés travaillant pour une compagnie sous-traitante de Shell”. (SERVANT, 2006, idem)

Servant não ignora a parcela de culpa das petrolíferas multinacionais, que exploram e poluem sem oferecer contrapartidas reais ao povo local. Por exemplo, na Nigéria a Shell produz 15% de toda sua produção mundial e faz propaganda de ter investido US\$ 60 milhões em infra-estrutura e desenvolvimento do país, porém, deste total, US\$ 33 milhões teriam sido gastos somente na construção de estradas para escoar sua produção petrolífera.

Resumidamente, apesar de ser aparentemente mais complexo que o conflito Angolano, por envolver um número maior de atores, inclusive diversos grupos separatistas e insurgentes, os conflitos no Sul da Nigéria têm como causa principal um fator comum, a disputa pelo petróleo.

O terceiro maior produtor petrolífero da África Subsaariana enfrenta o mesmo tipo de problema, talvez de uma forma ainda mais complexa e envolvendo um número maior de grupos rivais disputando uma fatia numa produção petrolífera, que, por ora, é significativamente menor que a de Angola ou Nigéria.

O Sudão passou por duas complexas guerras civis após sua independência oficial em 1956. Apesar das disputas entre províncias do norte e sul do país remontar à época da colonização do Sudão¹⁰⁵, o conflito ganha força nas lutas pela libertação nacional e se transforma em Guerra Civil no processo de independência em 1956. Este conflito dura até 1971, enquanto a segunda Guerra Civil, iniciada em 1983, só termina oficialmente com os acordos de paz de 2005.

¹⁰⁵ Apesar de frequentemente ser feito o uso de digressões a períodos anteriores historicamente muito distantes, para explicar alguns dos conflitos contemporâneos, este não é um método útil para os objetivos deste trabalho. Mesmo tendo sua importância, estas análises não necessariamente ajudam a esclarecer como estes conflitos emergem ou se misturam em disputas por petróleo. Digressões históricas sobre este conflito Norte *versus* Sul no Sudão poderiam ser estendidas indefinidamente até os tempos do antigo Império do Egito e das disputas com os povos da Núbia, sem, contudo acrescentar dados que realmente auxiliem na análise do problema contemporâneo da disputa por petróleo.

Mesmo depois dos acordos de paz, o conflito regional continua, muitas vezes, influenciado por novas disputas envolvendo regiões como o Darfur, que até os anos 1990 apoiava o governo de Cartum. O transbordamento do conflito do Darfur e o envolvimento de atores não sudaneses, como grupos guerrilheiros ugandenses, eritreus e chadianos, torna ainda mais difícil uma solução pacífica. Exemplo disto pode ser visto pelo fato de que recentemente o grupo rebelde NRF (*National Redemption Front*), de Darfur, atacou o poço petrolífero Abu Jabra, localizado na região sul de Kordofan, no Sul do Sudão, que produz 10.000 b/d e é controlado pela estatal Sudapet. O grupo rebelde realizou um raro ataque a leste de Darfur, após ter denunciado o acordo de paz firmado em Maio, numa região que hoje é controlada pelo Governo e pelo antigo aliado, o SPLA (*Sudan rebels attack an oil field*, CNN, 27/11/2006).

As empresas petrolíferas estrangeiras presentes no Sudão acabam interferindo ativamente na política local. Um interessante estudo sobre a atuação destas corporações no Sudão, que detalha o envolvimento das principais multinacionais¹⁰⁶ foi desenvolvido por Luke A. Pately (2006), que explica que:

“While civil war in Sudan has largely been portrayed as one fought between Muslims and Christians or Arabs and Africans, economic reasoning for violence has become increasingly apparent with more recent explanation revolving around the country’s oil reserves (...).” (PATELY, 2006, pg. 7)

(...)“The significance of oil to the country’s economy is becoming far more evident as the oil industry expands. Oil is the most important element of government revenue in Sudan, keeping the economy afloat despite large amounts of debt. Petroleum sources in Sudan are located in the southern and central regions of the country, primarily within the Melut and Muglad basins. Unity State, Upper Nile, and Western Kordofan have been critical areas of oil extraction since production began in 1999. As oil is located onshore, a pipeline was laid down across the country to transfer the crude from oil fields in the South to the harbour town of Port Sudan along the Red Sea in the North. Altogether, while the discovery and production of oil in Sudan has created prospects for economic development, it represented another conflicting element in the country’s civil war.” (PATELY, 2006, pg. 8).

Este autor não arrisca afirmar que o petróleo é a causa do conflito entre o governo de Cartum e os rebeldes do Sul, principalmente porque este tem início historicamente antes da sua exploração. Entretanto Pately ressalta que o petróleo se tornou um elemento novo mas de suma importância na manutenção do conflito, ampliando o ciclo de violência:

“The economic resource of oil fed into this vicious cycle of violence, influencing the on-the-ground dynamics of the civil war. The impact of oil was further manifested in the political arena.” (PATELY, 2006, pg. 8)

¹⁰⁶ Mais precisamente este estudo analisa desde a exploração petrolífera até a consolidação das corporações no país, incluindo a Chevron, Arakis Energy, Talisman Energy, Lundin Petroleum, OMV, CNPC, Petronas e ONGC.

Assim, não só os principais confrontos entre as tropas rebeldes passaram a ocorrer nas proximidades das zonas petrolíferas, ou envolvendo estas diretamente, como o petróleo passou a ser uma das reivindicações explícitas do SPLA (PATELY, 2006, pg. 9). Tanto que este grupo só aceitou negociar acordos de paz com Cartum a partir de 2003-2004 (que resultaram no atual processo de estabilização) quando este governo aceitou negociar a divisão da renda petrolífera.

Entretanto, mesmo em processo de pacificação, os conflitos continuam. O novo governo do SPLA não consegue unificar a liderança da região Sul do Sudão, passando a enfrentar inclusive a oposição armada de antigos aliados menores. Alguns destes grupos rebeldes, contrários ao acordo de paz com o governo do norte continuam a lutar, mesmo que tendo força militar inexpressiva, continuam atuando com táticas de guerrilha, ou até de terrorismo. Dentre estes grupos rebeldes do Sul, pode ser incluído ainda o já citado LRA, grupo fundamentalista cristão ugandense que vem lançando ataques contra as forças do SPLA.

O petróleo também pode ser considerado central em crises políticas como a que afetou a Guiné Equatorial, mais precisamente, a tentativa de golpe militar fracassado em 2004. Este contou com apoio de membros do governo inglês, empresas militares privadas e Mark Thatcher, o filho da ex-primeira ministra britânica, num emaranhado complexo de interesses, cujo maior era o petróleo do quarto maior produtor petrolífero da África Subsaariana. Sobre este episódio, Leymarie (2004) descreve como foram envolvidos alguns destes atores não estatais:

“Une centaine d’hommes et un Boeing 727 en provenance d’Afrique du Sud ; des armes qui devaient être chargées au Zimbabwe, où l’avion a été arraisonné en mars 2004; des ‘cerveaux’ – le Britannique Simon Mann et le Sud-Africain Nick Du Toit, ex-dirigeants d’Executive outcomes, l’ex-plus importante compagnie de sécurité privée du continent africain – auxquels avait été promis une rétribution d’un million de dollars; un probable financier, sous le coup d’une inculpation, M. Mark Thatcher, fils de l’ancien premier ministre britannique; des connexions possibles avec un haut fonctionnaire du Pentagone; et un opposant réfugié en Espagne, M. Severo Moto, qui attendait aux Canaries le ‘top’ pour prendre le pouvoir en Guinée équatoriale, le ‘Koweït de l’Afrique’, et en chasser M. Teodoro Obiang Nguema, président de ce petit Etat depuis vingt-cinq ans...

Tels sont les ingrédients de la plus spectaculaire opération mercenaire de ces dernières années, sur fond de pétrole et d’intérêt croissant des compagnies américaines pour les réserves d’or noir du golfe de Guinée.

(...) Londres s’est concerté avec Pretoria, pour permettre l’arrestation des auteurs de la tentative de coup d’Etat en Guinée équatoriale.” (LEYMARIE, 2004)

Este trecho é ilustrativo ao reforçar a idéia já discutida para o caso angolano, da importância do uso de empresas militares privadas em atividades militares regulares na África Subsaariana, como neste caso da Guiné Equatorial. Neste caso específico, um golpe encomendado pela oposição do presidente guienense envolvia claramente a perspectiva destes grupos de tomarem o poder e controlar a riqueza da crescente produção petrolífera do país.

Outro tipo de securitização relacionada ao petróleo tem se dado no nível interestatal, principalmente disputas pela delimitação das fronteiras marítimas, onde a exploração *offshore* tem crescido mais significativamente. As principais disputas por áreas com reservas e potencialmente produtoras, são descritas por Gary & Karl (2003). Uma das mais recentes é a disputa entre Nigéria e São Tomé & Príncipe pela zona marítima adjacente aos dois países, onde se descobriu poços *offshore* descobertos nos anos 1990. Testes sismográficos indicaram reservas possivelmente superiores a dois bilhões de barris e a disputa se intensificou. O presidente de São Tomé, Fradique de Menezes, demitiu o seu gabinete em Outubro de 2002, por causa duma discussão sobre um acordo duma Zona de Exploração Conjunta, ou ZEC (*Joint Development Zone*, ou JDZ) assinado pelo presidente anterior em 2001. Na Zona de Exploração Exclusiva, ou ZEE, poucas concessões foram adquiridas, enquanto houve uma grande disputa entre as grandes transnacionais pela aquisição de blocos na JDZ. O acordo era visto como favorável à Nigéria, pois dividiu a JDZ em 40% para São Tomé e 60% para Nigéria. Em 2003 uma tentativa de golpe militar chegou a derrubar o presidente Menezes, que pediu apoio do governo dos EUA. A desmobilização do golpe levou Menezes de volta ao poder e as forças armadas estadunidenses passaram a treinar os militares saotomenses, inclusive construindo uma base no país com satélites capazes de vigiar o Golfo da Guiné. Grandes corporações americanas como a Chevron-Texaco e Exxon-Mobil, foram os maiores compradores de campos na JDZ nos primeiros blocos vendidos.

Outra disputa regional envolve a Península de Bakassi, na fronteira de Camarões e Nigéria, que tem sido contenda fronteiriça entre os dois países. No fim de 2002, Camarões ganharam a disputa no Tribunal Mundial em Haia, passando a controlar a Península de Bakassi, potencialmente rica em petróleo. Ambos os países afirmaram à ONU e a outros que o veredito seria aceito, mas as tensões desde a decisão continuaram entre os dois países, com contestações por parte da Nigéria.

Mais ao Sul uma disputa entre a Guiné Equatorial e o Gabão envolve uma extensa área marítima próxima à ilha de Annobon que pertence à Guiné Equatorial, possui petróleo e é um caso complexo que ainda não foi resolvido. Um acordo até foi firmado com São Tomé, mas não com o Gabão, que compartilha águas a leste da ilha. Outra disputa ainda não resolvida envolve a região de fronteiras marítimas entre Angola e a República Democrática do Congo (ex-Zaire), na zona do Enclave de Cabinda, e se estende até ao norte deste enclave, na fronteira com Congo-Brazzaville. Diante das disputas entre estes países, em novembro de 1999 foi criado um órgão multilateral, com o objetivo de solucionar os conflitos relacionados à delimitação de fronteiras em zonas com potencial petrolífero. A Comissão do Golfo da Guiné (CGG) vem tentando

resolver ao menos parcialmente estas disputas, mediando, por exemplo, a criação da JEC-JDZ entre São Tomé & Príncipe e a Nigéria. Mesmo que setores do governo de São Tomé tenham ficado insatisfeitos com o acordo e vêm tentando mobilizar esforços para revertê-lo ou reverter a forma como foram distribuídas as concessões, a princípio parece que a delimitação da fronteira da JEC-JDZ não será duradoura.

Como os maiores produtores de petróleo da região são Angola e Nigéria, alguns dos países menores reclamam que estes acabam tendo mais poder de influência nas decisões do CGG. Por outro lado, o relativo sucesso em resolver alguns dos casos pendentes pode ser considerado um avanço no sentido de evitar conflitos inter-estatais.

Deste modo, é importante ressaltar que a análise desenvolvida neste capítulo permite concluir que o petróleo ocupa um papel central em diferentes casos de guerras civis ou insurgência na África Subsaariana, mais precisamente nos países exportadores deste recurso onde há conflitos armados. Apesar da dinâmica de cada um destes conflitos serem distintas em seus aspectos históricos e geográficos, têm em comum a disputa pelo controle direto ou indireto do petróleo. Mesmo que seu peso relativo seja diferente para um país ou outro, os rendimentos advindos da exploração e comércio do petróleo se tornam alvo de disputas entre as principais regiões produtoras e o governo central em pelo menos três casos, Nigéria, Angola e Sudão. Além destes pode-se citar a Guerra Civil no Gabão, onde o petróleo simplesmente ampliou disputas locais e serviu para estender o conflito.

Além destas guerras civis, o petróleo está ligado, de diferentes formas, à ocorrência de golpes ou tentativas de golpes militares, como em Guiné Equatorial e São Tomé & Príncipe, ou ainda aos levantes armados de rebeldes no Chade. Especialmente nos maiores produtores, o petróleo tem um caráter fundamental na manutenção ou ampliação de tensões sociais antigas ou um papel facilitador de novas disputas.

A análise do papel dos atores globais, especialmente as grandes potências como Estados Unidos e China, nestas disputas subsaarianas, tema do próximo capítulo, é capital para o entendimento completo destes conflitos regionais, permitindo ainda avaliar o desempenho destas potências em fortalecer áreas de influência e aliados produtores de petróleo no continente africano.

CAPÍTULO 4

DISPUTAS POR PETRÓLEO E O ENVOLVIMENTO DE GRANDES POTÊNCIAS NAS DINÂMICAS AFRICANAS DE SEGURANÇA REGIONAL

Diversos atores podem ser identificados como estando envolvidos ativamente na competição pelo petróleo africano. Os principais são obviamente Estados, enquanto defensores da segurança nacional e dos interesses econômicos do país, do crescimento de sua economia, da defesa de suas riquezas, comércio e dos investimentos das empresas nacionais em solo estrangeiro. Ao mesmo tempo em que estas empresas precisam de apoio estatal para se expandir e se manter ativas em outros países, servem aos interesses nacionais, na medida em que enviam seus lucros obtidos no além-mar de volta para seus países de origem, mas principalmente, produzem petróleo em territórios estrangeiros e garantem a importação deste recurso ao país.

Nem todos os países ou empresas merecem o mesmo nível de atenção nesta análise, já que não possuem a mesma importância global, tanto em termos econômicos como pelo aspecto estratégico. Assim, três aspectos são fundamentais para selecionar os tipos de atores envolvidos na competição global por petróleo e cuja atuação na África merece ser descrita em maiores detalhes. O primeiro aspecto é o envolvimento na competição hegemônica global, ou seja, o centro hegemônico polarizador do Sistema Internacional atualmente e o centro desafiante, ou novo pólo de poder econômico e financeiro que possa vir a se tornar hegemônico no futuro. O segundo fator é a dependência de petróleo importado, cuja segurança no fornecimento é essencial na busca maior pelo estabelecimento de uma Segurança Energética eficiente. Ou seja, a

importância do estabelecimento de tal situação, sua manutenção ou mesmo ampliação para cada país é diferenciada, e é ainda mais importante para as grandes potências, principalmente a que tenta manter sua condição hegemônica ou para as que procuram ascender na hierarquia do sistema mundial. Um terceiro fator é a já citada expansão e defesa dos interesses econômicos das empresas nacionais, sejam estas privadas, estatais ou mistas (semi-privadas ou semi-estatais) que estão estabelecidas em países amigos ou não tanto, muitas vezes hostis mesmo.

Os Estados que podem ser considerados como potências de grande relevância, subdivididas segundo o nível principal de sua atuação (global ou regional) na já discutida classificação de Buzan & Waeber (2003) poderia ser interessante. Esta levaria a uma subdivisão desses atores estatais em Superpotência, Potências Globais (1+4) ou Potências Regionais (várias). O problema de analisar a atuação de todos os países que estão disputando o acesso ao petróleo africano é que envolveria um trabalho que ultrapassa os objetivos desta dissertação e não ajudaria tanto na interpretação do engajamento estadunidense e chinês.

Além disso, são aqui considerados não apenas o nível principal de ação destes atores, mas também o peso total e relativo que estes possuem como consumidores de energia no mundo, assim como suas respectivas capacidades de atuação, como a defesa de seus interesses e o poder de influência na África Subsaariana. Neste sentido, China e EUA são os dois maiores consumidores mundiais de energia, são os dois maiores parceiros comerciais do continente africano, possuem crescente influência no continente e estão envolvidos numa disputa hegemônica. A atuação dos Estados Unidos, única superpotência para Buzan & Waeber, é destacada na primeira parte, onde primeiramente é analisada sua dependência de petróleo importado e o problema da sua segurança energética para depois analisar sua estratégia para a África. A mesma estrutura é utilizada para descrever e analisar a atuação da China, uma das quatro potências mundiais para Buzan & Waeber e a principal potência desafiante à ordem hegemônica vigente para Giovanni Arrighi.

Neste trabalho considera-se que a atuação de outras potências mundiais como Rússia, Japão ou as potências européias, ou potências regionais como Brasil, Índia e África do Sul acaba sendo secundária, pois não estão disputando tão diretamente o acesso ao petróleo africano com a potência hegemônica, nem possuem uma atuação tão intensa no continente. Índia e Brasil, apesar de serem potências regionais geograficamente mais próximas da África (Ver Mapa 2.1. em Apêndice) não possuem capacidade de projeção de forças nem poder de influência nas zonas petrolíferas, ao menos não como Estados Unidos e China possuem. A África do Sul é rapidamente citada por ser a única potência regional africana com peso político e econômico significativo na região, com alguma capacidade de projeção de forças militares no subcontinente,

mas principalmente por ser um país importador de petróleo com peso regional significativo¹⁰⁷. E apesar de não figurar entre os maiores consumidores de energia do mundo, tem empresas na região, que vêm ampliando sua atuação recentemente. Além disso, como será discutido, este país vem firmando parcerias com a China que poderão aumentar a segurança energética desta potência e acabam tendo que ser consideradas no contexto regional pela aproximação chinesa.

Das potências globais, vale destacar que a classificação feita por Buzan & Waeber considera a União Europeia (em termos securitários) como um ator único. Esta abordagem apresenta limitações para este estudo, principalmente porque inviabiliza uma análise de uma política externa comum que ainda não existe, pelo menos atualmente. Se por um lado esta análise, no contexto desta pesquisa, pode ser infrutífera, por outro, demonstra a necessidade de que novos estudos analisem questões fundamentais como a coerência ou incoerência da política de segurança energética comum europeia. Também vale destacar que, algumas das maiores empresas petrolíferas europeias são estatais ou semi-estatais, controladas mais direta ou indiretamente por um ou outro governo europeu específico, cuja atuação principal muitas vezes é difusa ou até claramente distinta em relação aos demais membros. Se por um lado a defesa de interesses vitais como a segurança energética europeia ainda não é feita de forma totalmente integrada dentro do bloco, outros aspectos centrais como o destino principal da produção petrolífera e dos lucros das grandes empresas petrolíferas europeias continua sendo um único mercado consumidor de energia, a Europa. Nesse sentido, este mercado sofre dos problemas e possíveis efeitos da insegurança energética em conjunto, quase como um ator único.

Assim, outros aspectos que podem parecer a princípio puramente mercadológicos foram incluídos nesta análise. O mais significativo talvez seja o do NAFTA, onde o nível de integração da superpotência com seus grandes fornecedores (México e Canadá) faz com que estes funcionem, na prática, quase como um único mercado consumidor de energia, onde as zonas com menor consumo relativo de energia e com produção excedente, geralmente periféricas (Canadá e México), abastecem as regiões consumidoras centrais (EUA). Sob outro ponto de vista, estes fornecedores de petróleo e gás são os únicos vizinhos com fronteiras territoriais com os EUA e ambos são fortemente integrados economicamente, comercialmente e securitariamente a este país. Isso permite considerá-los como as duas maiores reservas estratégicas de petróleo que os Estados Unidos possuem, neste caso, dentro do seu próprio mercado, mas fora de seu território¹⁰⁸ (no sentido mais clássico). Assim, apesar do petróleo mexicano e canadense não ser

¹⁰⁷ Outros países africanos que podem ser considerados como potências regionais, ou em outras classificações, como pequenas potências, são menos importantes que a África do Sul, têm economias (PIB) e nível de industrialização inferiores e não possuem capacidade de projeção de forças a grandes distâncias, como a África do Sul já demonstrou ter na porção sul do continente. Além disso, potências regionais como Egito, Líbia e Nigéria são países exportadores de petróleo e/ou gás.

¹⁰⁸ Tomando-se o conceito de território nacional mais clássico, onde o Estado tem o monopólio legítimo do uso da força, e desvinculado de noções ligadas ao mercado e economia.

considerado totalmente nacional, em caso de guerra e interrupção do fornecimento global de petróleo por vias marítimas, provavelmente são a fonte mais segura de petróleo dos EUA.

Entretanto, antes de avançar na descrição do papel dos Estados Unidos e China na busca por segurança energética, se faz necessária uma breve discussão sobre o que vem ser exatamente um estado de Segurança Energética ou seu contrário, a Insegurança Energética. Com o uso intensivo de energia na era industrial, a segurança energética passou a ser uma preocupação constante não apenas dos mercados consumidores, dos industriais ou meios de transporte, mas também dos governantes e estrategistas. Sem energia, as fábricas e os meios de transporte não funcionam; conseqüentemente a economia é paralisada. Sem eletricidade, até mesmo os meios de comunicação são interrompidos. Sem combustível, nem mesmo navios, tanques ou aviões de guerra podem defender a soberania de um país.

Ao longo do século XX a preocupação com a segurança energética se tornou central em qualquer planejamento estratégico, merecendo destaque entre as diversas considerações de logística militar. Afinal, sem energia não se pode nem ao menos vencer uma das modernas formas de batalha, muito menos uma grande guerra. Portanto a luta para garantir a segurança energética é tão central para qualquer potência no mundo contemporâneo¹⁰⁹.

Dois aspectos são centrais nesta busca, já que a dependência excessiva de uma única fonte de energia, assim como de recursos energéticos não nacionais (importados) prejudicam ou enfraquecem a conquista e a manutenção da segurança energética de um país. Um estado de segurança energética 'ideal' seria aquele em que o país em questão conseguisse produzir sua energia (eletricidade ou combustíveis) a partir da maior diversidade possível de fontes, ao mesmo tempo que utilizasse para esta produção o máximo possível de recursos energéticos próprios, obtidos dentro de seu território. Assim, no caso de guerra, não dependeria de fontes de energia importada, cujo fornecimento pode ser interrompido, nem de uma única fonte de geração de energia interna, que poderia ser facilmente destruída num ataque ao seu território.

Esta situação ideal está bem distante da realidade da maioria dos países e também das grandes potências. Mesmo os países que são auto-suficientes em energia, geralmente são excessivamente dependentes de uma única fonte de energia abundante em seu território, como a Rússia, rica em hidrocarbonetos, principalmente gás. E a maioria dos países industrializados, em especial as grandes potências, dependem de energia importada, como os Estados Unidos, Japão, China e a União Européia, se considerada em bloco. O mesmo é válido para potências regionais como Índia e Brasil, que dependem de grandes quantidades de energia importada.

¹⁰⁹ Um interessante estudo sobre as implicações da crise petrolífera para as Forças Armadas dos EUA, foi desenvolvido por Donald F. Fournier & Eileen T. Westervelt (2005). Para uma breve revisão da literatura recente sobre este tema ver: KARBUSZ (2006).

Mesmo numa situação de paz, a vulnerabilidade energética pode ser muito problemática, já que a interrupção do fluxo de um recurso energético como o petróleo e o gás natural, pode colapsar a economia de um ou vários países.

Uma das principais formas de minimizar a insegurança energética seria reduzir a dependência de um único fornecedor. Como apresentado anteriormente, esta era uma preocupação manifesta de Churchill, sobre o papel ocupado pelo Irã como grande fornecedor para a Inglaterra. Ao dispor de vários fornecedores, o risco de cortes e interrupções no fornecimento, ou de bloqueio naval de uma rota de transporte específica é reduzido consideravelmente. E mesmo diante de um colapso na produção de um desses fornecedores por motivos internos, o efeito é reduzido se existirem outras fontes de abastecimento disponíveis. Por isso, até os dias de hoje, todos os grandes importadores de petróleo buscam tentar diversificar seu fornecimento, evitando depender excessivamente de um único fornecedor¹¹⁰. O caso recente do corte no fornecimento de gás russo à Ucrânia, em pleno inverno de 2005-2006, que afetou outros países da Europa, é um caso emblemático que demonstra como este problema é relevante na atualidade (*Russia cuts Ukraine gas supplies*, BBC News, 01/01/2006).

Outra maneira de aumentar a segurança energética seria garantir o acesso ao maior número possível de fontes de energia, já que a dependência de uma única fonte, conhecida como monoenergetismo, pode ser ainda mais catastrófica no caso de interrupção, falência ou destruição desta forma de energia. Novamente a preferência, na busca pela segurança energética, deveria ser sempre por fontes nacionais ou locais, o que leva a questão das fontes de energia alternativa para o centro deste debate. Geradores de eletricidade a partir da energia eólica e solar, por exemplo, têm um potencial gigantesco de expansão no mundo todo, assim como a produção de combustíveis líquidos a partir de biomassa.

Porém muitas vezes, outros fatores acabam determinando a manutenção da dependência de fontes de energia importada, principalmente dos hidrocarbonetos em geral. Um desses fatores têm sido os baixos custos do preço do barril em termos históricos. Apenas em períodos relativamente curtos na década de 1970 e primeira metade dos anos 1980 os preços se tornaram tão altos que inibiram o consumo. De 1999 até o ano presente, o aumento dos custos do barril tem levado às novas discussões a respeito da viabilidade econômica de sustentar processos de crescimento econômico até então baseados no petróleo.

¹¹⁰ Como é o caso da dependência brasileira do gás natural importado da Bolívia. O Brasil importou cerca de 23 milhões de metros cúbicos de gás por dia em 2005, ou seja, cerca de 50% da demanda diária de gás no país naquele ano foi importado da Bolívia. Neste caso, a dependência de um grande fornecedor aumenta a probabilidade de que ocorra um corte no fornecimento de gás e potencializa suas possíveis conseqüências. Mesmo a interrupção por curtos períodos de tempo, provocada por acidentes ou atentados terroristas, poderia ter graves conseqüências econômicas, sociais, políticas.

O volume das reservas disponíveis no país é central num planejamento estratégico de longo prazo. Caso os Estados Unidos decidissem interromper suas importações e extrair todo o petróleo que possuem, suas reservas se esgotariam em menos de uma década. Mantendo taxas decrescentes de produção, estas mesmas reservas podem durar décadas. O mesmo vale para o Brasil que, se mantiver a atual produção, sem novas descobertas, pode ter que importar petróleo dentro de poucos anos. Principalmente porque o pico da produção petrolífera brasileira pode ocorrer entre 2010 e 2012 (FERREIRA, 2005). Segundo este estudo, sem novas grandes descobertas e mantendo o atual ritmo de produção, nossas reservas provadas podem ser esgotadas por volta de 2020 e teríamos grandes problemas para lidar com um mercado mundial onde a produção poderá estar em declínio e os preços possivelmente ainda maiores que os atuais.

Como a Tabela 4.1. demonstra, os Estados Unidos seguidos de Japão e China são os maiores importadores mundiais de petróleo. Apenas se tomados em conjunto, a Europa e Ásia-Pacífico superam as importações destes últimos. A maior região fornecedora de petróleo para a Ásia-Pacífico e para o Japão continua sendo o Oriente Médio.

TABELA 4.1. - COMÉRCIO MUNDIAL DE PETRÓLEO DOS PAÍSES OU REGIÕES EXPORTADORAS PARA OS PAÍSES OU REGIÕES IMPORTADORAS

Região Exportadora ↓	País ou Região Importadora							
	EUA	China	Europa	América Sul-Caribe	África	Japão	Ásia-Pacífico	Outros
NAFTA	3.819	8	470	462	17	90	105	23
América Sul e Caribe	2.868	107	309	-	21	2	68	-
África	2.490	773	2.681	284	-	122	907	30
Oriente Médio	2.345	1360	3.144	157	752	4.269	7.579	63
Europa	1.100	12	-	48	270	6	125	94
Ex-URSS	473	398	5.811	60	10	47	72	202
China	32	-	4	33	2	47	297	8
Ásia-Pacífico-Oceania	184	723	128	6	-	515	-	10
Outros	214	6	706	6	-	44	83	-
<i>Total Importado</i>	13.525	3.384	13.261	1.056	1.258	5.225	10.222	

Expresso em Milhões de barris diários. Ex. Os EUA importam um total de 13,5 bilhões de b/d.

Fonte: BP (2006) *Statistical Review Full Report Workbook 2006 - Historical Data Series - Oil Inter-Area Movement.*

. A África se torna realmente importante para Estados Unidos, China e Europa, sendo que esta última importa mais que o dobro de petróleo da ex-URSS, em relação à África. E do continente africano, a principal região fornecedora de petróleo para a Europa é a África do Norte. Assim, Estados Unidos e China, os dois maiores consumidores mundiais de petróleo, são mesmo

os principais interessados no petróleo subsaariano, e a atuação de ambos nesta busca para garantir o acesso ao petróleo deste subcontinente é o eixo central da análise que se desenvolve a seguir.

4.1. A SEGURANÇA ENERGÉTICA DOS EUA E O PAPEL DO PETRÓLEO AFRICANO

A grande indústria do petróleo nasceu nos EUA e a economia estadunidense se estruturou, cresceu e se expandiu ligada ao petróleo. Já antes da Segunda Guerra Mundial os Estados Unidos se tornaram o maior consumidor mundial de petróleo. Neste mesmo contexto é que se consolidaram como produtor dominante, com 67% da produção mundial ao fim da guerra. Obviamente a guerra havia provocado a destruição física da infra-estrutura produtora de outras áreas como a URSS, que tinha tido sua capacidade reduzida a 10% do volume normal. Mesmo assim os Estados Unidos continua sendo o maior produtor mundial de petróleo por mais duas décadas.

TABELA 4.2. PRODUÇÃO DE PETRÓLEO NOS EUA em milhares de b/d

Ano	48 Estados ¹	Alaska ²	Gás Líquido	Total produzido	Total Consumido
1950	5.046	0	430	5.407	6.458
1955	5.807	0	771	7.578	8.455
1960	7.034	2	929	7.965	9.797
1965	7.774	30	929	9.014	11.512
1970	9.408	229	1.660	11.297	14.697
1975	8.183	191	1.633	10.007	16.322
1980	6.980	1.617	1.573	10.170	17.056
1985	7.146	1.825	1.609	10.581	15.726
1990	5.582	1.773	1.559	8.914	16.988
1995	5.076	1.484	1.762	8.322	17.725
2000	4.851	970	1.911	7.733	19.701
2005	4.256	864	1.709	6.830	20.656

¹ EUA excluindo Havaí e Alaska.

² O pico da produção no Alaska foi em 1988, de 2.017.000 b/d. Foi a nova produção no Alaska que praticamente permitiu aos EUA um segundo pico de produção petrolífera com quase 10,5 bilhões de b/d em 1985, mesmo depois de ter reduzido a produção para menos de 9,8 bilhões de b/d em 1977-78.

EIA-DOE (2006) *Annual Energy Review 2005 - Petroleum* -Report No. 0384 DOE-EIA Julho de 2006 (pg. 128-129)

Com o início da depleção da produção em 1970-71 (Tabela 4.2. acima) e o aumento quase constante das importações da década de 1980 até os dias de hoje, a equação da Segurança Energética estadunidense se tornou cada vez mais delicada. Como a velocidade da depleção foi ainda mais acelerada nos últimos anos, chegando a 5,5% de redução na produção 2004-2005, mesmo em um período de alta dos preços petrolíferos, nada parece indicar que esta situação possa ser revertida. Descontando a produção de Gás Líquido, essa evolução recente da produção estadunidense, segundo a OPEP, pode ser visualizada a seguir na Tabela 4.3.

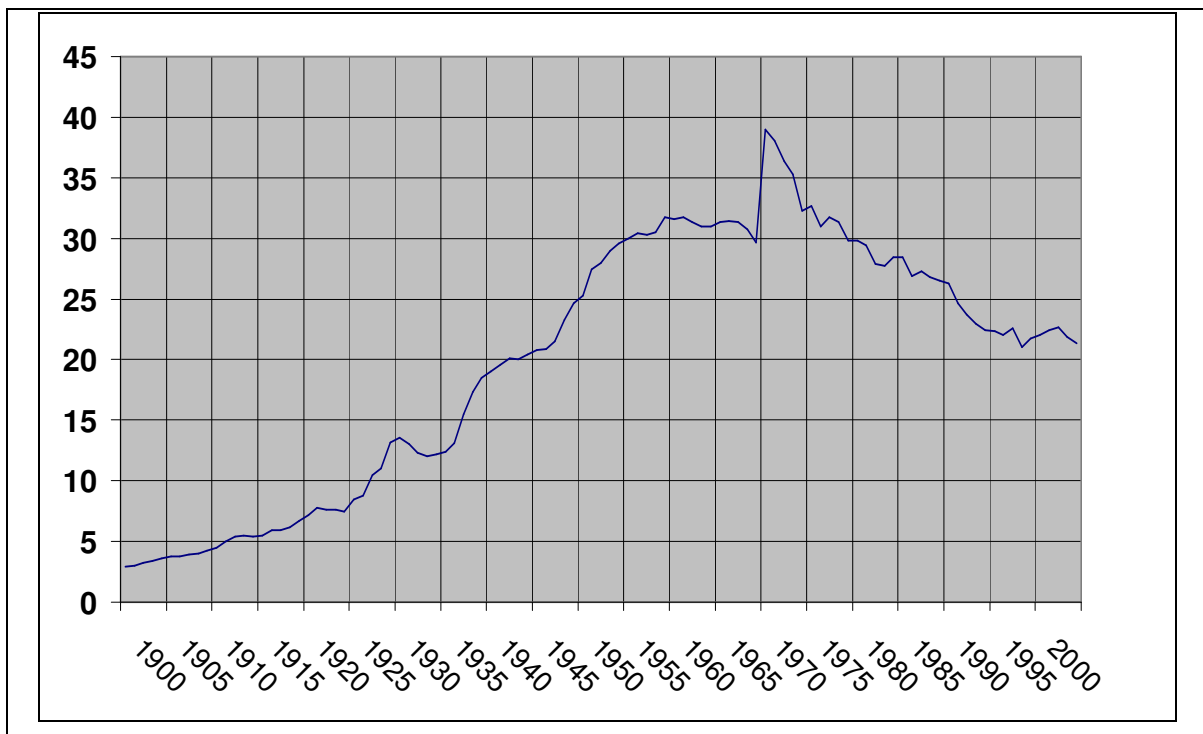
TABELA 4.3. PRODUÇÃO DE PETRÓLEO NOS EUA, SEGUNDO A OPEP

Ano	2001	2002	2003	2004	2005	2004/2005
Produção	5.801,4	5.745,5	5.680,7	5.418,7	5.120,6	- 5,5%

Volume da Produção Expresso em milhões de barris. Fonte: OPEC Annual Statistical Bulletin 2005 (ASB)

Como já foi discutido no capítulo 2, a produção está diretamente relacionada ao volume das reservas. As reservas provadas de petróleo nos EUA cresceram continuamente desde as primeiras descobertas no século XIX. Como pode ser observado no Gráfico 4.1. a seguir, estas reservas eram de quase 3 bilhões de bbl em 1900, cresceram para 10 bilhões de bbl em 1927, 20 bilhões em 1940 e 30 bilhões em 1950. Em 1970 o volume das reservas americanas atingiu seu pico histórico, de 39 bilhões de barris, na mesma época em que o país chegou à sua capacidade máxima de produção.

GRÁFICO 4.1. - EVOLUÇÃO DAS RESERVAS DE PETRÓLEO NOS EUA (1900-2004)



Volume das reservas expresso em bilhões de barris de petróleo

Gráfico elaborado pelo autor a partir dos dados da EIA-DOE (2006) *U.S. Crude Oil Proved Reserves, Reserves Changes, and Production*. U.S. Department of Energy, Energy Information Administration, atualizado em 03/16/2006, disponível em <<http://www.eia.doe.gov/pub/international/iealf/tablef1.xls>>

Os Estados Unidos é o país que mais consome petróleo no mundo. Em 2005 o consumo estadunidense foi de 20.656.000 b/d (20,656 milhões). A maior parte do petróleo americano é

gasto no setor de transportes. O país tem a maior frota automobilística do mundo. Apenas 5% do seu consumo é utilizado na geração de eletricidade. Atualmente são gastos 519.000 b/d para gerar eletricidade nos EUA, volume que já foi bem maior nos anos 1970, quando seu uso para este fim ainda era crescente, passando de cerca de 1 milhão de b/d já em 1971-72, para pouco mais de 1,7 milhão de b/d em 1977-1978 e só caindo novamente abaixo de 1 milhão de b/d em 1981. (EIA-DOE, 2006, *Annual Energy Review*, pg. 155-156). Apesar de representar menos de 5% do consumo total de petróleo americano em 2005, isso significa ¼ do consumo total de petróleo de países como o Brasil.

Dos mais de 20 milhões de barris de petróleo consumidos pelos EUA, cerca de 6.830.000 foram produzidos no país e 13.527.000 foram importados (EIA-DOE *Annual Energy Review 2005*, pg. 126-127). Como o país exportou 1.174.000 b/d, sua importação líquida de petróleo ficou em 12.454.000 b/d, ou seja, 59,8% do total consumido.

TABELA 4.4. - PETRÓLEO IMPORTADO PELOS ESTADOS UNIDOS EM 2005
SEGUNDO A REGIÃO DE ORIGEM

	Volume total Importado ¹	Óleo Cru ⁴	Produtos e derivados ⁴	Volume líquido Importado ²	Valor total ³ (em US\$)
NAFTA	3.843	3.189	654	3.395	51,6 bi
Golfo Pérsico	2.334	2.207	127	2.330	39,3 bi
Golfo da Guiné	2.002	1.852	150	2.000	n/d
Total OPEP	5.587	4.816	771	5.567	88,8 bi
Total não-OPEP	8.127	5.310	2.816	6.982	91,6 bi
TOTAL	13.714	10.126	3.588	12.549	180,4 bi

* Nesta tabela o volume total das importações está expresso em milhares de barris/dia. A região denominada Golfo Pérsico inclui Bahrein, Irã, Iraque, Kuwait, Qatar, Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos. A região denominada Golfo da Guiné inclui Angola, Camarões, Congo-Brazzaville, Chade, Costa do Marfim, Gabão, Gana, Guiné Equatorial, Nigéria e República Democrática do Congo (ex-Zaire),

¹Total = óleo cru + produtos.

Fonte: <http://tonto.eia.doe.gov/dnav/pet/pet_move_impcus_a2_nus_ep00_im0_mbbldpd_a.htm>

²Em milhares de b/d, Fonte: <http://tonto.eia.doe.gov/dnav/pet/pet_move_impcus_a2_nus_epc0_im0_mbbldpd_a.htm>

³Em milhares de b/d, Fonte: <http://tonto.eia.doe.gov/dnav/pet/pet_move_netl_a_ep00_IMN_mbbldpd_a.htm>

⁴EIA-DOE (2006) **Annual Energy Review**. Cap 5 Petroleum. Report No. DOE-EIA, pg. 138-139 e 169-171)

Se considerado em bloco, a África já é a segunda região mais importante no suprimento petrolífero dos EUA, com 2,5 milhões de b/d (Tabela 4.1) e o Golfo da Guiné foi a 3ª região mais importante no fornecimento de petróleo estadunidense em 2005, perdendo apenas para o NAFTA e o Golfo Pérsico (Tabela 4.4. acima).

Levando em consideração apenas o óleo cru comercializado, Nigéria, Angola, Gabão e Chade foram respectivamente os 5º, 7º, 14º e 16º maiores fornecedores aos Estados Unidos em 2005 (ver tabela 4.5. a seguir). Ou seja, os países africanos, tomados como unidades representam 3 dos 8 maiores fornecedores de petróleo aos EUA, ou 5 dos 16 maiores fornecedores.

Ao detalhar os países responsáveis pelo fornecimento petrolífero aos EUA, fica mais nítida a importância de alguns poucos atores, como pode ser observado na Tabela 4.5. a seguir.

TABELA 4.5 – VOLUME E VALOR DO PETRÓLEO IMPORTADO PELOS EUA, SEGUNDO PAÍS OU REGIÃO DE ORIGEM (2005)

	País fornecedor de petróleo	Total de Petróleo Importado ¹	Volume de Óleo Cru ²	Produtos e derivados ²	Volume líquido de Importação ³	Valor total ⁴ (em US\$)
1	Canadá	2.181	1.633	548	2.001	27 bi
2	México	1.662	1.556	106	1.394	24,6 bi
3	Arábia Saudita	1.537	1.445	92	1.536	26,2 bi
4	Venezuela	1.529	1.241	288	1.515	21,5 bi
5	Nigéria	1.166	1.077	89	1.165	22,1 bi
6	Iraque	531	527	4	531	-
7	Argélia	478	228	250	478	-
8	Angola	473	456	17	473	8,9 bi
9	Rússia	410	199	211	410	-
10	Reino Unido	396	224	173	375	4,4 bi
11	Equador	283	276	7	268	-
12	Kuwait	243	227	16	243	3,8 bi
13	Noruega	233	119	114	231	2,4 bi
14	Colômbia	196	156	40	188	3,0 bi
15	Brasil	156	94	61	117	-
16	Holanda	151	0	151	126	-
17	Gabão	128	127	0	127	-
18	Aruba	125	0	125	122	-
19	Argentina	102	56	45	95	-
20	Chad	97	74	24	97	-
	Golfo da Guiné	2.002	1.852	150	2.000	-
	Golfo Pérsico	2.334	2.207	127	2.330	39,3 bi
	Total OPEP	5.587	4.816	771	5.567	88,8 bi
	Total não-OPEP	8.127	5.310	2.816	6.982	91,6 bi
	TOTAL	13.714	10.126	3.588	12.549	180,4 bi

* O volume total das importações está expresso em milhares de barris/dia.

* As exportações de cada país incluem o petróleo com origem em outros países e re-exportado. Holanda e Aruba não são produtores de óleo cru, mas importam petróleo bruto, refinam e exportam na forma de produtos e derivados.

* Nesta tabela a região denominada Golfo Pérsico inclui Bahrein, Irã, Iraque, Kuwait, Qatar, Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos. A região denominada Golfo da Guiné inclui Angola, Camarões, Congo-Brazzaville, Chade, Costa do Marfim, Gabão, Gana, Guiné Equatorial, Nigéria e República Democrática do Congo (ex-Zaire).

¹ Total = óleo cru + produtos. Fonte: http://tonto.eia.doe.gov/dnav/pet/pet_move_impqus_a2_nus_ep00_im0_mbbldp_a.htm

² Em milhares de b/d, Fonte: http://tonto.eia.doe.gov/dnav/pet/pet_move_impqus_a2_nus_epc0_im0_mbbldp_a.htm

³ Em milhares de b/d, Fonte: http://tonto.eia.doe.gov/dnav/pet/pet_move_netl_a_ep00_IMN_mbbldp_a.htm

⁴ O valor total foi obtido em EIA-DOE (2006) *Annual Energy Review*. Cap 5 Petroleum. pg. 138-139 e 169-171)

Além das já citadas vantagens da produção africana¹¹¹, uma outra benesse deste recurso é que, considerando o número de países produtores, a produção africana é bem menos concentrada do que a do Golfo Pérsico e menos ainda do que a do NAFTA (México e Canadá), como pode ser observada na Tabela 4.4, já citada. Essa dispersão da produção em vários países diferentes da

¹¹¹ Como a qualidade do petróleo (API predominantemente acima de 30º e com baixos teores de enxofre), a capacidade de expansão da produção, a alta proporção de novas descobertas e a segurança das rotas do fornecimento, que no trajeto da África até os EUA não passam por nenhum estreito.

mesma região reduz muito a probabilidade de interrupções significativas na produção, já que é bem mais provável que um país passe por um colapso produtivo por qualquer motivo¹¹², do que a probabilidade de que um colapso do tipo aconteça simultaneamente em 15 países diferentes.

TABELA 4.6. - PETRÓLEO AFRICANO IMPORTADO PELOS EUA (2005)

País fornecedor	Volume* total Importado ¹	Óleo Cru ²	Produtos e derivados ³	Volume líquido Importado ⁴	Valor total ⁵ (em US\$)
Nigéria	1.166	1.077	89	1.165	US\$ 22,1 bi
Angola	473	456	17	473	US\$ 8,9 bi
Gabão	128	127	0	127	-
Chade	97	74	24	97	-
Guiné Equator	70	68	2	70	-
Congo (Brazzaville)	32	25	7	32	-
Costa Marfim	24	20	4	24	-
Camarões	8	3	5	8	-
Congo (ex-Zaire)	2	2	0	2	-
Gana	2	0	2	2	-
Golfo da Guiné	2.002	1.852	150	2.000	-
Argélia	478	228	250	478	-
Egito	15	4	11	15	-
Líbia	56	44	13	56	-
África do Norte	549	276	274	549	-
Total África	2.551	2.128	424	2.549	-
Total Importado	13.714	10.126	3.588	12.549	US\$ 180,4 bi

* O volume total das importações está expresso em milhares de barris/dia.

¹ Total = óleo cru + produtos. Fonte: http://tonto.eia.doe.gov/dnav/pet/pet_move_impqus_a2_nus_ep00_im0_mbbldp_a.htm

² Em milhares de b/d, Fonte: http://tonto.eia.doe.gov/dnav/pet/pet_move_impqus_a2_nus_epc0_im0_mbbldp_a.htm

³ Em milhares de b/d, Fonte: http://tonto.eia.doe.gov/dnav/pet/pet_move_impqus_a2_nus_EPP0_im0_mbbldp_a.htm

⁴ Em milhares de b/d, Fonte: http://tonto.eia.doe.gov/dnav/pet/pet_move_netl_a_ep00_IMN_mbbldp_a.htm

⁵ EIA-DOE (2006) **Annual Energy Review**. Cap 5 Petroleum. Report No. DOE-EIA, pg. 138-139 e 169-171.

Para situações emergenciais, os países da OCDE criaram nos anos 1970 as Reservas Estratégicas de Petróleo (*Strategic Petroleum Reserve*). As reservas estratégicas de petróleo sob posse do governo dos EUA são de 685 milhões de barris, o que seria suficiente para manter o consumo americano por 55 dias, em caso de interrupção total das importações. Considerando o aumento das reservas de 493,32 mi. em 1985 para 688 milhões de barris em 2005, o aumento do consumo diário reduziu a capacidade das Reservas Estratégicas de suprir o consumo médio diário de 115 dias em 1985 para 55 dias em 2005 (*EIA-DOE, Annual Energy Review 2006*, pg. 164-165). Porém, além das reservas estratégicas controladas pelo governo, o país possui as chamadas reservas normais ou regulares de petróleo, das empresas privadas, que em 2005 eram da ordem de 323 milhões de barris de óleo cru, somados a outros 688 milhões de barris de derivados armazenados nos estoques das companhias privadas, incluindo gasolina, GLP, diesel, querosene

¹¹² De acidentes e falhas na infra-estrutura de transporte, a atentados terroristas ou guerrilheiros, passando por guerras até catástrofes naturais.

de aviação, dentre outros. Isso significa que o total das reservas estadunidenses “disponíveis” de petróleo cru, combustíveis e derivados somados são na realidade de 1 bilhão e 688 milhões de barris (*EIA-DOE, Annual Energy Review 2006*, pg. 161-163). Ou seja, sem diferenciar o tipo de combustível e tomando-se apenas o volume total das reservas estratégicas, incluindo os estoques regulares de petróleo e derivados, estes seriam suficientes para quase 160 dias de consumo atual americano, sem a necessidade de redução deste.

O furacão Katrina pode ser considerado um bom teste para a Segurança Energética estadunidense que, mesmo com a paralisação da maioria das plataformas do Golfo do México e a destruição de dezenas de plataformas, provocando uma redução abrupta na produção petrolífera, não foi seguida de caos ou desabastecimento. Também foi um teste da eficiência do funcionamento da aliança dos países da AIE e do uso das reservas Estratégicas de Petróleo para evitar o desabastecimento, reduzindo possíveis efeitos de uma queda na produção e impedindo altas ainda maiores nos preços do barril.

4.2. A ESTRATÉGIA DOS EUA PARA A ÁFRICA SUBSAARIANA

No caso dos Estados Unidos, a estratégia de garantia do acesso ao petróleo importado já nasce nos anos 1940 incluindo a necessidade de garantir que este fosse importado por empresas estadunidenses. Desta forma, em poucas linhas segue-se adiante uma breve descrição das maiores corporações petrolíferas estadunidenses e suas atividades no continente Africano. Uma lista mais detalhada dos países onde cada empresa tem atividades de exploração, produção e refino pode ser encontrada no Apêndice Quadro 4.1.

A ExxonMobil não apenas é a maior corporação estadunidense, como alcançou o posto de maior empresa do mundo em 2006. Também é uma das maiores produtoras de petróleo em África, ao mesmo tempo em que este continente significa uma parte importante de seus investimentos. Mais precisamente, representa 16% de toda a produção de hidrocarbonetos da empresa em 2005, além de 15% das atividades de refino (*upstream*). Possui blocos produtores em Angola, Chade, Camarões, Guiné Equatorial e Nigéria e áreas de exploração na Líbia, Madagascar, Niger, Congo-Brazzaville, São Tomé & Príncipe (JDZ). Ao todo a empresa possui 22 blocos produtores no continente africano localizados em águas profundas, com 32 milhões de acres de área. Além disso, participou da perfuração de outros 21 poços em blocos de exploração na África Ocidental em 2005.

A Chevron-Texaco é a segunda maior corporação petrolífera dos Estados Unidos, resultado da fusão da Chevron e da Texaco em 1998. Possui atividades de produção e exploração na Líbia, Chade, Nigéria, Camarões, Guiné Equatorial, Congo-Brazzaville, República

Democrática do Congo (ex-Zaire) e Angola, além de atividades de refino na África do Sul, Costa do Marfim e Quênia. A Chevron já investiu US\$ 11 bilhões na África Subsaariana nos últimos quatro anos.

Outras duas grandes empresas petrolíferas americanas incluem a ConocoPhillips, terceira maior do país e a Marathon, a quarta maior. A primeira possui atividades em Angola e Nigéria, enquanto a última tem interesses nos mesmos países, além de Guiné Equatorial e recentemente se instalou no Sul do Sudão (após os acordos de paz de 2005).

A Anadarko passou a figurar entre as grandes corporações petrolíferas americanas só recentemente. Em junho de 2005 a empresa adquiriu outras duas companhias, a petrolífera Kerr-McGee e a Western Gas Resources, tornando-se assim a 2ª maior produtora de gás e a 7ª maior produtora de petróleo nos EUA (*EIA-DOE, 2006, Aspects of Anadarko's Acquisition of Kerr-McGee Corp. and Western Gas Resources*). Esta expansão da Anadarko também pode ser verificada no setor internacional, onde nos últimos anos adquiriu áreas de exploração em oito países africanos. Apesar de só produzir na Argélia, possui importantes áreas de exploração de petróleo e gás em Angola, Benin, Gabão, Gana, Moçambique, Nigéria, e São Tomé & Príncipe (JZD).

Sobre a estratégia estadunidense, vale ressaltar que a África nunca foi prioridade para os Estados Unidos, mas o Oriente Médio sim. Para entender como ocorre esta mudança é fundamental analisar historicamente esta estratégia.

No fim dos anos 1940 e início dos 1950 os EUA passaram a desenvolver uma estratégia de apoiar ou até mesmo sustentar politicamente e militarmente governos exportadores de petróleo aliados no Oriente Médio, como o Kuwait e Arábia Saudita. As promessas do presidente Roosevelt de apoio e proteção ao regime do monarca saudita Ibn Saud, já em 1945, marcaram o início do envolvimento direto dos EUA com o petróleo da região (YERGIN, 1993, pg. 413-414; KLARE, 2004, pg. 36-38; FUSER, 2005, pg. 123).

Essa política foi aprofundada pelos presidentes Truman (FUSER, 2005, pg. 121-122), Eisenhower (*idem*, pg. 133-135) e Nixon (*ibidem* pg. 140-144), que formularam “doutrinas” de defesa dos interesses americanos no Golfo Pérsico (KLARE 2004, 37-44), incluindo diversos pactos militares regionais (FUSER, 2005, pg. 126-128).

Mas diferentemente da Arábia Saudita, que continua sendo um importante aliado na região até os dias de hoje, outros países como Irã e Iraque tiveram seus regimes apoiados pelos EUA somente até 1979 e 1990, respectivamente. Ambos passaram a ser considerados Estados inimigos ou *rouge states*, o primeiro após a Revolução Islâmica e a deposição do Xá Reza Pahlevy, e o segundo, após a invasão do Kuwait em agosto de 1990.

Assim, os Estados Unidos deixou de concentrar esforços apenas no apoio a aliados regionais e passou a estabelecer uma presença militar mais direta e constante no Golfo Pérsico. Esta crescente presença militar americana no Golfo Pérsico se materializou com a criação da *Rapid Deployment Joint Task Force*, ou RDJTF, que posteriormente Reagan transformaria no CENTCOM ou *Central Command*¹¹³. Após as guerras no Golfo Pérsico, entre Irã e Iraque (1980-1988) e contra o Iraque em 1991, a estratégia estadunidense de manter uma presença militar permanente na região se consolidou e passou a incluir diversas bases permanentes no Golfo Pérsico, comandadas pelo CENTCOM (FUSER, 2005, pg. 195-196 e 280).

Após a guerra contra o Iraque em 1991, se torna crescente dentro dos EUA a defesa de uma maior autonomia dos EUA em relação a regimes como o saudita, incluindo críticas à dependência excessiva do petróleo vindo deste país e seus vizinhos. Grupos conhecidos como *think tanks*¹¹⁴, passaram a defender que o país deveria buscar fontes de petróleo na África Subsaariana, principalmente no Golfo da Guiné, e que esta região sim deveria ser priorizada, como forma de reduzir a dependência em relação ao Oriente Médio.

Este tipo de discurso tinha bem menos ouvintes no governo dos EUA nos anos 1990, principalmente com o preço do barril na faixa dos US\$ 20,00 ou US\$ 15,00. Após os ataques ao Pentágono e ao World Trade Center em 11 de Setembro de 2001, ganhou mais força a argumentação de *think tanks* como o Africa Center for Strategic Studies (ACSS) e o Institute for National Strategic Studies (INSS). Outro *think tank* o IASPS, mesmo não sendo estadunidense (é israelense), vem apoiando o *lobby* contrário à dependência excessiva do Golfo Pérsico, principalmente da Arábia Saudita, apoiando a estratégia de aproximação com a África¹¹⁵. Estes grupos vêm defendendo uma aproximação maior do governo estadunidense com governos africanos, em detrimento do governo saudita, afirmando inclusive que o Golfo da Guiné deveria ser considerado oficialmente uma área vital para a Segurança Nacional dos EUA, semelhantemente ao declarado pelo presidente Carter em relação ao Golfo Pérsico, em 1980.

A estratégia estadunidense para a África Subsaariana incluiu inverter alianças da época da Guerra Fria, como em Angola, onde abandonou o apoio direto a UNITA, passando a mediar o acordo de paz já em 1988. A nova posição dos EUA passou a se aproximar dos objetivos expressos pela URSS, ou seja, de pacificar o conflito. Tanto que ambos os países apoiaram o

¹¹³ Este processo e suas implicações são descritos mais detalhadamente por Klare (2004, pg. 46) e Fuser (2005, pg. 77, 189 e 195).

¹¹⁴ Organizações não-governamentais, com fins político-acadêmicos que procuram influenciar os tomadores de decisão, geralmente idealizando políticas e estratégias governamentais, ou em alguns casos, legitimando-as ideologicamente para determinados setores da sociedade ou do governo.

¹¹⁵ Sobre este *Think Tank* israelense, Servant (2003) cita que este grupo realizou uma importante conferência em 2002, onde reuniu outros *think tanks* e membros do governo dos Estados Unidos (principalmente congressistas), resultando na criação do **IASPS's Africa Oil Policy Initiative Group (AOPIG)**. O *White Paper* produzido pela conferência está disponível em formato PDF no endereço: <www.iasps.org/strategic/africawhitepaper.pdf>. Ver comentários de Fisher-Thompson em artigo de 2005 na Revista do Departamento de Estado dos EUA (FISHER-THOMPSON, 2005).

envio da I Missão de Verificação da ONU, a UNAVEM I (MAIA, 2006, pg. 85-88), para tentar garantir o processo de paz, então na fase inicial de estabelecimento de diálogo e negociação entre os diferentes atores envolvidos, sejam estes angolanos (MPLA, UNITA) ou não (Zaire, África do Sul, Namíbia, Cuba, EUA e URSS).

Tatiana Vargas Maia (2006) identifica que esta mudança na postura estadunidense está ligada ao fim do confronto bipolar e a nova lógica do pós-Guerra Fria, em que:

“(...) o que transparece nitidamente da observação da política externa norte-americana com relação a Angola é que esta possui dois momentos distintos, marcados por lógicas diferenciadas.

Se o primeiro momento reflete nitidamente a lógica da conquista geopolítica e geoestratégica da Guerra Fria (...) na seqüência do encerramento do conflito bipolar percebe-se uma transição (ainda que não de forma imediata e linear) para uma política externa de cunho econômico, guiada principalmente pelo desejo de consolidar e maximizar os interesses norte-americanos em Angola, notadamente relacionados à questão do petróleo” (MAIA, 2006, pg. 79)

Os acordos de Bicesse, de 31 de maio de 1991 foram seguidos da UNAVEM II, que supervisionou as eleições de 1992. Os Estados Unidos reconhecem a vitória do MPLA nas eleições angolanas, passando da postura inicialmente mais conciliatória ao apoio direto ao novo governo. Como a UNITA não reconheceu a derrota nas urnas, a guerra civil é novamente acelerada (idem pg. 98-99).

O estabelecimento de relações diplomáticas com a República de Angola pelos EUA em 19 de maio de 1993, ocorreu em meio às negociações que levaram à entrada da Exxon Corporation Company no setor petrolífero em Angola, através da sua filial Esso. Os Estados Unidos apoiaram o envio de tropas da ONU ao país, pelo especial interesse desenvolvido pela estabilização de Angola (PRENDERGAST, 1999).

Este esforço pela estabilização de Angola¹¹⁶, ocorre num contexto em que:

“(...) com o fim do enfrentamento bipolar, e na tentativa de maximizar os ganhos econômicos dos EUA na região, ocorre o engajamento deste país na pacificação de Angola. Tem-se dessa forma, a transição de uma lógica diplomática militar e belicosa (identificada com as administrações Carter, Reagan e Bush) para uma de cunho marcadamente econômico (já na administração Clinton)”. (MAIA, 2006, pg. 79)

Nos anos 1990 os EUA foram responsáveis por 30% das despesas de funcionamento da ONU em Angola (cerca de US \$100 milhões entre 1995 e 1997) e por cerca de 50% das despesas com as operações de assistência de emergência (HRW, 2000). Ao mesmo tempo os Estados

¹¹⁶ Nos anos 1990 os EUA foram responsáveis por 30 por cento das despesas de funcionamento da ONU em Angola (cerca de U.S.\$100 milhões entre 1995 e 1997) e por cerca de 50 por cento das despesas com as operações de assistência de emergência.

Unidos, no âmbito do Conselho de Segurança da ONU, apoiaram o estabelecimento do primeiro embargo à UNITA, pela aprovação da resolução N.º 864, de 13 de Setembro de 1993.

Esse processo leva à assinatura do Protocolo de Lusaka em 1994 e ao aumento das pressões estadunidenses sobre a UNITA, cuja ação contrária ao processo de pacificação do país acaba resultando no seu isolamento gradativo. Os Estados Unidos apóiam a ampliação das sanções ao comércio de armas e combustíveis à UNITA em 1995. A entrada maciça de empresas petrolíferas estadunidenses em Angola ao longo dos anos 1990 acaba reforçando este processo. A UNITA passa a recorrer à única fonte de renda que ainda possuía para continuar se armando: o tráfico de diamantes¹¹⁷. Porém em 1997 a ONU embarga o comércio deste recurso pela UNITA e em 1997 e em 1998 as contas bancárias do grupo são congeladas. Mesmo que os efeitos do embargo não tenham sido efetivos, o peso político foi considerável (GALVÃO, 2006, pg. 122).

Isto significa que, na prática os Estados Unidos, via ONU, passaram a boicotar o antigo aliado da Guerra Fria, a UNITA e apoiar definitivamente o governo do MPLA. Tudo indica que esta mudança na estratégia estadunidense está relacionada ao crescimento das exportações de petróleo angolano para os EUA¹¹⁸ e dos investimentos de suas corporações no país. Isso ficou bastante claro quando a Secretária de Estado dos EUA, Madeleine Albright, visitou Angola, em Dezembro de 1997. Na ocasião Albright afirmou que Angola fornecia aos EUA até 7% das suas importações de petróleo, o que representava três vezes a quantidade fornecida pelo Kuwait imediatamente antes da invasão do Iraque em 1990 (HRW, 1998).

As dificuldades crescentes da UNITA em 1998 se tornam ainda mais visíveis em 2001, não só pela perda de áreas produtoras de diamantes para o governo angolano, como pela deserção de grandes contingentes de membros do grupo. Após sucessivas derrotas militares, a morte de Savimbi, em fevereiro de 2002, leva à assinatura de um cessar-fogo entre o governo do MPLA e a UNITA. Esta passa por um processo de desmobilização, sendo legalizada como partido político.

Contudo, mesmo antes disso, o governo angolano do MPLA já vinha sendo privilegiado pelos Estados Unidos, claramente em detrimento da UNITA. Antes de iniciar uma ajuda militar mais direta a Angola, o apoio se deu pela autorização pelo Pentágono¹¹⁹, de que empresas

¹¹⁷ Christian Diedrich afirma que as exportações de diamantes pela UNITA cresceram de US\$ 300 milhões em 1993, para um auge de US\$ 600-700-600 milhões em 1995-1996-1997. Após 1997, a UNITA perdeu os campos diamantíferos ao governo Angolano e passou a enfrentar o embargo da ONU, tendo suas receitas diminuídas para a faixa de US\$ 250-300 milhões em 1998 e US\$ 150 milhões em 1999 (DIEDRICH & CILLIERS, 2000, pg. 284).

¹¹⁸ Os Estados Unidos chegaram a ser o destino de 50% das exportações de petróleo de Angola em 2002, mas mesmo com o aumento do total volume destas exportações, a percentagem caiu, sendo que em 2006 o país absorveu cerca de 25% das exportações angolanas.

¹¹⁹ Tanto a MPRI como a *Airscan*, empresas militares privadas que prestaram serviços de segurança ao governo angolano na década de 1990, têm como seu principal contratante o Pentágono. Todas as empresas militares privadas precisam de autorização do Pentágono para fornecer serviços a qualquer país. que autorizou estas empresas a prestarem este tipo de serviços ao governo de Angola (IBGF/WFM, 2006).

militares privadas estadunidenses, como a MPRI e a *Airscan*, prestassem serviços de segurança ao governo angolano ao longo da década de 1990 (IBGF/WFM, 2006).

Neste contexto, Angola havia sido incluída em uma série de programas de favorecimento econômico-comercial do governo estadunidense, incluindo isenção de impostos para a importação do petróleo angolano, como relata a Agência Internacional de Energia:

“Angola só passou a poder beneficiar da lei norte-americana sobre Crescimento e Oportunidade em África – African Growth and Opportunity Act (AGOA), em Dezembro de 2003, mas tem sido o principal beneficiário do Sistema Generalizado de Preferências (SGP) – Generalised System of Preferences (GSP) desde 1999. Mais de 93% dos produtos angolanos elegíveis para o SGP, principalmente o petróleo e produtos petrolíferos, entram sem pagar direitos aduaneiros.” (IEA, 2006, Angola: Desenvolvimento de uma estratégia para a Energia, pg. 38)

Um dos resultados desta aproximação é que a Chevron¹²⁰, maior empresa estrangeira em produção total em Angola, teve sua concessão de exploração e prospecção estendida de 2010 para 2030¹²¹.

Após o fim da Guerra Civil Angola consegue estabilizar sua economia que passou a manter taxas de crescimento elevadas, ampliou as exportações, diminuindo sua dívida externa¹²², reduzindo a inflação a níveis controláveis pela primeira vez em décadas, e mantendo a relação kwanza-dolar num patamar estável.

Por fim, em 2004 Angola foi incluída no *Pentagon's Excess Defense Articles* (EDA) para aquisição de excedentes de armamentos estadunidenses, juntamente com outros petro-estados da região do Golfo da Guiné, como Camarões, Congo-Brazzaville, Chade, Gabão e a Nigéria. Este último também é um país que vem recebendo atenção privilegiada dos EUA na última década e que será discutido de forma mais detalhada a seguir.

A estratégia dos EUA para a Nigéria não se modificou muito nas últimas décadas, e vem baseando-se principalmente no fortalecimento do comércio de petróleo e apoio político militar ao governo de Abuja. Além das vendas de armas os EUA fecharam vários acordos de assistência e treinamento militar, culminando com um acordo de patrulhamento das águas da região do

¹²⁰ Logicamente estes não foram os únicos fatores para a extensão do tempo da concessão da Chevron, já que esta já vinha investindo pesadamente em Angola e atualmente projeta investir mais US\$ 4 bilhões até 2010. O que é importante destacar é que o contexto de aproximação política e comercial acabou criando uma conjuntura favorável a este tipo de ação por parte do governo angolano. O mesmo tipo de privilégio não foi dado para a francesa Total ou para a anglo-holandesa Shell, que também investiram significativamente no país nos últimos anos. Mesmo assim, a concessão do bloco 3/05 da Total e do bloco 18, da Shell, foram canceladas. As novas concessões foram dadas para a estatal chinesa Sinopec, cuja atuação em Angola será discutida no próximo tópico.

¹²¹ É justamente neste período em que o país começa a se aproximar gradativamente da China, como será discutido no próximo tópico. Isto ocorre principalmente após o primeiro empréstimo de US\$ 2 bilhões em condições especiais e amortizado por exportações futuras de petróleo, oferecido pela China em 2004.

¹²² Segundo o FMI a relação dívida externa/PIB caiu, porém o governo angolano não divulgou dados sobre a dívida entre 2001 e 2006.

Delta do Níger. Os EUA classificaram alguns dos grupos insurgentes do Delta do Níger como terroristas num sinal de apoio ao quinto maior fornecedor de petróleo dos Estados Unidos.

Entre 2002 e 2004, somente Angola e Nigéria receberam US\$ 300 milhões em ajuda militar estadunidense. Além disso, incluiu vários países desta região no Programa de Excedentes de Artigos de Defesa do Pentágono (*EDA – Pentagon's Excess Defense Articles*). Apesar das grandes oscilações durante toda a década de 1990, no período pós 2000 os gastos militares angolanos cresceram significativamente, passando de US\$ 355 milhões em 2001 para US\$ 1,7 bilhão, em 2004 (SIPRI, 2005).

Por outro lado as recentes críticas a violações de direitos humanos e a corrupção na Nigéria, podem ser vistos como sinais de atrito. A despeito da assinatura do já citado acordo de assistência militar, em dezembro de 2005, os EUA vem se recusando a vender certos tipos de armamentos e adiando a entrega de equipamentos bélicos que já haviam sido acordados¹²³.

Os EUA também fecharam acordos de assistência militar semelhantes com a Guiné Equatorial e São Tomé & Príncipe. No primeiro, inclusive, o Pentágono autorizou que empresas militares privadas estadunidenses oferecessem serviços de treinamento e proteção militar. Com o crescimento da produção petrolífera na Guiné Equatorial, os Estados Unidos reabriram sua embaixada no país em 2003, depois de 8 anos fechada, supostamente em protesto aos abusos contra os direitos humanos do governo local.

Já em São Tomé & Príncipe, após a descoberta de petróleo nas águas deste país e o desenvolvimento de disputas externas com a Nigéria e internas, os EUA apoiaram o governo de São Tomé, frustrando uma tentativa de Golpe militar em 2003. Na seqüência, os Estados Unidos criaram um programa de assistência e treinamento militar com o país e passaram a estudar a criação de uma base militar permanente no país. Logo nas primeiras licitações dos novos blocos petrolíferos, as grandes vencedoras foram justamente empresas estadunidenses, como a Chevron-Texaco e Exxon-Mobil. Recentemente a marinha dos Estados Unidos iniciou estudos para implantar um sistema de radares na ilha de São Tomé. O sistema seria capaz de vigiar a movimentação de navios em toda na região do Golfo da Guiné e está orçado em US\$ 18 milhões (*US Navy to set up Sao Tome radar for Gulf security, 07/12/2006, REUTERS.*).

Contudo, mesmo os Estados Unidos tendo aumentado significativamente sua atuação na região do Golfo da Guiné na última década, Adam Wolfe (2006), considera que esta postura é menos ativa e mais reativa ao crescimento chinês na região: *“In the coming years, Washington will be forced to adjust its policies toward Africa in order to compensate for China's rising influence”*.

¹²³ Um dos resultados do adiamento de algumas entregas de armamentos para a Nigéria, foi que a China se prontificou a fornecer equipamentos bélicos, inclusive em modalidades de armas que os EUA não fornecem à Nigéria (WOLFE, 2006).

O estabelecimento de acordos de transferência de armas e assistência militar passou a incluir pequenos estados africanos a partir do contexto de Guerra ao Terrorismo, a partir de 2001. Acordos militares regionais de treinamento e combate ao terrorismo, como a iniciativa Pan-Saheliana, envolvendo Níger, Mauritânia e Mali, foram firmados num contexto onde ocorriam, simultaneamente, novas descobertas petrolíferas nestes mesmos países.

Outro país subsaariano exportador de petróleo merece atenção, não pela aproximação com os EUA, mas pelo distanciamento, a saber, o Sudão. Nas últimas décadas a relação entre este país e os EUA tem oscilado significativamente, variando de tentativas isoladas de aproximação ao conflito.

Nos anos 1970 o governo sudanês era um importante comprador de armas soviéticas, principalmente através do Egito. Na época os EUA apoiavam a Etiópia, mas uma seqüência de mudanças nas alianças regionais ocorreu a partir da aproximação deste país com a União Soviética a partir de 1977 e da aproximação do Egito com os EUA. Toda a situação regional se tornou mais complexa, nos anos 1980, quando os Estados Unidos adotaram uma postura dúbia com relação ao Sudão e a Guerra Civil em andamento no país. Ao mesmo tempo em que os EUA apoiavam os separatistas eritreus na Etiópia, estes estabeleceram bases no sudeste do Sudão de onde atacavam as posições do governo etíope. Ao mesmo tempo, a CIA ajudava a Al Qaida a recrutar muçulmanos radicais no Sudão para lutar no Afeganistão contra a URSS, e para isto receberam apoio do governo de Cartum. O receio estadunidense com os guerrilheiros do Sul do Sudão se dava principalmente pela orientação marxista-leninista destes. Estes grupos recebiam apoio eventual da Etiópia, que por outro lado matinha uma postura também dúbia, buscando manter boas relações com o governo do Sudão.

A posição do Sudão de aproximação com a Líbia e sua postura contrária a guerra dos EUA contra o Iraque em 1991 levou a um crescente isolamento do governo de Cartum. Este por sua vez abrigou o quartel general da Al Qaida entre 1990 e 1996. E foi neste período que o governo sudanês passa a ser visto como uma ameaça aos interesses estadunidenses. Os guerrilheiros do Sul, ideologicamente órfãos do fim da Guerra Fria, na busca por uma nova identidade, passaram a se proclamar um grupo cristão na luta contra o governo muçulmano de Cartum. Esta postura rapidamente leva a uma aproximação das igrejas estadunidenses, que já mantinham grupos de missionários no país e passam a apoiar a causa dos “cristãos do Sul do Sudão”. O lobby das igrejas nos Estados Unidos leva o governo Clinton a impor um embargo econômico e comercial ao Sudão em 1997. E o embargo foi estabelecido a despeito de ferir interesses de grandes corporações petrolíferas como a Chevron, que passara décadas explorando petróleo no país e finalmente havia iniciado a prospecção deste. Após os atentados às

embaixadas americanas em Nairobi, no Quênia e Dodoma, na Tanzânia, o Sudão foi bombardeado pelos Estados Unidos, numa operação simultânea de ataque a supostos campos de treinamento de terroristas no Sudão e Afeganistão, que acabou incluindo o Iraque como alvo¹²⁴.

No geral pode-se dizer que a estratégia dos Estados Unidos no período pós Guerra Fria é profundamente influenciado pela busca por petróleo. Esta busca parece ter sido ampliada com o acirramento da competição mundial por petróleo, ampliada significativamente na última década. Também contribui o crescimento das empresas estadunidenses que exploram ou produzem petróleo na África, que passaram a pressionar o governo dos EUA em prol dos seus interesses. Tudo indica que o *lobby* destas grandes corporações foi central no fim das sanções impostas à Líbia em 2004, onde as empresas estadunidenses se viam privadas da exploração de reservas de quase 40 bilhões de barris onde são grandes os lucros das maiores corporações européias e de outras regiões do mundo.

4.3. A SEGURANÇA ENERGÉTICA CHINESA E O PAPEL DO PETRÓLEO AFRICANO

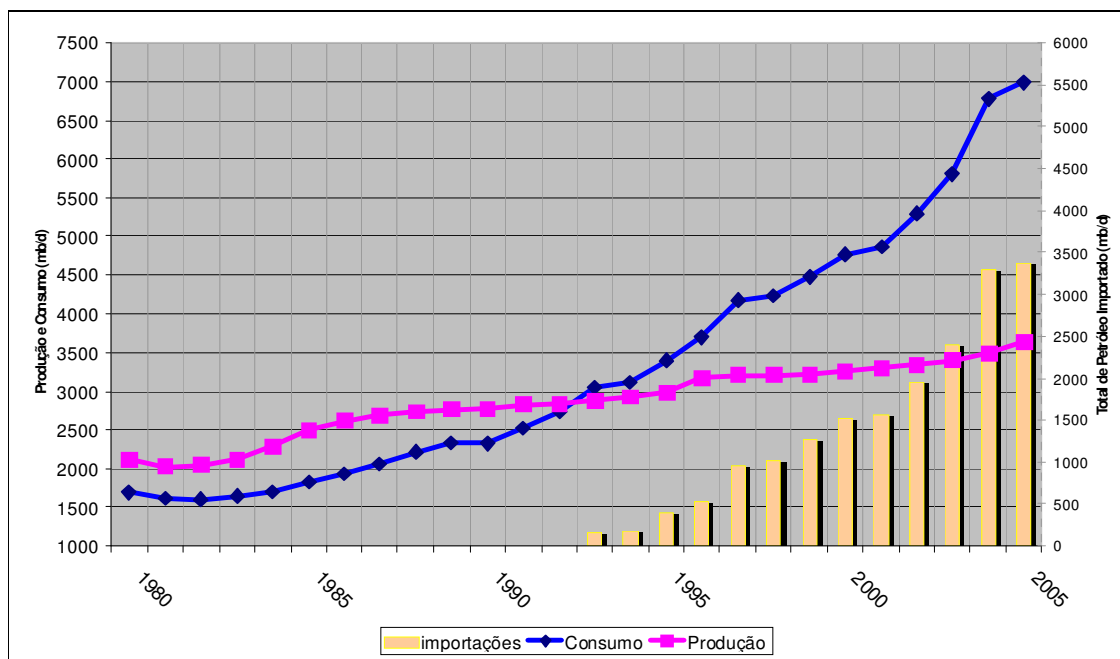
A China se manteve auto-suficiente em petróleo durante a maior parte da Guerra Fria. Esta vantagem lhe permitiu manter certa distância das crises petrolíferas dos anos 1970, ou mesmo posicionar-se de forma neutra em relação a alguns conflitos envolvendo países exportadores de petróleo, como na Guerra do Golfo em 1991, quando a China se absteve na votação sobre a formação de uma força internacional para expulsar o Iraque do Kuwait.

Entretanto, duas décadas de crescimento econômico acelerado e aumento do consumo de energia ainda mais rápido acabaram mudando esta postura. Podem-se identificar alguns marcos interessantes nestas mudanças, começando a partir de 1993, quando a China se torna um importador líquido de petróleo.

Como está expresso no Gráfico 4.2., a seguir, esse aumento nas importações líquidas (total anual em amarelo) cresceu aceleradamente desde 1993, sendo responsável por quase todo o aumento do consumo chinês desde então.

¹²⁴ Na ocasião, integrantes da comunidade árabe internacional reagiram com manifestações e duras críticas ao governo Clinton, acusando-o de bombardear populações civis inocentes para diminuir a atenção sobre o escândalo (**Comunidade árabe mostra sua ira contra americanos** JC On-Line, em 22/08/1998, disponível em: <http://www2.uol.com.br/JC/_1998/2208/in2208f.htm>.). Essas manifestações ocorreram porque os ataques realizados ordenados pelo então presidente, Bill Clinton, em 20 de Agosto de 1998 ocorreram três dias depois do depoimento em que o presidente admitiu ter mentido ao Congresso sobre seu relacionamento com Mônica Lewinski e no dia seguinte ao segundo depoimento desta ao Congresso. (ver sinopse feita pela Radiobrás em: <http://www.radiobras.gov.br/antecedentes/1998/sinopses_2108.htm>.). Na ocasião a fábrica de medicamentos de Shifa foi destruída sob a alegação de que era uma fábrica de armas químicas ("Sudão guarda más recordações do governo Clinton", 21/01/2001, Folha On-Line, disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u17986.shtml>>.).

GRÁFICO 4.2. – CHINA: CONSUMO, PRODUÇÃO E IMPORTAÇÃO DE PETRÓLEO



Nota: A produção e o consumo estão representados na escala da esquerda, enquanto a escala da direita corresponde ao volume total das importações por ano. Elaborado pelo autor a partir dos dados da *BP Statistical Review 2006* e *OPEC ASB 2005*

Quando o aumento do consumo já superava a produção há alguns anos, outra mudança ainda mais recente, talvez mais sutil porém igualmente interessante ocorreu, a saber, chegou ao limite o crescimento do volume das reservas. Até 2000 o volume total das reservas nacionais chinesas continuava crescendo ano a ano, quando atingiu a marca dos 17,94 bilhões de barris em 2000 e nos anos seguintes, mesmo com novas descobertas, estas não foram suficientes para repor as reservas consumidas, fazendo com que o volume destas entrasse em depleção. A redução anual fez com que já em 2003 as reservas chinesas ficassem em 17 bilhões de barris, o que significou uma redução de quase 1 bilhão em 3 anos.

Segundo a OPEP (*OPEC Interactive Annual Statistical Bulletin 2004, Table 33*) as reservas chinesas cresceram quase continuamente nas últimas décadas, de pouco mais de 13,3 bilhões de barris em 1980, para 15,9 bi. em 1990, e 17,9 bi. de barris em 2000, quando as novas descobertas não conseguiram mais recompor as reservas consumidas. O resultado foi uma redução lenta, porém constante, no volume destas reservas que em 2004 caíram para 17 bilhões de barris mesmo diante de todo o esforço empregado para procurar novos poços.

Considerando a relação temporal existente entre o auge ou pico das descobertas, o início da depleção das reservas¹²⁵, e o subsequente pico produtivo, este último pode ser considerado o

¹²⁵ Como já foi discutido, em diversos campos ou bacias petrolíferas, alguns anos ou décadas depois do pico das descobertas, atinge-se o pico produtivo. O pico produtivo pode durar alguns anos, mas geralmente depois deste a produção entra em

principal ponto de inflexão na estratégia chinesa em busca de segurança energética. Pois marca o momento em que a busca pela auto-suficiência é superada diante da percepção de que o país havia chegado ao limite máximo de crescimento das suas reservas. Isto passou pelo reconhecimento de que para garantir a expansão futura do consumo se tornara necessário assegurar fontes externas de fornecimento.

Esta interpretação parece ser confirmada pela atuação chinesa. Mesmo tendo se tornado um importador líquido já em 1993, parece que apenas com o início da depleção de suas reservas em 2000-2001, a China se tornou mais agressiva na sua busca pelo petróleo estrangeiro.

Existem outras explicações possíveis para essa mudança na atuação chinesa após 2000-2001, como o aumento dos preços no mercado internacional, ou até uma reação a uma busca também mais agressiva por parte de outras potências importadoras. Também pode ser citada a maturidade adquirida pelas empresas chinesas que, nos primeiros anos da sua expansão além-mar procuravam investir mais na aquisição de poços com a prospecção já em funcionamento, ou no máximo com reservas já provadas, mas que após alguns anos de experiência e know-how adquirido, passaram a arriscar mais e investir em exploração de novos poços. Mesmo assim, o início da depleção do volume total das reservas nacionais chinesas parece ser determinante nestas mudanças.

Apesar de certas flutuações, entre 1993 e 2000 as reservas chinesas cresceram de 16,4 para 17,9 bilhões de barris de petróleo, o que dava aos planejadores chineses uma possibilidade (estreita) de contar com possíveis novas descobertas no país, que poderiam ocorrer num ritmo que permitisse não só a recomposição do volume total das reservas, mas até mesmo a continuidade do seu crescimento.

Com o início da depleção destas reservas e a projeção de uma produção máxima por volta de 3.8 milhões de b/d para 2015¹²⁶, ficou claro que a China não poderia mais planejar seu desenvolvimento com base no aumento da produção doméstica, mas sim, deveria tentar assegurar o fornecimento externo. Especialmente diante da estimativa de que depois de 2020 sua produção também deverá entrar em depleção.

Assim, após 2000-2001 a China se lança numa ampla busca por petróleo para suprir um crescimento explosivo da demanda energética que se acumula há quase duas décadas. E a segurança energética passou a influenciar decisivamente a inserção externa do país, assim como seus alinhamentos diplomáticos. Enquanto a China se manteve auto-suficiente em petróleo

depleção, sendo difícil revertê-la a não ser que sejam feitas novas grandes descobertas de petróleo. O tempo necessário para começar a depleção depende do tamanho das reservas, mas principalmente no volume da produção anual. No caso chinês as projeções colocam o pico produtivo para meados de 2010 a 2015, com o início da depleção entre 2015 e 2020.

¹²⁶ Segundo a OPEP (OPEP Outlook to 2005) a atual produção chinesa de 3.2 Milhões de b/d deverá aumentar para cerca de 3,8 em 2015, mantendo-se neste patamar até por volta de 2020 quando começa a cair, atingindo cerca de 3.6 milhões de b/d a partir de 2025.

(durante a maior parte da Guerra Fria) possuía uma vantagem estratégica que lhe permitia não apenas manter-se a certa distância das crises petrolíferas dos anos 1970, como posicionar-se diplomaticamente de forma neutra em relação aos principais conflitos envolvendo países exportadores de petróleo no Oriente Médio. Mesmo na Guerra do Golfo em 1991, a China se absteve na votação sobre a formação de uma força internacional para expulsar o Iraque do Kuwait. Mais recentemente a China vem se esforçando para impedir a imposição de sanções ao Sudão, inclusive usando o poder de veto no Conselho de Segurança da ONU.

A África é a segunda região que mais forneceu petróleo à China em 2005 (ver Tabela 4.6. a seguir) e segundo as estimativas em 2006 deve fornecer 30% do petróleo importado pelo país.

TABELA 4.6. – PRINCIPAIS REGIÕES FORNECEDORAS DE PETRÓLEO PARA A CHINA EM 2005 (EM MILHÕES DE BARRIS DIÁRIOS)

Região	Oriente Médio	África	Ásia-Pacífico	Ex-URSS	América do Sul	NAFTA & Europa	<i>Total</i>
x 1000 Bbl	1.360	773	723	398	107	20	3.384

Fonte: BP (2006) Statistical Review Full Report Workbook 2006 - Historical Data Series – Oil Inter-Area Moviment.
OBS: Ásia Pacífico inclui Oceania, América do Sul inclui Caribe

Com o país importando praticamente metade do petróleo que consome, o problema da equação de segurança energética chinesa passou a ser central. Por isso se faz necessário o aprofundamento e uma análise mais rigorosa desta questão, assim como das preocupações chinesas com possíveis cenários de interrupção do fornecimento petrolífero estrangeiro.

Como destaca Daojiong (2006), diferente de outros grandes consumidores de petróleo, a China não sofreu nenhum caso de corte brusco no fornecimento de petróleo na sua história recente. Nem pela interrupção do fluxo vindo de seus principais fornecedores nem por grandes crises no mercado mundial. Isso porque após a China se tornar um importador líquido de petróleo (em 1993) não aconteceu nenhum tipo de corte de fornecimento das grandes zonas produtoras, como os que ocorreram nas décadas anteriores. Isso dificulta um pouco mais a tentativa de avaliar os possíveis efeitos deste tipo de evento na economia e sociedade chinesa.

Mas as preocupações chinesas com possíveis interrupções tem sido constantes, e abrange vários tipos de cenários possíveis. Estes vão desde um possível corte na produção de um grande produtor global como a Arábia Saudita, que significaria 9 milhões de barris por dia a menos no mercado mundial, até o corte em algum grande fornecedor chinês como Irã, Sudão ou Angola, o que afetaria mais diretamente a China. Na hipótese de um colapso envolvendo um único fornecedor, em tempos de paz, provavelmente o mercado global de petróleo absorveria pequenos cortes como os que ocorreram na Venezuela em 2003.

O risco de um corte deste tipo também inclui cenários onde guerras regionais causem a interrupção do fluxo de petroleiros em algum estreito ou *chokepoint*, como Ormuz ou Malaca. Inclui também o cenário que talvez seja a maior preocupação chinesa, de um possível bloqueio naval por parte dos EUA, no caso de uma guerra envolvendo Taiwan (ZICHUAN, 2006).

Estas preocupações estariam entre as razões que levam a China a construir grandes gasodutos e oleodutos atravessando o país, mesmo que estes sejam aparentemente inviáveis do ponto de vista econômico (DAOJIONG, 2006, pg. 7-9). Tanto os dutos vindos das zonas produtoras do nordeste do país, como vindos da Rússia ou Ásia Central, teriam que atravessar milhares de quilômetros até os grandes centros consumidores do Leste e Sudeste do país.

Apesar da ciência de que numa guerra de larga escala, envolvendo ataques diretos à China, tanto os petroleiros podem ser interceptados por uma marinha estrangeira, como os oleodutos atacados por bombardeios aéreos (DAOJIONG, 2006), a opção pela segurança de grandes dutos cortando o país parece ser mais viável para assegurar o fornecimento nacional no caso de um bloqueio naval. Principalmente porque garantiria o fornecimento de petróleo e gás importado da Ásia Central, mesmo diante de um bloqueio naval prolongado.

Um estudo minucioso sobre a vulnerabilidade chinesa frente a embargos comerciais ou bloqueios navais foi feito por Bruce Blair, Chen Yali e Eric Hagt e exposto em artigo de 2006. Estes autores analisam os efeitos econômicos sobre a China de dois cenários onde ocorreriam cortes parciais no fornecimento petrolífero chinês. No primeiro cenário os autores trabalham com a hipótese do colapso da produção petrolífera saudita e no segundo com um bloqueio naval direto imposto pelos EUA.

No primeiro cenário, a interrupção total do fornecimento saudita não se restringe a China, mas afetaria todo o mercado mundial. Blair, Yali & Hagt (2006) calculam que um corte na produção saudita, da ordem de 8,7 milhões de barris por dia, resultaria em 7 milhões de b/d a menos no mercado mundial, partindo do princípio que o mercado absorveria a diferença, na medida em que, os demais países exportadores conseguissem aumentar sua produção e o fornecimento em pelo menos 1,2 milhões de barris diários. Considerando o consumo mundial de 83,8 milhões de b/d, esta redução abrupta de 9% resultaria em um aumento inicial de 120% a 180% nos preços do barril de antes da crise. Como os autores calculam o preço do barril pelo cenário mais otimista de 2004, este valor inicial é de US\$ 35,00. A partir deste valor inicial, este colapso na produção saudita resultaria em preços da ordem de US\$ 77,00 a US\$ 98,00 por barril.

Antes de realmente calcular os efeitos desse aumento na economia chinesa, Blair, Hagt & Yali (2006, pg. 47-51) destacam que é difícil prever exatamente os efeitos de longo prazo, mas citam que estudos da CNPC para este tipo de cenário indicaram que um aumento da ordem de

120% a 180% nos preços mundiais resultaria em uma redução absoluta no crescimento do PIB de 1,2 a 1,8%. Outro estudo semelhante, feito pelo Departamento de Energia dos EUA calcula que a economia estadunidense enfrentaria uma redução semelhante, da ordem de 0,6-0,9% num primeiro ano de aumento dos preços e de 1,2-1,8% num segundo ano. Ou seja, os EUA teriam uma capacidade de absorver mais facilmente choques nos preços petrolíferos num primeiro ano de aumento dos preços, passando a enfrentar a mesma taxa de redução do PIB que a China num segundo ano de manutenção de preços altos. Os autores destacam que a diferença estaria tanto na maior eficiência energética dos EUA em relação a China, por esse possuir Reservas Estratégicas de petróleo muito superior as chinesas e pela maior flexibilidade do seu mercado em substituir petróleo por outros produtos em situações críticas.

Porém, diferentemente destes estudos da CNPC e do EIA-DOE, Blair, Hagt & Yali (2006, pg. 48-49) argumentam que num cenário deste tipo, um aumento dos preços na faixa de 120-180% resultaria em um impacto negativo no PIB chinês de um intervalo maior, da ordem 1,47% a 2,93%, sendo mais provável algo na faixa de 1,5% a 2,2%. Tomando como ponto médio uma redução de 1,85%, os autores calculam que o crescimento regular do PIB chinês, de 9,5% seria reduzido para 7,65%. Mesmo no pior cenário, com redução de 2,93%, o PIB chinês cresceria 6,57%, ficando acima dos 5% que os autores consideram o mínimo necessário para absorver a mão-de-obra excedente, evitando tensões sociais e instabilidade política num país como a China.

Contudo o segundo cenário construído por Blair, Hagt & Yali (2006, pg. 51-53) é ainda mais complexo e incerto. Como os autores destacam, a própria possibilidade de um bloqueio naval imposto pelos Estados Unidos, que impedisse, por exemplo, todo o fluxo de petróleo do Oriente Médio para a China, é muito remota. Mesmo que a marinha estadunidense conseguisse bloquear todo o petróleo que passa pelos estreitos de Ormuz e Áden, vindo do Golfo Pérsico e Mar Vermelho, e isto representasse 60% do fornecimento externo chinês, os autores trabalham com a possibilidade de que isso só resultaria num corte de um terço do consumo total da China.

Considerando o caso mais otimista, onde este cenário não gerasse instabilidade no mercado global, e todo o petróleo bloqueado voltasse normalmente ao mercado mundial, provocando uma queda nos preços do barril, do valor inicial de US\$ 35,00 para a faixa de US\$ 21,00 a US\$ 14,00/barril, e mesmo que a China aumentasse sua produção interna de gás e carvão, o PIB chinês sofreria uma redução de 5,4% a 10,8%. Isto significa que, no melhor cenário possível, o crescimento do PIB de 9,5% seria transformado em algo entre 4,1% a -1,3%, ou seja, a economia chinesa estaria longe de quebrar.

Como os próprios autores destacam, estes cálculos aparentemente simples estão envolvidos na dificuldade de se construir cenários com diferentes tipos de problemas possíveis. Além disso estes cálculos não incluem a possibilidade de que os preços não caiam, mesmo com o excedente de petróleo bloqueado da China voltando ao mercado mundial. A possibilidade de que a China reaja a este tipo de bloqueio pode tornar o cenário ainda mais complexo. Como Blair, Hagt & Yali reconhecem, o possível engajamento da China em uma economia de guerra já alteraria todo o cenário. O que é mais importante deste estudo é que permite demonstrar que os efeitos do colapso na produção saudita seriam mínimos para a economia chinesa, e mesmo o cenário de um bloqueio naval não significa que a economia chinesa seria destruída¹²⁷ no curto prazo (1 ano).

Este estudo de Blair, Yali e Hagt, parece reduzir (ou quase eliminar) uma argumentação que alimenta o medo de estrategistas estadunidenses de que, num cenário de crise regional e corte parcial do fornecimento, a China possa vir a se envolver militarmente em uma região petrolífera de interesse vital para os EUA. Alguns estrategistas americanos consideram não apenas possível, mas provável, que uma guerra que gere a interrupção na produção de algum grande fornecedor chinês, por exemplo, no Oriente Médio, faça com que a China se sinta pressionada a agir em defesa dos seus interesses, desencadeando um envolvimento militar direto na região. Isso ameaçaria interesses estratégicos vitais dos EUA e poderia envolver os dois países numa grande guerra¹²⁸.

Dentre outros motivos, este pode ser um dos fatores que levam os Estados Unidos e a Agência Internacional de Energia a pressionar a China nos últimos anos para que esta construa suas próprias reservas estratégicas de petróleo, ou mesmo que colabore mais com a Agência Internacional de Energia. Isso porque as atuais¹²⁹ reservas chinesas permitiriam ao país manter apenas 7 dias de seu consumo, o que é considerado insignificante pelos padrões da AIE. Apenas a título de comparação, atualmente o Japão possui reservas estratégicas que lhe permitiriam manter o consumo regular por mais de 100 dias de bloqueio sem grandes problemas.

Assim, a busca dos planejadores chineses por segurança energética para o futuro tem sido incessante. Aumentar o número de fornecedores de petróleo, aumentar a eficiência no uso deste e tentar reduzir a dependência do petróleo na matriz energética, especialmente na produção de eletricidade, são algumas das alternativas, porém sem se apresentarem como soluções definitivas nem estanques. Mas frente à perspectiva de que o país venha a importar quantidades cada vez mais gigantescas de petróleo, a custos talvez ainda maiores, todas as alternativas vêm sendo consideradas.

¹²⁷ Como temem muitos dos estrategistas chineses.

¹²⁸ Um cenário deste tipo será discutido a seguir.

¹²⁹ Considerando as reservas que a China possuía em 2005. Em 2006 estas estão sendo ampliadas.

Neste contexto, duas grandes estratégias chinesas são vitais e merecem ser discutidas aqui, a saber, a busca para aumentar a independência energética, com o aumento da produção de eletricidade e de combustíveis líquidos não tradicionais como o óleo derivado do carvão e a tentativa de garantir o fornecimento de petróleo pelo maior número possível de produtores. Isto inclui diversos países africanos que, em conjunto, formam uma parcela das mais importantes nas atuais importações chinesas.

Antes de discutir esta estratégia de assegurar o petróleo importado, se faz necessário analisar a busca para aumentar a independência energética, suas possibilidades e limites, inclusive para que se possa verificar o quanto a energia importada deverá continuar sendo importante¹³⁰. Além de acelerar as obras da maior usina hidrelétrica do mundo¹³¹, a China tem atualmente o maior projeto de construção de novas usinas eólicas do mundo. Se totalmente implementado, o país deverá ter cerca de 16% de sua eletricidade produzida com a força dos ventos em 2020, o que significará 30.000 MW, ou o equivalente a quase metade de toda a eletricidade produzida no Brasil atualmente (WINNING, D. “China Three Gorges Corp To Set Up Wind Farm Enter Market”, 28/11/2006).

Os esforços para utilizar combustíveis alternativos também vêm se intensificando. A China vem fechando acordos para importação de óleo de palma do sudoeste asiático, visando produzir biodiesel. A importação de álcool do Brasil também está entre as alternativas, mas a reduzida capacidade brasileira para exportar este tipo de combustível dificulta qualquer estratégia mais concreta. Além disso, tanto a tecnologia do álcool combustível como do biodiesel ainda são relativamente pouco difundidas na China e, mesmo não sendo derivados de petróleo, continuam sendo combustíveis importados.

O carvão mineral tem sido apontado como a alternativa nacional mais interessante, desde que sejam usadas tecnologias mais eficientes do que sua simples queima em termelétricas, e indústrias. Uma opção considerada eficiente é a transformação do carvão em óleo sintético, também chamado de petróleo sintético, através da técnica de liquefação do carvão ou CTL (*Coal to Liquids*). A liquefação do carvão é uma técnica conhecida há várias décadas, tendo sido utilizada em larga escala pela primeira vez na Alemanha durante a Segunda Guerra Mundial. Chegou a ser considerada a grande saída tecnológica para a crise petrolífera dos anos 1970 pelo governo estadunidense, mas nunca se manteve como uma alternativa economicamente viável por muito tempo. Ainda mais se comparado ao petróleo, que teve seu preço por do barril reduzido substancialmente a partir de meados dos anos 1980 e durante quase toda década de 1990.

¹³⁰ Na realidade o objetivo é demonstrar que estas opções não são suficientes, mesmo que sejam interessantes, as alternativas nacionais não impedirão que a China importe quantias cada vez maiores de petróleo.

¹³¹ Quando estiver funcionando plenamente, a usina hidrelétrica de Três Gargantas, no rio Yang-Tsé, deverá ser a maior do mundo.

Na África do Sul, as primeiras usinas de liquefação de carvão foram criadas nos anos 1950. Alvo do embargo da OPEP nos anos 1970, o país ampliou seus esforços tecnológicos nesta área. Hoje a Sasol Limited, maior empresa produtora deste tipo de óleo sintético no mundo, mantém usinas termoelétricas movidas a gás de carvão, como a que abastece a Cidade do Cabo, além de produzir óleo diesel, gasolina, querosene e mais de 20 subprodutos típicos do petróleo, como eteno, propeno e outros, retirados do carvão. Ao todo a Sasol já produziu 1,5 bilhão de barris de óleo a partir do carvão mineral e é reconhecida como empresa líder neste setor.

Nos últimos anos, com o aumento do preço do barril, este tipo de alternativa voltou a ser considerada viável para substituir pelo menos parcialmente o consumo de petróleo, principalmente com o preço deste se mantendo acima dos US\$ 50,00 por barril e oscilando entre US\$60,00 e US\$ 70,00 no último ano. Analistas defendem que o custo da produção de petróleo sintético a partir do carvão se manteria viável mesmo com o preço do barril caindo a US\$ 40,00.

Além de tornar o carvão parte da matriz de combustíveis disponíveis para transporte automobilístico, a produção de óleo a partir do carvão é considerada uma alternativa menos poluente do que a queima direta do carvão em termoelétricas. Mas, principalmente, é uma alternativa baseada em recursos energéticos próprios, já que a China é o maior produtor mundial de carvão com 2.226 Mt (IEA, Key World Energy Statistics 2006, pg. 15), possuindo reservas de carvão avaliadas em 114.500 Mt (IEA World Energy Outlook 2004, pg. 175)

Com previsão para entrar em funcionamento já em 2007 a China busca acelerar a construção do que será sua primeira usina de liquefação de carvão mineral, com capacidade de produção para 60 mil b/d de óleo. Outras duas usinas, com a tecnologia sul-africana, também conhecida como Fischer-Tropsch, deverão entrar em funcionamento nos anos seguintes, uma na província de Shaanxi e outra na região autônoma de Ningxia¹³². Ao custo estimado de US\$ 5 bilhões cada usina, a previsão é de que estas tenham capacidade de produzir 80.000 b/d cada.

Para concretizar este projeto é que o grupo Shenhua Corporation, maior produtor de carvão da China, assinou uma *joint-venture* com a empresa sul-africana Sasol Ltd, incluindo cooperação e transferência tecnológica. Resultado de negociações iniciadas durante a visita do Vice-Presidente chinês Zeng Qinghong à África do Sul, em junho de 2005 os estudos de viabilidade realizados pela Sasol foram concluídos ainda em 2005. Os planos chineses são de construir 27 usinas com diferentes tecnologias¹³³ de liquefação de carvão até 2020. Isto

¹³² "Sasol and Chinese sign landmark coal-to-liquids agreement", SASOL NEWS, 22/06/2006. Disponível em <http://www.sasol.com/sasol_internet/frontend/navigation.jsp?articleTypeID=2&articleId=14900002&navid=4&rootid=4>.

¹³³ Os dois principais processos de transformação de carvão mineral em óleo atualmente em uso são a liquefação direta ou indireta também conhecida como Fischer-Tropsch (F-T), que é a tecnologia sul-africana. Para mais detalhes ver: Williams, Robert H. and Larson, Eric D. (2003) A comparison of direct and indirect liquefaction technologies for making fluid fuels from coal. *Energy for Sustainable Development VII*, December 2003, 103-129. Disponível em: <<http://www.ieiglobal.org/ESDVol7No4/dclversussicl.pdf>>.

permitiria alcançar a produção de 1 milhão de b/d de óleo equivalente, correspondendo a cerca de 10% das necessidades chinesas de petróleo previstas para esta data.

Como fica claro, nem o aumento espetacular da geração de energia elétrica com fontes renováveis, nem a produção de óleo de carvão parecem indicar que a China terá plena Segurança Energética. Nenhuma destas alternativas sozinha assegura a auto-suficiência energética chinesa, nem o conjunto delas parece poder fazê-lo. Assim, a necessidade de garantir o maior número possível de fornecedores, que sejam preferenciais e cujo fornecimento não seja cortado por motivos políticos, parece ser a estratégia mais atraente.

Mudanças recentes nos volumes totais importados e sua origem fazem com que se torne fundamental o reconhecimento da importância que a África, especialmente sua porção Subsaariana, assumiu como grande região fornecedora de petróleo para a China e deverá continuar ocupando no futuro. É nesse contexto que se torna fundamental analisar a atuação do Governo de Pequim e das empresas chinesas nesta busca por petróleo na África Subsaariana.

4.4. A ESTRATÉGIA CHINESA PARA A ÁFRICA

A presença das empresas petrolíferas chinesas são um interessante indicador para avaliar o crescimento da influência da China na região, mas também desta busca por segurança energética. Como as maiores petrolíferas chinesas são estatais ou semi-estatais, a relação política entre o governo chinês e os governos dos países onde estas se instalam, acaba sendo mais direta. Da mesma forma, o interesse do Estado chinês acaba sendo mais claramente refletido na atuação destas empresas, do que se fossem empresas privadas.

A Sinopec não apenas é a maior companhia energético-petroquímica da China como é a maior do setor na Ásia¹³⁴. Também é a maior produtora de derivados/refinados petrolíferos no país e a terceira maior produtora chinesa de gás e petróleo. Explora e produz em 19 províncias, regiões ou ZEEs (Zonas Econômicas Especiais), quase todas no litoral, sul, sudeste e leste do país, além de uma zona produtora no noroeste (Sinxuan-Chongqing). Em 2005 a empresa vendeu 105 milhões de toneladas de produtos refinados de petróleo, o equivalente a 52,1% do total refinado no país naquele ano. O valor total do comércio exterior da empresa foi de US\$34,3 bilhões, sendo US\$ 31,85 bilhões em importações para a China.

Esta empresa chinesa está presente no norte da África, na Argélia, além de Angola, Gabão, Congo-Brazzaville e Sudão. Neste último a empresa possui uma participação minoritária (6%) de um consórcio que controla os 2 maiores blocos atualmente em produção e do qual também participa a CNPC. É interessante notar que o bloco 3/80 em Angola estava concedido a

¹³⁴ Ver a já citada lista da *Fortune 500*, de 2006.

Total, e após o governo chinês liberar um empréstimo de US\$ 2 bilhões ao governo angolano foi vendido à Sinopec. Ainda em 2005 a empresa adquiriu metade do Bloco 18, onde já investiu US\$ 1,5 bilhão. Em Março de 2006 a Sinopec anunciou o investimento de US\$ 3 bilhões em parceria com a Sonangol na construção de uma nova refinaria, projeto este que vinha sendo disputado por empresas estrangeiras há alguns anos e até hoje não foi concretizado. Apenas em 2006 a Sinopec adquiriu participação em mais 3 novos blocos de exploração em Angola, com participação de 20%, 27,5% e 40% (“Sinopec investe mais no petróleo angolano” Ponto Final Diário de Macau, 15/06/2006).

A segunda maior companhia petrolífera chinesa é a CNPC, ou China National Petroleum Company. Sua subsidiária, a Petrochina, além de ser a maior produtora *onshore* de gás e petróleo, é operadora do maior complexo de gasodutos e oleodutos do país. Os investimentos da CNPC no exterior começaram em 1996 quando adquiriu a concessão da Chevron quando esta deixava o Sudão. Neste país a CNPC passou a deter 41% dos blocos 3 e 7, sendo também a operadora do *Greather Nile Producing Consortium* (GNPOC), que controla os citados blocos.

A China National Offshore Oil Corporation, ou CNOOC, é a terceira maior petrolífera chinesa, responsável pela maior parte da produção offshore de petróleo e gás natural do país. Também é a maior responsável pela construção e operação de terminais de GNL na China, operando o segundo maior complexo petroquímico do país, depois da Sinopec.

A CNOOC é a empresa chinesa que mais tem explorado campos em novas fronteiras de produção, geralmente em países que começaram a oferecer concessões de blocos apenas recentemente, como Níger, Mali, Mauritânia e Etiópia. Também participa de blocos que já estão produzindo, como em Angola, Nigéria, Gabão e Guiné Equatorial, a maior parte destes *offshore*. Em 2005 esta empresa adquiriu por US\$ 2,3 bilhões a participação de 45% no OML 130 na Nigéria, também conhecido como campo de Akpo, localizado próximo a JDZ com São Tomé & Príncipe. O volume das reservas deste campo é estimado em 600 milhões de barris e 2,5 trilhões de pés cúbicos de gás, sendo promissor a novas descobertas.

Fundada em 1979, no contexto das reformas econômicas do governo de Deng Xiaoping, a China International Trust & Investment Corp (CITIC) passou por sucessivas mudanças organizacionais ao longo das últimas décadas, principalmente nos anos 1990 (CITIC Company History, 2006). O crescimento da empresa que atua em setores diversos como financiamento de projetos de infra-estrutura e produção industrial, passou para um outro patamar no século XXI, com o início dos investimentos internacionais, que incluem novas linhas no metrô iraniano de Teerã, ferrovias na Malásia, construção civil e telecomunicações. Neste quesito a CITIC merece destaque para a transmissão de televisão digital no leste da Rep. Popular da China, Hong Kong,

Macau e Taiwan, num processo impulsionado pelo lançamento do satélite AsiaSat 4 em 2003 (CITIC Product and Service, 2006). A empresa possui investimentos no setor de telecomunicações na Nigéria, cujo programa espacial já recebeu US\$ 200 milhões em empréstimos chineses para o desenvolvimento do segundo satélite nigeriano.

O investimento no setor petrolífero ganhou destaque apenas recentemente, quando em 2004 a CITIC adquiriu 40% da empresa canadense, Ivanhoe Energy of Canadá, numa *joint-venture* com a Petrochina, subsidiária da CNPC (China National Petroleum Corporation). Também em parceria com a CNPC, a CITIC participa com metade da recente aquisição de 50% do campo H, ou seja 25%. Este campo é o maior do Chade, sendo composto por 7 bacias petrolíferas.

De uma forma geral, as empresas estatais chinesas tiveram um crescimento muito acelerado, tanto no número de países em que estão presentes na África, na quantidade de blocos que estão explorando e produzindo e no aumento do volume total de produção.

O crescimento chinês em Angola talvez tenha sido mesmo o mais importante. Como os Estados Unidos, a China começou a se aproximar do governo angolano, do MPLA, a partir de 1988 dos mais espetaculares, inclusive importando pequenas quantias de petróleo já em 1989. Porém somente depois de 2000 é que a relação entre China e Angola se tornou realmente estreita. Como foi exposto no capítulo 3, as importações de petróleo chinesas deste país saltaram de US\$ 528 milhões em 2001, para US\$ 5.590,0 milhões em 2005 ou seja, praticamente 11 vezes mais (em valor absoluto), tanto que em 2005 a China já importava 24,75% da produção angolana, que havia aumentado naquele ano para quase 1,5 milhão de barris diários. Este aumento no valor das importações de mais de 1000%, ocorreu no mesmo período em que o valor das importações estadunidenses cresceu 120%. Se os Estados Unidos importava metade do petróleo angolano no fim dos anos 1990, esta participação hoje caiu para quase ¼, a mesma quantia que hoje a China importa. Este sucesso relativo em Angola não se repetiu da mesma forma com a Nigéria, que não ampliou tanto assim as exportações para a China, mesmo diante dos benefícios oferecidos (empréstimos e investimentos). Mesmo assim as empresas chinesas passaram a adquirir mais campos petrolíferos nigerianos em 2005 e 2006 do que faziam antes.

Esta facilidade com que a China vem ampliando sua presença no continente não se deve apenas a sua busca por petróleo. Uma das razões é que é uma potência vista de forma amigável por muitos países africanos, tanto por não interferir diretamente na política interna como por não exigir nenhum tipo de “atestado ideológico” como o governo dos EUA acaba exigindo de seus novos aliados (FORD 2006; VERSI 2006, pg. 17-18). Isto ocorre também porque o país assume déficits comerciais com o continente africano, muitas vezes planejados, além de realizar

investimentos pesados e transferir tecnologias que muitas vezes os países ocidentais se recusam a transferir, como no caso da cooperação aeroespacial com a Nigéria.

Diferentemente os Estados Unidos, que evita empréstimos diretos, exigem que medidas de contenção dos gastos sejam tomadas para que o FMI faça estes empréstimos. Além disso o perdão das dívidas de países africanos anunciados na última reunião do G-8 foi condicionado a medidas semelhantes de redução e transparência dos gastos (FEE, 2006; ENCINA 2006).

O comércio entre a China e o continente africano tem aumentado vertiginosamente. Em 2005 ultrapassou os US\$ 42 bilhões e as estimativas são de que ultrapasse US\$ 50 bilhões em 2006, podendo se tornar o maior parceiro comercial da África já em 2007, superando os Estados Unidos. Em 2005 a China perdoou US\$ 1 bilhão em dívidas de países africanos, o que voltou a fazer neste ano, durante o Fórum China-África (Novembro-2006), onde Hu Jintao prometeu dobrar a ajuda ao continente, oferecendo mais US\$ 5 bilhões em crédito para os próximos 3 anos, sendo US\$ 3 bilhões em empréstimos preferenciais, além de dobrar o número de produtos africanos isentos de importação na China. Como resultado destas iniciativas, as projeções chinesas são de que o comércio China-África chegue a US\$ 100 bilhões em 2010 (“China promete duplicar ajuda a África”. BBC News, 07/11/2006; AIZHU, Chen & BECK, Lindsay, 2006, “Encontro China-África termina com acordos e promessa de ajuda”).

Enquanto isso, a única grande exigência chinesa tem sido o reconhecimento diplomático de uma só China, em detrimento de Taiwan (FEE, 2006, FORD, 2006). O mais recente caso deste tipo é justamente um dos novos exportadores petrolíferos, o Chade, onde em 2005 a CNPC e a CITIC compraram metade do grande bloco H e em Agosto de 2006 passou a reconhecer a República Popular da China como única China (BBC NEWS, “Chad chooses China over Taiwan”, 07/08/2006; CHINA DAILY, “Chad cuts diplomatic ties with Taiwan”, 06/08/2006).

E enquanto continua investindo pesado no setor petrolífero, o governo chinês já concedeu dois empréstimos de US\$ 2 bilhões para Angola em apenas 2 anos¹³⁵, para reconstruir a infraestrutura física do país. A Nigéria também recebeu um empréstimo de US\$ 1 bilhão para a reconstrução de sua infra-estrutura de transportes, da mesma forma que Angola, fiançado no pagamento facilitado em petróleo (FORD, 2006). Dezenas de empresas chinesas estão construindo ferrovias, estradas, hidrelétricas e infra-estrutura elétrica em Angola, Zimbábue, Quênia, Etiópia e Sudão. A China fechou ainda acordos para desenvolvimento da indústria pesqueira com Namíbia e Gabão, do setor agrícola na Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue. Neste último está inclusive construindo uma usina termoeletrica (VERSI 2006, pg. 16)

¹³⁵ O primeiro em 2004 e o segundo neste ano de 2006. Outros empréstimos menores, concedidos a países como Gabão e Quênia, ocorreram em visitas oficiais de líderes chineses, particularmente do presidente e vice-presidente chinês a estes países em 2005 e 2006.

Além disso, várias empresas chinesas do setor de telecomunicações como a ZTE Corporation e o conglomerado CITIC vêm ampliando sua presença na África Subsaariana. (FEE, 2006; FORD 2006, pg. 21; ENCINA 2006). Só em Angola a ZTE anunciou investimentos de US\$ 400 milhões este ano. Por isso Ford (2006, pg. 21) cita que fica cada vez mais difícil as companhias petrolíferas privadas competirem com as estatais chinesas, que atuam de forma coordenada e acabam oferecendo benefícios que nenhuma empresa petrolífera sozinha poderia oferecer, como os citados empréstimos e investimentos em infra-estrutura. Versi (2006, pg. 16) estima em 1000 empresas chinesas atuando em todo o continente.

Além de todos esses investimentos, a China tem declarado, ao menos publicamente, o apoio à inclusão de países africanos como membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU. Tem tomado posições comuns à União Africana em questões como o conflito no Sudão onde se posicionou contra o envio de tropas da ONU sem um pedido do governo sudanês e apoiou o envio de tropas da UA. Além disso, a China enviou tropas em missões de paz da ONU a países africanos como Libéria.

Este quadro demonstra que o engajamento chinês na África não se resume ao petróleo, apesar de tudo indicar que este é o principal vetor por onde passam muitos dos interesses chineses, especialmente o de assegurar sua segurança energética.

O estabelecimento de laços diretos, as visitas de líderes chineses à África e africanos à China, além da realização das conferências sino-africanas e a ajuda financeira e técnica chinesa a diversos países africanos, indicam que esta presença não deve ser meramente temporária no continente.

A boa aceitação da maioria dos líderes africanos, deste crescimento chinês no continente, parece ser sinal da busca desses países por autonomia e soberania. Ao tentarem equilibrar sua dependência secular do mundo ocidental, primeiro Europa e depois Estados Unidos, consolidando uma aproximação com a China, os países africanos parecem realmente estar ganhando muito mais do que perdendo.

A China, por seu lado, tem demonstrado habilidade em ganhar com esta conjuntura de disputas, principalmente em ampliar as bases empresariais e as alianças políticas que considera necessárias para assegurar seu fornecimento externo de petróleo e assim fortalecer sua Segurança Energética.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como foi exposto ao longo desta dissertação, o petróleo não apenas está presente em muitos dos países onde hoje há instabilidade política na África Subsaariana, mas é um objetivo de disputas centrais na maior parte desses conflitos. Pode-se concluir que o petróleo é a maior causa de instabilidade nos países subsaarianos produtores deste recurso, na medida que é alvo de disputas entre os atores regionais, como Estados e grupos insurgentes locais e entre atores globais, como as corporações petrolíferas e principalmente as grandes potências mundiais.

Regionalmente vale destacar que o problema das disputas por petróleo não se restringe ao nível nacional ou subnacional, apenas na forma de conflitos entre regiões distintas do mesmo país. Normalmente estes conflitos sofrem interferência de outros países vizinhos, como o caso da relação Sudão e Chade, onde um país apóia grupos guerrilheiros rebeldes no outro. O transbordamento desses conflitos aos países vizinhos muitas vezes se estende às redes de alianças regionais e acaba envolvendo não apenas as principais potências regionais, como África do Sul e Nigéria, mas também potências não africanas.

Além disso, as disputas pela delimitação de fronteiras terrestres ou marítimas, entre países produtores de petróleo, estrutura uma dinâmica securitária regional que é única na África Subsaariana. Apesar de o envolvimento regional criar dois complexos petrolíferos regionais distintos, o Golfo da Guiné e o Chifre da África, as diferentes dinâmicas securitárias de uma região interagem, logicamente de forma menos intensa do que dentro de cada complexo. Estas interações ocorrem tanto pela ação e interesses de grandes potências, como pela aproximação de governos locais. Isto ocorre, por exemplo, pelo apoio de governos como o da Nigéria ao governo do Sudão¹³⁶, ou pelo transbordamento de conflitos nacionais para terceiros países, como o já citado caso do Chade e do Sudão. Ainda neste contexto regional, esta aproximação política de atores regionais importantes, como Nigéria, Angola e Sudão, com o primeiro defendendo a entrada dos demais na OPEP parece indicar o fortalecimento das alianças regionais e portanto dos aspectos securitários regionais.

¹³⁶ Como a aproximação que levou a Nigéria a convidar o Sudão a fazer parte da OPEP. Além disso, a Nigéria vem apoiando sistematicamente o processo de paz sudanês, desde o fim dos anos 1990, inclusive sediando encontros regulares entre grupos rebeldes do sul e o governo de Cartum. Por outro lado uma aliança mais tática é o apoio de ambos os governos a grupos de oposição no Chade, que sofreu duas tentativas de golpe nos últimos 4 anos.

Retomando aspectos inter-regionais e interferências das forças globais, especialmente os interesses estratégicos das grandes potências, problema que foi discutido mais a fundo no terceiro e quarto capítulo, é possível pensar na formação de grandes Complexos Regionais de Segurança, a partir do modelo proposto por Buzan & Waeber, porém fortemente influenciados pelo petróleo. Pode-se pensar num grande CRS em formação no Golfo da Guiné, onde o petróleo é o principal problema de segurança. Isso pode ser identificado tanto no nível interno ou subnacional (guerras civis/insurgência, golpes), como nas relações bilaterais entre países (disputas de fronteiras em zonas petrolíferas, apoio a governos ou grupos rebeldes em terceiros países), como no nível global (disputas entre as grandes potências orientadas em função do petróleo). Neste caso, o Chade acabaria exercendo a função de insulador entre as dinâmicas securitárias relacionadas ao petróleo, ou seja, entre os CRS do Golfo da Guiné e o CRS do Chifre da África, em todos esses níveis (subnacional, regional e global).

Considerando ainda os níveis inter-regional e global, o CRS do Chifre da África acaba estabelecendo relações securitárias mais intensas tanto com o Complexo do Golfo da Guiné como com o grande CRS do Oriente Médio, o que torna sua classificação mais difícil. Vale lembrar que esta influência do nível global também é determinante para que Buzan & Waeber classifiquem o CRS do Oriente Médio como um único Complexo dividido em subcomplexos. Como a influência dos interesses securitários das grandes potências acaba influenciando o aumento das relações inter-regionais também do Complexo do Oriente Médio com o Sub-Complexo da Ásia Central, via conflitos ativos como o do Afeganistão, pode-se verificar certa discrepância na classificação destes autores, que não consideram o Sudão um insulador.

Neste sentido, o Sudão parece ocupar um lugar mais difícil de ser definido em termos estruturais, por exercer não apenas um papel central no CRS do Chifre da África, mas também por funcionar como uma grande zona de transição e um importante insulador. Considerando as macro-dinâmicas de segurança determinadas pelo nível global e pelo petróleo, o Sudão exerce a função de insulador entre as dinâmicas dos super-complexos¹³⁷ da África Subsaariana e do Oriente Médio. Assim como Buzan & Waeber (2003, pg. 209-210) atribuem a instabilidade no Afeganistão ao seu papel de insulador entre os diferentes CRS do Oriente Médio, do Sul da Ásia, do Leste da Ásia e do subcomplexo da Ásia Central, pode-se fazer um paralelo com a situação no Sudão. Estruturalmente a instabilidade neste país também pode ser vista como determinada pela função insuladora que exerce entre os CRS e proto-complexos existentes na África Subsaariana e os subcomplexos regionais existentes no Oriente Médio.

¹³⁷ Pensando na classificação aqui em discussão, da África Subsaariana como um supercomplexo.

Aqui cabe inclusive uma crítica ainda mais contundente à classificação dos CRS de Buzan & Waever (2003, pg. 231) para a África Subsaariana. Se o Oriente Médio é classificado como um grande Complexo Regional de Segurança do Marrocos ao Irã, incluindo Turquia e Afeganistão como zonas insuladoras, dividido em subcomplexos, parece que não fazer o mesmo com a África Subsaariana é rebaixar a importância não só das dinâmicas securitárias regionais atípicas que possui, como da própria região¹³⁸. Classificar a África Subsaariana como um grande Complexo de Segurança Regional organizado em Sub-Complexos parece ser muito mais coerente e funcional dentro da própria lógica estabelecida pelos autores, além de permitir classificar países como o Sudão mais corretamente, ou seja, como um insulador inter-regional.

Mesmo com estas críticas, vale ressaltar o valor do modelo de Buzan & Waever se considerado como uma valiosa ferramenta para fazer descrições de problemas securitários e identificar dinâmicas securitárias regionais, mesmo que sutis. Por ser um modelo metodológico de pesquisa e sistematização de dados, que valoriza os aspectos regionais dos problemas de Segurança e que pode ser constantemente atualizado e aprimorado, tudo parece indicar que continuará útil na Área de Segurança Internacional no futuro.

Num contexto global em que importantes áreas produtoras como América do Norte e Mar do Norte¹³⁹ estão em franca depleção, a África aparece como uma das poucas regiões onde ainda se descobrem novas reservas de petróleo e a produção continua crescendo. Considerando o cenário onde a produção mundial de petróleo pode entrar em depleção já no fim da presente década ou meados da próxima¹⁴⁰, fica ainda mais claro porque regiões como a África, que ainda poderão aumentar a prospecção terão sua importância ampliada ainda mais. Assim, este trabalho permite concluir ainda que o petróleo da África Subsaariana é fundamental não apenas no equilíbrio de um mercado mundial com demanda crescente, como para ajudar a definir a complexa equação de Segurança Energética Global.

Num contexto de crise petro-energética global a África Subsaariana pode ser a única região fora do conturbado Golfo Pérsico, onde será possível aumentar significativamente a produção petrolífera e manter o mercado mundial um pouco mais estável. Provavelmente não é suficiente para permitir uma transição para outra matriz energética não dependente de petróleo que seja tranquila, mas pelo menos, suficiente para facilitar uma transição mais suave.

Considerando a transição energética que será necessária num cenário deste tipo, é bem provável que as grandes potências mundiais queiram aumentar ainda mais seu controle sobre as

¹³⁸ Semelhante crítica pode ser feita usando-se a comparação de que a América do Sul também é considerada um único CRS dividido em subcomplexos (BUZAN & WAEVER, 2003, pg. 322-324).

¹³⁹ Como foi discutido, estas áreas permitiram manter um certo equilíbrio na produção mundial foram dos países da OPEP nas duas últimas décadas e especialmente nesta última o petróleo poderá ser totalmente esgotado até o fim da próxima década.

¹⁴⁰ Mesmo levando em consideração que a maior parte das projeções que situa o pico petrolífero na década de 2010 e que este pode ocorrer na segunda metade ou no fim desta década (2015-2020).

reservas remanescentes de petróleo, até mesmo para facilitar uma transição mais lenta e gradual. E ao mesmo tempo que a África Subsaariana aparece como uma região atraente nesta busca por tentar resolver o complexo desequilíbrio energético global, também é alvo de novas disputas entre as grandes potências.

Para os Estados Unidos, controlar as áreas onde a produção de petróleo ainda pode ser expandida, como a África Subsaariana, pode ser essencial para a manutenção do seu status de potência hegemônica. Por outro lado, se este permitir que a potência desafiante em ascensão, a China, controle estas reservas, será mais difícil impedir a ascensão desta ao status de potência hegemônica regional ou mesmo global. Para a China, assegurar seu acesso às reservas de hidrocarbonetos em áreas como a África Subsaariana, pode ser o meio mais fácil de garantir sua própria Segurança Energética e manter seu crescimento.

Um cenário de confronto cada vez mais intenso entre China e Estados Unidos por petróleo no nível global, vai necessariamente passar por disputas regionais cada vez mais intensas. O acompanhamento desta disputa em áreas como a África Subsaariana se torna determinante para pesquisadores da área de Relações Internacionais e Política Internacional, principalmente na área de Segurança Internacional.

Torna-se assim, fundamental o aprofundamento de estudos deste tipo, que envolvam os conflitos por recursos naturais na África Subsaariana, principalmente para monitorar a evolução destes no nível regional, onde é necessário aprofundar o estudo dos principais atores africanos envolvidos, como no nível global, onde estão engajados principalmente Estados Unidos e China, mas também outros atores não africanos. Identificar tais autores e avaliar a importância de cada um, analisar o tipo de engajamento regional que cada um tem no continente africano e acompanhar a atuação destes é um trabalho que pode produzir conhecimentos sensíveis para o interesse nacional brasileiro.

A continuidade de pesquisas sobre este tema poderá permitir aos analistas do campo Internacional avaliar melhor o desempenho das potências desafiante e desafiada, assim como defender e planejar estratégias mais eficientes para países como o Brasil. Isto se torna ainda mais importante num contexto onde esta grande transição em andamento parece indicar a possibilidade de um mundo realmente multipolar, que a médio prazo deverá ser baseado em outro modelo de matriz energética. Ambos os aspectos são absolutamente centrais para a continuidade do desenvolvimento do conhecimento teórico e empírico dos Estudos de Segurança Internacional e Relações Internacionais, enquanto campo privilegiado de pensamento e construção de uma visão dos acontecimentos mundiais sob uma perspectiva brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARTIGOS – PAPERS

- ABRAHAM, Spencer (2004) Política Nacional de Energia dos EUA e a Segurança Energética Global. *Revista Eletrônica do Departamento de Estado dos EUA*. Vol.9, No.2, Maio de 2004. Disponível em: <<http://usinfo.state.gov/journals/journals.htm>> [consultado em abril de 2005]
- ABRAMOVICI, Pierre (2004) “Activisme militaire de Washington en Afrique”. *Le Monde Diplomatique*, Julho de 2004 Disponível em: <<http://www.monde-diplomatique.fr/2004/07/ABRAMOVICI/11376>> [consultado em julho de 2005]
- ALEKLETT, Kjell (2006) “CERA's report is over-optimistic”. *ASPO, Association for the Study of Peak Oil & Gas e Uppsala Hydrocarbon Depletion Study Group*, Uppsala University, Sweden. . Disponível em: <http://www.peakoil.net/Aleklett/Review_CERA_report_20060808.doc> [consultado em novembro de 2006]
- ALYED, Natig, (1994) “The History of Oil in Azerbaijan”. *Azerbaijan International*, Ano 2, no. 2, Verão de 1994. Disponível em <http://azer.com/aiweb/categories/magazine/22_folder/22_articles/22_historyofoil.html> [consultado em agosto de 2006]
- AMIN, Samir (2004). “U.S. Imperialism, Europe, and the Middle Eas”. *Monthly Review*. Vol. 56, nº 6, Novembro de 2004. Disponível em: <<http://www.monthlyreview.org/1104amin.htm>> [consultado em dezembro de 2004]
- ANIG, Emmanuel Kwesi (1997) “A dinâmica do Regime de Segurança da ECOWAS: Limitações e perspectivas”. *Contexto Internacional*, Vol. 19, n.1, jan-jul 1997, pg. 71-96, Puc-RJ, Rio de Janeiro, RJ.
- ARRIGHI, Giovanni (2005a) “Hegemony Unraveling–I.” *New Left Review*, n. 32. Março-Abril de 2005.
- ARRIGHI, Giovanni (2005b) “Hegemony Unraveling–II.” *New Left Review*, n. 33, pg. 83-116. Maio-Junho de 2005.
- BARROS, Manuel C. Cel. (2003) “Existe alguma possibilidade de no Golfo da Guiné se desenvolver uma política regional de petróleo?” *CEEA - Centro de Estudos Estratégicos de Angola*. Apresentado na Conferência Internacional da Fundação Friedrich Ebert, Yaoundé, nos Camarões: 3 de Outubro de 2003. Disponível em: <http://angola.fes-international.de/fes_pt/public/public.htm> [consultado em junho de 2005]
- BAKHTIARI, Ali M. Samsam (2006) “Crude Oil: The Day After Tomorrow”. *Samsam Bakhtiari Consultants*. Agosto de 2006. Disponível em: <<http://www.sfu.ca/~asamsamb/homedown.htm#>> [consultado em dezembro de 2006]
- BANDEIRA, L. Moniz (2003). “De Hitler a Bush: o Iraque e o New American Century”. *Revista Espaço Acadêmico*. Ano II, no. 23, Abril/2003.
- BARNES, Sandra T. (2004) “Global Flows: Terror, Oil and Strategic Philantropy” *Africa Studies Review*, Vol. 48, n.o. 1, pg. 1-23, Abril 2005.
- BERGSTEN, C. F. (2004) “Foreign Economic Policy for the Next president”. *Foreign Affairs*, Vol 82, nº 2, pg. 88-101, Março/Abril. Council on Foreign Relations, Nova Iorque, EUA.

- CAMPBELL, Colin J. (2002) “Forecasting Global Oil Supply”, *Hubbert Center Newsletter*. M. K. Hubbert Center for Petroleum Supply Studies, Petroleum Engineering Department, Colorado School of Mines. Vol. 03, Julho de 2002. Disponível em formato PDF no URL: <http://www.hubbertpeak.com/campbell/Campbell_02-3.pdf> [consultado em agosto de 2004]
- CAMPBELL, Colin J. & LAHERRÈRE, J. H. (1998) “The End of Cheap Oil”. *Scientific American*, Março de 1998.
- CARUSO, Guy F. (2004). “A oferta mundial de Energia e o Mercado dos EUA”. *Revista Eletrônica do Departamento de Estado dos EUA*. Vol.9, No.2, Maio de 2004. Disponível em: <<http://usinfo.state.gov/journals/journals.htm>> [consultado em abril de 2005]
- CECEÑA, Ana E. (2003). “Lo estratégico en la estrategia estadounidense de dominio”. *I Encuentro Hemisférico contra la Militarización*. 6 – 9 mayo 2003. San Cristobal de Las Casas.
- CECEÑA, A. E. (2002a) “Estratégias de dominação e mapas de construção da hegemonia mundial”. *Fórum Social Mundial*. Disponível em: <www.forumsocialmundial.org.br/por/tbib.asp> [consultado diversas vezes entre Agosto e Dezembro 2005]
- CECEÑA, Ana E (2002b). “América Latina en la geopolítica estadounidense”. *Revista THEOMAI*. n.º 6, segundo semestre de 2002.
- CECEÑA, Ana E. (2001). “El Encanto de Afganistán” *Alainet*. Disponível em: <<http://www.alainet.org/active/1454&lang=es>> [consultado em Setembro de 2005]
- CEPIK, Marco A. C. (2001). “Segurança Nacional e Segurança Humana: Problemas Conceituais e Consequências Políticas”. *Security and Defense Studies Review*. v. 1, p. 1-19, v. 01, n. 01, p. 01-19/2001. Spring Washington – DC.
- CERA (2006) “Peak Oil Theory – World Running Out of Oil Soon – Is Faulty; Could Distort Policy & Energy Debate”. *Cambridge Energy Research Associates*. CERA Press Releases. Publicado em 14 de Novembro de 2006. Disponível em: <<http://www.cera.com/aspx/cda/public1/news/pressReleases/pressReleaseDetails.aspx?CID=8444>> [consultado em dezembro de 2006]
- CLARKE, Duncan (2006) “Sub-saharan África Crude Reserves and Future Dimensions”. *Petroleum Africa*, Vol. 4, Issue 6, pg. 20-23, Agosto de 2006.
- CHRISTOPHER, Warren. (1996) “A liderança dos Estados Unidos e as Oportunidades Norte-Americanas”. *Revista Política Externa*. v. 4, n. 3, p. 3-23, dez.-fev 1995-96. Ed. Paz e Terra, São Paulo, SP.
- DOMENICI, Pete V. (2004) “Diversificação Energética: em busca do Equilíbrio Certo”. *Revista Eletrônica do Departamento de Estado dos EUA*. Vol.9, No.2, Maio de 2004. Disponível em: <<http://usinfo.state.gov/journals/journals.htm>> [consultado em janeiro de 2006]
- DÖPCKE, Wolfgang (2004). “Paz e Guerra na África”. *RelNet*, ISSN 0034-7329 [disponível no URL em: <http://www.relnet.com.br/Arquivos/html/2004/A_7734.html> [consultado em set. 2005]
- ENCINA, Carlota Garcia (2006) “La política Africana de Pekin: ¿oportunidad o amenaza?” *Real Instituto Elcano*. ARI n.o. 27-2006, postado em 01/03/2006. Disponível em: <www.realinstitutoelcano.org> [consultado em maio de 2006]

- FEE, C. Florence, "Asian Oils in Africa: A challenge to the international community". *Middle East Economic Survey – MEES*, Vol. XLIX, N.o. 17, 24 de Abril de 2006. Disponível em: <www.mees.com> [consultado em maio de 2006]
- FISHER-THOMPSON, Jim (2005) "Africa 'Vital' to U.S. Security, Defense Conference Says". *U.S. Dep. of State*, Washington File Staff Writer. Bureau of International Information Programs, , 16 November 2005. Disponível em: <<http://usinfo.state.gov/>> [consultado em dez. 2005].
- FOURNIER, Donald F. & WESTERVELT, Eileen T (2005) "Energy Trends and Their Implications for U.S. Army Installations", *U.S. Army Corps of Engineers*. Construction Engineering Research Laboratory, ERDC/CERL TR-05-21, Setembro de 2005. Disponível em: <<http://stinet.dtic.mil/cgi-bin/GetTRDoc?AD=A440265&Location=U2&doc=GetTRDoc.pdf>>
- GARY, Ian & KARL, Terry L. (2003). "O Fundo do Barril: O 'Boom' do Petróleo em África e os Pobres." *Catholic Relief Services*, Junho de 2003.
- HERZ, Mônica (2004) "O Tratamento da Segurança Regional pela Disciplina de Relações Internacionais". *IREL-UnB* Disponível em <<http://www.unb.br/irel/ibsa/docs/MonicaHerz.pdf>> [consultado em Agosto de 2005]
- IHS (2005) "CERA: Oil & Liquids Capacity to Outstrip Demand Until At Least 2010". 24/06/2005. *IHS Information Handling Services Inc*. Disponível em: <<http://petrochemical.ihs.com/news-05Q2/cera-global-oil-production-capacity.jsp>> [consultado em outubro de 2006]
- JAFFE, Amy, WILSON, Wallace & FELLOW, Wilson (2002) A Crescente Demanda dos países em desenvolvimento por Petróleo e Gás. *Revista Eletrônica do Departamento de Estado dos EUA*. Vol.9, No.2, Maio de 2004. Disponível em <<http://usinfo.state.gov/journals/journals.htm>> [onsultado em agosto de 2005]
- JACKSON , Peter M. (2006) "Why the Peak Oil Theory Falls Down: Myths, legends and the Future of Oil Resources". Decision Brief, *Cambridge Energy Research Associates – CERA*, Londres, 10/11/2006. Disponível em: <<http://www.cera.com>> [consultado em dezembro de 2006]
- KARBUZ, Sohbet (2006) "Pentagon and Peak Oil: A Military Literature Review". *Energy Bulletin*, 13/07/2006. Disponível em: <<http://www.energybulletin.net/26194.html>> [consulta dez. 2006]
- KLARE, Micahel (2004a) "Sangre por petróleo: la estrategia energética de Bush y Cheney". Em LEYS, C. & PANITCH, L. (orgs.) *El desafío imperial*. Socialist Register 2004, Clacso Libros, 2005.
- KLARE, Michael (2002b) La nueva geografía de los conflictos internacionales – *ALAINet* [disponível no URL: <<http://www.alainet.org/active/1874&lang=es>> [consultado em setembro de 2005]
- KLARE, Michael T. (2001a) "The New Geography of Conflict", *Foreign Affairs*. Vol. 8, n.º 3, pg. 49-61, Edição de Maio/Junho de 2001. Council on Foreign Relations, Nova Iorque, EUA.
- KRAEMER, Thomas D. (2006) Addicted to Oil: Strategic Implications of American Oil Policy. *Strategic Studies Institute, SSI*, US Army War College. Maio de 2006
- LARSON, Alan P. (2002). Prioridades Econômicas da Estratégia de Segurança Nacional. Agenda da Política Externa dos EUA. *Revista Eletrônica do Departamento de Estado dos EUA*. Vol. 7, No.4, Dezembro de 2002.
- LEYMARIE, Philippe (2004) "En Afrique, une nouvelle génération de 'chiens de guerre' ". *Le Monde Diplomatique*, Novembro de 2004. Disponível em: <<http://www.monde-diplomatique.fr/2004/11/LEYMARIE/11673>> [consultado em setembro de 2005]

- LEYMARIE, Philippe (2001) “Congo: vers la fin de la première ‘guerre africaine’ ”. *Le Monde Diplomatique*, Fevereiro de 2001. Disponível em: <<http://www.monde-diplomatique.fr/dossiers/congo/>> [consultado em setembro de 2005]
- LEYMARIE Philippe (1997) “L’Angola, nouvelle puissance régionale” *Le Monde Diplomatique*, Novembro de 1997. Disponível em: <<http://www.monde-diplomatique.fr/dossiers/angola/>>
- MIROW, Kurt R. (1978) “As Sete Irmãs”, pg 105-113, em: MIROW, Kurt R.(1978) *A ditadura dos Cartéis*. 10ª. Edição, Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, RJ.
- NOGUEIRA, Luiz Augusto H. (1985) “A crise Energética atual e sua antecessora”. Revista SBPC Ciência e Cultura. Vol. 37, n. 6, pg. 952-956. ISSN 0009-6725. São Paulo, SP
- NUNES, Rui (2004) “Geopolítica da Energia: O ‘Offshore’ Atlântico”. *Janus On Line*, 2004, Em: <www.janusonline.pt> [consultado em agosto de 2005]
- RICE, Condoleezza (2001). “A Política de Segurança dos Estados Unidos: Como Proteger A Infra-Estrutura Básica Da Nação”. *Agenda da Política Externa dos Estados Unidos*. Vol. 6, No.1, Março de 2001, EUA.
- RICHARD, James & MORSE Edward L.. (2002) “The Battle for Energy Dominance”. *Foreign Affairs*. Vol. 81, nº 2, pg. 16-31, Março/Abril. Council on Foreign Relations, Nova Iorque, EUA
- ROSA, Sérgio E. S. & GOMES, Gabriel L. (2004) “O pico de Hubbert e o futuro da produção mundial de petróleo”. *Revista do BNDES*, Rio de Janeiro, Vol. 11, No. 22, p. 21-49, Dezembro de 2004.
- SEIBERT, Gerhard (2003) “Coup d’Etat in São Tomé e Príncipe: Domestic causes, the role of oil and former ‘Buffalo’ Battalion soldiers”. *Institute for Security Studies*, ISS Paper, n.o. 81, Novembro de 2003, Pretória, África do Sul.
- SERVANT, Jean-Christophe (2006) “Au Nigeria, le pétrole de la colère”. *Le Monde Diplomatique*, Abril de 2006. Disponível em: <http://www.monde-diplomatique.fr/2006/04/SERVANT/13334?var_recherche=Servant>
- SERVANT, Jean-Christophe (2005) “La Chine à l’assaut du marché africain”. *Le Monde Diplomatique*, (mai) Maio 2005. Disponível em: <<http://www.monde-diplomatique.fr/2005/05/SERVANT/12218>> [consultado em agosto de 2005]
- SIMMONS, Matthews (2006a) “The Energy Crisis Has Arrived”. US Department of Defense -Energy Conversation Series, 20 de Junho de 2006. Alexandria, VA. Apresentação disponível em formato PDF em: <<http://www.simmonsco-intl.com/files/Energy%20Conversation.pdf>>
- SIMMONS, Matthews (2006b) “*Quo Vadis* our Energy Future” Harvard Business School – Energy Symposium. 24 de Outubro de 2006. Boston, MA. Apresentação disponível em: <<http://www.simmonsco-intl.com/files/HBS%20Energy%20Forum.pdf>> [consulta dez. 2006]
- STANISLAW, J. A. (2004) “Energy Competition or Cooperation: Shifting the paradigm”. *Economic Perspectives*, Eletronic Journal of US-Info, maio de 2004. Disponível em: <www.state.gov/journals/ites/0504/ijee/Stanislaw.htm> [consultado em junho de 2005]
- THOMPSON, James Fisher (2002) África: Grande Prioridade no novo Plano Estratégico de Bush. Agenda da Política Externa dos EUA. *Revista Eletrônica do Departamento de Estado dos EUA* Vol. 7, No. 4, Pg.29-32

YERGIN, Daniel (2006) “Energy’s next Era - Facing Up to the Global Challenge”. *Cambridge Energy Research Associates (CERA)*. Disponível em: <www.ihs.com/NR/rdonlyres/AF2A7BB7-593D-4B67-8D64-C6B0B1406D9A/0/DanYergin_EnergysNextEra.pdf> [consulta dez. 2006]

YLÖNEN, Alekski (2005) “Sudan: Lo local, lo regional y lo internacional en los conflictos civiles”. *Revista Pueblos*, nº 18, pg. 31-33, Setembro de 2005.

LIVROS, TESES, DISSERTAÇÕES E MONOGRAFIAS

ARRIGHI, Giovanni (1996) *O Longo Século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: UNESP, 1996. 393p. ISBN: 85 7139 108 4.

ARRIGHI, Giovanni & SILVER, Beverly J. (2001) *Caos e governabilidade no moderno sistema mundial*. UFRJ-Contraponto, Rio de Janeiro, RJ.

AVEAL, Carmen (2003) *Evolução da Indústria de Petróleo: rumos e perspectivas*. Monografia de Especialização, Curso de Pós-Graduação em Economia e Gestão em Energia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Rio de Janeiro, RJ..

BLAIR, Bruce, YALI, Chen & HAGT, Eric (2006) “The Oil Weapon: Myth of China's Vulnerability”. *China Security*, China’s Defining Challenge: Energy. Issue n.2, verão de 2006

BISSIO, Beatriz & MOREIRA, Neiva (1979) *Os Cubanos na África*. Cadernos do Terceiro Mundo. Ed. Global, São Paulo, SP.

BRZEZINSKI, Zbigniew (2001) *The geostrategic triad: living with China, Europe and Russia*. Center for Strategic and International Affairs, Significant Issues Series, Washington D.C., EUA

BRZEZINSKI, Zbigniew (1997). *El gran tablero mundial: la supremacia estadounidense y sus imperativos geoestratégicos*. Ed. Paidós, Buenos Aires, Argentina.

BUAMBUA, Lino Sobrinho (1996) *Petróleo em Angola: Análise econômica e Perspectivas*. Dissertação de Mestrado. Pós-Graduação em Geociências, Administração e Recursos Naturais, Unicamp, Campinas, SP.

BUZAN, B. & Waever, Olé (2003). *Regions and Powers – The Structure of International Security*. Cambridge University Press, Cambridge, Reino Unido.

BUZAN, Barry and WÆVER, Ole and WILDE, Jaap de. (1998). *Security: A New Framework for Analysis*. Boulder-CO, Lynne Rienner Publishers

BUZAN, Barry. (1991). *People, States & Fear: An Agenda for International Security Studies in the Post-Cold War Era*. Boulder-CO, Lynne Rienner Publishers.

CAMPBELL, Colin J. (2005) *Oil Crisis*. Multi-Science Publishing, Bretwood, Essex, Reino Unido.

CARR, Edward Hallet (2001) *Vinte anos de crise: 1919-1939 - Uma introdução ao estudo das relações internacionais*. 2ª ed. Brasília: UnB, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, SP, ISBN:85 230 0635 4.

CASTRO, Therezinha (1981) *África: Geohistória, geopolítica e relações internacionais*. Ed. Biblioteca do Exército, Rio de Janeiro, RJ.

CECEÑA, Ana E. (2002) “A Batalha do Afeganistão”, pg.222-249. em: CECEÑA, Ana E. & SADER,

- Emir (2002) *A Guerra Infinita – hegemonia e terror mundial* (orgs.). Editora Vozes, LPP, CLACSO, Petrópolis, RJ.
- CEPIK, Marco Aurélio Chaves ; MARTINS, *Jose Miguel. Política Internacional*. 1. ed.: Editora Newton Paiva, 2004. v. 01. 120 p. Belo Horizonte, MG
- CEPIK, Marco A. C. (1999) “África Austral: uma difícil transição”. Pg 121-127, em: CEPIK, Marco. A. C. & MARTINS, José M. (2004) *Política Internacional (Panótica)*. Ed. Newton Paiva, Belo Horizonte, MG.
- CERVERA, Rafael Calduch *Curso de metodos y tecnicas de investigación en relaciones internacionales*. UCM, Espanha. Disponível em: <http://www.ucm.es/info/sdrelint/_metodos.pdf> [consultado em maio de 2005]
- CILLIERS, Jakkie & DIETRICH, Christian (orgs.) *Angola’s War economy: The Role of oil and diamonds*. Institute for Security Studies – ISS. Pretória, África do Sul, 2000.
- CREVELD, Martin van (1991) *The Transformation of War*. The Free Press, Nova Iorque, EUA.
- DAOJIONG, Zha (2006) “Energy Interdependence”. *China Security*, China’s Defining Challenge: Energy. Issue n.2, Verão de 2006.
- DIAMOND, Jared (2005) *Collapse: How Societies Choose to Fail or Succeed*. Viking Books, Nova Iorque, EUA.
- FERREIRA, Denilson (2005) *Curva de Hubbert: uma análise das reservas brasileiras de petróleo*. Dissertação de Mestrado. Programa Interunidades de Pós-Graduação em Energia, Universidade de São Paulo-USP, São Paulo, SP.
- FERABOLI, Silvia (2005) *A (Des) Construção da Grande Nação Árabe: condicionantes sistêmicos, regionais e estatais para a ausência de integração política no Mundo Árabe*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, Porto Alegre, RS.
- FUSER, Igor (2005) *O Petróleo e o envolvimento militar dos Estados Unidos no Golfo Pérsico. Dissertação de Mestrado*. Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais Multi-Campi Unesp-Unicamp-Puc-SP, São Paulo, SP.
- GALVÃO, Denise L. Catamari (2005) *Conflitos Armados & Recursos Naturais: as ‘novas Guerras’ em África*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais. Universidade de Brasília – UnB, Brasília, DF.
- GLEIJESES, Piero (2002) *Conflicting Missions: Havana, Washington and Africa, 1959-1976*. University of North Carolina Press, EUA
- KIESOW, Ingolf (2002) *China Quest for Energy: Impact upon Foreign and Security Policy*. Swedish Defense Research Agency, Novembro de 2004, FOI-R-1371, Estocolmo, Suécia. ISSN 1650-1942
- HUNTINGTON, Samuel (1993). “The Clash of Civilizations?”. *Foreign Affairs*. Vol. 72, nº 3, pg. 22-49. Council on Foreign Relations, Novembro/Dezembro de 1993, Nova Iorque, EUA.
- GELLER, Howard Steven (2002) *Revolução Energética: políticas para um Futuro Sustentável*. Tese de Doutorado. Programa Interunidades de Pós-Graduação em Energia da Universidade de São Paulo-USP, São Paulo, SP

- KLARE, Micahel (2004) *Blood and Oil – The dangers and consequences of America’s Growing dependency of imported petroleum*. Ed. Metropolitan Books, 1ª ed., The American Empire Project, Nova Iorque, EUA.
- KLARE, Micahel (2003) *Guerras por los Recursos – El futuro escenario del conflicto global*. Ed. Urano, Barcelona, Espanha.
- MAIA, Tatiana Vargas (2006) *A intervenção da Organização das Nações Unidas em Angola (1988-1999)*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, Porto Alegre, RS.
- MARINHO JR. (1989) *Petróleo: Política e Poder*. Ed. José Olympio, Rio de Janeiro, RJ.
- MELLO, Leonel Itaussu Almeida (1999) *Quem tem medo de Geopolítica?* Edusp, São Paulo, SP.
- MOURÃO, Fernando A. Albuquerque & OLIVEIRA, Henrique Altemani (2000). “Política Africana no Brasil”. em: ALBUQUERQUE, José A. Guilhon (org). *O desafio geoestratégico: Sessenta Anos de Política Externa brasileira (1930-1990)*. Volume III. Ed. Annablume-NUPRI/USP, 2000, São Paulo, SP.
- NYE Jr., Joseph S. (2002). *The Paradox of American Power*. Oxford University Press, Nova Iorque, EUA.
- PECEQUILLO, Cristina Soreanu (2003). *A Política Externa dos Estados Unidos: Continuidade ou Mudança?*. Ed. da UFRGS, Porto Alegre, RS.
- PROENÇA Jr, D.; DINIZ, E. & RAZA, S.G. (1999). *Guia de Estudos de Estratégia*. Ed. Jorge Zahar, Rio de Janeiro, RJ.
- RAMOS, J (2001) *Alternativas para o projeto ecológico de produtos*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC, Florianópolis, SC.
- RIZZI, Kamilla Raquel (2005) *Relações Brasil-Angola no Pós-Guerra Fria: os condicionantes internos e a via multilateral*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, Porto Alegre, RS.
- SADER, Emir (2004) *Hegemonía y contra-hegemonía*. em: CECEÑA, Ana Esther (org.). *Hegemonias y emancipaciones en el siglo XXI*. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, Argentina. 2004. p. 224. ISBN: 950-9231-994-1. Disponível em formato RTF: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/cecena2/Sader.rtf>> [consultado em Dezembro de 2005].
- SANTOS, Theotônio dos (2003) “Unipolaridade ou hegemonia compartilhada”, em: *Os Impasses da Globalização - Hegemonia e Contra-Hegemonia* Coord.: SANTOS, Theotônio dos; Org.: MARTINS, Carlos Eduardo; SÁ, Fernando & BRUCKMANN, Mônica. (Vol.1). Ed. PUC-Rio, Edições Loyola, co-edição: REGGEN, 2003.
- SARAIVA, José F. Sombra (2004). “África e Brasil: o Fórum de Fortaleza e o relançamento da política africana do Brasil no governo Lula”, em: SARAIVA, J. F. S. & COELHO, P. M. P. (orgs.) *Fórum Brasil-África: Política, Cooperação e Comércio*. 2004, IBRI, Brasília, DF.
- SARAIVA, J. F. S. & COELHO, P. M. P. (orgs.) *Fórum Brasil-África: Política, Cooperação e Comércio*. 2004, IBRI, Brasília, DF.

- SARAIVA, José F. Sombra (1996) *O lugar da África: a dimensão atlântica da política externa brasileira (de 1946 a nossos dias)*. Ed. UnB, Brasília, DF.
- SHIMABUKURO, A. (2005). *A Política de Segurança dos Estados Unidos no Pós-Guerra Fria*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais. Unicamp, Campinas, SP.
- SMINIONI, Carlos Alberto (2006) *O Uso de Energia Renovável Sustentável na Matriz Energética Brasileira: obstáculos para o planejamento e ampliação de políticas sustentáveis*. Tese. Programa de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento da UFPR, Curitiba, PR.
- TAVARES, Maria da Conceição (1985) “A retomada da Hegemonia Americana”. *Revista de Economia Política*. Ed. Brasiliense, São Paulo, SP.
- TODD, Emmanuel. *After the Empire: The Breakdown of the American Order*, New York 2003;
- TORRES FILHO, Ermani T. (2004) *O papel do Petróleo na Geopolítica Americana*. Pg.309-346. Em: FIORI, José Luís. (org.) *O Poder Americano*. Ed. Vozes, Petrópolis, RJ, 2000.
- WATTS, Michael J. (1999) *Petro-Violence: Some Thoughts on Community, Extraction and Ecology*. Berkeley Workshop on Environmental Politics, WP 99-1, Institute of International Studies, University of California, Berkeley, EUA.
- WENMU, Zhang (2006) “Sea Power and China's Strategic Choices”. *China Security*, China's Defining Challenge: Energy. Issue n.2, Verão de 2006.
- WESTON, J. F.; JOHNSON B. & SIU, J. A. (1999) *Mergers and Restructuring in the World Oil Industry*. Ed. UCLA, Los Angeles, EUA.
- WILLIAMS, Robert H. and LARSON, Eric D. (2003) *A comparison of direct and indirect liquefaction technologies for making fluid fuels from coal*. Energy for Sustainable Development VII, December 2003, 103-129. Disponível em formato PDF no URL: <<http://www.ieiglobal.org/ESDVol7No4/dclversussicl.pdf>> [consultado em Agosto de 2006]
- YERGIN, Daniel (1993). *O Petróleo: uma história de ganância, dinheiro e poder*. Ed. Página Aberta, São Paulo, SP.

DOCUMENTOS , RELATÓRIOS, BOLETINS E WHITE PAPERS

- AFRICA ENERGY INTELLIGENCE (2002). *Gulf of Guinea: Berlin Conference for Oil*, 11 de Setembro de 2002.
- BANCO NACIONAL DE ANGOLA, *Apresentação Anual Resumida 2000-2001*. BNA OnLine, Indicadores Macro-Econômicos, Balança de Pagamentos, Balança Global. Disponível em: <<http://www.bna.ao/30anos/artigo.aspx?c=105&a=163>> [consultado em Agosto de 2006]
- BANCO NACIONAL DE ANGOLA, *Composição das Exportações (2001-2005)*. BNA On Line, Comércio Internacional de Mercadorias. disponível em: <<http://www.bna.ao/30anos/artigo.aspx?c=106&a=324>> [consultado em Outubro de 2006]
- BANCO NACIONAL DE ANGOLA, *Evolução Recente da Economia*. BNA On Line, Evolução da Economia, disponível em: <<http://www.bna.ao/30anos/artigo.aspx?c=37&a=416>> [consultado em Outubro de 2006]

- BANCO NACIONAL DE ANGOLA, *Indicadores Econômicos Evolução dos principais Indicadores (2001-2005)*. BNA On Line, Indicadores Macro-Econômicos, Balança de Pagamentos, disponível em : <<http://www.bna.ao/30anos/artigo.aspx?c=17&a=322>> [consultado em Outubro de 2006]
- BANCO NACIONAL DE ANGOLA, *Índice de Preços ao Consumidor em Luanda*. BNA OnLine, Indicadores Macro-Econômicos <<http://www.bna.ao/30anos/artigo.aspx?c=8&a=14>> [Atualizado 11/10/2006, às 12:14:57]
- BANCO NACIONAL DE ANGOLA, *Estimativa do PIB a preços correntes (1999-2003)*. BNA OnLine, Indicadores Macro-Econômicos, Produto Interno Bruto, disponível em: <<http://www.bna.ao/30anos/artigo.aspx?c=18&a=408>> [atualizado em 12/09/2006 às 9:40:14]
- BP (2006) *BP Statistical Review of World Energy 2005*. British Petroleum, June 2006
- BP (2005) *Statistical review of world energy 2004*. British Petroleum, June, 2005.
- CARTER, Jimmy (1980) *Annual Messages to Congress on the State of the Union*, 23/01/1980 disponível em: <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=33079>> [consultado em Março de 2006].
- CENTCOM (2004) *CJTF-HOA Background Fact Sheet*. U.S. Armed Forces Central Command, 31 de Maio de 2004. Disponível em: <www.cjtfhoa.centcom.mil/factsheet.asp> [consultado em Janeiro de 2006]
- CERA (2005) *Global Energy Trends: Making Sense of the Bigger Picture, Apex 2005*, Cambridge Energy Research Associates, Londres, 03 de Março de 2005. Disponível em formato PDF em: <www.cera.com> [consultado em Outubro de 2005]
- CONGRESSIONAL QUARTERLY (CQ). *Oil Diplomacy*. Washington, DC: CQ Researcher, vol. 13. no 3, 23 de janeiro de 2003, pp. 49-71.
- EIA-DOE (2006) *Annual Energy Outlook*. U.S. Energy Information Administration – Department Of Energy, disponível no URL: <<http://www.era.doe.gov/oiaf.aeo>> [consultado em Agosto de 2006]
- EIA-DOE (2006) *Crude Oil and Total Petroleum Imports Top 15 Countries (2006)*. U.S. Energy Information Administration – Department Of Energy, disponível em: <http://www.eia.doe.gov/pub/oil_gas/petroleum/data_publications/company_level_imports/current/import.html>
- EIA-DOE (2006) *World Proved Reserves of Oil and Natural Gas, Most Recent Estimates*. U.S. Energy Information Administration – Department Of Energy, disponível no URL: <<http://www.eia.doe.gov/emeu/international/reserves.xls>> [Postada em 5 de Outubro de 2006]
- EIA-DOE (2006) *Annual Energy Review 2005*. U.S. Energy Information Administration – Department Of Energy, disponível no URL: <<http://www.eia.doe.gov/emeu/international/reserves.xls>> [Postada em 5 de Outubro de 2006]
- HRW (2002) *Briefing Sobre Angola Apresentado ao Conselho de Segurança da ONU*. Human Rights Watch, 5 de março de 2002. Disponível no site da HRW em <<http://www.hrw.org>> [consultado em Novembro de 2005]

- HRW (2000) *Angola explicada. Capítulo XII -Estados Unidos*. Human Rights Watch. Disponível no site da HRW em <<http://www.hrw.org>> [consultado em Novembro de 2005]
- HRW (1998) *Clinton Administration Policy And Human Rights in Africa*. Human Rights Watch. A Human Rights Watch Short Report, vol.10, n.º 1 (A), Março de 1998. Disponível no site da HRW, em <<http://www.hrw.org>> [consultado em Novembro de 2005]
- IASPS (2002) “African Oil: A priority for US National Security and African Development” *Institute for Advanced Strategic & Political Studies*, White Paper do Simpósio do IASPS realizado em 25 de Janeiro de 2002. Disponível em: <<http://www.iasps.org/strategic/africawhitepaper.pdf>>
- IBGF/WFM (2006) “A terceirização das guerras”, *Instituto Brasileiro Giovanni Falcone*. São Paulo, Janeiro de 2006.
- IEA (2006) *Angola Desenvolvimento de uma estratégia para a Energia*. International Energy Agency. 182 pg. ISBN 92-64-10967-6. Disponível em formato PDF no endereço: <http://www.iea.org/Textbase/nppdf/free/2006/angola_portugais.pdf> [consultado em outubro de 2006]
- IEA (2006) *Key World Energy Statistics – 2006 Edition*. International Energy Agency. Statistics Book, 82 pgs. Paris. Disponível em formato PDF no endereço: <<http://www.iea.org/textbase/nppdf/free/2006/key2006.pdf>> [consultado em outubro de 2006]
- IEA (2005) *Contributions of IEA Member Countries to the Hurricane Katrina Oil Supply Disruption*. International Energy Agency, Press Release. Disponível em: <http://www.iea.org/textbase/press/pressdetail.asp?PRESS_REL_ID=156> [consultado em Julho de 2006]
- IEA (2005) *World Energy Outlook 2004*. International Energy Agency. Paris. Disponível em formato PDF no endereço: <<http://www.iea.org/textbase/nppdf/free/2004/weo2004.pdf>> (download gratuito a partir de 01/01/2006) [consultado em Setembro de 2005 e Março de 2006]
- IEA (2005) “MENA Oil Exports through Hormuz”, *World Energy Outlook 2005 Middle East and North Africa Insights*. International Energy Agency, Paris. Disponível em formato PDF no endereço: <<http://www.iea.org/journalists/docs/Chokepointsslides.pdf>> [consultado em Maio de 2006]
- IEA (2004) *Biofuels for Transport: An International Perspective*. International Energy Agency, Paris, 2004. Disponível em: <http://www.iea.org/textbase/nppdf/free/2004/biofuels2004.pdf> [consultado em Julho de 2006]
- IEA (2003) *Energy to 2005 Scenarios for a Sustainable Future*. International Energy Agency, Paris, 2003. ISBN: 92-64-01904-9. Disponível em: <http://www.iea.org/textbase/nppdf/free/2000/2050_2003.pdf> [consultado em Outubro de 2005]
- IEA (2003) *World Energy Investment Outlook 2003 Insights*. International Energy Agency. Statistics Book. Paris, 04/11/2003. Disponível em formato PDF no endereço: <<http://www.iea.org/Textbase/nppdf/free/2003/weio.pdf>> [consultado em Dezembro de 2005]
- IEA (2001) *Oil Supply Security: The emergency Response Potential of IEA Countries in 2000*. International Energy Agency, Paris. Disponível em: <<http://www.iea.org/textbase/nppdf/free/2000/oilsecu2001.pdf>> [consultado em Outubro de 2005]

- KEY U.S. GOVERNMENT ASSISTANCE PROGRAMS FOR AFRICA. *U. S. Department of Defense*. Fact Sheet - Bureau of Public Affairs. [disponível no site do Departamento de Defesa, a partir de: <www.state.gov> [consultado em Setembro de 2005]
- NEP (2001) *National Energy Policy*. Report of The National Energy Policy Development Group (NEPDG). Superintendent of Documents, U.S Government Printing Office, 2001. ISBN 0-16-050814-2. Disponível em <bookstore.gpo.gov> [consultado em Junho de 2005]
- NSSNC (1998) *National Security Strategy for a New Century*. World Resources (1992-1993), *U. S. Department of Defense*, 1998. Disponível em: <www.state.gov>
- NSS.US (2002) *National Security Strategy Of The United States*. White House, 12 de Setembro de 2002. Disponível em: <www.whitehouse.gov>
- MISTÉRIO DAS FINANÇAS, *Resumo da Receita por Natureza Económica* - Exercício 2005. MinFin Angola. Relatório Preliminar - Ajuste. Publicado em 27/12/2004. Disponível em formato PDF no URL: <http://www.minfin.gv.ao/oge/2005/V1_1.pdf> [consultado em Agosto de 2006]
- MOF, MINISTRY OF FINANCES, Republic of Sudan , disponível em: <[http://www.mof.gov.sd/English/budget1%202006_copy\(1\).htm](http://www.mof.gov.sd/English/budget1%202006_copy(1).htm)> [consultado em Outubro de 2006]
- OILWATCH (2003a) *Africa: las guerras por Recursos en Africa, una herencia del colonialismo*. Secretaría Oilwatch. em: *GUERRA Y PETROLEO – OILWATCH*. Secretaría Internacional Oilwatch, Cartagena, septiembre 2003
- OILWATCH (2003b). *El Petroleo como Catalizador de Conflictos Internos*. Secretaría Internacional Oilwatch, Cartagena, septiembre 2003
- O&GJ (2005) “Oil & Gas Journal”, *PennWell Corporation*. Vol. 103, No. 47, 19 de Dezembro de 2005.
- OPEP (2006) “OPEC Bulletin 11-12/2006”, *Organization of the Petroleum Exporting Countries*. Vol. XXXVII, nº 6, Novembro/Dezembro de 2006. Disponível em: <http://www.opec.org/library/OPEC%20Bulletin/2006/pdf/OB11_122006.pdf> [consultado em Dezembro de 2006]
- OPEP (2006) *OPEC Annual Statistical Bulletin 2005*. Organization of the Petroleum Exporting Countries. ISSN 0475-0608 disponível em: <<http://www.opec.org/library/Annual%20Statistical%20Bulletin/pdf/ASB2005.pdf>> [consultado em Novembro de 2006]
- OPEP (2006) *OPEC Annual Report 2005*. OPEC, Organization of Petroleum Export Countries, disponível em: <<http://www.opec.org/library/Annual%20Reports/pdf/AR2005.pdf>> [consultado em Setembro de 2006]
- OPEP (2005) *OPEC Annual Statistical Bulletin 2004*. Organization of the Petroleum Exporting Countries. ISSN 0475-0608, disponível em: <<http://www.opec.org/library/Annual%20Statistical%20Bulletin/pdf/ASB2005.pdf>> [consultado em Dezembro de 2005]
- OPEP (2005) *World proven crude oil reserves by region, 1960-2004*. Table 10. OPEC, Organization of Petroleum Export Countries. Disponível em: <<http://www.opec.org/>> [consultado em Agosto de 2005]

OXFAM (2001). “A Riqueza de Angola - histórias de guerra e negligência”. *Relatório Oxfam - Oxfam International*. Disponível em: <www.oxfam.org> [consultado em Dezembro de 2005]

USAID (2003). *Sub Saharan Africa*. 7 de Julho de 2003. Disponível em: <www.usaid.gov/policy/budget/cbj2004/sub-saharan_africa/> [consultado em Fevereiro de 2006]

WORLD BANK (2005) *The Vulnerability of African Countries to Oil Price Shocks - Major Factors and Policy Option: The case of Oil Importing Countries*. World Bank Rerpot n.o. 308/05 disponível em: <<http://web.worldbank.org>>

WordOil (2006), “World Oil 2005”, *Gulf Publishing Company*, Vol. 227, No.9, Setembro de 2006

NOTÍCIAS EM JORNAIS PERIÓDICOS - MEIOS DE COMUNICAÇÃO – ENSAIOS

AFROL, “Sudan now Africa’s third largest oil producer”, 11/10/2006, *Afrol News Online*. Disponível em: <<http://www.afrol.com/articles/21889>> [consultado em outubro de 2006]

AIZHU, Chen & BECK, Lindsay (2006) “Encontro China-África termina com acordos e promessa de ajuda”, *Agência Reuters - Yahoo Notícias*. Disponível em: <<http://br.news.yahoo.com/061105/5/1apel.html>> [consultado em Novembro de 2006]

ANGOLA HOJE, “Angola é o quinto país do mundo em capacidade de captação de investimentos”, pg. 10. *Revista Angola Hoje*. Ano 4, N.o. 20, Junho/Julho de 2005. Fundação Eduardo dos Santos (FESA), MCE Gráfica e Editora, Rio de Janeiro, RJ

ANGOLA HOJE, “ChevronTexaco investe US\$ 9 bilhões em Angola”. *Revista Angola Hoje*. Ano 4, N.o. 20, Junho/Julho de 2005. Pg. 12. Fundação Eduardo dos Santos (FESA), MCE Gráfica e Editora, Rio de Janeiro, RJ

ANGOLA HOJE, “Financiamento chinês começa com 12 acordos de crédito”. *Revista Angola Hoje*. Ano 4, N.o. 20, Junho/Julho de 2005. Pg. 14-15 Fundação Eduardo dos Santos (FESA), MCE Gráfica e Editora, Rio de Janeiro, RJ

ANGOLA HOJE, “Produção de petróleo poderá atingir dois milhões de barris/dia até 2008”. *Revista Angola Hoje*. Ano 4, N.o. 20, Junho/Julho de 2005. Pg. 11. Fundação Eduardo dos Santos (FESA), MCE Gráfica e Editora, Rio de Janeiro, RJ.

BBC NEWS, “China promete duplicar ajuda a África”. 07/11/2006, *BBC News Online*. disponível em: <http://news.bbc.co.uk/1/hi/world/africa/country_profiles/3870303.stm> [consulta nov. 2006]

BBC NEWS, “China promete duplicar ajuda a África”. *BBC News Online*, 07/11/2006, disponível em: <http://news.bbc.co.uk/1/hi/world/africa/country_profiles/3870303.stm> [consulta nov. 2006]

BBC NEWS, “Chad chooses China over Taiwan”, 07/08/2006, *BBC News Online*. Disponível em: <<http://news.bbc.co.uk/2/hi/asia-pacific/5251762.stm>> [consultado em setembro de 2006]

BBC NEWS, “Russia cuts Ukraine gas supplies”, 01/01/2006, *BBC News Online*. Disponível em: <<http://news.bbc.co.uk/2/hi/europe/4572712.stm>> [consultado em janeiro de 2006]

CHINA DAILY, “Chad cuts diplomatic ties with Taiwan”, 06/08/2006, *China Daily Online*. Disponível em: <http://www.chinadaily.com.cn/china/2006-08/06/content_657968.htm> [consultado em Setembro de 2006]

- CNN, “Sudan rebels attacked an oil field”. *CNN News On-Line*, 27/11/2006, disponível em: <http://edition.cnn.com/2006/WORLD/africa/11/27/sudan.darfur.ap/index.html> [consultado em 30/11/2006]
- CNOOC Briefing Office, “CNOOC launches bid for Unocal take-over”, 24/06/2005, disponível em: <http://www.cnooc.com.cn/defaulten.asp> [consultado em setembro de 2005]
- CNOOC Briefing Office, “CNOOC Limited Proposes Merger With Unocal Offering Us\$67 per Unocal Share In Cash”, 23/06/2005, disponível em: <http://www.cnooc.com.cn/defaulten.asp> [consultado em setembro de 2005]
- FRENCH, Howard W. (1998) “Competition Heats Up for West Africa's Oil Wealth”. *New York Times*, 7 de Março de 1998.
- FOLHA-UOL, “Conflito étnico ameaça petróleo da Nigéria e pode elevar preços” *Jornal Folha de SP Online & Uol Notícias*, 24/03/2003. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u64909.shtml> [consulta em jun. 2006]
- FOLHA-UOL, “Rebeldes ameaçam guerra total contra governo” *Jornal Folha de SP Online & Uol Notícias*, 28/09/2004. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft2809200409.htm> [consultado em junho de 2006]
- FOLHA UOL, “Sudão guarda más recordações do governo Clinton”, *Jornal Folha de SP Online & Uol Notícias*, 21/01/2001. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u17986.shtml> [consulta em set. 2006]
- FORD, (2006) “Oil Economic War for Africa’s loyalties begins”, *African Business*, China’s march into Africa, Julho de 2006, N. 322, pg. 20-21, IC-Publication, Reino Unido, Londres
- GULF OIL & GAS NEWS, “China Set for Nigéria Oil When Output Restored”, 06/11/2006. *Gulf Oil & Gas News Middle East & África e-Marketplace*. disponível em: <http://www.gulfoilandgas.com/webpro1/MAIN/Mainnews.asp?id=3681> [consulta nov. 2006]
- GUNDZIK, J. “The rise and rise of gold and oil”, 28/11/2006. *Asia Times*, disponível em: http://atimes.com/atimes/Global_Economy/HK28Dj01.html [consultado em dez. de 2006]
- JORNAL DO COMÉRCIO, “Comunidade árabe mostra sua ira contra americanos”, *JC On-Line*, 22/08/1998. Disponível em: http://www2.uol.com.br/JC/_1998/2208/in2208f.htm [consultado em Setembro de 2006]
- KLARE, Michael T. (2005a), “Katrina and coming world oil crunch”. *The Nation*, edição de 06/09/2005. Disponível em: <http://www.thenation.com/doc/20050919/klare>
- KLARE, Michael T. (2005b), “El Ocaso de la Era del Petroleo”. *RCCI - Zmag-Znet* Disponível em: <http://rcci.net/globalizacion> [consultado em Janeiro de 2006]
- KLARE, Michael T. (2005c), “Imperial Reach”, *The Nation*, 7 de Abril de 2005.
- KLARE, Michael T. (2001b) “The geopolitics of War”. *The Nation*, edição de 18/10/2001, [disponível no URL: <http://www.thenation.com/doc/20011105/klare>] [consultado em Agosto de 2005]
- KLARE, Michael T. (2002a) “US moves to secure African oil supplies”, *Vanguard*, Lagos, Nigéria, 30 de Setembro de 2002.
- MAIDMENT, Paul (2003), “The Other Gulf”, *Forbes*, 10 de Março de 2003

- NJI, Renatus, 21/11/2006, “What are Africa's alternatives to oil?”. *Mail & Guardian Online*, disponível em: <http://www.mg.co.za/articlePage.aspx?articleid=290546&area=/insight/insight_africa/> [consultado em Novembro de 2006].
- NOTÍCIAS LUSÓFONAS, “Angola vai a Pequim na condição de maior parceiro comercial”, *Notícias Lusófonas On-Line*, o 03/11/2006. disponível em: <<http://www.noticiaslusofonas.com/view.php?load=arcview&article=16100&catogory=Angola>> [consultado em Novembro de 2006]
- PONTO FINAL MACAU, “Sinopec investe mais no petróleo angolano” *Ponto Final Portal Diário de Maca Onlineu*, em 15/06/2006, Economia & Finanças III/1069. Disponível em: <<http://www.pontofinalmacau.com/modules.php?op=modload&name=News&file=article&sid=10348>> [consultado em Agosto de 2006]
- PORTER, Adam (2005b) “How much oil do we really have?”, 15/07/2005. *BBC News*, disponível em: <<http://news.bbc.co.uk/2/hi/business/4681935.stm>> [consultado em setembro de 2005]
- PORTER, Adam (2005a). “Peak oil' enters mainstream debate”, 10/06/2005. *BBC News*, disponível em: <<http://news.bbc.co.uk/2/hi/business/4077802.stm>> [consultado em setembro de 2005]
- REUTERS, “US navy to set up Sao Tome radar for gulf security ”, 07/12/2006, *Reuters News On-Line*. Disponível em: <http://today.reuters.com/news/articlenews.aspx?type=politicsNews&storyID=2006-12-07T173029Z_01_L07846042_RTRUKOC_0_US-SAOTOME-USA.xml&WTmodLoc=PolNewsHome_C2_politicsNews-5> [consultado em dez. de 2006]
- SASOL, “Sasol and Chinese sign landmark coal-to-liquids agreement”, *Sasol News* 22/06/2006. Disponível em: <http://www.sasol.com/sasol_internet/frontend/navigation.jsp?articleTypeID=2&articleId=14900002&navid=4&rootid=4> [consultado em Setembro de 2006]
- SIDAHMED, Alsir (2006) “Sudan joining OPEC: the real Issues”. *Sudan Tribune*, em 03/12/2006, disponível no URL: <<http://www.sudantribune.com/spip.php?article19063>> [consulta em dezembro de 2006].
- SOMERVILLE, Keith (2002) “U.S. looks to Africa for Secure Oil” *BBC News Online*. Disponível em: <<http://news.bbc.co.uk/2/hi/africa/default.stm>> [consultado em julho de 2005].
- UBAKA, Patricia (2006) “Nigeria Invites Sudan to Join OPEC Group to maintain production quota”, 06/01/2006 *This Day On-Line*, disponível em: <www.thisdayonline.com> [consultado em agosto de 2006]
- UOL NOTÍCIAS “Bush sanciona lei que pune crimes em Darfur”, 13/10/2006, Agência EFE, *Uol Notícias Online*. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/ultnot/efe/2006/10/13/ult1808u76775.jhtm>> [consulta out. 2006]
- UOL NOTÍCIAS “Ex-líder rebelde toma posse como vice-presidente do Sudão” - 09/07/2005 Agência Reuters, *Uol Notícias Online*. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/ultnot/reuters/2005/07/09/ult729u48409.jhtm>> [consulta set. 2006]
- UOL NOTÍCIAS “Governo do Sudão e rebeldes do EPLS retomam negociações de paz”, 02/01/2004, Agência EFE, *Uol Notícias Online*. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/inter/efe/2004/01/02/ult1808u2408.jhtm>> [consulta set. 2006]

UOL NOTÍCIAS “Governo do Sudão e rebeldes do SPLA prolongam cessar-fogo por mais três meses”, 30/06/2003, Agência Lusa, *Uol Notícias Online*. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/lusa/ultnot/2003/06/30/ult611u26425.jhtm>> [consulta set. 2006]

UOL NOTÍCIAS “Morte de vice-presidente deixa o Sudão sem uma lenda”, 01/08/2005, Agência EFE, *Uol Notícias Online*. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/ultnot/efe/2005/08/01/ult1808u46002.jhtm>> [consulta set. 2006]

UOL NOTÍCIAS “Sudão faz acordo sobre divisão de petróleo em diálogo de paz”, 21/12/2003, Agência Reuters, *Uol Notícias Online*. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/inter/reuters/2003/12/21/ult729u32388.jhtm>> [consulta set. 2006]

VERSI, Anver (2006) “A meeting of minds - and needs”. *African Business*, China’s March into África, , Julho de 2006, N. 322, pg. 16-19, IC-Publication, Reino Unido, Londres.

WINNING, D. (2006) “China Three Gorges Corp To Set Up Wind Farm Enter Market”, 28/11/2006. Clean Development Mechanism in China, *Office of National Coordination Committee on Climate Change*. Portal do Governo da República Popular da China. Disponível em: <<http://cdm.ccchina.gov.cn/english/NewsInfo.asp?NewsId=1380>> [consultado em dez. 2006]

MAPAS, CARTAS TEMÁTICAS, GRÁFICOS , DIAGRAMAS E OUTRAS FIGURAS

EIA-DOE (1999), “World Oil Transit Chokepoints”. *EIA-U.S. Department of Energy*, agosto de 1999. disponível em: <<http://www.eia.doe.gov/emeu/cabs/choke.pdf>> [consultado em Junho de 2005].

CERA (2003) “Shifts in World Liquid Capacity”. Em: *Hearing in Global Energy Security Issues* pg. 13. Daniel Yergin Testimony to Subcommittee on international Economic Policy, Export and Trade Promotion of US Senate Committee on Foreign Relations, *Cambridge Energy Research Associates*, 8 de Abril de 2003. Disponível em: <<http://www.senate.gov/~foreign/testimony/2003/YerginTestimony030408.pdf>>

IEA (2005), *Choke Points Slides*, International Energy Agency, 2005, Paris. Disponível em: <<http://www.iea.org/journalists/docs/Chokepointsslides.pdf>> [consultado em Fevereiro de 2006].

MARIN, Cécile (1999) “Bataille Pour le pétrole au Nigeria”. *Le Monde Diplomatique*. Cartographie, Afrique, février 1999. Disponível em: <<http://www.monde-diplomatique.fr/cartes/afriquenigeriamdv51>> [consultado em Agosto de 2005].

REKACEWICZ, Philippe (2000) “Vers une nouvelle géopolitique africaine”. *Le Monde Diplomatique* Disponível em: <<http://www.monde-diplomatique.fr/cartes/afriquembembemdv51>>; disponível em formato JPG em: <<http://mondediplo.com/maps/IMG/arton2011.jpg>> [consultado em Agosto de 2005].

REKACEWICZ, Philippe (2004) “Um continent convoité et déchiré”. *Le Monde Diplomatique*. Cartographie – Afrique. Julho de 2004. Disponível em formato PDF: <http://www.monde-diplomatique.fr/cartes/IMG/pdf/continent_convoite_-2.pdf>; Disponível em formato JPG em: <<http://mondediplo.com/maps/IMG/artoff3939.jpg>> [consultado em Agosto de 2005].

SUDAN MINISTRY OF ENERGY & MINING (2006) “Sudan Oil & Gas Concessions”. *Ministério de Minas e Energia do Sudão*. Mapa das concessões petrolíferas atualizado em Março de 2006. Disponível em: <http://spc.sd/cons_map/concessions_map.htm> [consultado em Setembro de 2006].

APÊNDICES

APÊNDICE - GLOSSÁRIO I: ABREVIATURAS DE TERMOS TÉCNICOS E MEDIDAS

ABREVIATURAS

k (kilo) = 103 (milhares) M (Mega) = 106 (milhões) G (Giga) = 109 (bilhões) T (Tera) = 1012 (trilhões)

Medidas de massa e volume

t – tonelada
 bbl - Barris de petróleo
 bpd ou b/d – barris por dia
 Mbpd ou mb/d – milhões de barris por dia
 m³ - metros cúbicos
 cf – *cubic feet* (pés cúbicos)

Medidas de energia e potência

Gcal – Gigacaloria (109 caloria)
 GJ – Gigajoule (109 joule)
 kW h – Quilowatt hora (103 watt hora)
 MWh – Megawatt hora (106 watt hora)

Medidas de equivalência de energia / massa-energia

bep – Barril equivalente de petróleo
 boe - Barris de óleo equivalente
 boe/d - Barris de óleo equivalente por dia.
 tec - Tonelada equivalente de Carvão
 tep – Toneladas Equivalentes de Petróleo
 Mtec - Milhões de Toneladas Equivalentes de Carvão
 Mtep - Milhões de Toneladas Equivalentes de Petróleo
 Btu -British thermal unit
 MBtu - mega British thermal unit (106 british thermal unit)

EQUIVALÊNCIA DE MEDIDAS/VALORES

Volume – Volume	Energia - Energia	Energia – Energia Equivalente
1 bbl = 158,9873264 litros	1 J (joule) = 0,239 cal	1 bep = 1.390 Mcal
1 bbl = 0,158987 m ³	1 Btu = 252 cal	
1 m ³ = 1000 litros		1 tep = 1,42857 tec
1 m ³ = 6,28981 bbl	1 kWh = 859.845 kcal	1 tep = 39,6832 MBtu
1 m ³ = 35,3 cf	1 kWh = 3,6 MJ	1 tep = 11,63 MWh
1 cf = 0,0283 m ³	1 kWh = 3,4121411565 kBtu	1 tep = 10.000.000 kcal
	1 kWh = 0,0034121412 MBtu	1 tep = 41.868 MJ
Volume - Massa		
1 bbl = 0,136612021857923 t	1 MWh = 859845 kcal	1 tec = 0,7 tep
1 t de petróleo = 7,32 bbl	1 MWh = 3600 MJ	1 tec = 27,77824 MBtu
1 b/dia = 50 t/ano	1 MWh = 3.412,1411565 kBtu	1 tec = 8,141 MWh
	1 MWh = 3,4121411565 MBtu	1 tec = 7.000.000 kcal
		1 tec = 29307,6 MJ
Volume de gás – Energia		
1000 m ³ gás = 7,178 bep		
10.000 cf = 1 bep		

EQUIVALÊNCIA DE MASSA OU VOLUME PARA ENERGIA

Petróleo	Gás Natural (GN)	Biogás
1 bbl de petróleo = tep	1 m ³ de GN. = 0,932 tep	1 m ³ de biogás = 0,48 tep
1 bbl de petróleo = tec	1 m ³ de GN = 1,331 tec	1 m ³ de biogás = 0,686 tec
1 bbl de petróleo = GJ	1 m ³ de GN = 39,02 GJ	1 m ³ de biogás = 20 GJ
1 bbl de petróleo = MBtu	1 m ³ de GN = 36,98 MBtu	1 m ³ de biogás = 19 MBtu
1 bbl de petróleo = MWh	1 m ³ de GN = 9,32 MWh	1 m ³ de biogás = 4,8 MWh
1 t de petróleo = 1,018 tep	1000 m ³ de GN = 932 tep	
1 t de petróleo = 1,454 tec	1000 m ³ de GN = 1331 tec	
1 t de petróleo = 42,62 GJ	1000 m ³ de GN = 39020 GJ	
1 t de petróleo = 40,39 MBtu	1000 m ³ de GN. = 36980 MBtu	
1 t de petróleo = 11,84 MWh	1000 m ³ de GN = 9320 MWh	

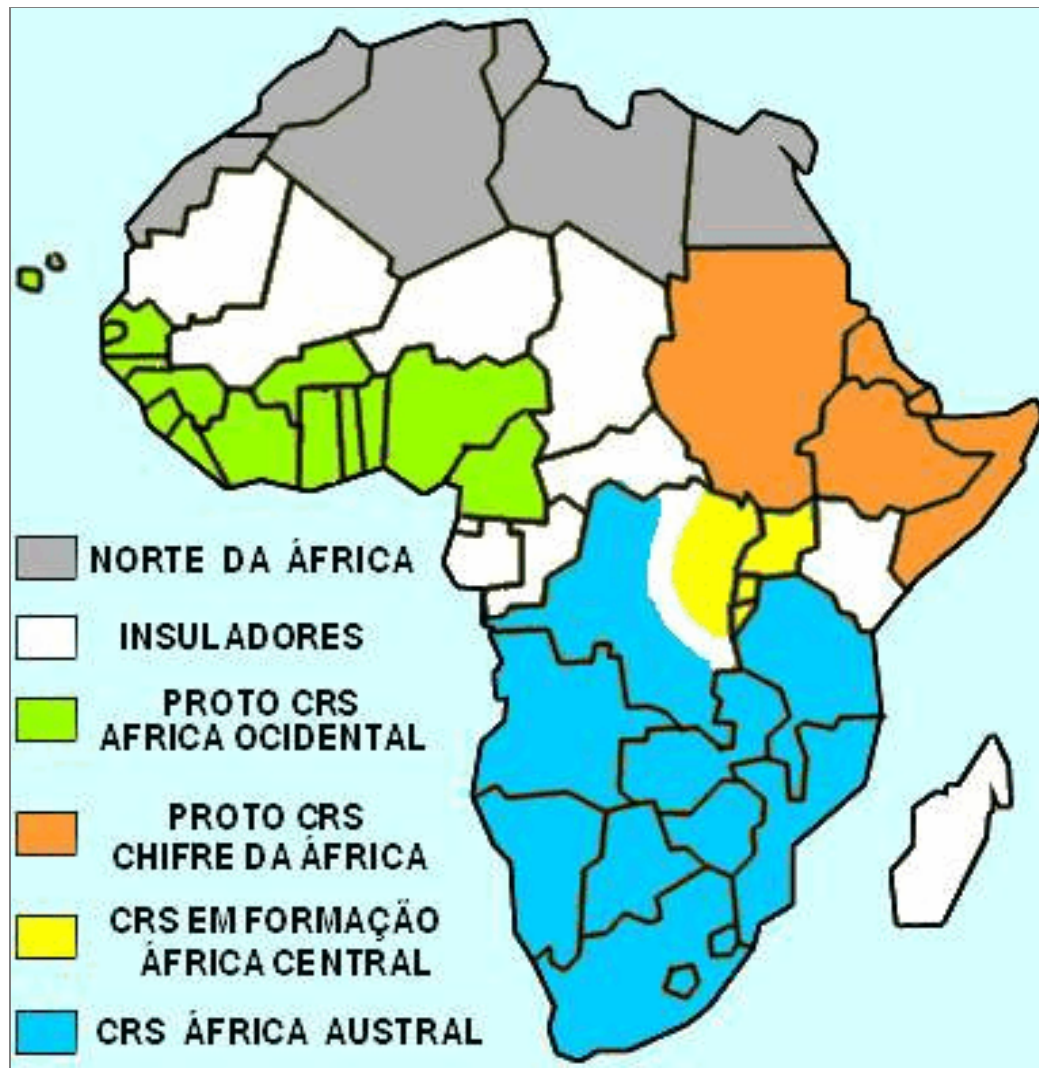
Elaborado pelo Autor a partir de dados da Agência Internacional de Energia e de Colin J. Capbel.

Fontes:

IEA Web Site <http://www.iea.org/Textbase/stats/unit.asp>

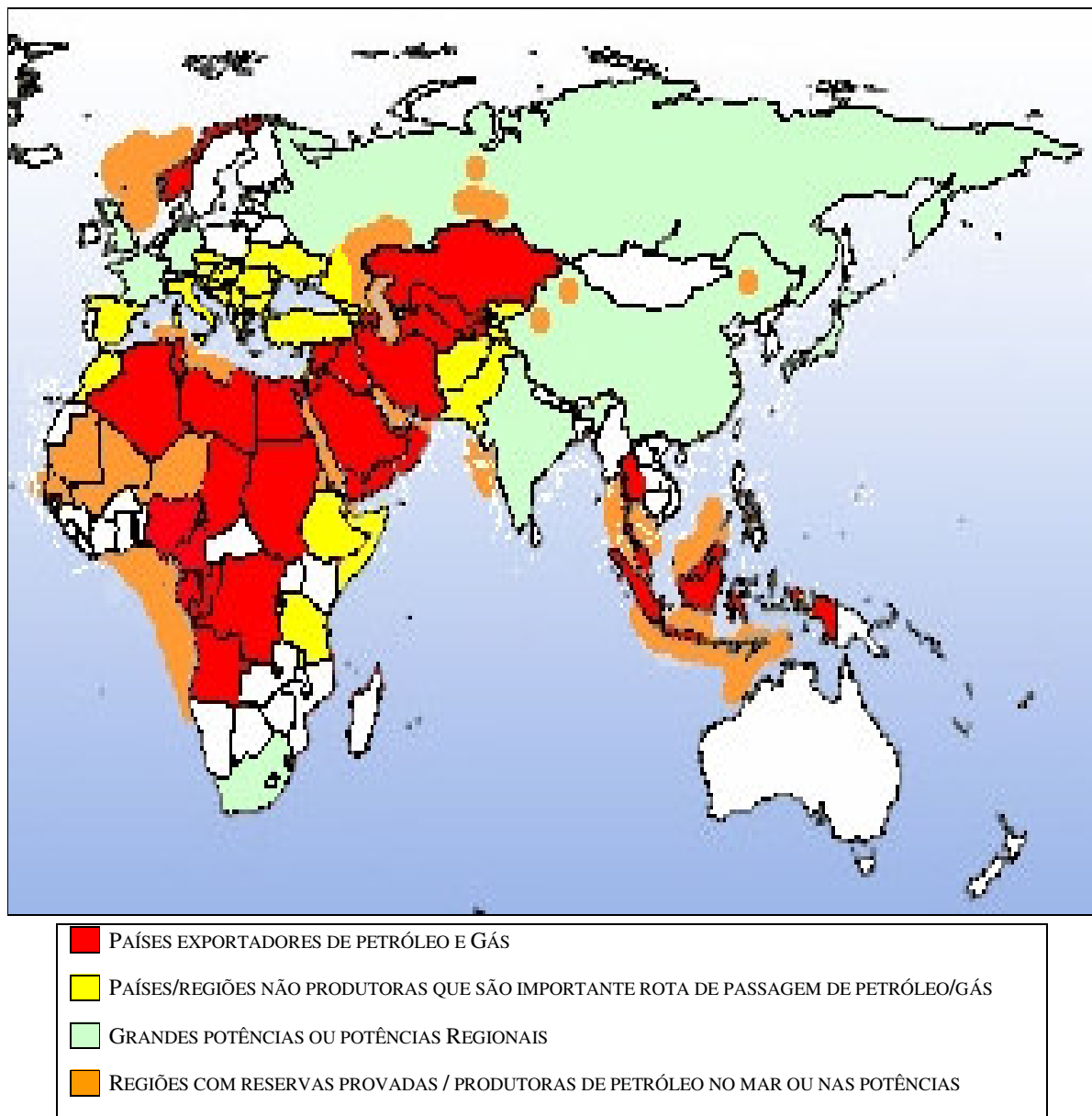
Campbell, Colin J.(2005) Oil Crisis. Multi-Science Publishing Company Ltd, UK, 2005. pg. 371.

**APÊNDICE MAPA 1.1.- COMPLEXOS REGIONAIS DE SEGURANÇA (CRS) EM ÁFRICA
SUBSAARIANA, SEGUNDO BUZAN & WAEVER**



Mapa Ilustrativo Temático (sem precisão cartográfica). Elaborado pelo Autor a partir da de Barry Buzan & Ole Waever (2003, pg.231).

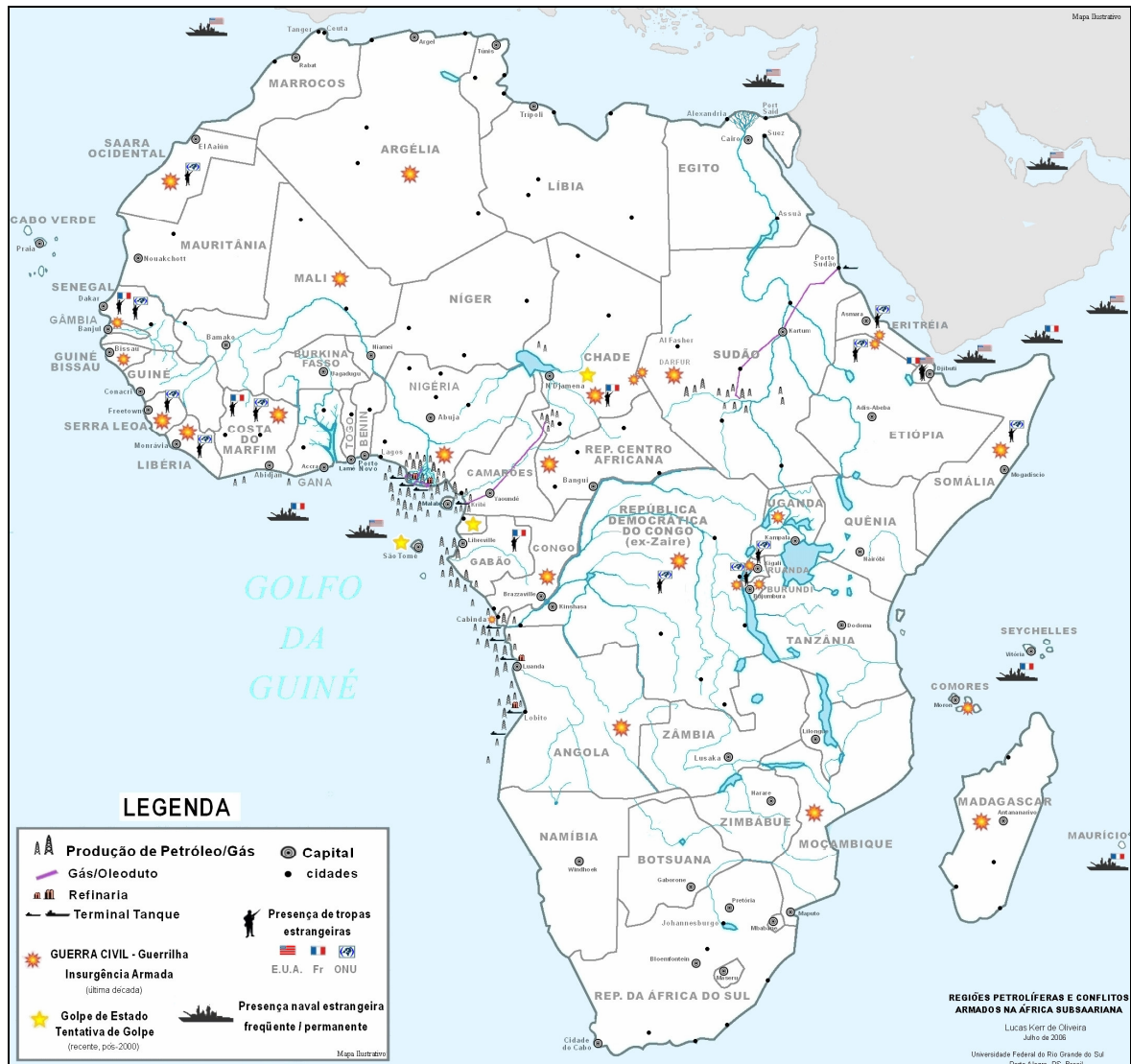
**APÊNDICE - MAPA.2.1 .- GEOPOLÍTICA DO PETRÓLEO: PAÍSES E ZONAS
PRODUTORAS EM ÁFRICA, ORIENTE MÉDIO E ÁSIA CENTRAL**



Mapa Ilustrativo Temático (sem precisão cartográfica). Elaborado pelo autor em 2006 (Original em tamanho A3) a partir dos dados 2004-2006 da AIE-IEA (Agência Internacional de Energia), Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) e do Departamento de Energia dos EUA (EIA-DoE).

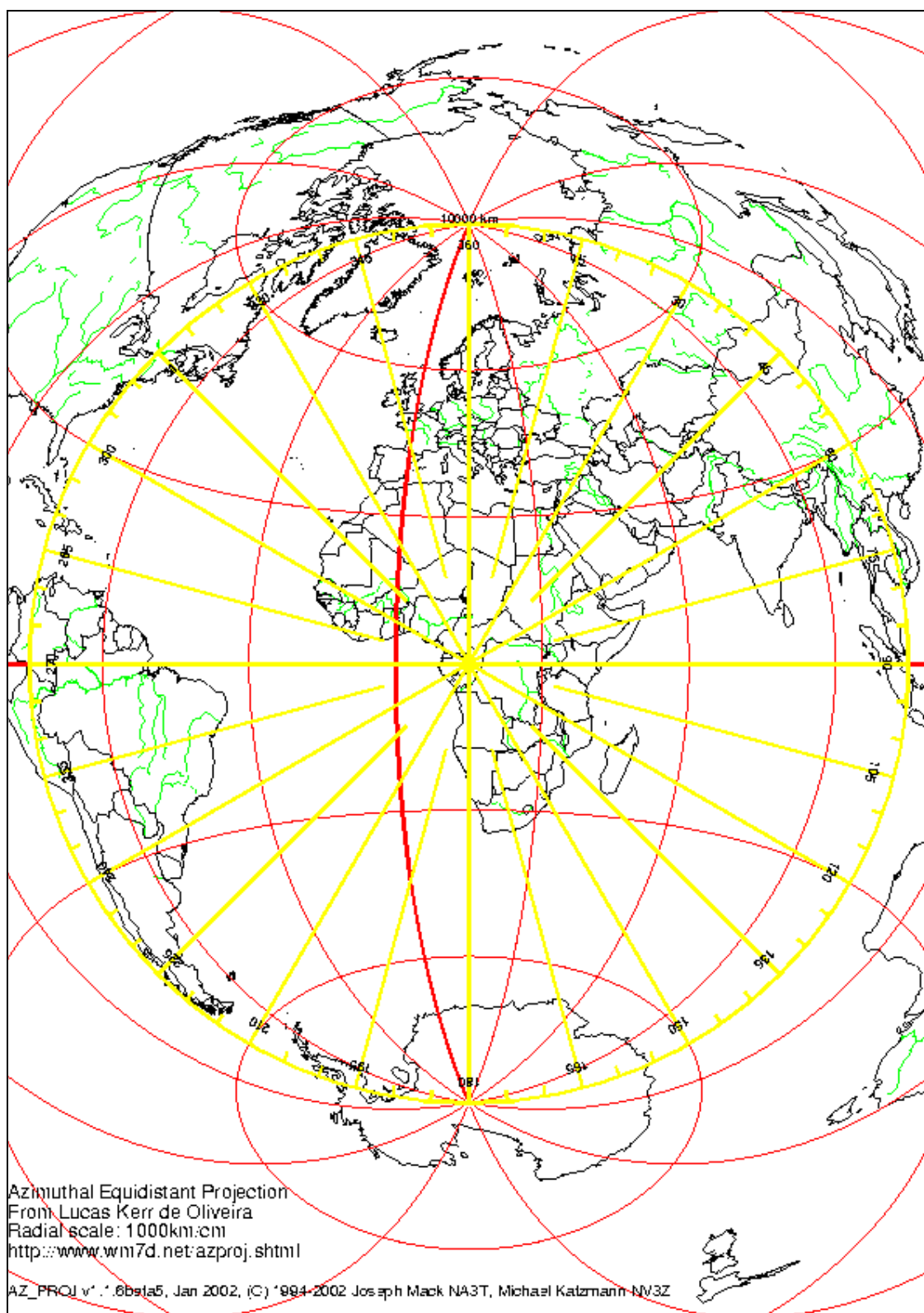
Neste mapa, estão indicados em verde as principais potências mundiais ou regionais, independentemente de importarem petróleo, como China, Japão, França, Alemanha, Índia e África do Sul, ou de exportarem petróleo, como Rússia e Reino Unido. As zonas indicadas em laranja são regiões com reservas provadas e/ou produção de hidrocarbonetos localizadas no mar (Golfo Pérsico, Golfo da Guiné, Mar do Norte, mar Cáspio), ou nos continentes, indicando também países com descobertas recentes e ainda pouco exploradas (Níger, Mauritânia) e as principais regiões produtoras dentro de potências mundiais como Rússia e China. Os países que são exportadores de hidrocarbonetos (petróleo e gás), mas não são potências mundiais estão indicados em vermelho, que além de grandes porções da África, Oriente Médio e Ásia Central também inclui países no sudoeste asiático como Indonésia e Malásia.

APÊNDICE MAPA 2.2. – REGIÕES PETROLÍFERAS E CONFLITOS NA ÁFRICA SUBSAARIANA



Mapa Ilustrativo Temático (sem precisão cartográfica). Elaborado pelo Autor em 2006 (Original em tamanho A2)

APÊNDICE MAPA 2.3. - MAPA AZIMUTAL CENTRADO NA ÁFRICA



Mapa Azimutal Equidistante com centro no Golfo da Guiné (fronteira Congo-Gabão). Círculo amarelo indicando distâncias de 10.000km do centro. Elaborado pelo autor com o software independente AZ_Proj V 1.1.6.

APÊNDICE - QUADRO 3.A. - EMPRESAS PETROLÍFERAS NACIONAIS AFRICANAS

País	Companhias Nacionais - Estatais
África do Sul	SASOL - Suid Afrikaanse Steenkool en Olie PetroSA – Petro South Africa
Angola	Sonangol - Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola
Argélia	Sonatrach - Algeria National Oil & Gas Comp
Camarões	SNH - Société Nationale des Hydrocarbures
Congo (Brazzavile)	SNPC - Société Nationale des Pétroles du Congo
Congo (Kinshasa)	DRC Co-Hydro
Costa do Marfim	PETROCI – Petro Cost d'Ivory
Gabão	Gabon NPC
Gana	GNPC - Ghana National Petroleum Corporation
Guiné	Petroguin
Guiné Equatorial	GEPetrol
Libéria	NOCL - National Oil Corporation Libéria
Líbia	LNOC - Libian National Oil Corporation
Madagascar	OMINIS
Mauritânia	SMH
Marrocos	ONHYM
Moçambique	ENH & ANP
Namíbia	Namcor
Nigéria	NNPC -Nigerian National Petroleum Corporation
Quênia	NOCK - National Oil Corporation Kenya
Senegal	Petronsen
Ilhas Seychelles	Seychelles Petroleum Company
Sudão	SPC – Sudapet (estatal)
Tunísia	ETAP - Enterprise Tunisienne d'Activités Pétrolières

APÊNDICE - QUADROS

APÊNDICE – QUADRO 4.A. - COMPANHIAS PETROLÍFERAS ESTADUNIDENSES COM ATIVIDADES NA ÁFRICA

COMPANHIAS	PAÍSES ONDE A EMPRESA ESTÁ PRESENTE		
	Exploração e Desenvolvimento	Produção	Outras
Exxon-Mobil	Angola, Guiné Equatorial, Madagascar, Nigéria Líbia, Tunísia: B.7 (50%), B.12 Op.(45%)	Angola, Chade, Guiné Equatorial Nigéria	Oleoduto Chade-Camarões Op. (40%)
Chevron-Texaco	Angola, Nigéria, Chade, Camarões, Guiné Equatorial, São Tomé & Príncipe	Angola, Nigéria, Chade	Oleoduto Chade-Camarões (25%) África do Sul, Refinaria Caltex, 110.000 b/d
Conoco Philips	Angola, Nigéria,	Nigéria	
Marathon Oil	Angola, Guiné Equatorial Sudão Bloco B (32,5%)	Angola	
Occidental Petroleum	Líbia	Líbia	
Devon Energy Corp. Ocean Energy	Angola, Costa do Marfim, Gana, Nigéria, Guiné Equatorial e Gabão	Costa do Marfim B. CI-11 Angola, Nigéria, Gabão, Guiné Equatorial	
Anadarko Petroleum Kerr-McGee	Argélia, Etiópia, Eritreia Angola: B.10 (25%) Benin: B.4 (40%) Gana: TC (20%), WCTP (20%) Gabão: Agali (50%) JDZ: B.3 (51%) Moçambique: A1 (100%) Nigéria: B.242 (22,5%) Tunísia: B.8 Op(27,5%), Area J (16,66%)	Argélia, Angola, Gabão, Nigéria	
	Benin B.4 (70%) Nigéria	Nigéria	
Vanco Energy	Costa do Marfim, Gabão, Gana, Guiné Equatorial, Namíbia, Marrocos		
Pan Ocean	Nigéria		
Perenco	Tunísia: B.20 Op.(50%)		
Teneco	Nigéria		

**APÊNDICE – QUADRO 4.B. - PRINCIPAIS COMPANHIAS PETROLÍFERAS CHINESAS
COM ATIVIDADES EM ÁFRICA**

COMPANHIAS	PAÍSES ONDE A EMPRESA ESTÁ PRESENTE		
	Exploração e Desenvolvimento	Produção	Outras
CNPC-Petrochina	Angola Chade Bloco H Sudão - B3 (41%) B7 (41%) B15 Niger: Bloco Tenere Mauritânia: B12, B20, B. Ta13, B. Ta 21 Argélia: B102a, B112 e B350 Líbia: B. 17-4 Tunísia: Bloco NK	Sudão B1 (40%), B2 (40%), B4 (40%), B6 Op. (95%), Tunísia – Bloco SLK	Sudão: 1 oleoduto ligando os blocos 1/2/4, a Port Sudan (Mar Vermelho); 2 oleodutos em construção para os B.3/7 e B.6
CNOOC	Angola, Nigéria, Gabão, Guiné Equatorial, Etiópia, Mali, Mauritânia, Níger	Angola, Nigéria, Gabão, Guiné Equatorial, Etiópia	
Sinopec	Angola, Nigéria Sudão B3 (6%), B7 (6%) Argélia	Angola, Nigéria, Argélia, Sudão	
CITIC	Chade B.H (parceria com a CNPC)		

**APÊNDICE – QUADRO 4.C. - PRINCIPAIS COMPANHIAS PETROLÍFERAS DA REGIÃO
SUL DA ÁSIA / ÁSIA PACÍFICO COM ATIVIDADES NA ÁFRICA**

PAÍS DE ORIGEM	COMPANHIAS	PAÍSES ONDE A EMPRESA ESTÁ PRESENTE		
		Exploração e Desenvolvimento	Produção	Outros
Índia	ONGC	Sudão B5A (24,125%) Nigéria, Angola	Sudão, Nigéria	
Japão	Mitsubishi Corp.	Angola, Nigéria	Angola, Nigéria	
	Teikoku Oil	Angola, República Democrática do Congo, Argélia, Egito	Angola, Argélia, Congo	
	Ajoco-Japan Oil Co	Angola	Angola	
Coréia do Sul	K. National Petro. Co	Angola, Nigéria	Angola, Nigéria	
	K. Petro. Develop. Co	Nigéria	Nigéria	
	Daewoo Petroleum	Angola	Angola	
Indonésia	Pertamina	Sudão	Sudão	
Malásia	Petronas	Benin B.4 (30%) Etiópia Sudão B1 (30%), B2 (30%), B3 (40%), B4 (30%), B5a Op. (68,875%), B5b Op.(41%) , B7(40%), B8 (77%)	Sudão: B1 (30%), B2 (30%), B4(30%),	Oleoduto Chade-Camarões (35%)
Austrália	BHP Petroleum	Angola, Gabão, Argélia	Angola, Gabão, Argélia	
	Roc Petroleum	Angola	Angola	

APÊNDICE – QUADRO 4.D. - PRINCIPAIS COMPANHIAS PETROLÍFERAS

EUROPÉIAS COM ATIVIDADES NA ÁFRICA

PAÍS DE ORIGEM	COMPANHIAS	PAÍSES ONDE A EMPRESA ESTÁ PRESENTE		
		Exploração e Desenvolvimento	Produção	Refino
Reino Unido	BP-Amoco	Angola, Nigéria	Angola, Nigéria	
Holanda Reino Unido	Royal Dutsh Shell	Angola, Nigéria	Angola, Nigéria	
França-Bélgica	Total-Fina-Elf	Angola, Nigéria, Sudão: Bloco B Op. (32,5%) Argélia	Angola, Nigéria, Sudão	
Itália	ENI-Agip	Angola, Congo, Guiné-Bissau/Senegal: “Cheval Marin Area” (85%), Eritreia, Nigéria, Moçambique: B4, Somália: B31 (100%), B6, B9 e B12 (50%), Argélia, Egito, Líbia, Tunísia	Angola, Congo, Nigéria Argélia, Egito, Tunísia 3 blocos (50% cada), Líbia	Chade-Camarões (Manutenção do Oleoduto Chade-Camarões) Egito (oleoduto e refinaria de gás)
Espanha	YPF-Repsol	Angola		
Espanha	Hisponoil	Argélia		
Portugal	Petrogal	Angola		
Reino Unido	Equator Exploration	Angola, Nigéria		
Escócia	Dana Petroleum	Gana Mauritânia B.1. (60%), B7 (63,85%) Quênia, Senegal, Marrocos, Egito		
França	Petro-Inett Corp.	Angola		
Áustria	OMV GmbH	Sudão		
Finlândia	Neste Petroleum	Angola		
Noruega	Statoil	Angola	Angola	
	Norsk	Angola	Angola	
Suécia	Lundin Oil IPC	Sudão	Sudão	
	Svenska Petroleum	Angola, Costa do Marfim	Costa do Marfim Op. B. CI-40 (29%)	
Suíça	Clividen Group	Chade Permit ‘H’ (25%) Sudão Bloco C (37%)	Chade	
	Prodev	Angola		
Croácia	INA Naftaplin	Angola		
Sérvia	NIS Naftagas	Angola		

**APÊNDICE – QUADRO 4.E. - PRINCIPAIS EMPRESAS PETROLÍFERAS AFRICANAS
COM ATIVIDADES EM OUTROS PAÍSES DA ÁFRICA**

PAÍSES DE ORIGEM	COMPANHIAS	PAÍSES ONDE A EMPRESA ESTÁ PRESENTE		
		Exploração e Desenvolvimento	Produção	Refino
África do Sul	<u>PetroSA</u>	África do Sul, Gabão, Guiné Equatorial, Moçambique, Namíbia, Nigéria OML114 (40%), Sudão B14 (80%), Argélia	Nigéria Abana (40%)	
	SASOL	África do Sul, Moçambique,	África do Sul, Moçambique (gás)	3 Usinas CTL (1 em Salolburg e 2 em Secunda); Refinaria Natref (63,6%); Gasoduto Moçambique-África do Sul; Projeto Oryx GTL (Qatar)
	Energy África Ltd	Angola, África do Sul, Namíbia	Angola, Namíbia	
Angola	Sonangol	Angola	Angola	
	Sonap	Angola	Angola	
Costa do Marfim	SIR Societe Ivoirienne di Raffinage	Costa do Marfim		
Nigéria	NNPC	Nigéria, JDZ (Nigéria-S.Tomé)	Nigéria	
	Addax Petroleum	Nigéria		
	Afren PLC	Congo-Brazzaville, Gabão, Nigéria JDZ (Nigéria / S. Tomé & Príncipe)	Congo-Brazzaville, Gabão, Nigéria	
	Amni International	Nigéria		
	Equator Petroleum	Nigéria		
	Express Petroleum	Nigéria Sudão B.18 (10%)	Nigéria	
	Petroman	Nigéria		
	Zenon Petroleum	Nigéria, Sudão	Nigéria, Sudão	
Sudão	<i>Higleig Petroleum*</i>	Sudão		

* EMPRESA ORIGINALMENTE APENAS SUDANESA, ATUALMENTE É METADE KUWAITIANA

ANEXOS

ANEXO – GRÁFICOS

ANEXO GRÁFICO 2.1. – CURVA DE PRODUÇÃO DE UM POÇO PETROLÍFERO

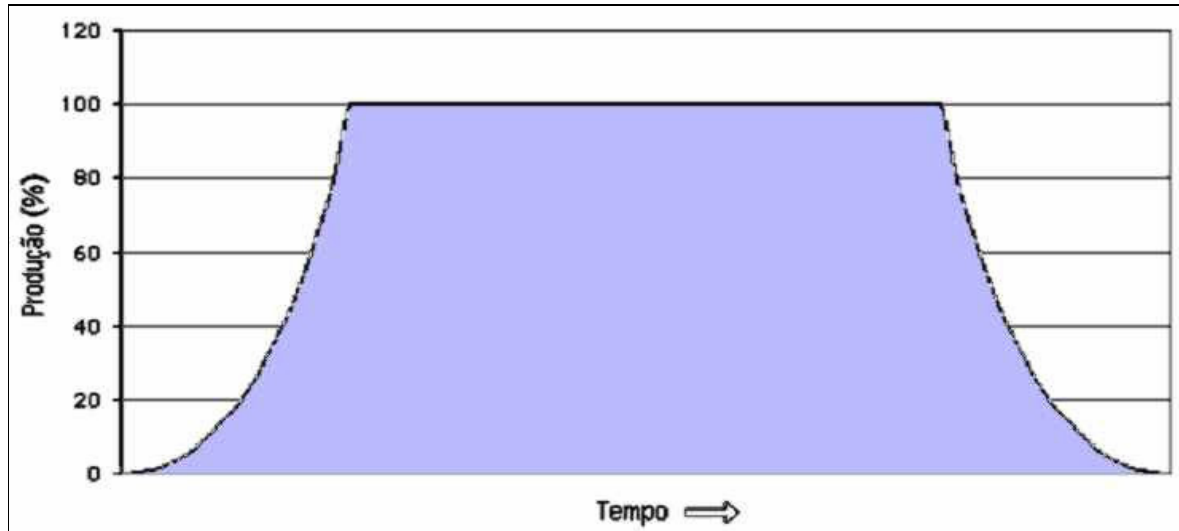


Gráfico 2.1 - Modelo da produção de um único poço de petróleo ao longo do tempo. Ilustração Modificada. Fonte: ASPO – *The Association for the Study of Peak Oil and Gas* <<http://www.peakoil.net>>

ANEXO GRÁFICO 2.2. – MODELO DA CURVA DE PRODUÇÃO: CONJUNTO DE POÇOS DE UMA MESMA PROVÍNCIA PETROLÍFERA

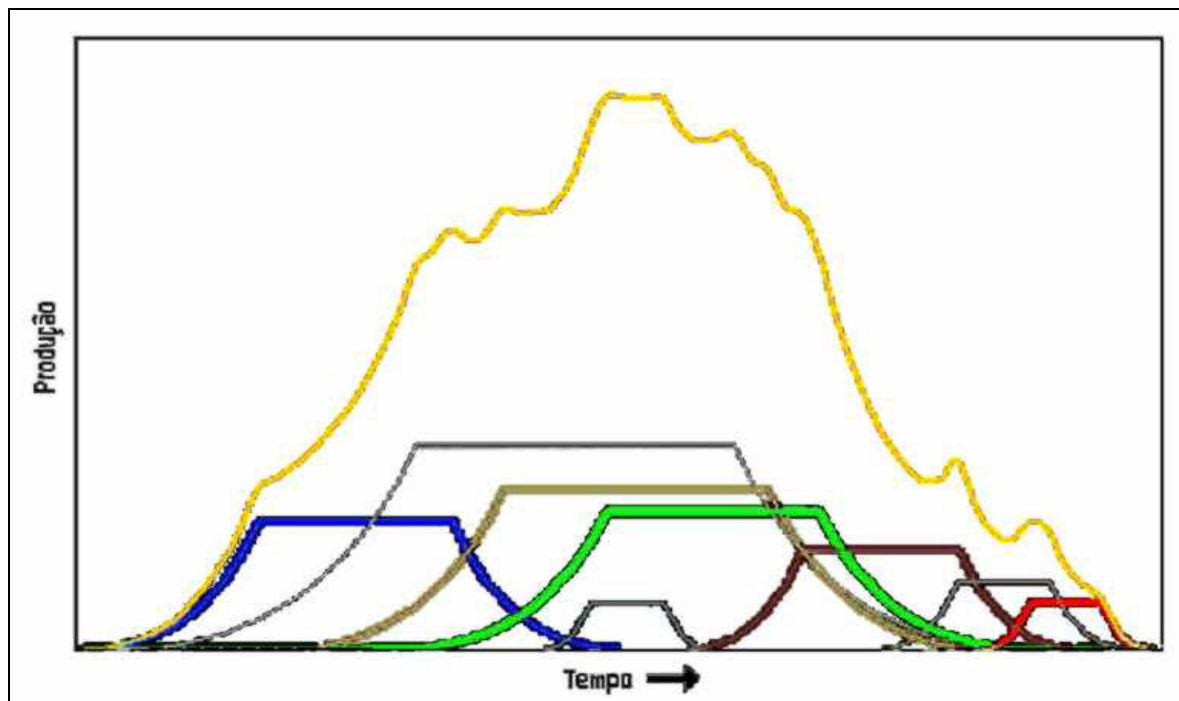


Gráfico 2.2 – Curva logística resultante da produção de 8 poços de uma mesma bacia petrolífera. Fonte: ASPO

ANEXO GRÁFICO 2.3. – MODELO DA CURVA DE PRODUÇÃO DE HUBBERT

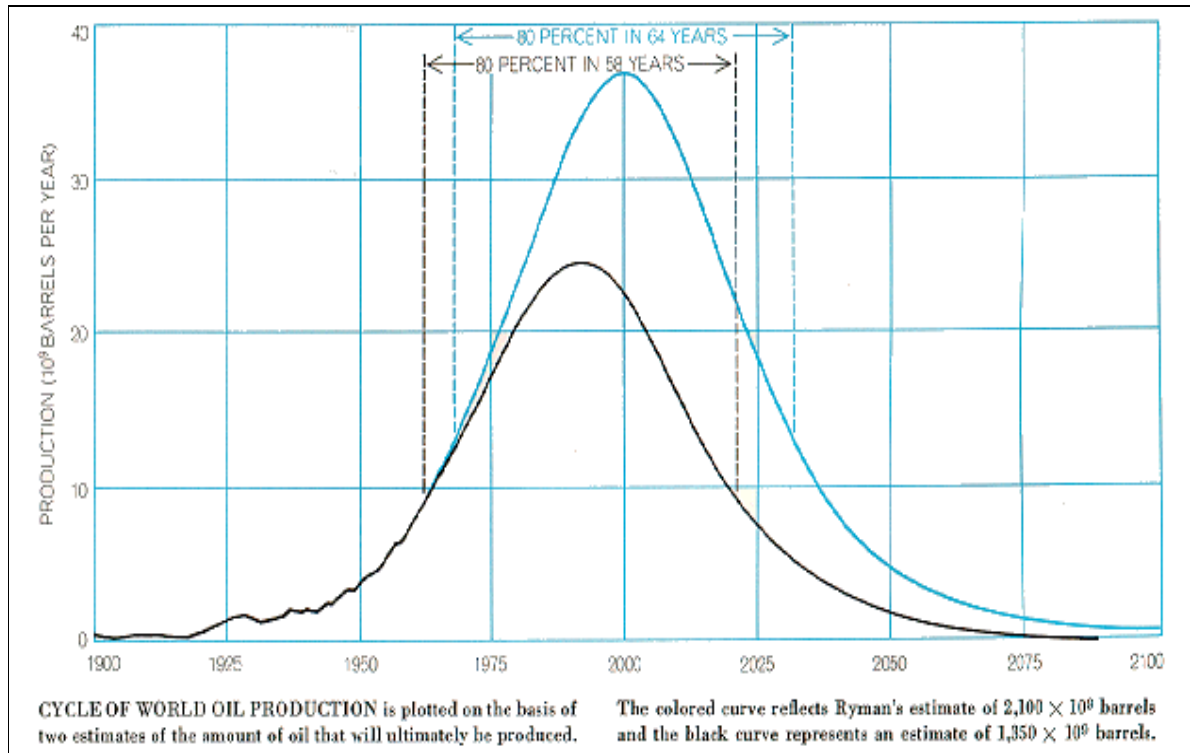


Gráfico 2.3 - Modelo da curva logística de produção petrolífera de M. King Hubbert, indicando a produção em função do volume ao longo do tempo. Disponível em *M. King Hubbert – Oil Crisis*, <<http://www.oilcrisis.com/hubbert/>>

ANEXO GRÁFICO 2.4. – DESCOBERTAS DE PETRÓLEO NO PASSADO E PROJEÇÕES

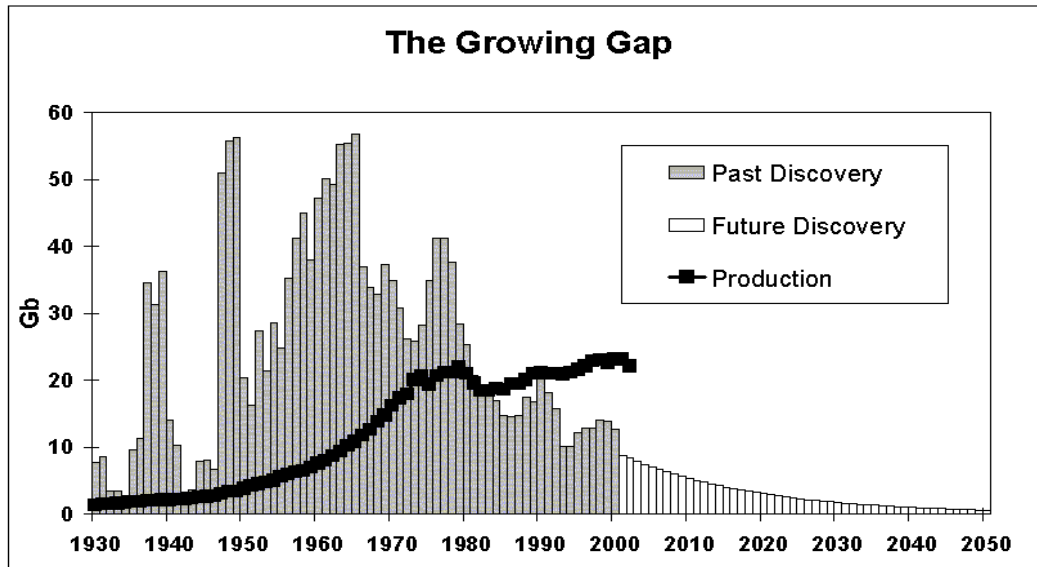


Gráfico 2.4. Gráfico elaborado por Colin J. Campbell, permite observar o pico mundial das descobertas de petróleo nos anos 1950 e 1960, o declínio das novas descobertas nos anos 1970-1980 e 1990-2000 e projetar uma tendência aproximada para as próximas décadas. Disponível em *Oil Crisis – Campbell* <<http://www.oilcrisis.com/campbell/>>

ANEXO Gráfico 2.5. – HIDROCARBONETOS, PRODUÇÃO MUNDIAL E PROJEÇÃO, POR

COLIN CAMPBELL

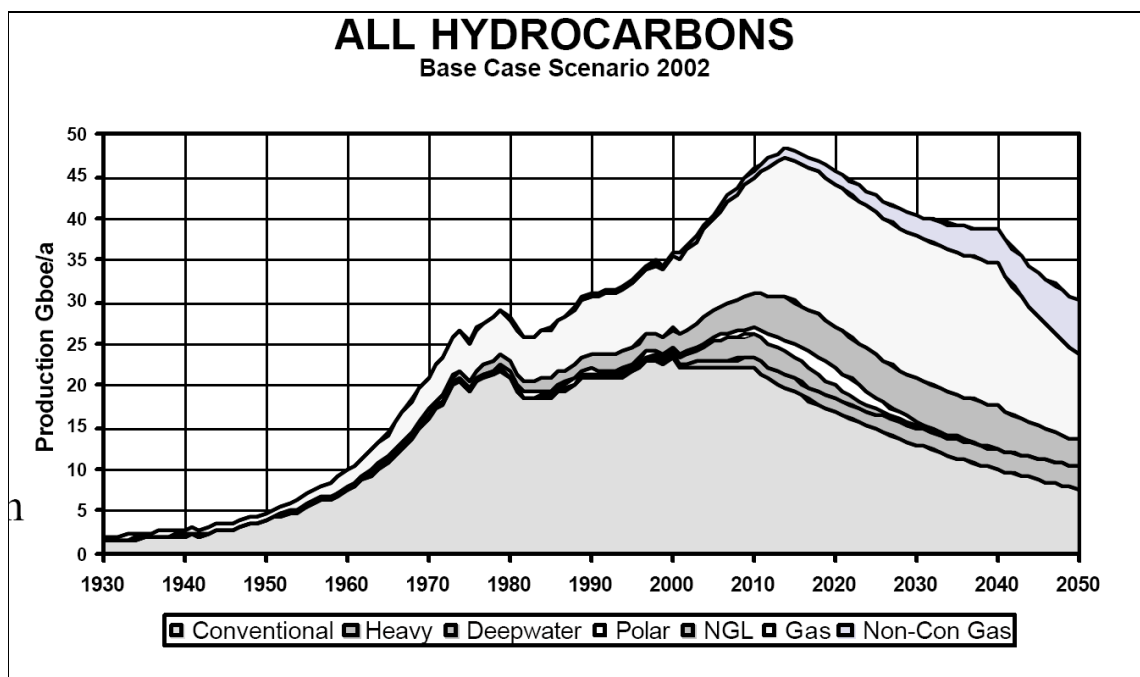
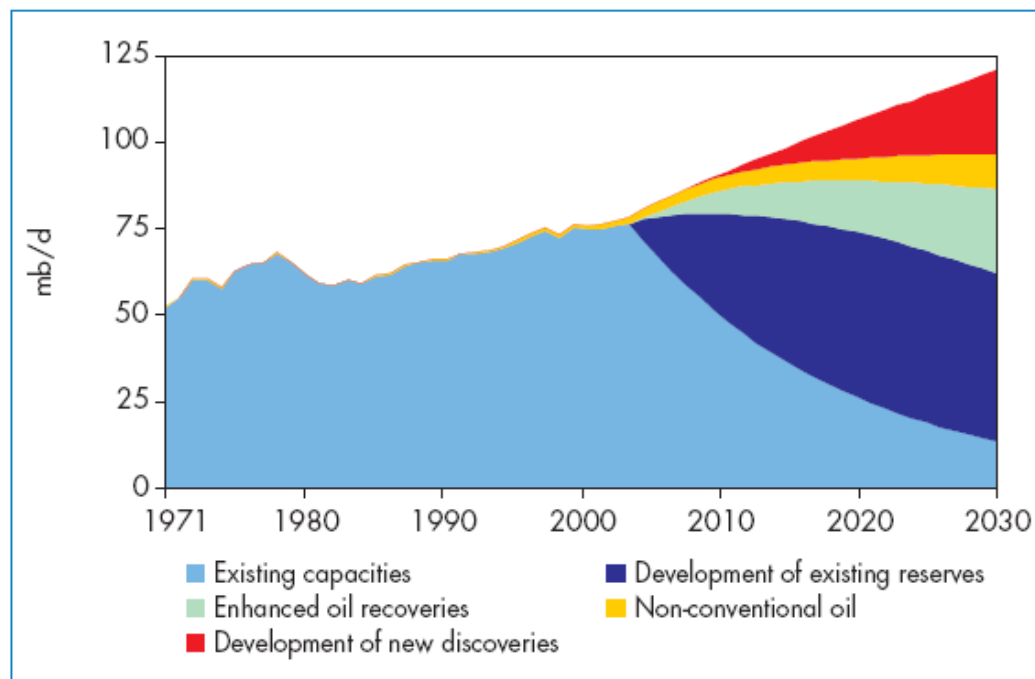


Gráfico 2.5. Aplicação do modelo de Hubbert feita por Colin J. Campbell para descrever a produção mundial de petróleo e Gás, no passado e projetar a curva de produção futura. O pico da produção petrolífera ocorre na segunda metade da década de 2000 e o pico da produção de gás ocorre em meados da década de 2010.

Fonte:

CAMPBELL, Colin J. (2002) "Forecasting Global Oil Supply", **Hubbert Center Newsletter**. M. K. Hubbert Center for Petroleum Supply Studies, Petroleum Engineering Department, Colorado School of Mines. Vol. 03, Julho de 2002. disponível em formato PDF no URL: <http://www.hubbertpeak.com/campbell/Campbell_02-3.pdf>

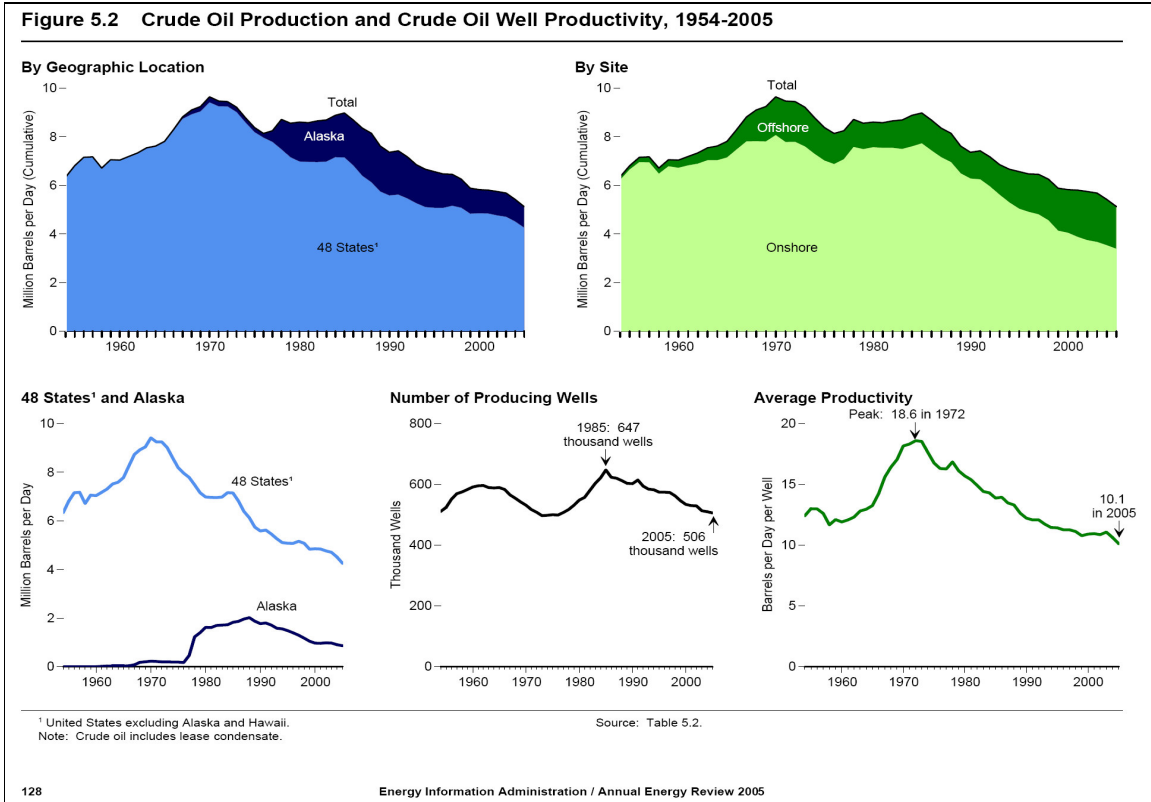
ANEXO GRÁFICO 2.6.- PRODUÇÃO MUNDIAL DE PETRÓLEO SEGUNDO A AGÊNCIA INTERNACIONAL DE ENERGIA (1970-2030)



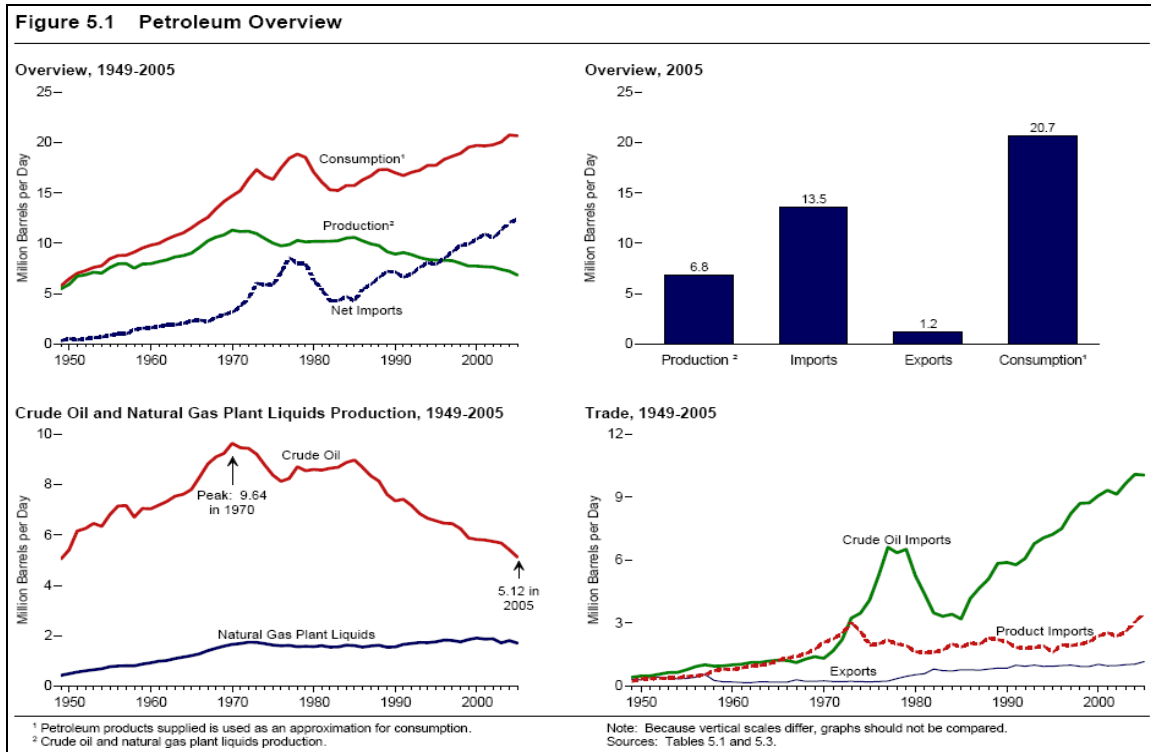
Produção de Petróleo de 1971 ao presente e projeções para 2030 segundo o tipo: capacidade das reservas atualmente produtivas (azul claro), desenvolvimento das reservas conhecidas ainda não produtivas (azul escuro), ampliação da produção pelo aumento da recuperação (verde claro), desenvolvimento das descobertas futuras (vermelho) e petróleo não-convencional (amarelo).

FONTE: IEA (2005) *World Energy Outlook 2004 Edition*, International Energy Agency, pg. 103, Paris, 2005.

ANEXO GRÁFICO 4.2 – CONJUNTO DE GRÁFICOS SOBRE A PRODUÇÃO DE PETRÓLEO NOS EUA



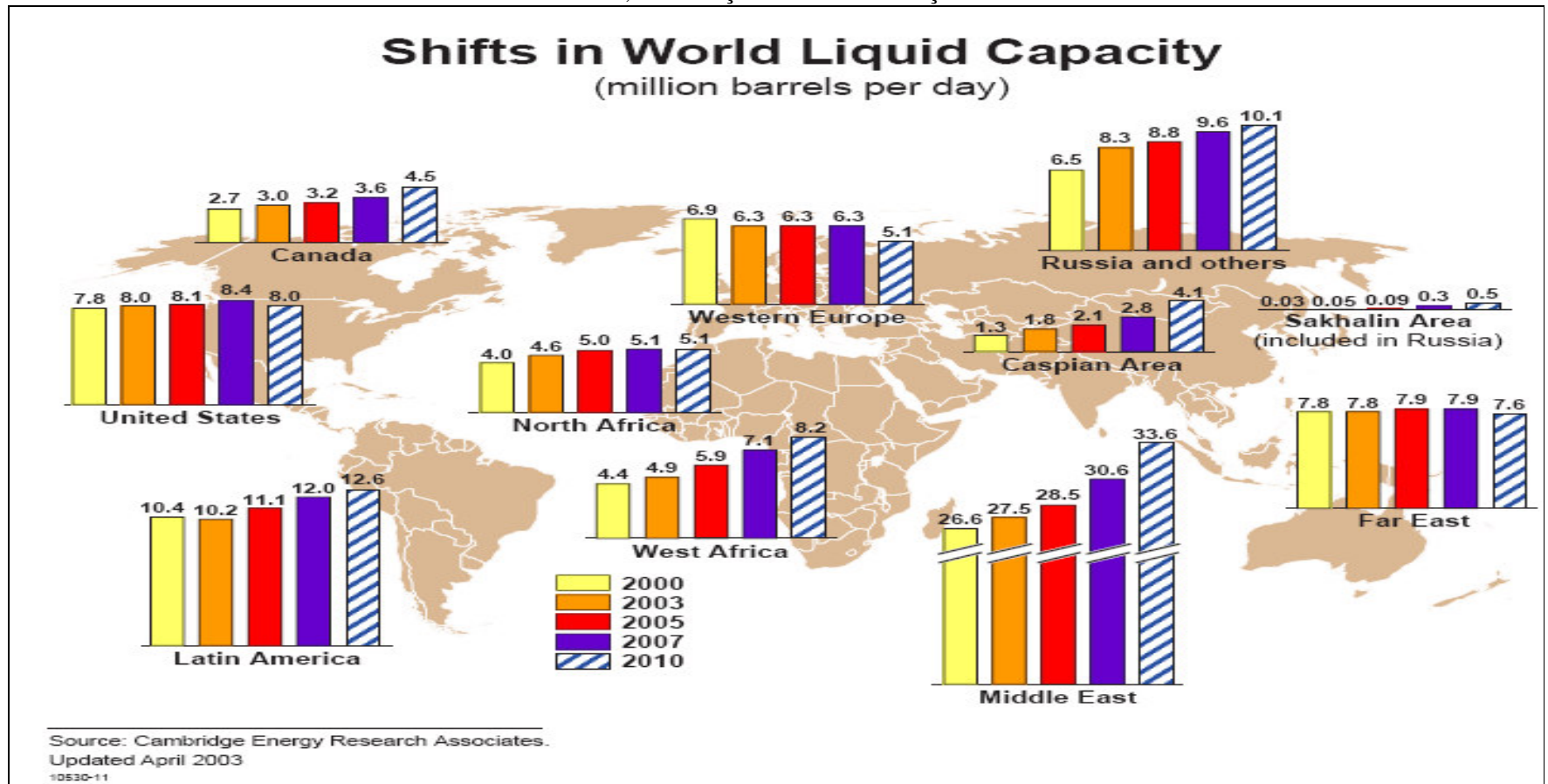
EIA-DOE (2006) *Annual Energy Review 2005*. Capítulo 5 'Petroleum'. Report No. DOE-EIA (pg. 128)



EIA-DOE (2006) *Annual Energy Review 2005*. Capítulo 5 'Petroleum'. Report No. DOE-EIA (pg. 126)

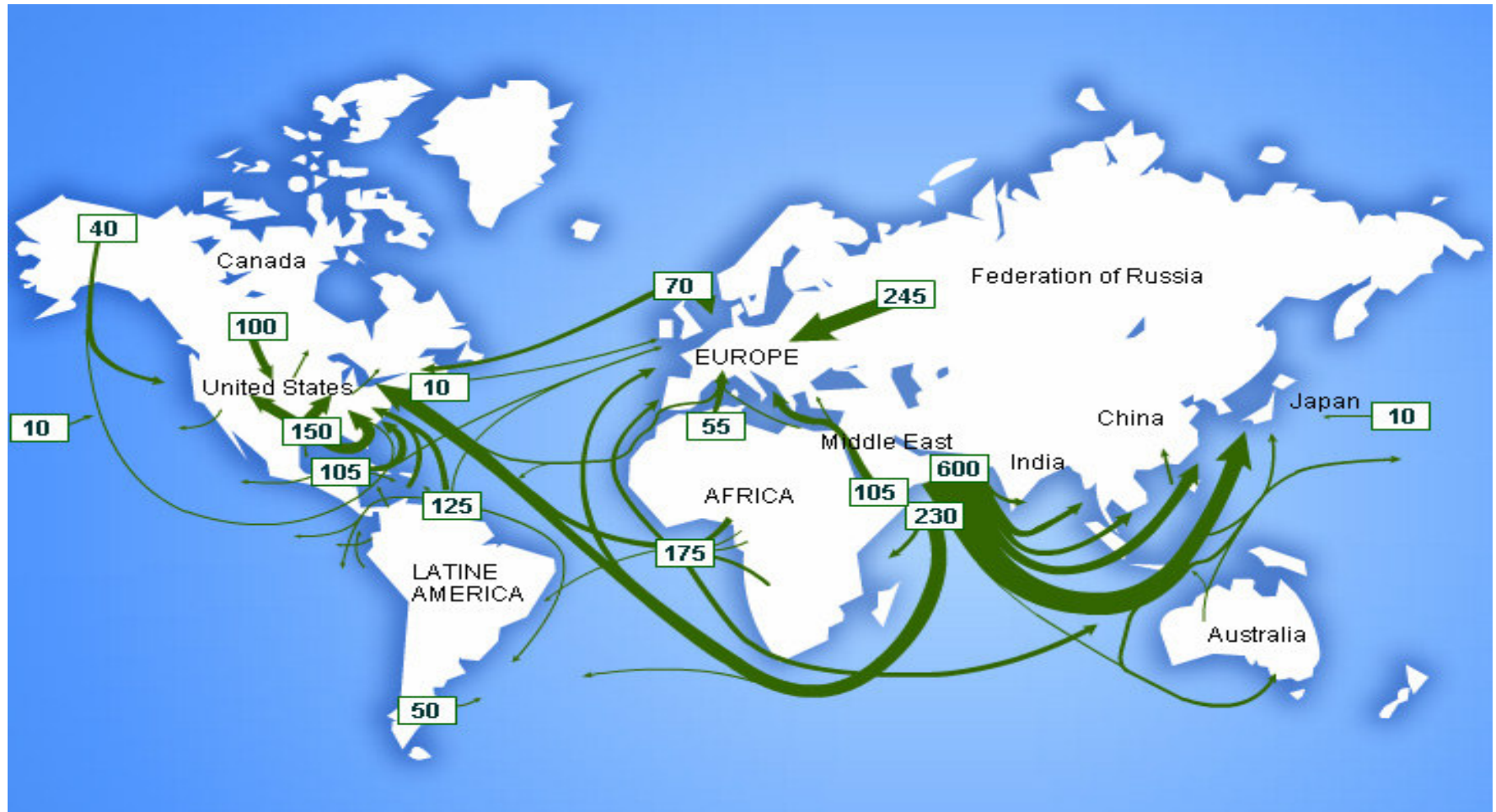
ANEXO – MAPAS

ANEXO MAPA 1.1. – C.E.R.A. 2003, PROJEÇÕES DE PRODUÇÃO PETROLÍFERA POR REGIÃO



CERA (2003) "Hearing in Global Energy Security Issues". *Cambridge Energy Research Associates* Daniel Yergin Testimony to Subcommittee on international Economic Policy, Export and Trade Promotion of United States Senate Committee on Foreign Relations, 8 de Abril de 2003.

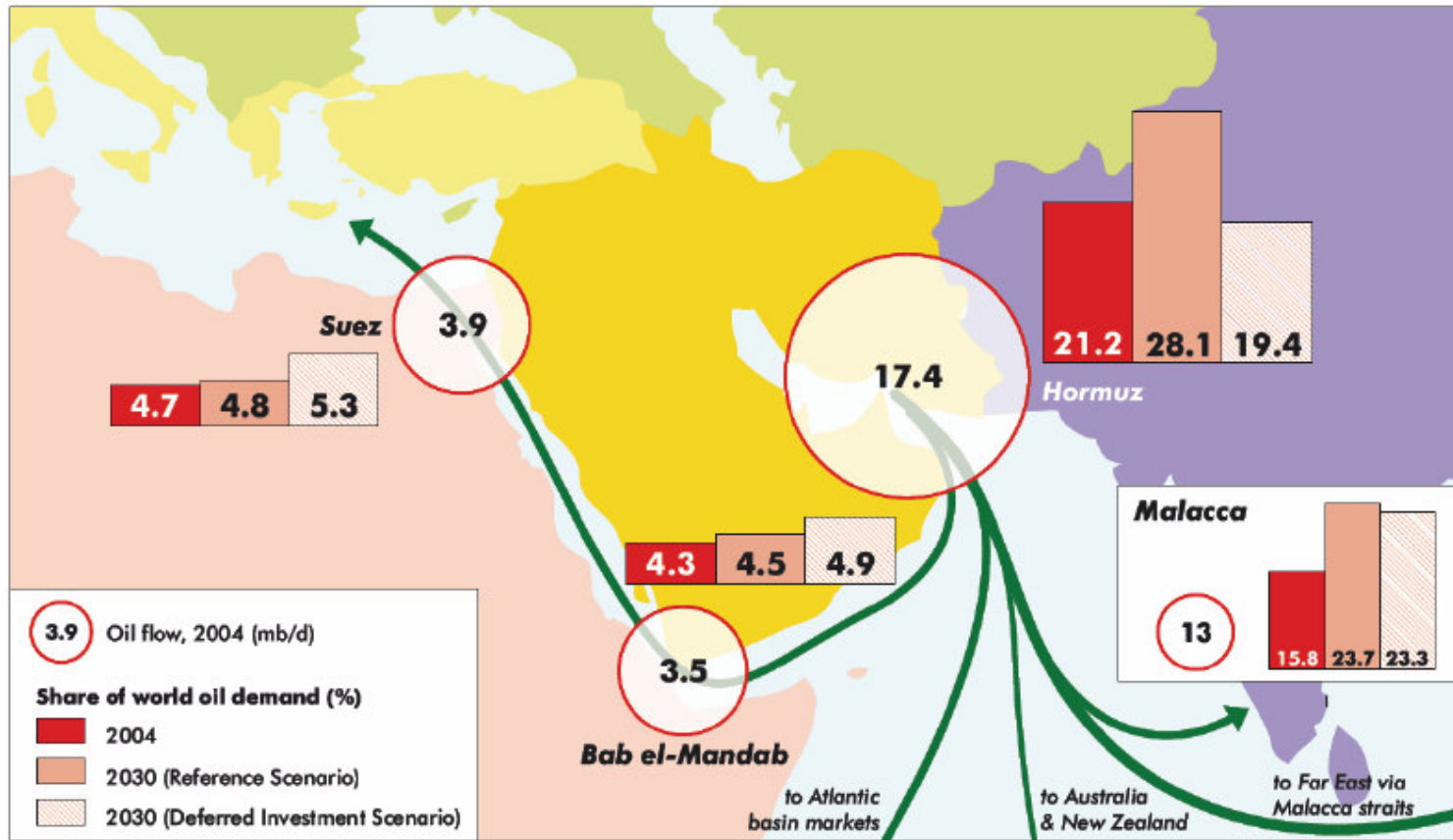
ANEXO MAPA 2.1. – PRINCIPAIS ROTAS MARÍTIMAS DE TRANSPORTE DE PETRÓLEO (2003)



EM MILHÕES DE TONELADAS (2003)

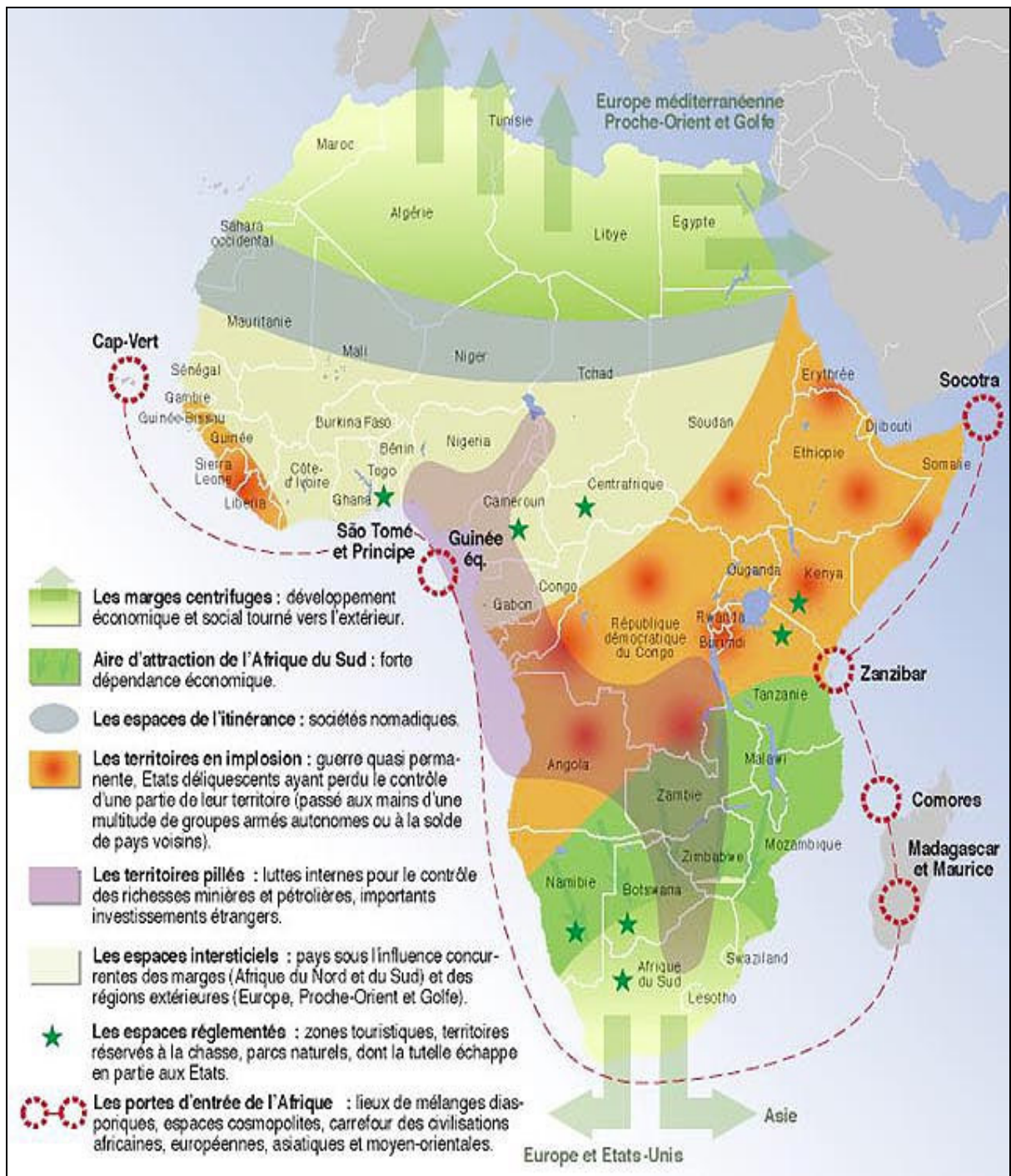
TRANSPORTATION BY MARITIME MEANS, Planete Energies, *Total-Fina-Elf*. Disponível em no endereço: <<http://www.planete-energies.com/content/oil-gas/distribution/supply-transportation-oil/tankers.html>> [consultado em Setembro de 2005]

ANEXO MAPA 2.2. – AS ROTAS DE ESTRANGULAMENTO: TRANSPORTE PETROLÍFERO PELOS ESTREITOS DE ORMUZ, ET EL-ARAB E SUEZ



IEA (2005) "MENA Oil Exports through Hormuz", *World Energy Outlook 2005 Middle East and North Africa Insights*. International Energy Agency, Paris. Disponível em formato PDF no endereço: <<http://www.iea.org/journalists/docs/Chokepointsslides.pdf>> [consultado em Maio de 2006]

ANEXO MAPA 2.3. – GEOPOLÍTICA DA ÁFRICA E PRINCIPAIS DINÂMICAS DE SEGURANÇA REGIONAL



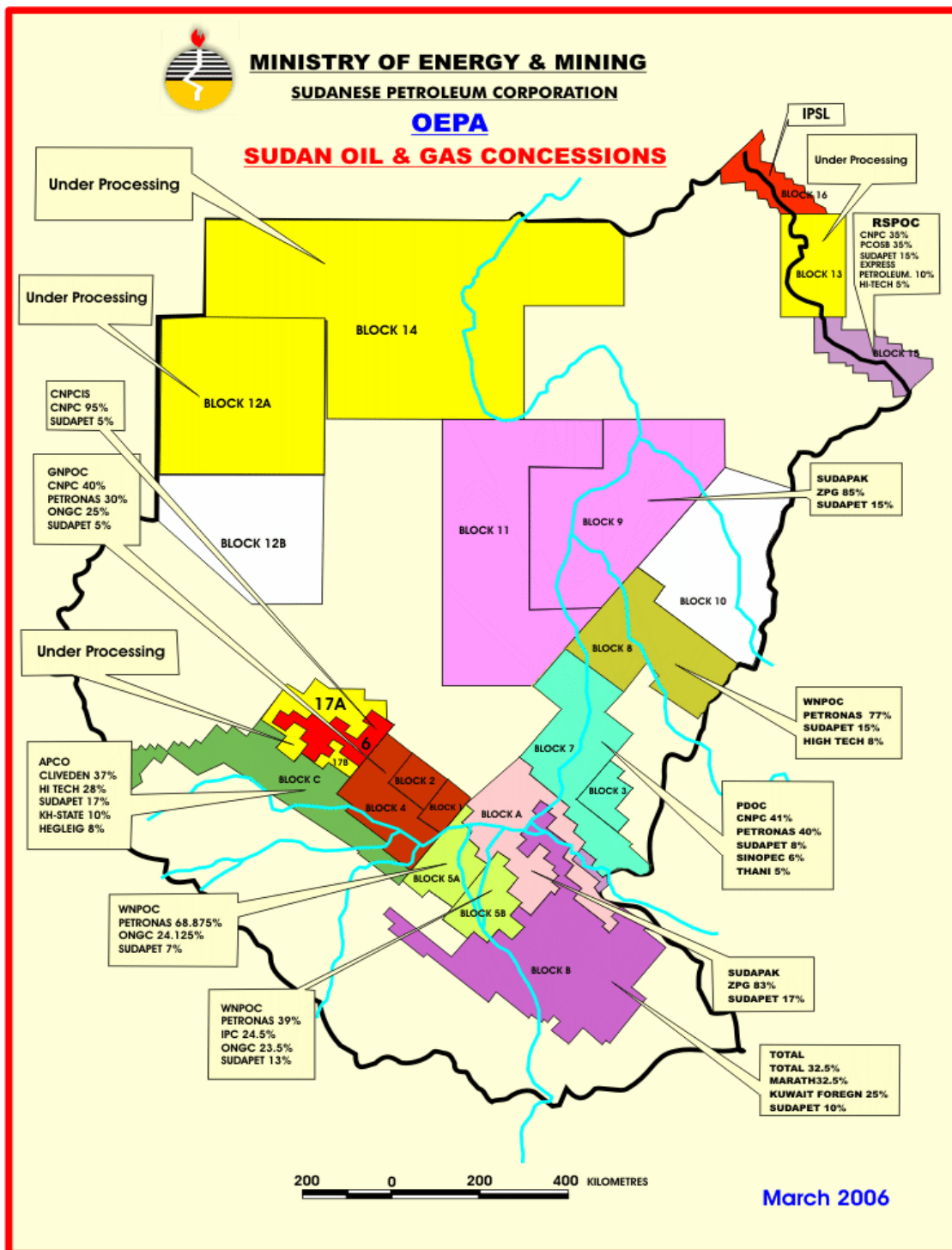
REKACEWICZ, Philippe (2000) "Vers une nouvelle géopolitique africaine" *Le Monde Diplomatique*, maio de 2000. Disponível em: <<http://www.monde-diplomatique.fr/cartes/afriquembembemdv51>>

ANEXO MAPA 3.1. – NIGÉRIA, PETRÓLEO E PRINCIPAIS GRUPOS ÉTNICOS

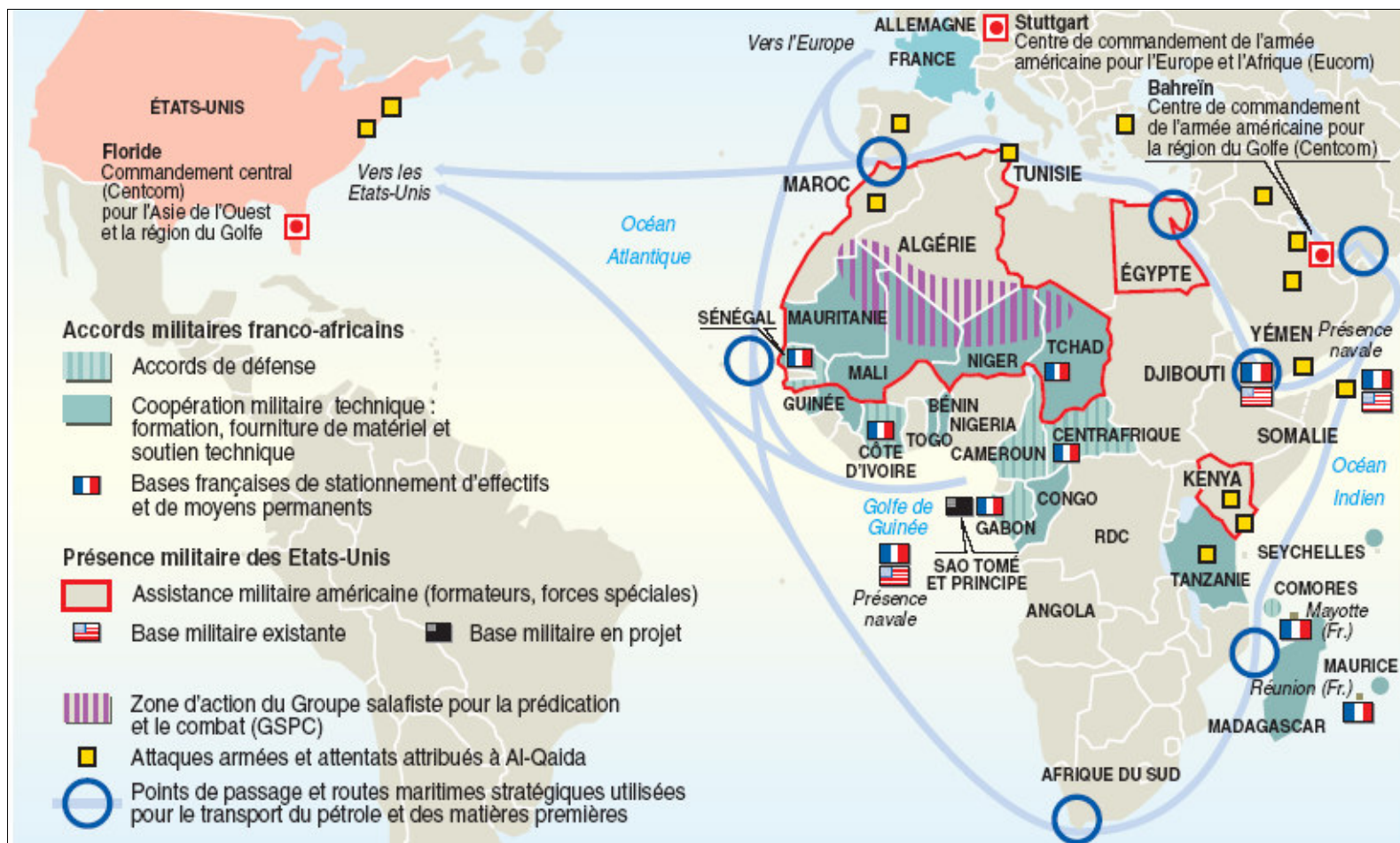


MARIN, Cécile (1999) “Bataille pour le pétrole au Nigéria”. *Le Monde Diplomatique*, Fevereiro de 1999
Disponível em: <<http://www.monde-diplomatique.fr/cartes/afriquenigeriamdv51>> [consultado em Novembro de 2005]

ANEXO MAPA 3.2. – PRINCIPAIS CONCESSÕES PETROLÍFERAS NO SUDÃO



SUDAN MINISTRY OF ENERGY & MINING (2006) Sudan Oil & Gas Concessions, Mapa atualizado em Março de 2006. Disponível em: <http://spc.sd/cons_map/concessions_map.htm>



REKACEWICZ, Philippe (2004) “Um continent convoité et déchiré”. *Le Monde Diplomatique*. Cartographie – Afrique. Julho de 2004. Disponível em formato PDF: <http://www.monde-diplomatique.fr/cartes/IMG/pdf/continent_convoite_-2.pdf>; Disponível em formato JPG em: <<http://mondediplo.com/maps/IMG/artoff3939.jpg>> [consultado em Agosto de 2005]